



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### EDUCAÇÃO, IGREJA E SOCIEDADE

**30ª Assembléia Geral  
Itaici SP, 29 de abril a 9 de maio de 1992**

#### **MISSÃO DE EDUCAR**

A educação – condição básica para o desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania – é urgência nacional.

A Igreja, que recebeu de Jesus Cristo, Mestre do Amor e da Verdade, a missão de educar, sente o dever de contribuir para a superação dos desafios e a melhoria do sistema educativo de nosso país.

O presente documento, estudado a partir da 28ª Assembléia Geral, em 1990, recebeu, ao longo de dois anos, a colaboração das dioceses e entidades educativas e foi aprovado pela 30ª Assembléia Geral, em Itaici, a 6 de maio de 1992.

Desejamos encorajar os que assumem a vocação de educar, para que levem adiante seu árduo trabalho e se empenhem em oferecer os valores do Evangelho, na vasta rede de ensino oficial e particular.

Reconhecemos o mérito e incentivamos o testemunho dos que se dedicam às Escolas Católicas.

Chamamos a atenção para o conjunto de propostas que o documento apresenta para promover o aperfeiçoamento dos vários níveis de ensino no Brasil.

Convocamos, assim, a todos para unir esforços, a fim de que cada brasileiro, a começar dos mais carentes, possa alcançar a educação integral a que tem direito, à luz da dignidade de filhos de Deus.

Itaici, SP, 8 de maio de 1992

#### **INTRODUÇÃO**

1. O problema da educação não é um problema isolado. Acha-se estreitamente relacionado aos impasses de fundo vividos na economia, na política e na cultura, na crise da ética e da religiosidade. Prende-se a estrangulamentos de natureza estrutural, com raízes fundas na própria formação histórica de nosso país. A educação se associa, hoje, a um quadro conjuntural negativo, cujos indicadores nos são continuamente apontados pela imprensa e outros meios de comunicação e constatados na experiência direta e cotidiana de todo cidadão<sup>1</sup>. Há um quadro de desemprego, arrocho salarial, concentração de renda e recessão. A ausência de reformas profundas e corajosas reforça a migração interna e agrava as deficiências no campo rural e nas áreas da habitação, saúde e nutrição. Há, além disto, também, preocupantes indicadores comportamentais e culturais. Eles põem em manifesto uma séria crise de valores e das instituições, que atinge os grupos sociais e organizações diretamente envolvidos na educação, como a família, a escola e o meio infanto-juvenil. O comportamento do povo brasileiro, enquanto tal, em quase todos os seus segmentos, revela sinais preocupantes de deterioração.

Tudo dentro das rápidas transformações que estão exigindo um novo redimensionamento da educação.

2. Diante de tal quadro, tem-se a impressão de que a educação brasileira se encontra em um círculo vicioso. De um lado, a própria situação global e as opções econômicas e políticas a ela subjacentes levam muitos a não acreditar na possibilidade de se construir um verdadeiro projeto nacional de educação. De outro lado, a ausência de um tal projeto, relega para um plano inatingível o ideal de uma sociedade participativa e justa, sem os descompassos e escândalos hoje nelas existentes<sup>2</sup>.

3. Não é tarefa nem intenção nossa elaborar aqui uma análise técnica e cientificamente precisa da educação nacional. Apenas, na qualidade de pastores que vivem de perto a angústia de seu povo, apontamos o que percebemos em nossas comunidades e famílias<sup>3</sup>. Trazemos, à consciência nacional, a angústia de tantos educadores e pais ante o abandono da educação, a insuficiência dos salários dos professores e a falta de perspectivas para o exercício responsável da profissão do magistério, a omissão governamental no destino das verbas, o descontrole da situação econômica do país e as mensalidades escolares, a insegurança provocada pelas intervenções políticas locais. Denunciamos, em especial, a exclusão de milhões de jovens brasileiros do sistema escolar e, assim, de uma futura participação na vida social, no trabalho e no exercício digno da cidadania.

### **Esperança e busca de caminhos**

4. Sem dúvida, será difícil encontrar perspectivas e saídas sem um entendimento alicerçado em propostas claras, dentro de um projeto global que supere corporativismos, interesses e posições parciais. Constatamos que estão surgindo iniciativas e articulações, dentro da sociedade civil, em busca de soluções e caminhos novos. Soluções globais válidas dependem certamente do Governo e do Legislativo, uma vez que são eles que têm em mãos os instrumentos para integrar as demandas específicas que se levantam no campo da educação. No entanto, os grupos sociais organizados são canais aptos a apresentar propostas viáveis na construção de um entendimento em torno da questão educacional. Se são densas e escuras as nuvens e impasses, são, igualmente, muitas as sementes de esperança que precisam desabrochar e produzir frutos. Para a Igreja surge a pergunta: que posições e propostas assumir para colaborar com este processo novo e necessário a ser instaurado na política educacional brasileira? Com o presente documento queremos levar a Igreja a dar decididamente a colaboração que lhe cabe, no conjunto da sociedade brasileira, na elaboração de um novo ordenamento da educação para nosso país.

5. Dirigimo-nos aos agentes de evangelização nos mais diversos setores da pastoral, aos animadores de educação popular e de educação de adultos que acompanham o caminhar do povo nos mais distantes rincões e periferias do país. Dirigimo-nos aos pais, por vezes indecisos e perplexos diante da dificuldade de educar numa sociedade pluralista e com forte tendência permissiva. De maneira particular, queremos oferecer uma palavra de apoio e um convite à reflexão aos religiosos dedicados à educação escolar e a todos os educadores que, apesar dos obstáculos, da sua desvalorização e insuficiente remuneração, assumem o compromisso de serviço aos irmãos e um engajamento na construção de uma sociedade mais humana como expressão concreta de sua fé em Jesus Cristo e de autêntica pastoral de Igreja.

### **Conteúdo do texto**

6. O presente documento está dividido em três partes. A primeira parte apresenta o quadro existente, com seus problemas e esperanças; a segunda descreve a perspectiva e os critérios cristãos na leitura dessa realidade<sup>4</sup>, e na terceira parte são elencados posicionamentos e propostas que a Igreja, responsabilmente, julga dever apresentar à nação brasileira.

## I. PARTE: PROBLEMAS E ESPERANÇAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### Cresce a consciência do direito à educação

7. O direito de todos os cidadãos a uma educação básica de qualidade é reconhecido entre os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana<sup>5</sup>; é afirmado, mais uma vez, na Constituição Brasileira de 1988<sup>6</sup> e é percebido com consciência, cada vez mais clara, por pessoas, grupos e famílias de todas as classes e categorias sociais. Inúmeras entidades e organizações da sociedade civil afirmam, em documento divulgado na sede da CNBB, em novembro de 1991: “A universalização do sistema educacional é o caminho prioritário para o resgate da cidadania e requisito indispensável ao crescimento econômico moderno. Nosso sonho, que acreditamos possível, é que nenhuma criança fique fora da escola”<sup>7</sup>. Estamos longe de alcançar a meta de “uma educação para todos”.

8. De fato, a pré-escola e a escola de primeiro grau têm sido incluídas, com uma certa frequência, entre as reivindicações de movimentos populares, organizações de famílias e de mulheres e associações de moradores. Em resposta a essas pressões houve, em quase todo o Brasil, um crescimento quantitativo da rede escolar de ensino fundamental e pré-escolar na última década<sup>8</sup>. Embora esse crescimento não responda ainda a um plano global e coerente de expansão e melhoria do ensino fundamental, não se pode desconhecer o benefício conquistado pela população.

### As deficiências do sistema escolar

9. No entanto, é preciso reconhecer que ainda permanecem graves deficiências quantitativas e, sobretudo, qualitativas nesse nível da escolarização fundamental. Enumeramos apenas alguns desses problemas:

- Ainda há milhões de crianças e adolescentes que nem chegam a freqüentar a escola<sup>9</sup> e os índices de reprovação e repetência continuam muito elevados, atingindo principalmente os mais pobres. “A conjugação desses fatores conduz ao fracasso escolar da maioria dos estudantes, ao mesmo tempo em que revela uma acentuada seletividade do sistema educacional”<sup>10</sup>. Assim, de cada mil alunos que cursam a primeira série, apenas 204 conseguem concluir a oitava (25%) e somente 58 o fazem sem repetência (6%)<sup>11</sup>.
- A análise desse fracasso escolar revela uma grave inadequação da escola à realidade dos alunos, famílias e grupos sociais aos quais serve. Revela ainda a deficiência de metodologias e padrões de avaliação que acabam, quase sempre, discriminando e estigmatizando os alunos mais pobres ou de minorias culturais.
- A fome crônica impede o desenvolvimento do cérebro infantil e impossibilita o aprendizado e até mesmo a permanência em sala de aula.
- Há muitos outros fatores sócio-econômicos e culturais que também contribuem para o agravamento desses problemas; por exemplo, o processo de empobrecimento das famílias, que exige muitas vezes o ingresso precoce da criança no mercado de trabalho, as migrações e mudanças de domicílio, a distância física da escola e a dificuldade de transporte, principalmente para os alunos de escolas rurais.
- Deve-se acrescentar, ainda, a falta de motivação do próprio aluno por uma escola que trata de temas alheios à sua vida e à sua realidade e que não oferece atrativos nem desperta o seu interesse, provocando a evasão escolar e, principalmente, a busca de maneiras mais fáceis de “vencer na vida” (drogas, jogo...).

10. O fato é que a calamitosa situação da escola de primeiro grau, que afeta principalmente as escolas da rede oficial, levou o UNICEF e inúmeras entidades e associações da sociedade civil, entre os quais a CNBB, a desencadear um “Pacto pela Infância” que assume entre outros, o “Compromisso pela melhoria do ensino fundamental, visando a recuperação da credibilidade da escola pública”<sup>12</sup>.

### Permanece o analfabetismo

11. Dados recentes<sup>13</sup> revelam que, em 1989, ainda havia no Brasil um total de 17.587.580 pessoas analfabetas na faixa etária de 15 anos ou mais.

Ao longo das últimas décadas, para um povo imerso em gravíssimas dificuldades econômicas, foram promovidas repetidas campanhas de erradicação do analfabetismo por organismos públicos especificamente criados com essa finalidade, sem o êxito esperado. Opondo-se a métodos que levavam em consideração a cultura popular e visavam a conscientização do aluno sobre sua realidade, essas campanhas governamentais constituíram traços perpetuadores da situação de submissão e dependência dessa parte da população.

Houve por parte da Igreja um considerável esforço para a superação desse problema, seja através do Movimento de Educação de Base que, apesar de problemas e percalços ao longo dos anos, ainda continua ativo e dinâmico em numerosas dioceses do Norte e Nordeste, seja através de promoções realizadas em paróquias, comunidades, escolas ou cursos noturnos de alguma forma ligados à Igreja. No entanto, é preciso reconhecer, também, que nas paróquias, comunidades eclesiais de base, organizações e movimentos populares de alguma maneira ligados à Igreja, ainda se encontram numerosos membros ativos aos quais não foram oferecidas reais oportunidades e estímulo para que procurassem uma efetiva alfabetização. Quando isso acontece, há verdadeira falha e omissão de nossa parte, como agentes de pastoral e evangelização.

### Educação popular

12. A educação popular inclui e transcende os aspectos da pura alfabetização. Atua na perspectiva de sistematizar, valorizar e divulgar os conhecimentos constituídos nas relações sociais. A educação popular concebe, assim, as relações sociais como lugar privilegiado dos processos educativos. A família, a Igreja, as associações, os sindicatos, os ambientes de trabalho e estudo, e demais espaços de participação política constituem meios para a formação do cidadão consciente.

13. A educação popular tem provocado reações e compreensões diversificadas. Dentre essas, destaca-se para os educandos, uma possibilidade de sistematizar seus anseios, necessidades, e apreender um instrumental técnico-científico para a solução de seus problemas. Para os educadores, um constante interrogar-se sobre sua cosmovisão e sua relação enquanto mestre; para os pensadores, um alerta para o perigo de reduzir o conceito "educação" à instrução acadêmica. Para os políticos, uma constante denúncia da precariedade do sistema oficial de ensino. Para seus propagadores, uma tensão constante, harmonizar planejamento com participação, autoridade com troca de saberes, e instrução técnico-científica com a formação para o exercício da cidadania. Para as instituições de educação, alguns problemas: absorver essa realidade no sistema oficial e reconhecer a capacidade técnico-prática dos profissionais formados na escola da vida.

### Limites e avanços da educação formal

14. O processo educativo é marcado pelo pragmatismo sem uma preocupação clara com a formação integral do educando. Seus métodos e conteúdos pouco têm contribuído para o exercício da cidadania, entendida como a participação consciente e ativa de todos no processo solidário de convivência e trabalho que visem ao encaminhamento de soluções para o bem comum.

15. A organização escolar brasileira deu pouca atenção às necessidades específicas das pessoas da cidade e do campo. Os cursos noturnos e as escolas rurais não dispõem de currículos, conteúdos e calendários apropriados para a sua clientela. Disto resulta a falta de interesse e abandono pela classe trabalhadora, que só dispõe desse horário, e o êxodo rural da juventude em busca de melhores oportunidades.

16. A educação para o trabalho aparece mais como preparação de mão-de-obra para o mercado, ou com finalidade técnico-lucrativa, sem evidenciar o papel humano do trabalhador e o sentido cultural do trabalho.

17. Em todos os setores da vida social brasileira constata-se, nos últimos anos, forte tendência a uma mais efetiva participação de todos nos processos de decisão e condução do que é de interesse coletivo. Tal anseio faz-se sentir também no setor da educação. No campo formal do ensino, o processo foi mais complexo e difícil, dada a natureza dessa instituição e a nossa falta de vivência prática da democracia responsável. Deram-se situações que não colaboraram para uma nova consciência e novos modelos. Ao mesmo tempo, houve experiências positivas que apontam para possibilidades e respostas novas na educação brasileira.

18. As escolas vivem em seu interior os reflexos das crises político-econômico-sociais de nosso país. Não conseguem oferecer uma verdadeira educação, ou por falta de um projeto que as identifique como escola, ou por contradições internas provenientes da visão de educação, de homem e de sociedade, ou por interferência de interesses políticos.

19. As escolas superiores e universidades têm como função básica o ensino, a pesquisa, a extensão, pela qual procuram colocar o saber nelas produzido, no respeito às exigências éticas e de um humanismo integral, a serviço da sociedade. Uma função importante das mesmas é a formação de profissionais competentes da sociedade presente e/ou alternativa e particularmente de educadores para todos os níveis de ensino. O papel social que têm elas a cumprir, com relação às comunidades em que estão inseridas, tem sido dificultado por uma visão das mesmas como entidades isoladas e por um ensino estanque das várias disciplinas.

20. Além desses fatores, as escolas católicas enfrentam também, nesses últimos tempos, muitos conflitos e tensões agravados pelos problemas administrativo-financeiros que envolvem pais, professores e alunos, pondo em risco a atuação pedagógica e pastoral da instituição. Há contudo, educadores que, sem ignorar os problemas, administram os conflitos, orientando sua ação educativa a partir dos mesmos, visando à sua superação e à construção de uma escola diferente numa sociedade nova.

### **Política educacional**

21. A educação freqüentemente foi submetida a uma ação política imediatista e discriminatória. Falta uma política educacional coerente e democraticamente elaborada, capaz de dar mais consistência, organicidade e unidade à administração da educação nacional, que fica, às vezes, à mercê de decisões pessoais e de tendências pedagógicas alheias à realidade e às culturas de nosso povo.

22. Os recursos financeiros destinados à educação têm sido, mais do que insuficientes, mal administrados. Essa situação é ainda agravada pela deteriorada situação econômica em que se encontra a sociedade civil, o que impossibilita aos movimentos populares, aos sindicatos e à Igreja de continuarem a aplicar os recursos anteriormente destinados à educação.

### **Desqualificação social e profissional do educador**

23. A pouca atenção e descompromisso com a educação por parte da sociedade civil e do poder público repercutem fortemente sobre o educador. A desvalorização da imagem social e profissional do educador é evidente nos baixos salários, na insuficiência de material de apoio e na ausência de políticas consistentes para sua formação, na infraestrutura física da escola (prédios, móveis, limpeza).

24. A maioria dos sistemas e instituições escolares pouco investem em programas de atualização e aperfeiçoamento dos seus docentes. Os professores não dispõem de tempo e condições para uma capacitação adequada e formação permanente.

25. As escolas de formação para o Magistério vêm sendo descaracterizadas como centros de profissionalização. Seus currículos são inadequados para uma formação mais aprofundada dos futuros professores dentro de uma visão antropológica da educação. É urgente sua reformulação a fim de atender às necessidades qualitativas e quantitativas da educação.

26. Não obstante todas as dificuldades, encontramos educadores abnegados, que, acreditando em seu trabalho, lutam por condições mais favoráveis para uma educação de qualidade e para vivenciar sua missão de leigos cristãos engajados no mundo.

### **A pouca participação da família**

27. O acelerado processo de transformações pelo qual passa a sociedade brasileira trouxe à família inúmeros problemas de ordem econômica, social e ética, culminando em muitos lares com a desagregação familiar. Os pais passam a delegar toda a responsabilidade educativa à escola, que por sua vez não encontra meios de envolver os pais para uma participação efetiva no processo educacional dos filhos. O resultado é uma carência de maturação da personalidade do educando, dificultando sua participação responsável na família e na sociedade.

28. Há, todavia, por parte de muitos pais, a preocupação de encontrar saída para os problemas educacionais da família. Nesse sentido, lutam as associações de pais, as escolas de pais, a pastoral familiar, os grupos de casais na Igreja.

### **Comunicação social**

29. Os sistemas de comunicação social dispõem de tecnologia avançada que emprega fartos e múltiplos recursos lingüísticos e simbólicos. Não se pode pensar a sociedade moderna sem eles. Constituem em si um elemento positivo para a difusão do conhecimento, lazer e convivência de pessoas, grupos e culturas. A produção e a difusão massificadora da comunicação leva a um processo de deformação, na medida em que impede a participação ativa e crítica das pessoas na recepção das mensagens.

30. Famílias, escolas, instituições e outros grupos, diante do impacto da comunicação, limitam-se a lamentar o que consideram como constante desvio na adequada divulgação de bens culturais, de modelos de vida e de valores humanos. Há nesse campo algumas experiências positivas, mas prevalece a ausência da consciência crítica. Sem o menor respeito ao ambiente em que vivem e às condições econômico-sociais, as pessoas são levadas à cópia e imitação da linguagem, dos comportamentos e dos modismos difundidos pelos meios de comunicação. Chega-se assim, por vezes, à destruição da vivência familiar e dos valores éticos, sociais e religiosos, uma vez que os interesses econômicos passam a ditar as mensagens. Ao invés de se encaminhar para um código de ética assumido por todos, somos dirigidos a uma situação de arbítrio por parte dos que detêm o poder no campo da comunicação.

31. Há um complexo jogo de complementariedade, e até de contradições, entre o sistema educativo formal e o sistema de comunicação de massa. Os educadores são desafiados a descobrirem caminhos novos para o uso alternativo dos instrumentos de comunicação social. Na realidade, não se tem ainda uma pedagogia e nem pessoal preparado para a formação de receptores ativos, críticos e participantes. Apenas uma minoria de escolas conscientizadas da importância do problema introduz em seus currículos programas pedagógicos voltados à educação para a comunicação.

### **Cultura**



32. A educação é parte integrante da cultura entendida como “a maneira particular como em um povo os homens cultivam suas relações entre si próprios e com Deus, através da criação de um estilo comum da vida que lhes possibilita desenvolver suas qualidades pessoais, materiais e espirituais e chegar, assim, a um nível verdadeira e plenamente humano, dentro de um pluralismo cultural”<sup>14</sup>. É certo, “o fato cultural primeiro e fundamental é o homem espiritualmente desenvolvido, isto é, o homem plenamente educado, o homem capaz de educar a si mesmo e de educar os outros”<sup>15</sup>.

Por inserir-se em um processo histórico-cultural vivo, o projeto educativo se relaciona sempre, tanto aos condicionadores do passado, quanto às mudanças e condições do presente.

33. No caso da sociedade brasileira, a situação cultural descrita nas Diretrizes<sup>16</sup> tem raízes em um passado de dominação étnico-cultural. É dessas raízes que brota “a reivindicação do direito à existência das culturas indígenas, longamente oprimidas, quando não eliminadas e das culturas negras ou afro-americanas que reivindicam liberdade de expressão e reconhecimento de sua dignidade”<sup>17</sup>.

34. Desse pano de fundo, pode-se entender melhor a situação de fragmentação e estratificação cultural em curso. Evidencia-se, também, sua homogeneização em torno de um polo de cultura externo, centrado em uma poderosa máquina internacional de comunicação de massa. Na chamada educação popular, com suas muitas facetas e variantes, os educadores brasileiros tentam dar resposta às diferenciações e articulações presentes nessa dimensão cultural de base, abrindo espaço para as culturas silenciadas dentro do pluralismo de valores, símbolos e códigos ético-religiosos que constituem hoje o nosso patrimônio histórico-cultural.

35. Setores mais conscientizados, valorizando nossa cultura popular, procuram resgatar o que há de mais genuíno e puro na maneira de se expressar, viver e conviver da população. A sabedoria popular pela sua compreensão e sensibilidade do real ensina lições de resistência, de solidariedade, de reinvenção de estruturas sociais mais humanas, justas e fraternas.

### Presença histórica da Igreja educadora

36. A Igreja teve sempre viva consciência de que lhe cabe educar. Já as primeiras comunidades descritas nos Atos dos Apóstolos exerciam tal tarefa através da solidariedade de todos entre si, da partilha dos bens e da co-responsabilidade na oração e na missão, assíduas no ensinamento dos Apóstolos. Ao longo dos séculos, no mesmo espírito, em resposta aos sucessivos desafios históricos, foram surgindo figuras expressivas dedicadas à educação e à cultura. Em torno a elas foram se reunindo homens e mulheres que fizeram do trabalho educativo seu projeto pessoal de vida, espiritualidade e missão.

37. Em nosso país, educadoras e educadores cristãos acham-se presentes, desde o início da história da nossa educação, exercendo larga influência na evolução e na dinâmica da educação brasileira. Não se pode falar em educação, entre nós, sem se mencionar o trabalho das ordens religiosas, em especial, dos jesuítas nos colégios e nas “escolas de ler e escrever”, instaurando processos novos para a educação indígena. Personalidades como Nóbrega, Anchieta e Malagrida fazem parte de uma ilustre cadeia de educadores em nosso país. Entre os padres seculares, no século XIX destaca-se a figura do Pe. Ibiapina, cearense, considerado apóstolo do Nordeste, graças, em especial, ao seu extraordinário trabalho educativo. Em fase mais recente, nos inícios da República, chegaram ao Brasil inúmeras Congregações modernas, cujo carisma é o da educação da juventude. Em um tempo curto, foram capazes de implantar uma imensa rede de instituições de educação voltada para o ensino das classes médias e para o atendimento da infância carente. No campo da educação feminina, foi significativo e pioneiro o trabalho realizado pelas educadoras religiosas, contando sempre com a participação de leigas e leigos.

38. Por condicionamentos históricos, o esforço destes grupos tendeu a se concentrar nas cidades e no atendimento aos grupos urbanos incipientes, acomodando-se, muitas vezes, ao estilo de vida burguesa. Essa acomodação de uma parte das escolas católicas foi consequência da mentalidade predominante na forma de vida elitista de boa parte da sociedade brasileira. Não faltou, porém, a presença de muitas escolas católicas nos lugares mais remotos e pobres do país. Muito antes de o Estado chegar ao Oeste Brasileiro ou à Região Amazônica, já mourejavam aí educadoras e educadores, enfrentando situações adversas, fundados na força de suas convicções e de seu carisma educador.

Tornou-se, assim, possível a rede de escolas católicas, que chegou a abranger a ampla maioria da escola brasileira em todos os seus níveis. Mais tarde, em anos bem mais recentes, surgiram novos desafios. Estes educadores religiosos, cada vez mais fortemente associados aos leigos e leigas, se mostraram capazes de enveredar por caminhos novos. Assim, por exemplo, no caso da educação popular e na tentativa de encontrar vias pedagógicas adequadas para o grave problema do menor abandonado. Também em casos mais específicos como no da educação em grupos de mães ou junto a setores étnicos ou marginalizados, foram se multiplicando iniciativas novas, dentro de uma visão bem mais abrangente e aberta da presença cristã no campo da educação.

### Erros e limitações

39. A Igreja é, a um só tempo, santa e pecadora. Esta afirmação teológica foi por ela experimentada, dolorosamente, em muitos momentos de sua vida e atuação. Também no campo da educação, reavaliando o papel histórico por ela exercido, a Igreja reconhece a existência de limitações.

40. Há alguns aspectos que merecem ser ressaltados no quadro da reflexão aqui feita:

– Não foi fácil, em primeiro lugar, para a Igreja, romper com uma certa auto-suficiência institucional que orientava com certa unilateralidade a sua percepção do quadro educacional brasileiro. Levava também a um relativo fechamento ante as possibilidades de uma honesta cooperação e diálogo com outras forças sociais e religiosas atuantes na defesa da educação e na democratização do ensino.

– Nesse contexto, preocupada com o possível monopólio escolar pelo Estado, não foi fácil à Igreja reconhecer a importância histórica da defesa de uma escola da rede oficial de boa qualidade e da ação do Estado nesse campo, salvaguardados os direitos legítimos da pessoa, da família e das organizações intermediárias.

– Há que confessar, especialmente, a demora em captar as aspirações educativas das classes sociais marginalizadas pelo nosso processo histórico. Em um país que saía do regime oficial da escravidão, exatamente quando a Igreja empreendia seu maior esforço na área da educação formal, essa não se abriu suficientemente para as necessidades desse imenso contingente da população brasileira até hoje, não sem culpa nossa, excluído do acesso à educação e conseqüentemente à participação na vida social e política do país.

– Apesar dos esforços e das boas intenções, as escolas da Igreja não conseguiram, no geral, formar em seus alunos uma consciência crítica cristã em função da construção mais justa de nossa sociedade.

### Em busca da identidade do ensino religioso escolar

41. O ensino religioso escolar tem sido objeto da solicitude pastoral dos bispos e do Grupo de Reflexão do Ensino Religioso (GRERE) através de orientações, encontros e subsídios.

42. Há grande preocupação em estabelecer a identidade do ensino religioso escolar, distinto da catequese, principalmente nas escolas da rede oficial, frente ao pluralismo de crenças dos alunos, das famílias e dos professores. Nota-se também uma busca de



precisão nos seus objetivos, métodos, conteúdos e linguagem que permitam um referencial básico a fim de que os temas não sejam apresentados de forma vaga, neutra, imprecisa ou confusa, sob pretexto de atender à pluralidade de religiões dos educandos<sup>18</sup>.

43. Evidencia-se a necessidade de um persistente trabalho para solucionar os problemas relativos ao professor do ensino religioso escolar: cursos de formação válidos para a carreira do magistério, estabilidade profissional, igualdade de tratamento aos outros professores e acompanhamento adequado da Igreja.

44. Em grande parte das escolas católicas, o ensino religioso dentro de uma dimensão antropológica visa dar ao aluno uma formação básica, social e religiosa cristã, não se limitando a aulas sistemáticas, mas perpassando toda a atividade educativa da escola. A escola católica enfrenta os desafios que a cultura coloca à fé. O ensino religioso ajuda os estudantes a conseguir a síntese entre fé e cultura, que é necessária ao processo de sua maturação na fé.

### **Pastoral da educação**

45. A educação ainda não ocupa um lugar significativo na pastoral orgânica da Igreja no Brasil. Em poucos Regionais da CNBB e dioceses há organismos de pastoral da educação. Os planos pastorais raramente contemplam o mundo da educação entre as áreas de sua atuação própria. Muitas vezes, os responsáveis pela coordenação pastoral nos regionais e nas dioceses (ou os organismos diocesanos na área, quando existem) restringem a pastoral da educação às escolas católicas ou ao ensino religioso nas escolas da rede oficial.

46. Em Regionais e dioceses onde a hierarquia incentiva a organização da pastoral da educação, há dificuldade de encontrarem-se religiosos ou leigos que se disponham a participar da coordenação deste setor da pastoral. Nem sempre as congregações religiosas que se dedicam à educação liberam, ao menos parcialmente, um de seus membros para este serviço.

47. Há leigos e religiosos, atuando na educação popular e em escolas confessionais ou não, que procuram realizar uma prática educativa promotora de valores evangélicos. No entanto, falta a muitos agentes de pastoral e educadores a compreensão do sentido e da abrangência da Pastoral de educação e da importância de sua coordenação para uma presença organizada e eficiente da Igreja nos múltiplos desafios educacionais.

48. Se as instituições católicas, apesar da boa vontade de todos, nem sempre são valorizadas pela hierarquia como possíveis instâncias pastorais, devemos também constatar que certo número delas, em suas práticas educativas, não reflete as diretrizes da ação pastoral diocesana.

49. Cresce, em muitos educadores, religiosos e leigos, a consciência de que sua prática educativa precisa ser sempre mais uma presença da Igreja evangelizando o mundo da educação. Eles esperam que seu trabalho seja valorizado por seus pastores e reconhecido como uma autêntica ação pastoral, através da criação ou dinamização de organismos da pastoral da educação integrados na pastoral orgânica.

### **Processos educativos na atividade da Igreja Católica**

50. A análise da situação educacional não pode deixar de considerar os processos educativos da própria Igreja. Há esforços visando torná-los mais participativos e fraternos, através de uma pedagogia que respeite a liberdade do ser humano, considerado como sujeito; uma pedagogia que leve em conta a realidade social e histórica, buscando enfatizar a unidade entre vida e fé, entre a caminhada do povo e a celebração do mistério.

51. Evidenciam-se, entre outros, como sinais de avanço da Igreja em seus processos educativos:

- a prática de uma metodologia participativa no planejamento pastoral de paróquias, dioceses, regionais;
- a criação de estruturas de participação em todos os níveis (Conselhos Pastorais, Conselhos de Economia e outros) com crescente participação de leigos;
- a criação de centros de catequese, evangelização ou treinamento de leigos em quase todas as dioceses;
- o esforço de renovação catequética com ampla participação de catequistas e outros agentes;
- a retomada da pastoral juvenil e da pastoral popular, em todos os níveis, num projeto de transformação social;
- a colaboração com movimentos de educação popular, inclusive investindo recursos humanos e materiais, em encontros de formação com animadores e líderes de comunidades, lideranças políticas e de movimentos populares, assumindo, inclusive, um organismo dedicado à educação de base (MEB);
- o surgimento de comunidades que, como sujeitos, assumem seu processo educativo;
- o incentivo a uma liturgia mais participada;
- a formação de futuros presbíteros numa dinâmica de participação;
- o despertar para a necessidade de uma prática pastoral inculturada;
- a Campanha da Fraternidade como processo de educação e catequese, nestas três décadas.

52. O crescimento e fortalecimento das comunidades eclesiais de base é sinal especial de vivência de um processo pedagógico de participação e comunhão, pois novas esperanças se acendem e novos caminhos se descobrem. Mudanças se operam nas estruturas eclesiais, agentes de pastoral se deixam evangelizar, a Igreja aprende com o povo simples.

53. Reconhece-se, contudo, a necessidade de superar práticas que reproduzem na vida interna da Igreja situações que ela mesma denuncia em outros contextos. Por exemplo:

- a passividade de muitas comunidades ante a excessiva centralização das decisões nas mãos do padre ou do agente de pastoral;
- a rotina de muitas celebrações que não promovem a participação nem favorecem a oração, não constroem comunidade e nem desenvolvem as potencialidades catequéticas e pedagógicas da liturgia;
- as pregações, muitas vezes, mal preparadas ou desvinculadas da vida do povo;
- a rigidez de formulações teológicas e posturas pastorais que freqüentemente impedem a manifestação de um sadio e legítimo pluralismo.

## **II. PARTE: VISÃO DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA CRISTÃ**

### **Bases da visão cristã da educação**

54. Como toda proposta educativa, também a visão cristã da educação supõe e contém uma determinada concepção do ser humano, da cultura, da sociedade e da história.

Parece importante explicitar aqui, embora de maneira resumida, esse núcleo que fundamenta a concepção cristã da educação. É por exigência dessa visão teológico-antropológica que, diante do preocupante quadro da educação, acima delineado, sentimo-nos na obrigação de oferecer subsídios para aprofundar a reflexão e conclamar todos os cidadãos em favor da educação.

55. A visão cristã do homem, da sociedade, da educação, certamente encontrará pontos de afinidade com outras leituras antropológico-sociais em que a pessoa humana

assume valor inquestionável e a sociedade é pensada numa linha de justiça, solidariedade e igualdade fundamental.

56. À luz da gratuita revelação de Deus, é-nos dado perceber e explicitar o valor da pessoa humana. O Verbo Divino assumiu a nossa natureza humana de modo indissolúvel, de tal maneira que passamos a fazer parte da própria família de Deus. Ao viver a nossa história, Jesus Cristo deu à vida humana uma dimensão de filiação divina. Nossa vida passou a ter um direcionamento novo no tocante aos compromissos, tarefas e responsabilidades que temos de enfrentar ao lado de nossos irmãos, homens e mulheres. A forma como Jesus viveu a aventura humana tornou-se para os cristãos critério para julgar sua própria vocação humana na sociedade<sup>19</sup>.

57. Nas unidades desta segunda parte, abordamos quatro dimensões que fundamentam a visão cristã da educação, e explicam a origem de nossos posicionamentos e propostas neste momento da vida nacional.

## Elementos filosófico-antropológicos

### 1. Uma sociedade em mudança

#### *Um mundo novo e diferente*

58. Está surgindo um mundo novo, diferente, fruto da inovação tecnológica, da informática e da sempre mais rápida e crescente comunicação, do fenômeno da urbanização em massa e das transformações surpreendentes que vão se dando no campo da cultura, da política e da economia, seja no âmbito mundial, seja dentro de nosso próprio país<sup>20</sup>.

#### *Educação e família: perplexidade na transição*

59. Trata-se de uma transição carregada de potencialidades positivas para o ser humano e para as sociedades. Ao mesmo tempo, porém, ela se caracteriza por tensões, rupturas e desmoronamento de valores fundamentais como os do respeito mútuo, da hospitalidade, da religiosidade, trazendo conseqüências negativas que se fazem sentir, com particular vigor, na família, na educação e na escola. Essas instâncias se sentem inseguras e na necessidade de buscar caminhos para sua renovação e para a descoberta de vias alternativas<sup>21</sup>.

#### *Modernização para poucos ou crescimento para todos*

60. Nos últimos anos fala-se, cada vez mais freqüentemente, em modernidade e pós-modernidade. A Igreja no Brasil, em suas Diretrizes mais recentes<sup>22</sup>, enfatizou a importância deste complexo fenômeno histórico-cultural para uma adequada compreensão de sua ação evangelizadora em nossa sociedade. As múltiplas expressões desse fenômeno atravessam todas as áreas do espaço humano (ciência, novas tecnologias, economia, meios de comunicação, religião) e transformam a própria concepção de vida das pessoas e dos grupos, para lá das fronteiras sociais de classe, ideologia, raça ou sexo. Tocam, assim, pontos de direto interesse da educação hoje: a emergência da subjetividade, o individualismo, o pluralismo, a falta de comunicação, a cultura urbana, a privatização do religioso etc.

61. O subdesenvolvimento e as desigualdades sociais de nosso país, especialmente na atual conjuntura de estrangulamento econômico e de empobrecimento do povo, podem ser vistos a partir de duas perspectivas de fundo. Uma é a da modernização elitista. É a que motiva os que detêm o controle econômico, político e cultural. Pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro está largamente a serviço de um projeto modernizador decorrente dos interesses associados a essa maneira de ver. A segunda perspectiva procede de outro ponto de vista e corresponde aos interesses da maioria marginalizada sem acesso às conquistas e possibilidades abertas pela modernização da

sociedade. É a perspectiva da educação para todos. Na disparidade existente entre estas duas perspectivas reside uma contradição de fundo que, segundo o papa João Paulo II, constitui um escândalo que “nega o ser e o ideal cristão e contraria o plano do Criador e a honra que Lhe é devida”. A gravidade desse conflito de visões é ainda mais séria quando “se dá em países que se dizem católicos e que têm capacidade para mudar”<sup>23</sup>.

#### *Educar no contexto da modernidade e numa economia excludente*

62. O processo de socialização de crianças, adolescentes e jovens se dá, hoje, nesse contexto novo. A influência da modernidade urbana estende-se para além das grandes cidades e penetra os mais distantes recantos do Brasil. Por isso, a educação não pode limitar-se a considerar apenas modelos ideais de humanidade. Ela tem que conhecer por dentro a dinâmica evolutiva concreta da cultura e da vida social, para poder situar em seu contexto real a criança, desde o ventre materno até a adolescência e a juventude. Ela precisa estudar mais profundamente a situação psico-social e a condição sócio-econômica e cultural dos grupos juvenis. Essas constituem o ponto de partida obrigatório para a ação e o diálogo pedagógico. Esse mundo que está surgindo já é – muito mais do que pensamos – o mundo de nossos adolescentes e crianças<sup>24</sup>. Mundo que atinge a todos os ambientes juvenis e infantis, mas com efeitos diferenciados, de acordo com as condições sociais de família e de classe de cada um dos distintos meios sociais.

#### *Educar numa história em conflito*

63. As Diretrizes da Igreja no Brasil salientam que o impacto desses novos fenômenos e mudanças deve ser considerado contra o pano de fundo das contradições e causas estruturais características da formação histórica de nossa sociedade. Por outro lado, em linguagem cristã, a evangélica opção preferencial pelos pobres mantém sua plena vigência, exigindo que a pastoral global da Igreja não se omita em suas responsabilidades quanto às necessárias transformações em nosso país. Essas Diretrizes que fundamentam e contextualizam toda a presença evangelizadora da Igreja no Brasil querem iluminar também a ação dos educadores e a própria educação<sup>25</sup>.

## **2. A pessoa humana**

### *Um ser responsável por si mesmo e pelo mundo*

64. A pessoa humana é parte do universo enquanto sua vida e atividade são profundamente determinadas pela necessidade de sobreviver, de se alimentar, de se vestir, de se reproduzir, de educar sua prole. Mesmo assim, a mulher e o homem constituem algo de original e único no mundo, enquanto o transcendem e são capazes de se conhecer, de se amar ou odiar, de buscar o próprio bem em detrimento do outro ou de compartilhar e somar com os outros, na busca de uma sociedade melhor para todos<sup>26</sup>.

Essa condição do ser humano caracteriza o seu pensar e o seu agir como ser histórico. A sociedade e o mundo, a cultura e o ambiente ecológico em que vive não lhe são fatalmente impostos, como aos outros seres. Ao contrário, até certo ponto, são fruto de sua própria atividade, do sentido que atribui à vida e dos objetivos concretos que lhe dá como seu fim. Inserido na história, o homem luta pela sobrevivência, como faz necessariamente todo ser vivo. Mas luta ainda pela dignidade, pelo amor, pela construção de um mundo de justiça e solidariedade. Como, também, pode deixar-se mover por um projeto de vida pessoal e de mundo no qual prevalecem o egoísmo, a dominação e o alheamento às responsabilidades éticas do ser humano. Responsável por si mesmo, o ser humano precisa assumir eticamente a direção de seu destino e de sua história.

### *Uma pessoa livre*

65. Na raiz dessa responsabilidade pela qualidade de sua vida e de sua história está a liberdade do ser humano. Liberdade de escolher não tanto entre fazer isso e aquilo,

mas principalmente a liberdade pessoal de agir em conformidade com sua consciência, iluminada pelos valores objetivos de uma vida humana, numa ação em que se realiza plenamente como pessoa<sup>27</sup>. A educação está a serviço da liberdade. Ela é libertadora não só no sentido de que considera o educando como sujeito do seu próprio desenvolvimento (Medellín), em comunidade (Puebla), mas, também, enquanto visa a plena liberdade do educando como pessoa. Seu objetivo é o de ajudá-lo a libertar-se dos condicionamentos e dominações que dificultam seu desabrochar efetivo e a assumir, como sujeito, seu crescimento pessoal.

#### *Uma pessoa aberta à transcendência*

66. A liberdade é a marca de que a atividade humana é capaz de transcender os limites de ordem material, corporal, sexual, psicológica, social, econômica e cultural que envolvem as pessoas. Capazes de se assumirem, a mulher e o homem são chamados, pela liberdade, a transcender todos os condicionamentos e a dar um sentido à sua atividade e, por conseguinte, à sua vida. O processo de auto-realização ou de libertação é longo e difícil. Ele começa pela tomada de consciência de um sentido transcendente que leva o ser humano a se posicionar, como indivíduo e como membro de uma sociedade, ante os valores que superam os condicionamentos materiais e temporais da existência, apontando para o mistério de sua própria vida e, em última instância, para o mistério de Deus<sup>28</sup>.

A educação está a serviço desse “aprender”, que se radica na liberdade, passa pela libertação da pessoa e culmina na abertura a uma ordem social humanizadora. Pode-se dizer, portanto, que é através dessa abertura que o homem transcende a si mesmo e descobre o Ser Supremo que dá sentido à sua existência e, ao estabelecer com Ele uma relação vital, aprende a lhe ser fiel em todos os momentos da sua existência e de sua atividade. Daqui, a força configuradora de cultura própria da religião, e a importância decisiva que ela tem para a educação. Toda educação comporta, pois, uma educação da religiosidade. Não se pode negar à criança a possibilidade da experiência de uma realidade superior a ela mesma, decisiva para sua realização mais plena.

#### *Um ser culturalmente situado*

67. O homem é um ser cultural em vias de realização. À luz da razão, ele se descobre a si mesmo e ao mundo em torno, como um repertório de possibilidades, em face das quais ele tem de se definir. Seu comportamento é pautado, na maioria das vezes, por respostas a desafios. Nessa permanente construção de si e do mundo, a cultura humana se revela como um processo situado de auto-realização do gênero humano, em busca da humanidade plena<sup>29</sup>.

Ao longo desse processo vão surgindo os diferentes estilos de vida de cada grupo humano concreto em suas expressões culturais próprias. Mais especificamente, em nosso país, grupos étnicos (indígenas e negros), segmentos etários (crianças, adolescentes e idosos), e setores sociais (lavradores, mulheres, menores) ou culturais têm sido sistematicamente impedidos de desenvolver suas potencialidades. Esta observação tem grande peso na discussão em torno de um projeto nacional de educação.

#### *Um ser marcado pela contradição*

68. “No íntimo do próprio ser humano muitos elementos se combatem. Por uma parte, ele se experimenta, como criatura multiplamente limitada; por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações a escolher entre elas e a renunciar a algumas... fraco e pecador, faz muitas vezes o que não quer e não realiza o que desejaria fazer”<sup>30</sup>.

O mal, no entanto, não existe somente como algo isolado no íntimo do homem; ele se “cristaliza em estruturas que, por sua vez, corrompem e pervertem os corações”<sup>31</sup>. Puebla chama esta realidade nada abstrata de “pecado social” e faz dele uma minuciosa

descrição<sup>32</sup>. Conclui dizendo que, “ao analisar mais a fundo tal situação, se descobre que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja, também outras causas da miséria”<sup>33</sup>.

#### *Uma pessoa eticamente orientada para a justiça e a fraternidade*

69. A educação requer explicitamente uma opção ética. Na perspectiva de uma educação libertadora cristã, prevalece a opção por uma ética do respeito ao outro, do diálogo e da fraternidade, pois o ser humano é essencialmente um ser comunitário e o relacionamento social é um fator básico do processo educativo. O egoísmo, o desconhecimento do outro, o desprezo de seus direitos, o ódio ao irmão estão na raiz do mal pessoal e social. Mulheres e homens são chamados a se respeitarem, a se amarem e a procurarem juntos o caminho de sua realização comum.

Cabe à missão educadora encaminhar as crianças e os jovens para o respeito mútuo, despertar-lhes a atenção e a estima pelos direitos humanos, pela prática da justiça e pelo cumprimento do dever, e sensibilizá-los para as exigências de uma fraternidade universal e concreta<sup>34</sup>. Este é o caminho seguro para a sua realização, como homens e mulheres, empenhados na construção de uma sociedade humana e fraterna capaz de superar a atual situação de “injustiça institucionizada”<sup>35</sup>.

### **Elementos sócio-políticos**

#### *Dimensão política intrínseca à educação*

70. Toda educação tem uma dimensão política, mesmo se implícita, pois o seu sentido é a busca do bem comum. O processo educativo (metodologias, técnicas, conteúdos, relacionamentos) tanto pode favorecer à formação de pessoas capazes de impulsionar as necessárias transformações do mundo e de resistir às opressões que condicionam nossa época, quanto pode ceder às forças de desumanização que mantêm as pessoas e os grupos em situação de dependência manipulando-os e sujeitando-os a estruturas injustas.

Nessa última hipótese impedirá as pessoas de exercerem suas prerrogativas como seres livres e responsáveis. Deixa, assim, de ser educação verdadeira para converter-se em instrumento condicionador de homens e mulheres acomodados, alienados ou apenas revoltados.

#### *Educação libertadora e não manipuladora*

71. A educação, pelo fato de ser gerada pela sociedade, não pode, como tal, escapar a certos condicionamentos da sociedade que a instaura. Tende, desta forma, a reforçar e justificar as estruturas e relacionamentos sociais pré-existentes e a adaptar as pessoas a essa sociedade. Os Bispos latino-americanos, no Documento de Medellín, tinham presente esse aspecto quando, propondo uma nova educação, diziam que ela devia antecipar a sociedade desejada para a América Latina. Isso só será possível se ela exercer corajosamente a sua função conscientizadora e crítica, de despertadora da vida e da esperança<sup>36</sup>. Essa nova educação deverá antecipar, pelos conteúdos, métodos e relacionamentos, a sociedade desejada para a América Latina. A sociedade que se quer, oferecerá condições para a formação de pessoas capazes de crer nessa sociedade nova, de amá-la e de por ela lutar.

#### *Dimensão política, mas não partidária*

72. As instituições educativas devem ter consciência da dimensão política de sua ação pedagógica e posicionar-se através de seus objetivos e práticas a favor da humanização e da construção da nova sociedade<sup>37</sup>. Cabe-lhes ser instância fundamental na educação para o exercício consciente dos direitos e deveres da cidadania. A cidadania



se traduz na consciência e na prática dos direitos e deveres; é a força do cidadão; é o seu "status", o seu distintivo, a sua forma de participar na construção da cidade. Os atos da cidadania é que vão garantir a implantação dos direitos<sup>38</sup>.

Nesse sentido, as instituições educativas e suas práticas não são politicamente neutras, pois se constroem desde princípios e objetivos éticos que implicam em tomadas de posição ante as propostas e os fatos políticos. Em situações concretas, a linha educacional tanto pode coincidir com os objetivos deste ou daquele dado partido, quanto deles divergir. O que a instituição educativa não pode fazer é assumir uma postura político-partidária que instrumentalize a educação a objetivos e estratégias que ferem sua função e natureza sociais.

#### *O direito da pessoa à educação*

73. A liberdade de educação é um direito fundamental da pessoa humana<sup>39</sup>. É um direito da pessoa o de educar-se. É um dever e um direito da sociedade e do Estado o de oferecer à pessoa os meios necessários para uma educação livre e autêntica. Esses dois aspectos são inseparáveis numa concepção completa de liberdade da educação<sup>40</sup>.

#### *Direitos da família e dos organismos intermediários*

74. A família, como fundamento da sociedade, é uma instituição insubstituível para a educação das novas gerações. A socialização dos jovens se faz hoje em um espaço social muito mais complexo do que em outras fases históricas, nas quais a família era quase que a única agência responsável pelo processo da educação. Hoje, sabidamente, ela divide essa atribuição com várias outras agências da sociedade e da cultura.

O Estado se fez muito presente na educação formal. Contudo, a família permanece a primeira e imprescindível instituição psico-sociológica na configuração da afetividade, da personalidade, das atitudes e das aprendizagens sociais dos filhos<sup>41</sup>. Surgiram novos agentes com poder de influenciar as novas gerações, tirando à família algumas de suas funções anteriores. Esses novos atores educativos não eliminam, no entanto, o influxo marcante da família na configuração da vida e da atuação da juventude. Mesmo no campo dos valores, das idéias e dos comportamentos, hoje fragmentado e controvertido, existe uma efetiva presença do grupo familiar.

À família cabe o direito e o dever de educar. Esses deveres e direitos se baseiam:

- na missão educadora da família e em seu direito de escolher para a educação dos filhos a escola ou outros instrumentos que, segundo as suas convicções, mais se coadunam com seus princípios religiosos e valores de vida. Neste princípio fundamenta-se, também, o direito ao ensino religioso em qualquer escola, como opção dos pais ou do próprio educando ao chegar à idade de decisão;
- no direito da pessoa humana, cuja dignidade se opõe ao constrangimento da consciência;
- no próprio regime democrático que, respeitando a liberdade da pessoa, rejeita o monopólio escolar, da parte do Estado ou de qualquer outra instância social.

75. Os organismos intermediários da sociedade, além da família e da sociedade organizada politicamente, têm direito a desenvolver uma ação educadora nos limites do bem comum e respeitados os direitos da pessoa e da família.

#### *Democracia social, educação e Estado*

76. A consciência da igual dignidade de todos os seres humanos postula o direito de todos, sem discriminação, a uma educação de qualidade. Ao direito inalienável a uma educação digna corresponde, da parte da sociedade, uma obrigação, também fundamental, de propiciar os meios necessários para que tal direito democrático seja concretizado para todos<sup>42</sup>. Portanto, todos os membros da sociedade são responsáveis

pela efetivação desse direito, não devendo renunciar à reivindicação dos meios que possibilitem seu cumprimento.

O Estado, administrador dos recursos que recebe da sociedade, deve providenciar, de modo eqüitativo, a distribuição dos meios que possam garantir o maior rendimento para a efetivação do direito de todos ao acesso à educação<sup>43</sup>.

#### *O Estado e o direito à educação*

77. O Estado, em sua função de garantir todos os direitos sociais, deve fomentar e defender os direitos básicos e o acesso à educação. Para isso é seu dever:

- fomentar uma escola pública de qualidade para todos;
- reconhecer o direito que as comunidades e grupos culturais têm de organizar escolas próprias, em todos os níveis, a partir de seus valores e concepção de vida, dentro das exigências da lei;
- garantir que o acesso a essas escolas seja possível nas mesmas condições que o acesso às escolas instituídas pelo Estado, de acordo com a livre opção dos pais;
- fornecer os recursos públicos necessários à sustentação destas escolas, sob o controle fiscal da comunidade e do Estado;
- garantir que a sociedade tenha o controle da qualidade do ensino e dos princípios morais da escola<sup>44</sup>.

#### **Elementos teológico-pastorais**

78. Ao levantar as dimensões filosófico-antropológicas e sócio-políticas da concepção cristã da educação, fizemos uma ou outra breve observação de índole teológica. Essa antecipação não foi casual. Deve-se ao fato de que não se pode separar a reflexão teológica, que tem sua fonte última na revelação de Deus e na fé professada pela Igreja, da realidade e da vida concretas do homem. Esse, na procura da razão de ser do mundo e da vida e do sentido de sua própria existência pessoal e histórica, abre-se irresistivelmente ao horizonte religioso. As diferentes religiões são expressão desse anseio profundo.

O Cristianismo, enquanto religião histórica, tem raízes nessa busca de sentido. Possui, contudo, algo de especificamente seu, enquanto se fundamenta na revelação amorosa de Deus que vem ao encontro do homem na pessoa de Jesus Cristo e pelo dom do Espírito da verdade que convence e conduz<sup>45</sup>.

79. Cristo não foi enviado para interromper o processo histórico-cultural e sim para lhe dar, em sua Pessoa, a dimensão e sentido últimos, decorrentes da misteriosa ação de Deus entre nós. Assim, a fé cristã, enquanto mensagem que nos transcende, está destinada a encarnar-se em todas as culturas, expressando, através delas, a força da graça e do Espírito de Deus. Para o cristão há uma continuidade entre o dado antropológico e sua realidade teológica mais profunda. O educador cristão sabe e crê que "O Verbo se fez carne e habitou entre nós"<sup>46</sup>.

#### *Pessoa criada à imagem e semelhança de Deus Trino*

80. A Revelação ensina-nos que o homem e a mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus<sup>47</sup>. Deus se nos revela como uma maravilhosa comunhão entre as três pessoas: Pai Filho e Espírito Santo. Assim, o ser humano, criado à imagem dessa Trindade, só o é plenamente enquanto realiza em sua história concreta essa comunhão profunda com a Trindade e com os irmãos. A educação cristã se entende, portanto, como uma educação para a comunhão, pois todos os seres humanos são por natureza seres-de-comunhão.

#### *Ser amado e salvo por Deus*

81. A graça de Deus atua em todo ser humano e na criação inteira. Ela é mais forte do que o pecado. Por este, o ser humano afasta-se de Deus, rompendo seu relacionamento com os outros e com toda a criação. Daí procede a divisão que tão profundamente o atinge em sua inteligência e vontade.

Mas, tanto amou Deus o mundo que lhe enviou seu Filho como Redentor. Em seu sangue, Ele nos reconciliou consigo<sup>48</sup>, entre nós e com a criação, libertando-nos gloriosamente do pecado e de todas as suas conseqüências, e dando-nos o Espírito Santo que nos capacita a cumprir a lei nova do amor.

A educação cristã consiste, portanto, em proclamar, como resposta completa a todos os anseios do coração humano, este amor salvífico de Deus, introduzindo o educando progressivamente na vivência quotidiana da fé, da esperança e do amor.

Esta educação explicita também a salvação que atua no coração de todos os homens de boa vontade, nos quais age a graça de Cristo de modo invisível.

#### *A ação educadora de Deus*

82. Concluindo sua exortação sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, o Papa João Paulo II lembra que a educação tem sua raiz mais profunda e tira sua força do próprio Deus, enquanto a ação educadora humana está intimamente ligada à paternidade e à maternidade, e Deus é o Pai que ama e educa seus filhos.

A representação da ação de Deus como ação educadora encontra fundamento na própria Escritura, quando o Deuteronomio alude à pedagogia divina na condução do Povo de Israel, como recorda o Papa.<sup>49</sup>

83. Eis algumas características da pedagogia de Deus no Antigo Testamento:

- A vontade soberana de Deus prepara com força e suavidade o momento de sua intervenção. Ele respeita amorosamente o momento histórico e as condições culturais dos destinatários de sua palavra. Até a revelação de quem Ele é, do seu nome<sup>50</sup> e das exigências fortes de seus desígnios é feita de modo progressivo, respeitando os ritmos e capacidade de aprendizagem do povo.
- A mensagem de Deus ao seu povo refere-se sempre a experiências e fatos vividos. É a partir de situações bem reais que os profetas discernem a vontade de Deus. Eles a expressam em gestos e em palavras. O dado da experiência é anterior ao elemento doutrinal.
- A pedagogia de Deus é a de alguém presente no meio das alegrias e inquietações que marcam a caminhada de Israel.
- Deus tem grande paciência com a infidelidade e as fraquezas do povo escolhido. Ele age como um Pai compreensivo que sabe reverter o erro em ponto de partida para o crescimento global do filho com a conseqüente superação da postura errônea. A Escritura apresenta a punição como um instrumento da pedagogia de Deus e uma demonstração de seu cuidado pelo pecador.<sup>51</sup>
- A Lei e os mandamentos que Deus entrega ao povo no Sinai adquirem seu verdadeiro sentido na perspectiva da eleição e da Aliança de Deus. A Lei não é um valor absoluto em si mesma. Ela vale por ser manifestação da vontade amorosa e salvífica de Deus. É entrando nessa perspectiva nova que o povo aprende a se tornar Povo de Deus e a viver as exigências da Aliança.

#### *Jesus educador*

84. A pedagogia do Antigo Testamento encontra no Novo Testamento sua expressão mais completa na maneira como Jesus, o Mestre, se relaciona com as pessoas e os acontecimentos, fala ao povo e educa o pequeno grupo de seus discípulos na compreensão dos valores do Reino<sup>52</sup>.

## 85. Eis alguns traços da pedagogia de Jesus:

– O núcleo fundamental de sua pedagogia é ensinar as pessoas a descobrirem a vontade do Pai através dos acontecimentos. Jesus ensina que Deus fala através de episódios concretos discernidos à luz da fé. Seu exemplo pede fidelidade e honradez em relação ao real. Esta é uma atitude pedagógica fundamental: não ter medo nem exorcizar a realidade como má para dela fugir, mas antes, descobrir em tudo o que acontece uma interpelação de Deus para converter-se, aceitar, lutar contra ou transformar, conforme cada caso. A pedagogia de Jesus se baseia, além disso, numa identidade entre o que Ele faz, diz e é.

– Jesus ensina sempre desde a vida quotidiana em toda sua simplicidade. Ao mesmo tempo, suas parábolas têm sutileza, respeitam a inteligência e a acuidade de quem escuta e são um instrumento sutil na disputa com os rabinos de seu tempo. É por essa via que Ele transmite a imagem do Pai e revela os caminhos de seus desígnios. Ele demonstra uma consciente preferência pelos pequenos, pelos desprotegidos, pelos pobres. Jesus vai ao encontro deles e os acolhe, ali onde estão. Também aí não há separação entre o agir e o falar.

– Jesus tem maneiras diferenciadas e progressivas de apresentar o Reino de acordo com a situação de cada interlocutor. Não tem receio de propor compromissos e exigências maiores, como no sermão da montanha<sup>53</sup>. Parece querer chegar a cada pessoa e partir da realidade e percepção que essa tem do seu caminho. É assim com a mulher pecadora, com Nicodemos e com os apóstolos<sup>54</sup>.

– É pedagogicamente notável o modo como Jesus trabalha no polimento da espiritualidade, da visão de mundo e da personalidade de cada um de seus discípulos. Ele revela uma atenção e acolhimento muito grandes às condições psicológicas e espirituais de cada um deles. Assim, por exemplo, no caso de Pedro, de João e de Levi<sup>55</sup>. Só aos poucos Ele os vai introduzindo nas exigências do seguimento. Eles não seriam capazes de entender a missão antes de passar por um tirocínio, no qual seus defeitos e suas qualidades foram sendo trabalhados, em função da tarefa que lhes seria pedida mais tarde.

*Jesus verdade que liberta e caminho que educa*

86. Toda a vida de Jesus está centrada na revelação do Pai e no anúncio do Reino de Deus. Jesus não prega apenas a criação de um estado de espírito ou de uma postura interior ao coração do homem. Para Ele, o Reino de Deus “significa, sobretudo, uma atuação de Deus agindo na vida pessoal e social do homem, de tal forma que se torna o valor supremo, o realmente absoluto da vida humana<sup>56</sup>. É o que a vida de Jesus nos mostra, em todos os seus momentos. Vivendo e pregando o Reino, Jesus dedicou sua vida ao cumprimento da vontade do Pai, até a morte. Ele não só pregou o Reino: Ele o viveu. É isto o que a sua vida, morte e ressurreição nos ensinam. É por isto que Ele é caminho, verdade e vida<sup>57</sup>. Como Verdade de Deus, “Ele é a Verdade que liberta o homem para Deus, e assim o liberta para os outros e para si”<sup>58</sup>. No mundo dividido e de não-fraternidade no qual atua, o educador cristão precisa fazer o caminho de Jesus: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”<sup>59</sup>.

87. Para o educador cristão, Jesus, no dom do Espírito, comunica o reino de Deus. É nele que se realiza a salvação gratuitamente oferecida a cada pessoa e à humanidade inteira. Nele se concretiza a libertação de todas as misérias e opressões, cuja raiz última é o pecado. O Reino de Jesus visa instaurar uma nova ordem de vida e convivência na justiça, na fraternidade e na paz. Realiza-se na comunhão profunda das pessoas entre si e na participação, aqui e agora, da própria vida trinitária de Deus, cuja plenitude se alcançará na eternidade, onde Deus será tudo em todos<sup>60</sup>. Acha-se já presente em germe e cresce nesta História concreta que vivemos, como bem o mostram as parábolas de Jesus, por exemplo a do semeador, a da semeadura do joio no meio do trigo<sup>61</sup>. É um Reino que, “embora sendo dom e graça de Deus, precisa ser construído, aqui e agora, através dos esforços humanos”<sup>62</sup>. Abre-se, nesta visão teológica, uma rica fonte de inspiração para a ação e a espiritualidade do educador cristão.

### *Ação Pastoral e Educativa da Igreja*

88. Toda a comunidade eclesial – os fiéis leigos, os religiosos, os ministros ordenados – recebe a fecundidade do Espírito Santo. Numa recíproca comunhão e participação, toda ela participa da mesma força do Espírito que a envia para testemunhar ao mundo o desígnio amoroso do Pai.

89. Por seus diversos movimentos e pastorais, em especial através da dimensão pedagógica de sua ação, a Igreja testemunha o sentido profundo da construção da sociedade e atua na formação da consciência e da liberdade de todos os irmãos. É por essa razão que, como diz Puebla, sua ação educadora tem uma dimensão evangelizadora intrínseca, embora sem se identificar com o conteúdo essencial da evangelização<sup>63</sup>. Educação e evangelização têm, cada uma, finalidades e conteúdos distintos e próprios. Por um lado, a prática evangelizadora deve ser sempre processo que integra fé e vida, em nível social e pessoal, e, por outro, a prática educativa autêntica carrega sempre em si dimensões e valores da boa nova do Reino.

90. A Igreja, Mãe e Mestra, não existe para si mesma. Ela está a serviço do projeto de Deus que supera os limites de sua realidade e ação visíveis. Como Jesus, a Igreja faz do Reino de Deus o centro de sua vida e de sua ação educadora. Desta forma, a compreensão última que a Igreja tem de sua ação educadora decorre da auto-compreensão que ela tem de seu mistério e de sua missão de ser sacramento, instrumento e sinal do Reino, seu início e germe aqui na terra.

### *Ação educativa e espiritualidade*

91. Todo cristão é chamado por Deus a viver profeticamente (pelo anúncio, denúncia e testemunho) as funções da Igreja, embora cada um o deva fazer na linha do carisma e da vocação à qual Deus o chama. Por isso, toda ação educadora cristã deve provir de uma viva espiritualidade que tem sua fonte no próprio Deus-educador. Assim, no educador, fé e serviço ao Reino alimentam-se reciprocamente.

92. A missão evangelizadora do educador cristão, à luz da libertação de Jesus e dos demais valores do Reino, desafiará e levará à revisão constante das práticas educativas, muitas vezes negadoras desses valores. Neste contínuo exercício de revisão de vida, o educador poderá melhor discernir a sutil maneira com que Deus mesmo o educa e o leva a um compromisso cada vez mais profundo com o seu serviço, que se torna fonte de fecunda espiritualidade. Poderá, assim, testemunhar aos educandos, por palavras e fatos, o amor libertador de Deus, como aconteceu na vida do próprio Jesus<sup>64</sup>.

### *Igreja e herança do passado*

93. Na primeira parte (nos. 37-42), vimos a intensa ação educacional exercida pela Igreja em nosso país. Reconhecemos aí um trabalho ingente que trouxe grandes benefícios para o nosso povo. Mas reconhecemos também limitações e omissões devidas, em parte, às próprias condições daqueles tempos passados. Olhando desde hoje o conjunto dessa herança, os católicos de hoje, principalmente os que militam na educação, devem se sentir mais desafiados a serem fiéis aos compromissos aqui afirmados, em especial aos que decorrem da evangélica opção preferencial pelos pobres e dos valores que a Igreja sempre defendeu como essenciais à realização do homem e ao bem comum.

## **Elementos pedagógicos**

### *Características da educação evangélico-libertadora*

94. Em Puebla, os bispos destacam as seguintes características da educação que eles próprios chamam de “educação-evangelizadora”. Essa educação deve<sup>65</sup>:

- “Humanizar e personalizar o homem, para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa Nova: o desígnio salvífico do Pai em Cristo e na sua Igreja.
- Integrar-se no processo social latino-americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual, entretanto, coexistem valores e contra-valores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente reevangelizada.
- Exercer a função crítica própria da verdadeira educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação os princípios culturais e as normas de integração social que possibilitem a criação de uma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna, em outras palavras, educação para a justiça.
- Tornar o educando em sujeito, não só do seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço”.

#### *Opção pelos pobres e pedagogia pastoral*

95. Ao fazerem essa proposta, os Bispos reconhecem que a evangélica opção preferencial pelos pobres constitui um ponto de referência pedagógico e pastoral indispensável para a ação educativa da Igreja. Deve nascer daí uma pedagogia evangélico-libertadora que traga vida para toda a sociedade, a começar pela própria Igreja e suas instituições<sup>66</sup>.

A evangélica opção preferencial pelos pobres deve ser, assim, uma inspiração de fundo do serviço educativo que a Igreja presta à sociedade. Os educadores e as instituições católicas deverão com ela se comprometer, seja no que diz respeito ao processo educativo, seja no que se refere às prioridades de investimento.

A maneira e a medida em que a opção pelos pobres irá pautar cada instituição educativa concreta, dependerão, naturalmente, das exigências, responsabilidades e funções de cada instituição. Uma é a responsabilidade de instituições católicas, outra a de um professor de ensino religioso numa escola da rede oficial, ou de um educador de rua, que atua em condições informais. Mas todos, de alguma forma, porque agindo como cristãos, devem orientar sua ação, sua organização e seus objetivos pela mesma opção de fundo que a Igreja faz neste momento da História. Trata-se, ao lado de outras dimensões da educação, de assumir como compromisso a defesa das legítimas reivindicações das classes populares.

#### *Superar os modelos educacionais vigentes*

96. “A educação evangélico-libertadora transforma o educando em sujeito do próprio desenvolvimento e do desenvolvimento social. Favorece sua personalização, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, permitindo sua livre auto-determinação, promovendo seu sentido comunitário, na formação para o serviço. Orienta-se para a libertação cristã que torna o educando acessível à plena participação no mistério de Cristo Ressuscitado. Oferece-lhe os instrumentos que possibilitam a transformação social, rumo ao homem novo e à sociedade nova. Cria condições para uma nova maneira de ser, de viver e de conviver que possibilita a comunhão dos homens entre si e com Deus, veiculando os valores evangélicos da verdade, da justiça, da partilha, da solidariedade, da igualdade. Sua prática é essencialmente dialógica”. Trata-se de um diálogo crítico e criativo que se nutre do amor, da humildade, da esperança, da fé e de confiança.

A educação evangélico-libertadora desafia, à luz dos valores do Reino, o educador, as instituições, os conteúdos, as metodologias e as relações educativas, exigindo a revisão continuada de práticas educativas que, muitas vezes, favorecem as desigualdades sociais, a eliminação dos mais pobres, reforçando o individualismo, a competição; favorecem, enfim, o próprio sistema injusto que se denuncia verbalmente<sup>67</sup>.

#### *Um processo educativo novo*



97. Para que as perspectivas educacionais aqui propostas não se esvaziem nem se tornem um lugar comum, é preciso ter a coragem de assumir um processo educativo global que parta de um novo lugar social – isto é, das multidões marginalizadas – e que se oriente e vá até os novos sujeitos históricos da sociedade que emerge. É sobretudo para a formação desses novos sujeitos que ela deve estar voltada.

Qualquer trabalho educativo cristão, em qualquer meio social, deve ser revisado a partir do lugar dos interesses sociais dos grupos historicamente colocados à margem da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Isso questiona a instituição e o educador cristão conscientes. Exige deles uma opção<sup>68</sup>.

#### *Desafios para a educação superior católica*

98. O grande desafio para as universidades e instituições de ensino superior católicas é, justamente, o de serem católicas e, como tal, de conseguirem criar condições para a formação de lideranças que saibam unir fé, cultura e vida. Além disto, cabe-lhes assumir, perante a sociedade, a dupla missão de aprofundamento do saber humano e de preparação dos profissionais necessários à aplicação e difusão desse saber em benefício das necessidades e aspirações das pessoas e das comunidades.

Ambas as atividades deverão ser exercidas sob a inspiração da mensagem cristã, seja pela complementação da investigação das verdades humanas com a transcendência da verdade revelada, seja pela aplicação das descobertas científicas, respeitados os valores éticos do ser humano. Isso se fará pela promoção do diálogo entre a fé e as ciências humanas, enriquecendo-se mutuamente e pela inclusão da formação ética dos que serão os profissionais de amanhã.

Ao mesmo tempo, a inspiração cristã levará as instituições de ensino superior católico a partilhar os frutos do conhecimento com as comunidades de modo a promover programas de colaboração e intercâmbio com vistas ao benefício e à participação de todos nos avanços que se dão pela mediação do saber superior<sup>69</sup>.

### **III. PARTE: POSICIONAMENTOS E PROPOSTAS**

#### **Educação, prioridade nacional**

99. A comunidade cristã não pode ficar indiferente diante do descaso com que é tratada a educação no Brasil. Se quisermos superar o círculo vicioso da “miséria que gera miséria”, a Igreja e toda a sociedade brasileira deve passar a assumir a educação como verdadeira PRIORIDADE NACIONAL.

Isso exige uma radical mudança de mentalidade, tanto da parte de legisladores e governantes, como da parte de amplos setores da sociedade e, em muitos casos, também das pessoas que lidam diretamente com a educação, assim como de professores, pais e alunos. Nos próprios planos de pastoral da maioria de nossas Dioceses não consta uma pastoral da educação.

Neste momento, quando se buscam saídas para a crise sócio-econômica e é elaborada uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, parece-nos indispensável apresentar claramente a toda a sociedade as seguintes propostas:

#### **Direito à educação de qualidade**

100. A Igreja defende o direito de todos a uma educação de qualidade e apóia decididamente todo o esforço empreendido para a realização desse direito fundamental<sup>70</sup>.

– Os diversos setores da pastoral e as comunidades cristãs devem engajar-se na defesa do direito de todos a uma escola de qualidade.

- A Igreja apóia todo esforço que vise a melhoria da qualidade do ensino, em todas as instituições educacionais e em todos os níveis do ensino. O investimento de maior volume de recursos para a educação é um dos fatores importantes para obter essa melhoria de qualidade, embora, certamente, não seja o único.
- Apóia, de maneira particular, o empenho pela melhoria da qualidade educativa nas escolas de ensino fundamental que atendem às populações mais carentes, uma vez que elas deveriam ter condições de compensar aspectos que a família não tem possibilidade de oferecer.
- A sociedade tem obrigação de oferecer oportunidades privilegiadas de educação alternativa e específica aos portadores de deficiências físicas ou mentais.
- Particular atenção seja dada às crianças e adolescentes que se vêem fora do sistema educativo, forçados a trabalhar pela própria subsistência, muitas vezes para garantir o sustento da própria família<sup>71</sup>, ou desencaminhadas para a marginalidade. Seja incentivada a criação de Conselhos de Direitos, em todos os níveis, para garantir as políticas públicas em benefício dessas crianças e adolescentes e sejam estimuladas pesquisas<sup>72</sup>, experiências novas e novas propostas com vistas à inserção dessas crianças e adolescentes, hoje excluídos do ensino fundamental.
- O direito fundamental do ser humano à educação inclui o direito a receber a formação necessária para o pleno exercício da cidadania e para o exercício de uma profissão e, portanto, isso também deve fazer parte das reivindicações em favor de uma educação fundamental.
- Merece especial apoio a iniciativa da “Escola-Família-Agrícola” que valoriza e integra a cooperação da família rural e os esforços de adaptar a escola às necessidades do campo.

### Política educacional coerente

101. A Igreja defende a elaboração participativa de uma política educacional capaz de dar unidade às ações educativas dos diversos organismos do governo em âmbito nacional.

- Deve haver ampla participação de toda a sociedade na elaboração dessa política nacional de educação, de tal maneira que na definição dos destinos da educação interesses econômicos, corporativos, partidários, ideológicos ou individualistas não prevaleçam sobre os da comunidade nacional, como um todo<sup>73</sup>.
- É importante que a sociedade crie mecanismos capazes de exigir e fiscalizar a correta aplicação do volume de recursos que, por força de determinação constitucional, devem ser destinados à educação.

### Educação para a cidadania

102. A Igreja defende uma educação que vise capacitar para o pleno exercício da cidadania<sup>74</sup>.

- Numa sociedade como a nossa que, ao longo de sua História, negou o acesso e até o direito de cidadania a grande parcela da população (pobres, trabalhadores rurais, índios, negros, mulheres...), o processo educativo deve constituir-se em exercício de cidadania, participação, respeito aos direitos iguais de todos e prática dos próprios deveres. Nesse sentido, o educando nunca pode ser mero receptor passivo de conteúdos já elaborados.
- Merecem apoio as práticas que possam ajudar a imprimir um caráter verdadeiramente público às instituições estatais, com uma participação gradativa da Comunidade em colegiados de deliberação, formulação de políticas educacionais e uma gerência transparente dos recursos disponíveis.
- Nas instituições e nos processos educativos da própria Igreja, precisamos assumir e viver com maior coerência o testemunho de participação e co-responsabilidade sem descaracterizar a diversidade de funções ou a identidade dessas instituições.

### Educação e cultura

103. A educação deve valorizar a memória cultural do povo e sua capacidade criativa<sup>75</sup>.

- Para resgatar a memória cultural, os grupos, movimentos e organizações populares, assim como as escolas e outras instituições devem realizar pesquisas, incentivar as festas populares e adaptar e diversificar as formas de educação – e até da pastoral – de acordo com as peculiaridades culturais e regionais.
- Deve acolher também os valores legítimos que surgem da tecnologia e da modernidade, e utilizar seus instrumentos, desenvolvendo, simultaneamente, a capacidade crítica com relação aos contra-valores transmitidos e com relação à força potencialmente destruidora desses meios<sup>76</sup>.

### Educação e comunicação

104. O desenvolvimento da capacidade crítica diante da comunicação social é responsabilidade da família, da escola e da comunidade<sup>77</sup>.

- Ante os contra-valores transmitidos especialmente pelos meios de comunicação e sua potencialidade destruidora, é imprescindível educar para não ser ingênuos consumidores de mensagens que levam à perversão dos valores básicos da vida, da justiça, da fraternidade, assim como à violência, ao permissivismo sexual ou ao descrédito da instituição familiar, do conceito de ordem social, da honestidade nos negócios, de seriedade nos compromissos que se assumem em relação ao amor humano, do respeito ao bem público e alheio.
- A leitura crítica dos meios de comunicação social ajuda as pessoas a desenvolverem a consciência de cidadania, o engajamento político, fazendo-as, ao mesmo tempo, partícipes de uma cultura mais universal e de um saber sistematizado e científico.
- Para isso, é necessário formar equipes integradas de educadores e comunicadores, capacitar agentes, dar apoio aos comunicadores que tentam colocar a comunicação a serviço da educação, formar grupos de jovens ou adultos para discussão dos programas de televisão em paróquias, grupos e escolas.
- Deve-se exigir que as emissoras de rádio e televisão apresentem, diariamente e em horário nobre, programas educativos dirigidos a crianças, jovens e adultos (art. 221 da Constituição Federal). Deve-se, porém, dar especial atenção à elaboração destes programas, a fim de que não venham alimentar a ideologia dominante com o fortalecimento de atitudes consumistas, competitivas e egoístas ou, simplesmente, enriquecer as agências que os produzem, às custas de recursos públicos.

De outro lado, ao mesmo tempo que se desenvolve a capacidade crítica, é preciso acolher os valores que surgem da tecnologia e da modernidade, bem como a riqueza cultural que os meios de comunicação podem oferecer.

### Educação popular

105. As pessoas, movimentos e serviços que atuam junto aos grupos populares ou indígenas devem examinar seu próprio processo de intervenção, metodologia e relações que estabelecem no trabalho ou no serviço prestado<sup>78</sup>.

- Quem atua nos meios populares, como agente externo ou como liderança comunitária, deve perguntar-se continuamente se os processos educativos implícitos em sua atuação e as relações estabelecidas contribuem para o crescimento da consciência e da organização social, e da prática de cidadania nas pessoas, grupos e comunidades ou se reforçam formas de submissão, individualismo e dependência.
- Não seria compreensível que pessoas e grupos engajados por longos anos em organizações e movimentos ligados à Igreja permanecessem analfabetos ou semi-analfabetos. Neste caso, os agentes de pastoral que atuam em tais áreas deveriam perguntar-se se não estão contribuindo, ao menos por omissão, para perpetuar os laços de submissão e dependência<sup>79</sup>.
- Que o potencial da TVE seja aproveitado para a organização de uma ação conjunta com escolas e comunidades para alfabetização e ensino básico, ação sincronizada com a distribuição de material didático adequado.

## Educação e família

106. A Igreja defende o direito e o dever da família educar seus filhos, a partir de seus próprios princípios religiosos e valores de vida<sup>80</sup>.

– Sendo um dos primeiros agentes de inculturação e evangelização, a família deve ter a devida prioridade no processo de educação e deve ser ajudada no desempenho dessa difícil missão, através de um trabalho sério e constante, pelos vários serviços pastorais da Igreja e também pelas escolas da rede oficial ou particulares<sup>81</sup>.

– Todas as paróquias e serviços de pastoral e, principalmente, as pastorais de juventude, da família e da educação, assim como o ensino religioso e a catequese, devem dar particular ênfase à preparação dos jovens em vista de sua vocação na Igreja e no mundo, ajudando particularmente aqueles que se preparam para a constituição da própria família<sup>82</sup>.

A Igreja lembra às famílias e aos educadores a responsabilidade de promover a educação da afetividade e sexualidade de maneira positiva, dinâmica e integradora dos seus diversos níveis, com abertura à sociedade e à transcendência, dentro de uma visão evangélica.

## Ensino religioso

107. O ensino religioso deve fazer parte do currículo escolar de forma interdisciplinar, visando à educação integral do aluno<sup>83</sup>.

– O ensino religioso escolar visa a educação plena do aluno, a formação de valores fundamentais através da busca do transcendente e da descoberta do sentido mais profundo da existência humana, levando em conta a visão religiosa do educando. O ensino religioso deve encaminhar os alunos para a respectiva comunidade de fé, onde nas Igrejas cristãs se dá a evangelização, através da catequese, da celebração, da prática e da vivência religiosa. Deve ser mantida – sobretudo para a escola da rede oficial – a distinção e complementariedade entre ensino religioso e a catequese<sup>84</sup>.

– “O ensino religioso deve procurar relações interdisciplinares com as outras matérias escolares, uma vez que juntamente com os outros ensinos tende à promoção cultural dos alunos”<sup>85</sup>.

– Os professores de ensino religioso estejam plenamente inseridos no contexto das instituições escolares, sem que haja discriminação nem privilégio de qualquer natureza.

– Exige-se, igualmente, uma sólida e adequada formação dos mesmos, para a qual a Igreja, nas suas várias instâncias, tem o direito e o dever de dar a sua colaboração efetiva e permanente.

– O respeito à liberdade religiosa do aluno deverá encontrar a indispensável garantia na legislação, nas estruturas e programas das escolas.

## Gratuidade do ensino fundamental para todos

108. A Igreja defende a gratuidade total para o aluno do ensino fundamental (primeiro grau), a ser financiado pelo poder público, tanto nas escolas estatais como nas escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, excluindo as escolas que têm finalidades lucrativas<sup>86</sup>.

– Consideramos, entretanto, que só haverá verdadeira igualdade de oportunidades para todos, com real liberdade de escolha da educação desejada para os filhos, quando o acesso aos vários tipos de escola e aos diversos graus de ensino se tornar possível para todos.

– Os recursos públicos aplicados nas escolas deverão ser fiscalizados por conselhos que incluam professores, diretores, pais de alunos e outras pessoas representativas da sociedade. É importante, contudo, que as unidades escolares tenham a necessária

liberdade e autonomia pedagógica para preservar a continuidade e regularidade das atividades educativas.

### Valorização do educador

109. A Igreja defende a valorização do educador como pessoa, como cidadão e como profissional<sup>87</sup>.

– É necessário garantir melhores condições de trabalho e uma remuneração justa para os profissionais da educação e tanto as pastorais organizadas da Igreja, como os grupos e movimentos sociais devem empenhar-se nessa tarefa.

– A valorização do educador implica, ainda, a melhoria das instituições formadoras, principalmente nos cursos de magistério e pedagogia.

– Da parte do educador, é necessário que haja uma disposição para o estudo, um sério compromisso com a competência e a realimentação contínua de seu compromisso profissional<sup>88</sup>.

– Ao educador cristão recomendamos que procure aprofundar, junto com seus companheiros, uma espiritualidade própria do educador cristão. Estarão, assim, ajudando-se mutuamente a integrar as dimensões profissional, familiar, humana e religiosa de sua vida<sup>89</sup>.

### Conflitos em educação

110. A Igreja orienta para uma vivência, com serenidade adulta, dos conflitos e tensões sociais que se refletem também na educação<sup>90</sup>.

– As tensões vividas na sociedade manifestam-se também na educação e na escola e, com relativa frequência, explodem em conflitos que envolvem, dividem e por vezes confrontam grupos e pessoas. Quando vividos de maneira crítica e abordados num diálogo adulto, tais conflitos poderão contribuir para o fortalecimento da comunidade educativa, inclusive para uma melhor definição da instituição em sua identidade.

### Educação católica

111. A Igreja reconhece o valor social e a potencialidade pastoral e cultural das instituições educacionais católicas e apóia decididamente aquelas que se empenham por expressar na prática a sua identidade evangélica confessional, comunitária ou filantrópica<sup>91</sup>.

– Para ser coerente com os princípios da fé, uma escola que se define como católica deve empenhar-se por oferecer uma educação evangélico-libertadora que inclua, junto com a capacitação técnica e científica de qualidade, a formação para a solidariedade humana, o incentivo para o cumprimento dos próprios deveres e a promoção dos direitos de todos, desabrochando em verdadeira fraternidade e abertura à transcendência e aos valores do Reino de Deus. A Igreja se interessa pela sobrevivência dessas instituições, pleiteando, inclusive, uma legislação justa que possibilite seu equilíbrio financeiro.

– A escola católica só tem razão de ser na medida em que se empenha por assumir sua identidade evangélica, que implica uma identidade “comunitária” e, como tal, dever ser definitivamente assumida na correta concepção de “escola pública”. Estas, com efeito, não são apenas aquelas criadas pelo Estado, mas também aquelas que, surgindo de setores vivos da sociedade, formam para a cidadania; aplicam todos os seus recursos na educação, caminham decididamente na linha da transparência administrativa; promovem e vivem o espírito participativo; inserem-se efetivamente na comunidade e na vida do povo a que servem e são lealmente abertas à generosa vertente democrática da sociedade.

– Apesar de todos os condicionamentos e limitações, as escolas católicas devem continuar a elaborar e concretizar os seus projetos educacionais de forma participativa e à luz da fé e da vivência cristã, de modo a oferecer uma educação de qualidade, a produzir novos conhecimentos e serviços que colaborem para o desenvolvimento

econômico, cultural e social, sobretudo das grandes maiorias<sup>92</sup>. Deve-se notar que a educação participativa supõe uma aprendizagem através da prática da participação.

– As escolas católicas solidarizem-se com os grupos e pessoas que lutam para que a educação seja, de fato, um direito de todos, e repudiem qualquer prática que a torne simples bem de consumo ou meio de enriquecimento.

– Por isso, as escolas católicas não aceitam nem podem aceitar a mercantilização da educação. Seus recursos materiais e financeiros são apenas instrumentos necessários para desenvolver a ação educativa, científica e cultural. Elas têm direito aos recursos públicos, pois não têm por objetivo auferir lucro.

– As escolas católicas têm a responsabilidade de oferecer o ensino básico da fé católica e de oferecer oportunidades de aprofundamento e vivência da mesma, encaminhando o educando a se integrar na comunidade eclesial onde poderá crescer na sua fé. Deverão incentivar também, em particular as de nível superior, o diálogo da fé com a ciência e com as diversas culturas, buscando discernir os valores fundamentais que tornam possível a evangelização em profundidade.

### Missão da universidade e IES católicas

112. As Universidades e instituições de ensino superior devem estar a serviço do desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, da transformação das estruturas econômicas, jurídicas e sócio-políticas injustas, da procura de uma sociedade mais participativa e solidária e da criação de uma cultura mais encarnada na vida do povo<sup>93</sup> e da formação de profissionais do ensino e da convivência humana.

– Para isso, será necessário que elas ofereçam um ensino competente, promovam o diálogo interdisciplinar e aceitem uma justa liberdade de pensamento<sup>94</sup>.

– Uma universidade ou instituição católica de ensino superior deverá formar o profissional competente (ensino), ser capaz de acolher o saber acumulado e fazer avançar o conhecimento (pesquisa) e servir à comunidade em que se encontra e à comunidade nacional (extensão) e oferecer aos membros da comunidade educativa oportunidades de aprofundar seu conhecimento e experiência da fé (pastoral).

– Nesse sentido, os cursos de teologia ou de cultura religiosa, que exigem e formam professores competentes, constituem um lugar privilegiado para promover o diálogo entre a fé, a cultura e a ciência.

– A universidade “é chamada a uma contínua renovação, enquanto Universidade e enquanto Católica”<sup>95</sup>.

– Ela deve formar pessoas qualificadas e críticas, capazes de agir com competência profissional e como agentes de transformação da sociedade.

– Deve, ainda, procurar meios de colocar o saber nela produzido a serviço da sociedade, principalmente daqueles que não tiveram nem terão acesso ao ensino superior, mas ajudam a sustentá-lo.

– Sua tarefa prioritária é “unificar existencialmente no trabalho intelectual, duas ordens de realidades que, muito freqüentemente, se pretende opor como se fossem antitéticas: a investigação da verdade e a certeza de conhecer já a fonte da verdade”<sup>96</sup>.

### Ação Pastoral da Igreja

113. Toda ação pastoral da Igreja deve ser, cada vez mais, baseada na pedagogia da fé e na metodologia dinâmica e criativa que promova a comunhão e participação<sup>97</sup>.

– Devemos tomar consciência, cada vez mais clara, dos processos pedagógicos que podem tornar mais eficazes: a preparação e celebração dos sacramentos, os cursos, encontros e reuniões em todos os níveis de Igreja e, em especial, a liturgia dominical, onde a Eucaristia é celebrada e a Palavra de Deus é proclamada e explicada.

– O planejamento participativo da ação pastoral nas paróquias e dioceses pode ser um excelente processo de aprendizagem e crescimento nessa pedagogia da participação e comunhão.

– A articulação de ações em torno de serviços pastorais e a organização dos fiéis em torno de movimentos e associações podem tornar-se excelentes instrumentos de



formação do cristão como agente ativo em sua comunidade e como cidadão consciente e comprometido com a construção de uma sociedade mais próxima do plano de Deus.

– Para isso, é necessário que prevaleçam na Igreja as relações de diálogo, a disposição para acolher os outros como eles são e como eles pensam e um profundo respeito pela igual dignidade de todos.

– Se assumirmos a ação pastoral da Igreja como um verdadeiro processo pedagógico, sentiremos a necessidade de avaliar continuamente o conteúdo das pregações, a forma de apresentá-las, a liturgia, os gestos e o canto, assim como as relações dos agentes de pastoral e os fiéis e dos agentes entre si, para corrigir eventuais deficiências que diminuem consideravelmente o potencial pedagógico da ação da Igreja e, por vezes, podem transformar nossa ação em verdadeiro contra-testemunho.

### **Pastoral da educação articulada**

114. Dada a complexidade da educação e da sua importância fundamental para a formação da pessoa e da sociedade, deve haver na organização pastoral da Igreja (paróquias, dioceses, regionais) um setor que cuide, de maneira articulada e organizada da pastoral da educação. É urgente que esse setor seja apoiado e dinamizado e, quando não existe, seja organizado<sup>98</sup>.

– A pastoral da educação deve ser um setor dinâmico da pastoral, articulado em trabalho conjunto com movimentos de educadores católicos e organismos de educação ligados à Igreja – tais como AEC – Associação de Educação Católica; ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas; MEB – Movimento de Educação de Base; Equipes Docentes e outros.

– Além de acompanhar criticamente a problemática do mundo da educação, através desse setor, a Igreja pode contribuir: para que a educação seja conscienci-zadora e libertadora e não se transforme num processo alienador das pessoas; para que a educação não seja um processo de fechamento, mas de abertura da pessoa ao Deus da vida e ao mistério da salvação plena em Jesus Cristo; para a revisão de práticas educativas que favoreçam ou reforcem atitudes que se opõem aos valores evangélicos. Estes devem impregnar as estruturas, os processos educativos, a vida dos educadores e educandos, de tal maneira que se tornem o eixo ao redor do qual se organiza toda a prática educativa<sup>99</sup>.

– A pastoral da educação deve preocupar-se com o crescimento do educador cristão, promovendo a formação de grupos de educadores que, em comunidade, partilhem a reflexão sobre a vida pessoal e profissional à luz da Palavra de Deus, a revisão de vida e a troca de experiências sobre o testemunho cristão.

– A pastoral da educação deve agir de maneira articulada com outras instâncias da pastoral organizada da Igreja, em particular com as pastorais populares, de juventude e universitária, a pastoral da criança e do menor, oferecendo sempre a sua contribuição específica e o possível apoio pedagógico.

---

#### **Nota:1**

O papa refere-se ao “desafio do contraste entre dois brasis: um altamente desenvolvido, pujante, lançado rumo ao progresso e à opulência; o outro que se reflete em desmesuradas zonas de pobreza, de doença, de analfabetismo, de marginalização... Problemas graves como este não podem ser estranhos à Igreja” (Mensagem ao Episcopado Brasileiro, 09/04/1986, n.3).

#### **Nota:2**

Como não sublinhar a conaturalidade que existe entre a missão da Igreja e o esforço de instruir e educar?... Durante toda a sua história (a Igreja) tem sido fiel à sua função educativa (João Paulo II, Visita ad limina, NE II-III, 1985, n.5).

#### **Nota:3**

O ‘misterium salutis’ é, ao mesmo tempo, serviço ao homem- pessoa e sociedade, às suas necessidades espirituais e temporais, aos seus direitos fundamentais, à sua convivência humana e civil (JP II, Mensagem ao Episcopado do Brasil, 9/4/86, n.2). Esses graves problemas não podem ser estranhos à Igreja, ao menos pelos aspectos éticos que eles comportam. (Ibid. n.3).

#### **Nota:4**

Não basta um simples levantamento dos fatos...É necessário delinear um quadro preciso e concreto das reais circunstâncias sócio-culturais e eclesiais... Ainda mais importante é a interpretação dessa situação. Essa é exigida pela ambivalência e por vezes contradição com que está marcada a situação. (Pastores Dabo Vobis, março 1992, n.10).

**Nota:5**

**ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art.26:** "Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, será baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos".

**Nota:6**

**Constituição Brasileira, Art. 205:** "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

**Nota:7**

**Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8069/90, cap. IV. Pacto Pela Infância, 13/11/1991 - UNICEF, CNBB, ONG.**

**Nota:8**

Dados do IBGE mostram algumas melhorias quantitativas na educação da pré-escola e do primeiro grau, por exemplo:

- que o número de professores de primeiro grau no Brasil passou de 825.253, no ano de 1980, para 1.268.403 em 1989, representando um aumento superior a 50%;
- que a frequência à pré-escola, faixa etária de 5 a 6 anos, passou de 23,5% em 1981 para 48,2% em 1989;
- que a taxa de escolarização entre as classes de renda mais baixa (até ¼ de salário mínimo per capita) passou de 61,9% em 1981 para 72,7% em 1989. (In IBGE Crianças e Adolescentes, Vol. 3 - Indicadores Sociais, publicação de Outubro de 1991).

**Nota:9**

É difícil precisar o número de crianças e adolescentes fora da escola ou que nunca frequentaram a escola. Pelos dados do MEC, a educação no Brasil na década de 80, em 1989 havia 6.817.811 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos analfabetos.

É particularmente dolorosa a situação de inúmeras crianças que devem acompanhar suas famílias, principalmente no Nordeste, no trabalho do corte de cana, ficando excluídos da educação escolar.

**Nota:10**

1/4 dos alunos da primeira série do Primeiro Grau não alcança a aprovação (IBGE, Indicadores Sociais, op. cit., p.40).

**Nota:11**

IBGE, Indicadores Sociais, op. cit., p.44.

**Nota:12**

**Pacto Pela Infância, 17/11/1991; UNICEF, CNBB, ONG.**

**Nota:13**

**Educação no Brasil na década de 80, MEC, Secretaria da Administração Geral, Dez. 1990.**

**Nota:14**

**GS 53:** "O ser humano alcança plenamente sua humanidade pelo cultivo dos bens da natureza e dos valores. É a cultura. Natureza e cultura, pois, implicam-se mutuamente, sempre que se trata da vida humana.

Num sentido amplo, a palavra *cultura* indica tudo com que o ser humano desenvolve e aperfeiçoa os seus diferentes dons da alma e do corpo. Procura dominar a terra com seu conhecimento e seu trabalho. Procura tornar mais humana a vida social, tanto familiar como civil, com o progresso dos costumes e das instituições. Finalmente, exprime, comunica e conserva, através de suas obras, suas grandes experiências espirituais e seus desejos de todos os tempos, para o proveito de todo o gênero humano.

Daí o aspecto histórico e social da cultura, que leva a se entender a palavra num sentido sociológico ou etnológico.

Nesse sentido, fala-se de pluralidade de culturas. Das diversas maneiras de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de prestar culto religioso, de educar, de legislar e de organizar as instituições sociais, de progredir no saber e nas artes e de cultivar o belo, nascem a diversidade nas condições de vida e as várias formas de entender o que é bom para o ser humano. Dessa forma, os usos tradicionais passam a ser patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim uma esfera definida e histórica, em que se inserem os seres humanos de qualquer povo ou época e na qual vão haurir as expressões do progresso humano e civil".

**Nota:15**

**JP II, UNESCO, Paris, n. 11, 02/06/80; cf. Puebla, 392:** "A cultura vai-se formando e transformando à base de uma contínua experiência histórica e vital dos povos. Transmite-se através de um processo de tradição genealógica. O homem, portanto, nasce e desenvolve-se no seio de uma determinada sociedade, condicionado e enriquecido por uma cultura particular. Ele recebe-a e modifica-a criativamente e continua a transmiti-la. A cultura é uma realidade histórica e social".

**Nota:16**

**CNBB, Diretrizes Gerais, 105-113:** "105. O Concílio Vaticano II apontou a principal característica do mundo atual: O gênero humano encontra-se, hoje, em fase nova de sua história, na qual *mudanças profundas e rápidas* estendem-se progressivamente ao universo inteiro.

**106.** O processo de *modernização* encontra-se na raiz dessas transformações, que atingem todas as dimensões da vida humana. É um processo complexo que se manifesta mais claramente nas transformações técnicas, econômicas e políticas, trazendo consigo uma nova visão do homem e da sociedade.

**107.** Como o Concílio observa, este processo tende a difundir-se rapidamente por todo o mundo. Uma das características da modernidade é a *planetarização*, através da crescente internacionalização da economia, da técnica e dos meios de comunicação de massa.

**108.** Um dos fatores que desencadearam a modernidade foram as descobertas científicas, com suas aplicações técnicas, dando ao homem uma *capacidade de transformar a natureza*, multiplicando a produção de

bens. A economia assumiu, na prática, uma influência determinante na nova sociedade. Os meios de produção foram adquirindo tanta importância, que o próprio pensamento passou a ser reduzido à 'razão funcional' ou 'instrumental', enquanto se perdia o sentido da ética ou dos valores morais.

**109.** Os sistemas implantados procuraram o domínio desses meios: o capitalismo, privilegiando o poder econômico; o socialismo real, privilegiando o poder político como instrumento de dominação.

**110.** Esta obsessão de dominação leva à perda do sentido de convivência e de liberdade, bem como à ameaça de desequilíbrio ou mesmo da destruição predatória da natureza. A consciência ecológica levanta hoje, dramaticamente, a questão dos limites do crescimento econômico e da própria sobrevivência da humanidade.

**111.** É nas grandes transformações econômicas que mais aparecem os frutos do progresso tecnológico, e ao mesmo tempo suas contradições e limites. É preciso reconhecer que essas transformações econômicas vieram agravar a questão social, que adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e de povos inteiros desprovidos do mínimo necessário, difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual que nunca.

**112.** Diante dos desastres ecológicos e do crescente empobrecimento de muitos povos, a modernidade começa a *reconhecer seus limites* e a questionar sua concepção da razão e do progresso. Em nossa análise pastoral, convém ter presente este fato. Fica, assim, facilitado o caminho para perceber as oportunidades de evangelização que o mundo de hoje oferece. Isto não dispensa o discernimento crítico para apontar deficiências e indicar caminhos de superação. Nosso olhar sobre a modernidade quer perceber valores, identificar limites e discernir as atitudes pastorais mais adequadas. Ele se voltará especialmente para o Brasil, sem ignorar, contudo, o contexto internacional que o condiciona.

**113.** O *fenômeno da modernidade*, porém, é extremamente *complexo e diversificado*. Não é aqui o lugar de uma análise exaustiva. Aliás, é importante frisar, desde já, que o fenômeno da modernidade deve ser estudado e acompanhado permanentemente, se quisermos manter atualizada a nossa ação pastoral. Aqui selecionamos e salientamos três aspectos, particularmente significativos, que questionam a nossa consciência de cristãos e oferecem desafios inéditos para a evangelização".

#### **Nota:17**

**CNBB**, Doc CNBB 45 - Diretrizes Gerais, 135: "No caso brasileiro, o pluralismo cultural possui raízes étnicas que não se encontram em outras sociedades modernas mais homogêneas. No momento atual é evidente a reivindicação do direito à existência das culturas indígenas, longamente reprimidas quando não eliminadas, e das culturas negras ou afro-brasileiras, que reivindicam liberdade de expressão e reconhecimento de sua dignidade".

#### **Nota:18**

cf. **E.C.**, Dimensão religiosa da educação, Loyola, 1988, n.68.

#### **Nota:19**

**Puebla 305-315:** "305. No mistério de Cristo, Deus baixa até ao abismo do ser humano para restaurar por dentro sua dignidade. Oferece-nos assim a fé em Cristo, os critérios fundamentais para se obter uma visão integral do homem que, por sua vez, ilumina e completa a imagem concebida pela filosofia e as contribuições das outras ciências humanas, a respeito do ser do homem e de sua realização histórica.

**306.** Por seu lado tem a Igreja o direito e o dever de anunciar a todos os povos a visão cristã da pessoa humana, pois sabe que precisa dela para iluminar a própria identidade e o sentido da vida e porque professa que toda violação da dignidade humana é injúria ao próprio Deus, cuja imagem é o homem. Portanto, a evangelização no presente e no futuro da América Latina exige da Igreja uma palavra clara sobre a dignidade humana. Por meio dela se quer retificar ou integrar tantas visões inadequadas que se propagam em nosso Continente das quais umas atentam contra a identidade e a genuína liberdade, outras impedem a comunhão; outras não promovem a participação com Deus e com os homens.

**307.** A América Latina constitui o espaço histórico em que se dá o encontro de três universos culturais: o indígena, o branco e o africano, que foram enriquecidos posteriormente por diversas correntes migratórias. Aí se dá, ao mesmo tempo, uma convergência de maneiras diferentes de ver o mundo, o homem e Deus, e de reagir frente a eles. Forjou-se uma espécie de mestiçagem latino-americana. Embora em seu espírito permaneça uma base de vivências religiosas marcadas pelo Evangelho, emergem também e se misturam cosmologias alheias à fé cristã. No decorrer do tempo teorias e ideologias introduzem em nosso continente novos enfoques sobre o homem, que parcializam ou deformam aspectos de sua visão integral ou a ela se fecham.

**308.** Não se pode desconhecer na AL a erupção da alma religiosa primitiva à qual se prende uma visão da pessoa como prisioneira das formas mágicas de ver o mundo e de atuar sobre ele. O homem não é dono de si, mas vítima de forças ocultas. Nesta visão determinista, não encontra outra atitude senão colaborar com essas forças ou aniquilar-se diante delas. Acresce ainda, às vezes, a crença na reencarnação por parte dos adeptos de várias formas de espiritismo e de religiões orientais. Não poucos cristãos, ignorando a autonomia própria da natureza e da história, continuam crendo que tudo o que acontece é determinado e imposto por Deus.

**309.** Uma variante desta visão determinista, porém mais de tipo fatalista e social, se apoia na idéia errônea de que os homens não são fundamentalmente iguais. Tal diferença articula nas relações humanas muitas discriminações e marginalizações incompatíveis com a dignidade do homem. Mais do que na teoria, essa falta de respeito à pessoa se manifesta em expressões e atitudes daqueles que se julgam superiores aos outros. Por isso, com frequência, domina uma situação de desigualdade em que vivem operários, camponeses, índios, empregadas domésticas e tantos outros setores.

**310.** Restrita até agora a certos setores da sociedade latino-americana, ganha cada vez mais importância a idéia de que a pessoa humana se reduz, em última instância, a seu psiquismo. Na visão psicologista do homem, segundo sua expressão mais radical, a pessoa se apresenta como vítima do instinto fundamental erótico ou com um simples mecanismo de resposta a estímulos, carente de liberdade. Fechada para Deus e para os homens uma vez que a religião, como a cultura e a própria história seriam apenas sublimações do instinto sensual, a negação da própria responsabilidade conduz não poucas vezes ao pansexualismo e justifica o machismo latino-americano.

**311.** Sob o signo do econômico, podem-se assinalar na América Latina três visões do homem que, embora distintas, têm raiz comum. Das três talvez a menos consciente e, apesar de tudo, a mais generalizada seja a

visão consumista. A pessoa humana está como que lançada na engrenagem da máquina da produção industrial; é vista apenas como instrumento de produção e objeto de consumo. Tudo se fabrica e se vende em nome dos valores do ter, do poder e do prazer, como se fossem sinônimos da felicidade humana. Impede-se assim o acesso aos valores espirituais e promove-se, em razão do lucro, uma aparente e mui onerosa 'participação' no bem comum.

**312.** A serviço da sociedade de consumo, mas projetando-se para além da mesma, o liberalismo econômico, de práxis materialista, apresenta-nos uma visão individualista do ser humano. Segundo esta visão, a dignidade da pessoa está na eficácia econômica e na liberdade individual. Encerrada em si própria e com frequência aferrada ao conceito religioso de salvação individual, cega-se para as exigências da justiça social e coloca-se a serviço do imperialismo internacional do dinheiro, a que se associam muitos governos esquecidos de suas obrigações em relação ao bem comum.

**313.** Oposto ao liberalismo econômico de forma clássica e em luta permanente contra as suas conseqüências injustas, o marxismo clássico substitui a visão individualista do homem por uma visão coletivista, quase messiânica, do mesmo. A meta existencial do ser humano coloca-se no desenvolvimento das forças materiais de produção. A pessoa não é originariamente sua consciência; é antes constituída por sua existência social. Despojada do arbítrio interno que lhe pode assinalar o caminho da realização pessoal, recebe suas normas de comportamento unicamente daqueles que são responsáveis pela mudança das estruturas sócio-político-econômicas. Desconhece, portanto, os direitos humanos, especialmente o direito à liberdade religiosa, que está na base de todas as liberdades. Desta forma, a dimensão religiosa, cuja origem estaria nos conflitos da infraestrutura econômica, se orienta para uma fraternidade messiânica sem relação com Deus. Materialista e ateu, o humanismo marxista reduz o ser humano, em última instância, às estruturas externas.

**314.** Menos conhecida, mas atuante na organização de não poucos governos da AL, a visão que poderíamos denominar estatista do homem tem sua base na teoria da Segurança Nacional. Submete o indivíduo ao serviço ilimitado da suposta guerra total contra os conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos e através deles, contra a ameaça do comunismo. Ante este perigo permanente, real ou possível, se limitam, como em toda situação de emergência, as liberdades individuais; e a vontade do Estado se confunde com a vontade da Nação. O desenvolvimento econômico e o potencial bélico sobrepõem-se às necessidades das massas abandonadas. Embora necessária a toda a organização política, a Segurança Nacional, vista sob este ângulo, apresenta-se como um absoluto acima das pessoas. Em seu nome institucionaliza-se a insegurança dos indivíduos.

**315.** A organização técnico-científica de certos países está gerando uma visão cientificista do homem, cuja vocação é a conquista do universo. Nesta visão só se reconhece como verdade o que pode ser demonstrado pela ciência. O próprio homem é reduzido à sua definição científica. Em nome da ciência justifica-se tudo, até o que constitui uma afronta à dignidade humana. Simultaneamente se submetem as comunidades nacionais às decisões de um novo poder, a tecnocracia. Uma espécie de engenharia social pode controlar os espaços de liberdade dos indivíduos e instituições com o risco de reduzi-los a meros elementos de cálculo".

#### Nota:20

**GS 4:** "No exercício desta função, a Igreja deve, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às grandes questões humanas a respeito do sentido da vida presente e futura.

É preciso conhecer e compreender o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos.

O gênero humano entrou numa nova era de sua história. Rápidas e profundas modificações se estendem paulatinamente a todo o mundo. Provocadas pela inteligência e pela criatividade humanas, recaem sobre o próprio ser humano, influenciando seu julgamento e seus desejos, individuais e coletivos, sua maneira de pensar e de agir tanto em relação às coisas como aos outros. Podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute também na vida religiosa.

Como acontece em toda crise de crescimento, estas transformações causam enormes dificuldades. O ser humano vê aumentado enormemente o seu poder, embora nem sempre consiga usá-lo em seu benefício. Procura penetrar a intimidade da mente, mas é assaltado pela dúvida e pela insegurança a respeito de si mesmo. Compreende melhor as leis da vida social, mas hesita no que diz respeito à orientação que lhes deve imprimir.

O gênero humano nunca foi tão rico nem dispôs de tantos recursos e tanto poder econômico, no entanto uma grande parte dos habitantes da terra passa fome, é atormentada pela pobreza e pelo analfabetismo.

Nunca se teve um senso tão aguçado da liberdade, mas, ao mesmo tempo, surgem novas formas de escravidão social e psíquica.

O mundo percebe intensamente sua unidade e a interdependência de uns para com os outros, exigindo ampla e universal solidariedade, mas, ao mesmo tempo, cava-se um abismo cada vez maior entre as forças que se combatem. Persistem as violentas oposições políticas, sociais, econômicas, raciais e ideológicas, e não está afastado o perigo de uma guerra, que destruiria o mundo.

A intercomunicação sempre crescente entre os seres humanos não elimina o fato de que as mesmas palavras, que exprimem conceitos fundamentais adquirem sentidos contrários nas diversas ideologias.

Busca-se, finalmente, a realização de uma ordem temporal, sem preocupação com o aperfeiçoamento espiritual.

Envolvidos em tais condicionamentos, muitos contemporâneos têm dificuldade para captar os valores perenes e compô-los adequadamente com as novas descobertas. Agitados pelas esperanças e pelas angústias do que está acontecendo, tornam-se inquietos com tantas interrogações. Mas, na realidade, é um desafio que requer e até mesmo exige resposta"

**CNBB, Diretrizes Gerais, 105-113:** "105. O Concílio Vaticano II apontou a principal característica do mundo atual: O gênero humano encontra-se, hoje, em fase nova de sua história, na qual *mudanças profundas e rápidas* estendem-se progressiva mente ao universo inteiro".

**106.** O processo de *modernização* encontra-se na raiz dessas transformações, que atingem todas as dimensões da vida humana. É um processo complexo que se manifesta mais claramente nas transformações técnicas, econômicas e políticas, trazendo consigo uma nova visão do homem e da sociedade.

**107.** Como o Concílio observa, este processo tende a difundir-se rapidamente por todo o mundo. Uma das características da modernidade é a *planetarização*, através da crescente internacionalização da economia, da técnica e dos meios de comunicação de massa.

**108.** Um dos fatores que desencadearam a modernidade foram as descobertas científicas, com suas aplicações técnicas, dando ao homem uma *capacidade de transformar a natureza*, multiplicando a produção de bens. A economia assumiu, na prática, uma influência determinante na nova sociedade. Os meios de produção foram adquirindo tanta importância, que o próprio pensamento passou a ser reduzido à 'razão funcional' ou 'instrumental', enquanto se perdia o sentido da ética ou dos valores morais.

**109.** Os sistemas implantados procuraram o domínio desses meios: o capitalismo, privilegiando o poder econômico; o socialismo real, privilegiando o poder político como instrumento de dominação.

**110.** Esta obsessão de dominação leva à perda do sentido de convivência e de liberdade, bem como à ameaça de desequilíbrio ou mesmo da destruição predatória da natureza. A consciência ecológica levanta hoje, dramaticamente, a questão dos limites do crescimento econômico e da própria sobrevivência da humanidade.

**111.** É nas grandes transformações econômicas que mais aparecem os frutos do progresso tecnológico, e ao mesmo tempo suas contradições e limites. É preciso reconhecer que essas transformações econômicas vieram agravar a questão social, que adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e de povos inteiros desprovidos do mínimo necessário, difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual que nunca.

**112.** Diante dos desastres ecológicos e do crescente empobrecimento de muitos povos, a modernidade começa a *reconhecer seus limites* e a questionar sua concepção da razão e do progresso. Em nossa análise pastoral, convém ter presente este fato. Fica, assim, facilitado o caminho para perceber as oportunidades de evangelização que o mundo de hoje oferece. Isto não dispensa o discernimento crítico para apontar deficiências e indicar caminhos de superação. Nosso olhar sobre a modernidade quer perceber valores, identificar limites e discernir as atitudes pastorais mais adequadas. Ele se voltará especialmente para o Brasil, sem ignorar, contudo, o contexto internacional que o condiciona.

**113.** O *fenômeno da modernidade*, porém, é extremamente *complexo e diversificado*. Não é aqui o lugar de uma análise exaustiva. Aliás, é importante frisar, desde já, que o fenômeno da modernidade deve ser estudado e acompanhado permanentemente, se quisermos manter atualizada a nossa ação pastoral. Aqui selecionamos e salientamos três aspectos, particularmente significativos, que questionam a nossa consciência de cristãos e oferecem desafios inéditos para a evangelização".

#### **Nota:21**

**PDV 8, 6-7:** "6. Múltiplos fatores parecem favorecer nos homens de hoje uma consciência mais amadurecida da dignidade da pessoa e uma nova abertura aos valores religiosos, ao Evangelho e ao ministério sacerdotal.

No âmbito da sociedade, encontramos, apesar de tantas contradições, uma sede de justiça e de paz mais forte e generalizada, um sentido mais vivo do cuidado do homem pela criação e pelo respeito da natureza, uma procura mais aberta da verdade e da tutela da dignidade humana, um empenho crescente, em muitas faixas da população mundial, por uma mais concreta solidariedade internacional e por uma nova ordem planetária, na liberdade e na justiça. Ao mesmo tempo que se desenvolve sempre mais o potencial de energias oferecido pelas ciências e pelas técnicas e se difunde a informação e a cultura, cresce também a exigência ética, isto é, a exigência do sentido existencial e, conseqüentemente, de uma objetiva escala de valores que permita estabelecer as possibilidades e os limites do progresso.

No campo mais estritamente religioso e cristão, caem os preconceitos ideológicos e a violenta obstrução ao anúncio dos valores espirituais e religiosos, enquanto surgem novas e inesperadas possibilidades para a evangelização e o reflorescimento da vida eclesial, em muitas partes do mundo. Nota-se, com efeito, uma crescente difusão do conhecimento das Sagradas Escrituras; uma vitalidade e força expansiva de muitas Igrejas jovens, com um papel cada vez mais importante na defesa e na promoção dos valores da pessoa e da vida humana; um esplêndido testemunho do martírio por parte das Igrejas do Centro-Leste europeu, como também o da fidelidade e coragem de outras Igrejas, que são ainda constrangidas a suportar perseguições e tribulações pela fé.

O desejo de Deus e de um relacionamento vivo e significativo com ele apresenta-se hoje tão forte que, onde falta o autêntico anúncio do Evangelho de Jesus, favorece a difusão de formas de religiosidade sem Deus e de inúmeras seitas. A expansão destas, inclusive em alguns ambientes tradicionalmente cristãos, é, para todos os filhos da Igreja e para os sacerdotes em particular, um constante motivo de exame de consciência sobre a credibilidade de seu testemunho do Evangelho, mas, ao mesmo tempo, é um sinal de quão profunda e generalizada ainda hoje é a procura de Deus.

**7.** Com estes e outros fatores positivos, encontram-se, porém, entrelaçados muitos elementos problemáticos ou negativos.

Apresenta-se ainda muito difundido o 'racionalismo' que, em nome de uma concepção redutora da 'ciência', torna insensível a razão humana ao encontro com a Revelação e com a transcendência divina.

Regista-se uma defesa exasperada da 'subjetividade' da pessoa, que tende a fechá-la no individualismo, incapaz de verdadeiras relações humanas. Assim, muitos, sobretudo entre os adolescentes e os jovens, procuram compensar esta solidão com substitutivos de vária natureza, através de formas mais ou menos agudas de hedonismo e de fuga às responsabilidades; prisioneiros do instante fugaz, procuram 'consumir' experiências individuais de forma mais forte e gratificante possível no plano das emoções e das sensações imediatas, encontrando-se, porém, inevitavelmente indiferentes e como que paralisados frente ao apelo de um projeto de vida que inclua uma dimensão espiritual e religiosa e um compromisso de solidariedade.

Além disso, difunde-se por toda a parte, mesmo depois da queda das ideologias que tinham feito do materialismo um dogma, e da recusa da religião um programa, uma espécie de ateísmo prático e existencial, que coincide com uma visão secularista da vida e do destino do homem. Este homem, 'todo voltado para si mesmo, que se considera não só centro de todo o interesse, mas ousa dizer-se princípio e razão de toda a realidade', encontra-se sempre mais empobrecido daquele 'suplemento de alma' que lhe é tanto mais necessário quanto mais uma larga disponibilidade de bens materiais e de recursos o ilude na auto-suficiência. Já não é necessário combater Deus, pensa-se simplesmente poder prescindir dele.



Neste quadro, refira-se, em particular, a 'desagregação da realidade familiar e o obscurecimento ou a falsificação do verdadeiro sentido da sexualidade humana': são fenômenos que incidem, de modo fortemente negativo, sobre a educação dos jovens e sobre sua disponibilidade para toda e qualquer vocação religiosa. Além disso, deve-se notar o agravamento das injustiças sociais e a concentração das riquezas nas mãos de poucos, como fruto de um capitalismo desumano, que alarga cada vez mais a distância entre povos opulentos e povos indigentes: são deste modo introduzidas, na convivência humana, tensões e inquietações que perturbam profundamente a vida das pessoas e das comunidades.

Também no âmbito eclesial, registram-se fenômenos preocupantes e negativos que têm influência direta sobre a vida e o ministério dos sacerdotes. Assim, a ignorância religiosa que permanece em muitos crentes; a escassa incidência da catequese, sufocada pelas mais difusas e persuasivas mensagens dos meios de comunicação de massa; o pluralismo teológico, cultural e pastoral mal compreendido que, embora partindo muitas vezes de boas intenções, acaba por tornar difícil o diálogo ecumênico e por atentar contra a necessária unidade da fé; o persistir de um sentido de desconfiança e quase insensibilidade para com o magistério hierárquico; as iniciativas unilaterais e redutoras das riquezas da mensagem evangélica, que transformam o anúncio e o testemunho da fé num exclusivo fator de libertação humana e social ou num alienante refúgio na superstição e na religiosidade sem Deus.

Um fenômeno de grande relevo, ainda que relativamente recente em muitos países de antiga tradição cristã, é a presença de consistentes núcleos de raças e de religiões diferentes num mesmo território. Desenvolve-se, assim, cada vez mais, a sociedade multi-racial e multi-religiosa. Se isto, por um lado, pode ser ocasião para um exercício de diálogo mais freqüente e frutuoso, para uma abertura de mentalidade, para experiências de acolhimento e de justa tolerância, por outro pode ser causa de confusão e relativismo, sobretudo em pessoas e populações de fé menos amadurecida.

A estes fatores, e em estreita ligação com o crescimento do individualismo, acrescenta-se o fenômeno da 'subjativização da fé'. Com efeito, num crescente número de cristãos nota-se uma menor sensibilidade ao conjunto global e objetivo da doutrina da fé, em favor de uma adesão subjetiva ao que agrada, que corresponde à própria experiência, que não incomoda os próprios hábitos. Até o apelo à inviolabilidade da consciência individual, legítimo em si mesmo, não deixa de assumir, neste contexto, um perigoso carácter de ambigüidade.

Daqui deriva também o fenômeno de 'pertencas à Igreja' cada vez mais parciais e condicionadas, que exercem influência negativa sobre o ressurgimento de novas vocações ao sacerdócio, sobre a própria autoconsciência do sacerdote e sobre o seu ministério na comunidade.

Enfim, em muitas realidades eclesiais, é, ainda hoje, a escassa presença e disponibilidade das forças sacerdotais a criar os problemas mais graves. Os fiéis estão abandonados, por vezes durante longos períodos, sem o adequado apoio pastoral: disso se vem a ressentir o crescimento da vida cristã no seu conjunto, e sobretudo a sua capacidade de se tornarem ulteriormente promotores de evangelização.

**8.** As numerosas contradições e potencialidades que marcam as nossas sociedades e culturas e, ao mesmo tempo, as nossas comunidades eclesiais, são percebidas, vividas e experimentadas com uma intensidade muito particular pelo mundo dos jovens, com repercussões imediatas e incisivas sobre o seu caminho educativo. Deste modo, a aparição e o desenvolvimento da vocação sacerdotal nas crianças, nos adolescentes e nos jovens debate-se simultaneamente com obstáculos e solicitações.

É muito forte sobre os jovens o 'fascínio da chamada sociedade de consumo', que os torna submissos e prisioneiros de uma interpretação individualista, materialista e hedonista da existência humana. O 'bem-estar', entendido materialmente, tende a impor-se como único ideal de vida, um bem-estar que se obtém a qualquer preço: daqui, a recusa de tudo o que exige sacrifício e a renúncia a procurar e a viver os valores espirituais e religiosos. A 'preocupação' exclusiva do ter suplanta o primado do ser, com a consequência de se interpretarem e viverem os valores pessoais e interpessoais não segundo a lógica do dom e da gratuidade, mas segundo a lógica da posse egoísta e da instrumentalização do outro.

Isto reflete-se particularmente sobre a 'visão da sexualidade humana', que perde a sua dignidade de serviço à comunhão e à doação entre as pessoas, para ficar reduzida simplesmente a um bem de consumo. Assim, a experiência afetiva de muitos jovens resolve-se não num crescimento harmonioso e alegre da própria personalidade que se abre ao outro no dom de si mesmo, mas numa grave involução psicológica e ética, que não poderá deixar de ter graves condicionamentos sobre o amanhã dos jovens.

Na raiz destas tendências, está em muitos deles uma 'experiência distorcida da liberdade': em vez de ser obediência à verdade objetiva e universal, a liberdade é vivida como adesão cega às forças do instinto e à vontade de poder de cada um. Torna-se, então de algum modo, natural, no plano da mentalidade e do comportamento, o desmoronar-se do consenso sobre os princípios éticos e, no plano religioso, se não sempre a recusa explícita de Deus, pelo menos uma larga indiferença e, em todo o caso, uma vida que, mesmo nos seus momentos mais significativos e nas suas opções mais decisivas, acaba por ser construída como se Deus não existisse. Num tal contexto, torna-se difícil não só a realização, mas inclusive a própria compreensão do sentido de uma vocação ao sacerdócio, que é um específico testemunho do primado do ser sobre o ter, é reconhecimento do sentido da vida como dom livre e responsável de si mesmo aos outros, como disponibilidade para colocar-se inteiramente como sacerdote ao serviço do Evangelho e do Reino de Deus.

Também no âmbito eclesial, o mundo dos jovens constitui, tantas vezes, um 'problema'. Dado que neles, ainda mais que nos adultos, está presente uma forte tendência para a subjativização da fé cristã e uma pertença apenas parcial e condicionada à vida e à missão da Igreja, torna-se difícil, por uma série de razões, lançar, na comunidade eclesial, uma pastoral juvenil atualizada e corajosa: corre-se o risco de deixar os jovens entregues a si mesmos, na sua fragilidade psicológica, insatisfeitos e críticos perante um mundo de adultos que, não vivendo de modo coerente e maduro a sua fé, não se lhes apresentam como modelos credíveis.

Torna-se, então, evidente a dificuldade de propor aos jovens uma experiência integral e envolvente de vida cristã e eclesial e de os educar para ela. Assim, a perspectiva da vocação ao sacerdócio permanece longínqua dos seus interesses concretos e vivos".

**Nota:22**



**CNBB, Doc. 45, Cap. III e IV:** “105. O Concílio Vaticano II apontou a principal característica do mundo atual: O gênero humano encontra-se, hoje, em fase nova de sua história, na qual *mudanças profundas e rápidas* estendem-se progressivamente ao universo inteiro.”

**106.** O processo de *modernização* encontra-se na raiz dessas transformações, que atingem todas as dimensões da vida humana. É um processo complexo que se manifesta mais claramente nas transformações técnicas, econômicas e políticas, trazendo consigo uma nova visão do homem e da sociedade.

**107.** Como o Concílio observa, este processo tende a difundir-se rapidamente por todo o mundo. Uma das características da modernidade é a *planetarização*, através da crescente internacionalização da economia, da técnica e dos meios de comunicação de massa.

**108.** Um dos fatores que desencadearam a modernidade foram as descobertas científicas, com suas aplicações técnicas, dando ao homem uma *capacidade de transformar a natureza*, multiplicando a produção de bens. A economia assumiu, na prática, uma influência determinante na nova sociedade. Os meios de produção foram adquirindo tanta importância, que o próprio pensamento passou a ser reduzido à ‘razão funcional’ ou ‘instrumental’, enquanto se perdia o sentido da ética ou dos valores morais.

**109.** Os sistemas implantados procuraram o domínio desses meios: o capitalismo, privilegiando o poder econômico; o ‘socialismo real’, privilegiando o poder político como instrumento de dominação.

**110.** Esta obsessão de dominação leva à perda do sentido de convivência e de liberdade, bem como à ameaça de desequilíbrio ou mesmo da destruição predatória da natureza. A consciência ecológica levanta hoje, dramaticamente, a questão dos limites do crescimento econômico e da própria sobrevivência da humanidade.

**111.** É nas grandes transformações econômicas que mais aparecem os frutos do progresso tecnológico, e ao mesmo tempo suas contradições e limites. É preciso reconhecer que essas transformações econômicas vieram agravar a questão social, que adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e de povos inteiros desprovidos do mínimo necessário, difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual que nunca.

**112.** Diante dos desastres ecológicos e do crescente empobrecimento de muitos povos, a modernidade começa a *reconhecer seus limites* e a questionar sua concepção da razão e do progresso. Em nossa análise pastoral, convém ter presente este fato. Fica, assim, facilitado o caminho para perceber as oportunidades de evangelização que o mundo de hoje oferece. Isto não dispensa o discernimento crítico para apontar deficiências e indicar caminhos de superação. Nosso olhar sobre a modernidade quer perceber valores, identificar limites e discernir as atitudes pastorais mais adequadas. Ele se voltará especialmente para o Brasil, sem ignorar, contudo, o contexto internacional que o condiciona.

**113.** O *fenômeno da modernidade*, porém, é extremamente *complexo e diversificado*. Não é aqui o lugar de uma análise exaustiva. Aliás, é importante frisar, desde já, que o fenômeno da modernidade deve ser estudado e acompanhado permanentemente, se quisermos manter atualizada a nossa ação pastoral. Aqui selecionamos e salientamos três aspectos, particularmente significativos, que questionam a nossa consciência de cristãos e oferecem desafios inéditos para a evangelização.

**114.** O *processo de modernização*, iniciado há séculos, atingiu gradativamente as várias áreas da sociedade (ciência, técnica, economia, religião...) e transformou a própria concepção de vida das pessoas, primeiro entre as elites, depois em todos os níveis.

**115.** O *desejo de autonomia* do homem moderno, formulado de início filosoficamente, como afirmação do sujeito livre, dono de si mesmo, senhor da natureza, construtor do seu mundo, manifesta-se hoje - em larga escala - através da emergência não apenas da reivindicação sempre mais consciente e difusa de direitos individuais e de participação, mas também em *múltiplas formas de expressão e de defesa da subjetividade*. Pode-se citar como exemplo:

**116.** A recusa de sacrificar a felicidade pessoal a ideais coletivos que se tornaram incertos (daí a chamada crise do militantismo); a busca de realização no plano afetivo, com uma conseqüente valorização (às vezes excessiva e frustrante) da vida sexual, com rejeição dos padrões de comportamento até há pouco socialmente aceitos; a busca de liberação de papéis impostos pela sociedade tradicional, em favor de maior liberdade de escolha subjetiva; a reivindicação de uma efetiva igualdade de direitos para todas as pessoas, o que aparece mais vivamente nas reivindicações das mulheres, dos jovens e das minorias culturais à procura de uma espiritualidade mais pessoal, menos padronizada por esquemas exteriores e menos diluída nas práticas coletivas e comunitárias.

**117.** Um outro fenômeno que revela a tendência ao individualismo nos países ricos é a diminuição do tamanho da família e o aumento do número das pessoas adultas, homens ou mulheres, que vivem sozinhas. Esta mesma realidade começa a se manifestar também no Brasil, particularmente nas camadas mais abastadas.

**118.** A modernidade pode proporcionar um *desenvolvimento mais autêntico da pessoa*, para assumir de maneira mais livre a configuração de sua vida. Homem e mulher modernos sentem-se protagonistas de sua realização pessoal, rica de possibilidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional lhes impunha. Aí podemos encontrar um dos pilares da tradição cristã, que afirma o valor da pessoa humana, de sua liberdade e de sua realização integral.

**119.** Mas existe também a possibilidade de interpretar ideologicamente a autonomia humana de forma radical, em oposição a qualquer reconhecimento da transcendência, podendo resvalar na *auto-suficiência* e no *ateísmo*. A autonomia do homem é saudável, faz parte do dom que recebeu de Deus em sua natureza humana. O que está errado é transformar esta autonomia em auto-suficiência. Errada é a autonomia que exclui o ‘outro’ na pessoa do próximo, e exclui o ‘Outro’, na recusa de Deus.

**120.** Nesse sentido não se deve confundir o *individualismo com o egoísmo*. Como fato cultural que caracteriza a sociedade moderna, o individualismo contém valores positivos (por exemplo, incentiva a responsabilidade pessoal), embora esteja sempre ameaçado pelo risco do fechamento sobre si mesmo. O *egoísmo*, entendido como atitude moral negativa, rompe os laços de solidariedade com o próximo.

**121.** A efetivação dos ideais modernos de liberdade e de realização individual está condicionada pela situação real (cultural, religiosa, política, econômica). No Brasil, a grande maioria da população tem possibilidades muito escassas até quanto às necessidades básicas para sua sobrevivência: alimentação, educação, saúde...

**122.** Mesmo assim, as pessoas não perdem a *esperança de um futuro melhor*, para si ou para os filhos. Essa esperança pode ser nutrida de ilusões, alimentadas pelos meios de comunicação social. Pode traduzir-se em

ativa solidariedade e luta em defesa dos próprios direitos. Pode expressar-se na participação em movimentos sociais, políticos e religiosos. De qualquer forma, tende a crescer a consciência da dignidade de toda pessoa humana e a reivindicação de direitos fundamentais.

**123.** Entre as classes médio-superiores e entre os ricos, difunde-se a *tendência ao consumismo* e à imitação dos padrões de vida dos países avançados. Chega-se, às vezes, ao desperdício e à ostentação, mais escandalosos ainda em face do crescente empobrecimento do povo. O consumismo constitui uma forma de alienação da pessoa, como mostra perspicazmente a 'Centésimo Anos'.

**124.** Assim, o sonho moderno de uma plena realização da pessoa e de sua liberdade pode tragicamente transformar-se em *novas formas de escravidão*: a dos pobres, que lutam pela sobrevivência e não têm o necessário; a dos ricos, que acabam tornando-se dependentes de uma corrida incessante para ter mais, e frustram sua realização humana no consumismo e no materialismo.

**125.** Analisando a sociedade moderna sob outro ponto de vista, constata-se que ela difere notavelmente da *sociedade tradicional*, onde predominava a comunidade rural, relativamente auto-suficiente. Nela, as atividades econômicas, políticas, religiosas e de lazer eram realizadas juntamente, num espaço restrito, familiar. A vida das pessoas era determinada pela tradição, apoiada e controlada pela comunidade. A própria estruturação do tempo e do espaço fazia convergir a vida comunitária para um centro e para tempos fortes onde a comunidade se reunia e se reconhecía, constituindo-se tanto como comunidade humana (ou civil) quanto como comunidade cristã. Isto gerava uma identificação, de fato, entre comunidade humana (civil) e comunidade eclesial.

**126.** Na *sociedade moderna*, urbana, a atividade humana tende a se dividir em áreas autônomas: economia, política, ciência, lazer, religião... A pessoa não está mais ligada a uma 'comunidade' (no sentido tradicional), mas desenvolve sua vida em diversos ambientes, multiplicando seus relacionamentos. Nesse espaço complexo e diversificado, abre-se a possibilidade tanto para o individualismo (o indivíduo vive suas relações tendo como centro a si mesmo), quanto para a adesão a um novo tipo de comunidade (religiosa ou não) que dá apoio ao indivíduo e, às vezes, o controla e absorve quase completamente. Não é mais a sociedade que lhe impõe uma única visão do mundo. O indivíduo tem que construir sua identidade, fazendo escolhas, valorizando traços de sua experiência, ligando-se a grupos ou comunidades caracterizados por uma visão do mundo, uma tradição, uma cultura.

**127.** A *escolha do individualismo* é mais freqüente entre as classes médias e superiores, porque nelas o indivíduo tem recursos para escolher como quer. Nas classes populares, as possibilidades de escolha são menores as opções são impostas pela família ou pelo meio social, e o indivíduo necessita muito mais da solidariedade de um grupo ou de uma comunidade. De qualquer forma, os indivíduos não se acham mais - na sociedade moderna - diante de uma única cultura (conjunto de padrões de comportamento, valores, concepções de vida), mas diante de um fato novo: o *pluralismo*.

**128.** Ainda antes de compreender suas causas, o homem moderno constata que vive num mundo pluralista, onde coexistem lado a lado (tolerando-se mutuamente ou, às vezes, em conflito aberto) grupos humanos que possuem culturas, religiões, valores morais diferentes.

**129.** A sociedade tradicional tendia a reduzir ou submeter todos a uma única cultura, religião, visão do mundo. A sociedade moderna, promovendo o individualismo, incentivando a opção pessoal, defendendo em princípio a liberdade de pensamento e de religião, aos poucos, gerou um *mundo diferenciado e pluriforme*.

**130.** Embora as tradições culturais e étnicas continuem fortes, o indivíduo hoje pode se subtrair a elas e 'converter-se' a outra visão do mundo, religião ou cultura, abandonando a de sua família ou de seu grupo de origem. Pode até criar sua visão do mundo pessoal, selecionando elementos de procedência diferente, operando um 'sincretismo' cultural segundo seu próprio gosto.

**131.** O fenômeno é evidente também no *plano religioso*, onde encontramos, na sociedade moderna, um amplo leque de posições, desde o indiferentismo, o agnosticismo e o ateísmo, até a adesão fanática a movimentos fundamentalistas ou sectários. A maioria, geralmente, permanece ligada às grandes religiões tradicionais, seja por simples adesão formal ou ocasional, seja pela participação plena e ativa. Outros preferem grupos novos, fervorosos, exigentes, às vezes, exóticos.

**132.** A situação do pluralismo cultural tornou-se mais complexa e contraditória pela presença de uma *indústria cultural*. Ela se serve principalmente dos meios de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio, TV, discos etc.) e seleciona seus produtos basicamente segundo um critério de rentabilidade. Esta cultura de massa entra em conflito, não apenas com a cultura intelectual ou erudita, mas também com a cultura do povo. Este se vê agredido ou seduzido por produtos muitas vezes alheios e alienantes, aos quais nem sempre consegue opor uma resistência consciente e crítica.

**133.** Resultado desses fatos é também uma situação de *pluralismo ético*. A sociedade moderna considera os valores morais uma questão de escolha pessoal. O resultado é uma fragmentação que torna problemática também a atuação das instituições. O Estado não encontra valores comuns sobre os quais fundar sua ação. Tende a gerir tecnicamente a administração pública, protegendo ou conciliando os interesses de grupos. Reforça-se assim o *corporativismo*, de um lado e o *clientelismo*, do outro. A escola e a educação encontram uma tarefa muito mais difícil que na sociedade tradicional. Seus esforços são, muitas vezes, solapados pela influência poderosa dos meios de comunicação social, a desorientação das famílias, a pluralidade de valores e modelos que a sociedade oferece.

**134.** A *tarefa educativa* torna-se, ao mesmo tempo, mais difícil, e mais necessária, para ajudar a criança e o jovem a adquirir uma personalidade coerente, madura, capaz de opções firmes e de discernimento crítico dos valores. O mesmo vale para missão da *família*.

**135.** No caso brasileiro, o pluralismo cultural possui raízes étnicas que não se encontram em outras sociedades modernas mais homogêneas. No momento atual é evidente a reivindicação do direito à existência das culturas indígenas, longamente reprimidas quando não eliminadas, e das culturas negras ou afro-brasileiras, que reivindicam liberdade de expressão e reconhecimento de sua dignidade.

**136.** O Brasil está marcado também por uma *rápida transição da cultura rural para a cultura urbana*. A população urbana, que não atingia 35% do total em 1950, está hoje próxima dos 75%. Além desse fenômeno global de *migração* do campo para a cidade, envolvendo boa parte da população brasileira, há um *fluxo migratório constante* e parcelas significativas da população trabalhadora (bóias-frias, garimpeiros etc.), que vivem em permanente instabilidade e, muitas vezes, em condições subumanas. Esses fenômenos contribuem

para a desagregação da família e da cultura tradicional, sem introduzir condições de vida modernas ou mesmo, simplesmente, suportáveis.

**137.** *Outros fenômenos* de pluralismo cultural estão ligados à emergência de grupos que reivindicam liberdade de expressão e pleno reconhecimento de seus direitos em face de uma tradição patriarcal, que desconhecia - por exemplo - a igualdade de direitos de jovens e mulheres.

**138.** *No plano religioso*, que nos questiona mais diretamente, é possível fazer uma análise um pouco mais aprofundada, corroborada por dados estatísticos.

Antes de tudo, permanece no povo brasileiro uma *religiosidade de fundo*, que se expressa de muitas maneiras. Quase todos os brasileiros acreditam em Deus (mesmo nas grandes cidades, os que declaram 'não acreditar em nada' não passam de 1% a 1,5% dos adultos). A Igreja continua confiável para a grande maioria da população e por ela prestigiada (78%, segundo recente pesquisa do IBOPE), muito acima das outras instituições (MCS, políticos etc.).

**139.** *A porcentagem dos que se declaram católicos*, porém, *continua diminuindo* lentamente, como vem acontecendo há mais de um século, na medida em que se difunde o pluralismo religioso. Segundo os censos, os católicos eram 98,9% em 1890; 95% em 1940; 91,8% em 1970; 89,1% em 1980. Estimativas recentes fazem pensar que o número atual dos católicos se aproxime de 85% da população.

**140.** Ao mesmo tempo, *creceu o número dos seguidores de outras religiões*. Os evangélicos (protestantes tradicionais e pentecostais) subiram de 1% em 1890 para 2,6% em 1940; 5,2% em 1970; 6,6% em 1980. Hoje, podem ser estimados em cerca de 8% da população.

**141.** As pesquisas mais recentes, por amostragem ou por observação direta, revelam novos *fenômenos qualitativos*, debaixo dos números citados. Estas pesquisas dizem respeito à população adulta das cidades médias e grandes (outro discurso deveria ser feito a respeito do interior rural ou das pequenas cidades).

**142.** Um primeiro fenômeno a ser assinalado, coerente com a tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal*, a uma religião 'invisível', que abandona totalmente ou quase as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8% a 9% das pessoas (sobretudo homens abaixo dos 50 anos) declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que têm uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

**143.** Entre os que aderem a outras igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Estas mesmas pessoas, porém, *frequêntam* não raro, *mais de uma religião, ou trocam de igreja com relativa facilidade*, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência nas implicações espíritas dessa doutrina).

**144.** Na origem da situação atual, existe não apenas o impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, as contínuas migrações, atividade missionária de igrejas e seitas etc. Existe também, e principalmente, a *história do catolicismo brasileiro*, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas, desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isto trouxe como consequência a falta de uma iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial.

**145.** Compreende-se, assim, como muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que estes católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

**146.** Um outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da renovação conciliar com a aceleração do processo de modernização de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova situação da Igreja.

**147.** A renovação pastoral recente tem melhorado notavelmente a prática religiosa e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos (desde a Ação Católica até os mais recentes). Mas a maioria dos católicos é ainda pouco atingida pela ação do clero, que continua escasso (menos de um padre para 10.000 habitantes) e pelo apostolado leigo, ainda pouco desenvolvido institucionalmente.

**148.** O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriade e incerteza, tem gerado também fenômenos religiosos de apego ao passado e de busca de segurança dentro e fora do âmbito católico.

**149.** Esta busca de segurança pode se manifestar por duas atitudes religiosas: o fundamentalismo, que encontra a segurança na aceitação cega de formulações históricas da fé, e o sentimentalismo, que valoriza a religiosidade pelo simples fato de fazer parte dos seus sentimentos, nos quais o indivíduo encontra a afirmação de sua subjetividade.

**150.** O quadro da situação religiosa não seria completo, sem mencionar o esforço amplo e multiforme da ação pastoral da Igreja Católica. A multiplicação das iniciativas tem até levado, nos últimos anos, a uma certa fragmentação da ação pastoral, algumas vezes por influência da modernidade, outras como fruto de divergências metodológicas e falta de diálogo e comunhão.

**151.** Problemas e desafios da ação pastoral, bem como orientações e caminhos para torná-la mais adequada e coerente, serão refletidos nos capítulos seguintes. Neles, procurar-se-á aproveitar a experiência acumulada em vinte e cinco anos de renovação conciliar, a tradição religiosa e pastoral mais antiga e, sobretudo, os esforços mais lúcidos já empreendidos para responder à modernidade e às mudanças recentes.

**152.** Os aspectos da modernidade que analisamos - individualismo e pluralismo - estão condicionados pela transformação da própria estrutura da sociedade. A sociedade tradicional era hierarquizada e tinha como eixo central ou referência, a religião. A sociedade moderna, voltada de forma obsessiva para a produção e o domínio da natureza, *valoriza antes de tudo a economia* e o poder político necessário para regulá-la ou, no mínimo, protegê-la. Ao mesmo tempo, ela gera um processo de *diferenciação* das instituições e de *especialização*,

separando mais nitidamente ciência, religião, artes, lazer etc. A especialização contribui para a fragmentação da vida social e intelectual, e torna difícil a comunicação entre os diversos campos do saber e da existência humana.

**153.** A religião não mais é a guardiã de valores da sociedade. Hoje, com maior evidência, a política, a ciência, a técnica, a economia, as artes e as diversas expressões culturais reivindicam e praticam, de fato, uma autonomia pela qual não vêem razão de manter relações com a esfera religiosa e dela receber orientações.

**154.** A separação entre economia, ética e política manifesta-se tragicamente no enorme poder e na imensa riqueza acumulada por poucos, e na condição de penúria da maioria da humanidade.

**155.** Especialmente na última década, nos anos 80, década perdida para o desenvolvimento, na América Latina e em quase todo Terceiro Mundo, o nível de vida dos pobres decaiu mais ainda. Enquanto isso, aumentava a concentração de renda e os capitais eram drenados para os países ricos, inclusive através dos serviços da dívida externa. Esta é uma das causas que contribuem para diminuir os investimentos e perpetuar a situação de empobrecimento do nosso povo. O endividamento externo representa uma forma moderna do tributo que as metrópoles cobravam dos povos colonizados.

**156.** A concorrência da economia internacional, nos anos 90, pode agravar ainda mais a situação, exigindo do Brasil um empenho maior em favor de investimentos produtivos e aumento de empregos.

**157.** Os indicadores sociais mostram que as condições de vida do povo estão se deteriorando. Dados educacionais revelam que, em 1988, o Brasil ainda contava com 18,9% de analfabetos na população de 15 anos ou mais, índice que sobe para 30,5% no Nordeste. O investimento estatal em obras e serviços como escolas, hospitais vem caindo a cada ano. A questão da habitação aflige grande parte da população, sobretudo os que são obrigados a sobreviver com o salário mínimo.

**158.** Os dados estatísticos comprovam o processo de concentração de renda e de marginalização dos pobres. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 1989, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 53,2% da renda nacional, contra 0,6% dos 10% mais pobres. O que mostra o agravamento da situação, pois em 1981 os 10% mais ricos detinham 46,6% da renda contra 0,9% dos 10% mais pobres.

**159.** Uma outra pesquisa, do IPEA, revela que, de 1980 a 1989, o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto de salário mínimo, aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões. Com a estagnação econômica, a desvalorização dos salários e o desemprego, a população acaba por recorrer cada vez mais à economia informal. O departamento de Contas Nacionais do IBGE calculou em 1989 que a economia informal chegava a 46 bilhões de dólares, ou seja, a cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB).

**160.** Uma inversão efetiva dessa tendência, para nosso país, supõe uma opção política bem definida e um projeto global coerente, metas claras, critérios de moralidade na administração da coisa pública, valorizando nosso potencial em recursos materiais e em recursos humanos.

**161.** Após o período de autoritarismo militar, a Constituição de 1988 alimentou a esperança de solidificação do processo democrático. No entanto, a efetivação da ordem democrática tem se defrontado com numerosos obstáculos no campo sócio-político, sócio-econômico e sócio-cultural.

**162.** A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa.

**163.** A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça e a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática de uma nação.

**164.** A situação de desigualdade social tem tornado pequeno o peso político da massa popular, concentrado nos meios de comunicação, que têm se tornado mais instrumento de alienação do que de educação do povo para o ideal democrático.

**165.** A Igreja do Brasil, reafirmando a evangélica opção preferencial pelos pobres, tem dado crédito à democracia. Ela olha o conjunto do país a partir das 'massas sobranças' da modernização, cujo grito não cessa de clamar aos céus. E aponta a solidariedade, a união e a organização do povo como caminho para uma sociedade justa e solidária, para uma sociedade democrática.

**166.** 'Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção, quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação de co-responsabilidade'.

**167.** No capítulo III, foram ressaltados três aspectos da modernidade que questionam fortemente a ação pastoral: individualismo e emergência da subjetividade; pluralismo cultural e religioso; contradições sociais e causas estruturais.

**168.** A esses desafios, propomos três respostas: valorização da pessoa e da experiência subjetiva; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja na sociedade.

**169.** A valorização da pessoa é um ponto central da antropologia cristã, da prática de Jesus e da tradição eclesial, desde os primeiros séculos até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia.

**170.** Ao lado da caridade a favor dos pobres e da prática da justiça, o testemunho evangélico a que o mundo de hoje é mais sensível é o da atenção às pessoas. Somos, pois, convocados a 'evangelizar, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna'.

**171.** Tanto o Concílio Vaticano II, como o atual Código de Direito Canônico, afirmam claramente o direito e o dever de todo cristão de participar da missão da Igreja e recordam a igualdade fundamental de direitos de todos os seus membros. O Papa João Paulo II tem reafirmado esses mesmos princípios, especialmente na Exortação Apostólica sobre os leigos (Christifideles Laici) e em sua recente encíclica sobre 'a validade permanente do mandato missionário' (Redemptoris Missio). Este dever de todo cristão é, também, dever e missão de toda família.

**172.** A própria dinâmica da fé faz apelo à dimensão pessoal e subjetiva, pois 'a fé nasce do anúncio', e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio.

**173.** Associa-se ao sentido da subjetividade, uma forte consciência da liberdade. Na visão cristã, a subjetividade deve estar subordinada à solidariedade e à doação. A liberdade deve ser vivida em Cristo, na perspectiva da caridade e do serviço aos outros, especialmente ao pobre, como fez Jesus que veio anunciar a Boa Nova aos pobres e apontou o serviço ao pobre como sinal da presença do Reino. A liberdade, entendida como capacidade de escolher o bem, leva diretamente à busca da verdade.

**174.** A todo cristão reconheça-se a condição de *sujeito*, no sentido pleno do termo, abrindo espaço para a experiência subjetiva e pessoal da fé, valorizando o sacerdócio comum dos fiéis e o consenso na fé de todo o povo de Deus.

**175.** A experiência religiosa-cristã não se realiza em mera experiência subjetiva, mas no encontro com a Palavra de Deus confiada ao Magistério e à Tradição da Igreja, nos sacramentos e na comunhão eclesial.

**176.** A vocação, os dons e carismas pessoais sejam colocados a serviço da comunidade eclesial e de sua edificação, fazendo-se da participação ativa uma forma de realização cristã da pessoa.

**177.** Importância especial seja dada ao *acolhimento* às pessoas. Para isso, algumas medidas podem ser postas em prática: 'ministério da acolhida'; visitas às famílias que chegam; visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza, postura alegre, acolhedora, disponível e bem humorada, por parte do presbítero e demais agentes de pastoral.

**178.** A atitude de amizade e de acolhimento acentua a valorização da pessoa, num mundo onde a técnica e o progresso nem sempre deixam espaço para a comunicação pessoal. Assim, imita-se o gesto de Cristo acolhendo Zaqueu que, por sua vez, o recebe alegremente em sua casa. Ou a atitude de Jesus ao acolher as crianças ou, ainda, o gesto de Filipe e André que acolhem alguns gentios desejosos de ver o Cristo e os apresentam ao Mestre.

**179.** A acolhida poderá traduzir-se também em formas sistemáticas e organizadas: *aconselhamento*, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas; revalorização do sacramento da reconciliação; disposição para o diálogo e a direção espiritual, diminuição da burocracia e prontidão para servir.

**180.** A pessoa precisa ser acolhida na comunidade, com abertura e sensibilidade para os diversos aspectos e dimensões de sua identidade e existência. A comunidade, seguindo o princípio da liberdade cristã, evite um controle excessivo sobre as pessoas, ajude seus membros a não cair em atitudes unilaterais, como o intelectualismo, o intimismo, a excessiva importância à experiência emocional, a busca desmedida do 'maravilhoso' e a fuga do compromisso com a transformação social.

**181.** Ao acolhimento segue-se o *acompanhamento*. Após o primeiro anúncio, haja continuidade de contatos para envolver a pessoa na vida da comunidade eclesial.

**182.** Com relação aos que recebem o primeiro anúncio de Cristo, merecem especial atenção as condições reais da pessoa e sua predisposição subjetiva para receber a semente. Seja ressaltado como a palavra do Evangelho introduz no mistério do amor de Deus, chama-nos a um estreito relacionamento pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão.

**183.** A primeira e fundamental estrutura a favor da 'ecologia humana' é a *família*, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma *pessoa*.

**184.** Na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, deve predominar o primado da *experiência espiritual*, no sentido forte de uma autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a uma vivência da fé e a uma mística profundas, nas quais a liberdade humana se abre à comunicação de Deus, em Cristo. A experiência espiritual cristã de alteridade encontra no 'Outro' sua origem e fundamento. Cada um de nós é escolhido e amado primeiro para entrar em aliança e comunhão.

**185.** Daí decorre a *missão*. O Espírito chama e envia. A resposta ao chamado é sempre uma resposta ativa, de serviço. Para realizar a missão é necessário, porém, ser discípulo, pôr-se à escuta e entrar na escola do seguimento de Jesus, aprendendo com ele a construir o Reino. Isto desperta no cristão a consciência de sua responsabilidade *missionária* para que saiba, respeitando os outros, manifestar e comunicar a sua fé.

**186.** O católico deve ser levado a evangelizar 'com renovado ardor missionário' e a promover a presença cristã nos diversos ambientes da sociedade, recordando-se que o êxito da evangelização depende, em grande parte, da espiritualidade e da mística de quem evangeliza.

**187.** Haja maior empenho na evangelização das pessoas marginalizadas, aproximando-se delas e acolhendo-as sem discriminação ou preconceito, buscando-se vivenciar concretamente a evangélica opção preferencial pelos pobres.

**188.** Na *catequese*, busque-se a necessária conexão entre a experiência pessoal e comunitária e a doutrina; entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição, à luz da Palavra de Deus.

Promova-se uma catequese mais atraente e diferenciada, respeitando os níveis de engajamento cristão das pessoas e procurando levá-las pedagogicamente à inserção na comunidade eclesial e não retardar o início da catequese infantil, pois, desde cedo, a criança está exposta a muitas influências, especialmente dos meios de comunicação.

**189.** Nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a Tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas e sua vivência.

É preciso redescobrir o aspecto simbólico da liturgia, enfatizar o sentido do mistério e recuperar as dimensões de festa, alegria e esperança. As celebrações sejam menos apressadas e menos intelectualizadas, proporcionando maiores momentos de silêncio, interiorização e contemplação.

Na Liturgia, valorizem-se os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança. Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento é uma fonte inesgotável de expressão.

Promova-se maior aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades, através de uma legítima criatividade, adaptação e inculturação.

**190.** Pratique-se *ecumenismo* com as outras Igrejas cristãs e incentive-se o diálogo com pessoas e grupos de outras religiões.

A Igreja promova sempre o pleno respeito à liberdade religiosa e mantenha uma atitude de cooperação, com quantos se mostrem retamente interessados na busca da verdade e da justiça. Diante dos novos movimentos religiosos autônomos (seitas), a Igreja é chamada a realizar um discernimento conforme as indicações do

Concílio Vaticano II. Faça um trabalho de esclarecimento, quando julgar necessário. No entanto, a melhor resposta da Igreja à situação de pluralismo religioso é seu esforço missionário, o empenho em conseguir a autenticidade evangélica de seu testemunho, a santidade de seus membros, a adequação de sua ação pastoral ao contexto em que se situa.

**191.** Respeite-se a liberdade do cristão na escolha de formas específicas de seu *empenho na sociedade*. Esta liberdade, porém, não deve ser abandonada a si mesma. No contexto da sociedade moderna e no meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia e das atividades profissionais. É, portanto, necessário e urgente um esforço para descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna e estimular melhor integração entre fé e vida.

**192.** Uma das maiores expressões da valorização da pessoa por parte da Igreja é certamente o empenho com que a Igreja tem promovido a *educação*, seja no âmbito familiar, seja na escola ou por outros meios. Através da educação, o indivíduo torna-se pessoa e amplia as dimensões de seu ser e de seu agir. É preciso, portanto, continuar e multiplicar as atividades educativas da Igreja, através das escolas católicas ou pelo empenho em levar a presença cristã às escolas públicas, dando-lhes nova qualidade e maior eficácia evangélica.

**193.** Num mundo tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que comunidades, movimentos, paróquias e instituições católicas de ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos num trabalho de evangelização, concretizando diversificadas formas de *pastoral familiar*. Na família evangelizada, pais e filhos tornam-se evangelizadores. Hoje, com o preceito constitucional, instituindo a pré-escola, deve-se atender ao despertar precoce da criança para o sentido dos valores no relacionamento com os outros. Não falte nessa fase da infância o despertar para a presença de Deus, que ama a cada um com ternura.

**194.** A maior parte da população no Brasil de hoje mora na cidade. A Igreja deve estimular os cristãos a assumir a realidade urbana em sua complexidade. O ambiente da cidade é fragmentário e fragmenta as pessoas. Se o caminho da Igreja é o caminho do homem e da mulher, a Igreja deve melhor imitar o exemplo de Jesus que conhece suas ovelhas e elas o conhecem.

**195.** Teologicamente, um novo impulso para repensar a comunidade eclesial veio da redescoberta da Igreja local, especialmente a partir do Vaticano II. A teologia da Igreja local procura critérios para estabelecer a eclesialidade dos diversos grupos. Segundo o Concílio, só a diocese pode ser chamada Igreja particular. Todavia, outras comunidades ou grupos, devidamente articulados com a Igreja particular, podem oferecer uma experiência de Igreja. O próprio Concílio, que às vezes parece tomar como modelo da Igreja local a diocese antiga, de pequenas dimensões, reconhece que as paróquias de algum modo representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra. De fato, a paróquia 'permanece um ponto capital de referência para o povo cristão'.

**196.** Mas o que propriamente constitui a Igreja e a torna presente em determinado tempo e lugar? Conforme o próprio Concílio Vaticano II, a comunidade eclesial é edificada pelo Espírito Santo, mediante o anúncio da Palavra (Evangelho), a celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos, a vida de comunhão do povo de Deus com seus carismas e ministérios, entre os quais sobressai o ministério episcopal-presbiteral, que tem a responsabilidade de garantir a autenticidade dos laços que unem a comunidade de hoje com a Igreja apostólica e com o projeto missionário, evangelizador, que lhe foi confiado até o fim dos tempos.

**197.** A conversão e o batismo inserem na Igreja. Aprove a Deus 'chamar os homens a participar da sua própria vida, não um a um, mas constituí-los como povo, no qual os seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade'. A atividade missionária tem como objetivo fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até à sua completa maturação. A evangelização tem, pois, como um de seus principais objetivos formar o povo de Deus.

**198.** A comunidade eclesial deverá estar aberta especialmente aos pobres. Acolhendo-os, acolhe a Cristo. A eles dirige-se prioritariamente o anúncio do Evangelho. Eles trazem à Igreja uma experiência privilegiada da revelação. Assim, eles tornam-se sujeitos da evangelização, trazendo à Igreja um potencial missionário e uma estreita ligação entre fé e vida, testemunho significativo no mundo moderno que freqüentemente ignora a solidariedade e a comunhão fraterna.

**199.** A valorização do aspecto pessoal nas comunidades eclesiais não deverá diminuir a dimensão da comunhão. A comunhão fortalece o relacionamento e enriquece a própria pessoa, abrindo-a aos outros. A atenção à dimensão comunitária evita também, que se caia nos extremos do individualismo ou da massificação que a sociedade moderna favorece.

**200.** Especial importância merece a pastoral urbana, com a criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje.

**201.** Na cidade é que se encontram em gestação os novos modos de cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a *pastoral urbana*.

Multiplicar e diversificar, especialmente no meio urbano, comunidades eclesiais que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço aos irmãos.

**202.** É preciso que se reconheça a possibilidade de diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis, sem querer impor um único modelo de comunidade. Deve-se buscar a unidade na diversidade.

**203.** A *paróquia* busque adequar-se às mudanças de nosso tempo. Ela não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo a família de Deus e comunidade dos fiéis. A paróquia está fundada sobre uma realidade teológica, pois ela é uma comunidade eucarística. Na Eucaristia, está a raiz viva de sua edificação e o vínculo sacramental de sua comunhão com toda a Igreja.

**204.** Nos anos recentes, especialmente em face das grandes paróquias urbanas, caracterizadas por uma baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindica-se a transformação da paróquia em 'comunidade de comunidades' ou a subdivisão da paróquia em comunidades de dimensões humanas, possibilitando relações pessoais fraternas. Seja, pois, estimulada a formação de comunidades também em nível ambiental, especialmente nas cidades.



**205.** Transformando-se em 'comunidade de comunidades', a paróquia deveria formar comunidades não só no meio popular, mas também em outros ambientes e estimular a formação de pequenas comunidades de fé por categorias profissionais.

**206.** Os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial, no seio de suas paróquias, e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

**207.** Urge estimular as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), dar maior apoio e formação aos leigos e abrir espaço para a diversificação dos ministérios, favorecendo as diferentes formas de participação e valorização das pessoas na Igreja.

**208.** As CEBs representam uma rica experiência eclesial, seja pela participação do laicato, seja pela criatividade pastoral, seja pelo empenho na transformação social. Elas são força de evangelização. Entre os desafios das CEBs, hoje, destacam-se: trabalhar mais com as massas e não se fechar em pequenos grupos; acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de um excesso de racionalismo, principalmente por parte dos agentes de pastoral mais intelectualizados abrir-se ao pluralismo; empenhar-se para que a experiência das CEBs se consolide e continue acompanhando as mudanças da sociedade; manter uma relação dinâmica entre fé e vida, dando maior atenção à espiritualidade.

**209.** As CEBs podem ajudar também a descentralizar e articular melhor a ação pastoral da Igreja local. Radicadas nos ambientes simples, sejam elas fermento de vida cristã e de transformação da sociedade. Sejam instrumento de evangelização e primeiro anúncio, fonte de novos ministérios e, animadas pela caridade de Cristo, cooperem para a superação das divisões.

**210.** A comunidade eclesial, pequena ou grande, territorialmente definida ou constituída a partir de outro critério de agregação, não deve se fechar em si mesma. Deve estar aberta em duas direções:

De um lado, para a pessoa, com sua singular experiência que quer encontrar na comunidade aquela valorização e participação que lhe permitam alcançar o que anseia; de outro lado, para as outras comunidades eclesiais e para a Igreja universal com sua missão. Esta missão abrange a atenção aos que devem ser evangelizados e a presença solidária dos cristãos na sociedade.

**211.** É necessário reconhecer a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido, o direito dos fiéis leigos em associar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja.

**212.** Os *movimentos eclesiais* integrem-se nas Igrejas particulares, trazendo a contribuição de seu próprio carisma, porém sem se deixar condicionar totalmente pelas características do seu país de origem. Embora respondam muitas vezes a anseios das classes médias, procurem assumir a evangélica opção preferencial pelos pobres. Valorizem a fé como experiência pessoal, sem esquecer a dimensão comunitária e social. Cuidem da formação de seus membros, pondo sua organização moderna a serviço da evangelização.

**213.** Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que vão se impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

**214.** Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar sua contribuição fecunda e ordenada para a edificação da casa comum.

**215.** É necessário valorizar e articular os *mecanismos de comunhão e participação* e melhorar a comunicação interna na Igreja para criar um clima de co-responsabilidade.

**216.** As *pastorais específicas* ajudem nossas Igrejas a enfrentarem problemas e desafios urgentes da sociedade. Algumas pastorais específicas facilmente se articulam com a paróquia ou a diocese. Outras, mais especializadas e ligadas com realidades mais conflituosas, às vezes, desenvolvem concepções de Igreja e de pastoral que nem sempre se integram com a Igreja particular. Elas têm o mérito de buscar responder a desafios da modernidade e da realidade social, constituindo-se numa das formas mais eficazes de presença da Igreja no mundo. Daí a necessidade de se aprofundar o diálogo, na perspectiva da missão, visando à superação de certas dificuldades que ainda persistem.

**217.** Especial atenção seja dada à *família*, também quando incompleta ou dividida. Seja dada atenção aos graves obstáculos que ela encontra na sociedade atual para realizar a sua missão. É necessário voltar a considerar a família como o 'Santuário da Vida'. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida. Continua atual o apelo de João Paulo II: 'Fazei todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei um campo tão prioritário com a certeza de que a evangelização do futuro depende em grande parte da Igreja doméstica'.

**218.** Urge levar adiante também, com grande empenho, a *opção preferencial pelos jovens*, para que evangelizados, evangelizem e contribuam para a libertação integral da pessoa humana e da sociedade, levando a uma vida de comunhão e participação.

**219.** Não se pode perder de vista a necessidade de uma *pastoral para as massas*, revalorizando-se as missões populares, romarias, peregrinações, concentrações e outras formas de expressão religiosa do povo.

**220.** Percebemos a emergência de *novos movimentos sociais* não-eclesiais, nos quais os católicos participam (por exemplo: movimento ecologista, feminista, de cultura negra e outros). Neles, os cristãos atuam como fermento na massa. Muitas vezes esses movimentos sociais colocam grandes desafios para a ação da Igreja no que se refere à evangelização, à catequese, à liturgia.

**221.** A história da América Latina impôs uma política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando muitas vezes as culturas indígenas e africanas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar, com absoluta firmeza, o princípio do respeito a todas as culturas e particularmente a defesa das culturas oprimidas e injustiçadas.

- 222.** É necessário que se aprofunde a *questão da inculturação*, tanto na evangelização de grupos caracterizados por uma cultura própria (por exemplo: negros, índios, nômades etc.), como na maioria do povo que vive um processo de fragmentação cultural.
- 223.** É preciso formar a *consciência missionária* nas comunidades e, em particular, apoiar atividades missionárias além-fronteiras, em sintonia com Puebla, que nos propõe 'dar da nossa pobreza'.
- 224.** A *Catequese* busque formar para a consciência e vivência comunitária da fé. Isso exige que se continue investindo com vigor na Catequese Renovada e se dê atenção às diferentes culturas.
- 225.** Na *Liturgia*, sejam valorizadas as expressões simbólicas e culturais da comunidade humana que celebra. Aprofunde-se a consciência comunitária pela celebração da Palavra, da Eucaristia, dos outros sacramentos e demais expressões litúrgicas.
- 226.** No *âmbito ecumênico*, aprofunde-se a reflexão teológica e pastoral sobre o pluralismo religioso e estimulem-se as ações comunitárias que facilitem o diálogo ecumênico e o clima de cooperação.
- 227.** Do ponto de vista teológico, a Igreja não pode se limitar a orientar a experiência religiosa individual, nem a formar grupos ou comunidades que vivam isolados. A tradição bíblica e eclesial, bem como o Magistério atual, querem que a Igreja, para ser fiel à sua missão, assuma uma posição explícita em face da sociedade e das macro-estruturas. A Igreja no Brasil quer decididamente 'participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo'.
- 228.** Essa posição foi assumida pelo Vaticano II, que apresenta a Igreja como 'Sacramento de Salvação', sinal e instrumento que aponta para o destino de toda a humanidade. Isso é claramente manifesto também na 'Gaudium et Spes' que, ao tratar das relações da Igreja com a política afirma: 'A Igreja que, em razão de sua finalidade e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político, é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana'.
- 229.** Em sua encíclica 'Redemptoris Missio', o Papa João Paulo II afirma: 'Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o ser humano no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida'.
- 230.** A missão implica no cuidado da Igreja de não se nivelar com as forças políticas em busca do poder, mas em refletir a imagem de Cristo, Servidor da humanidade, sobretudo dos mais pobres. Veio para servir e não para ser servido.
- 231.** 'A nova evangelização', da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, deve incluir entre os seus aspectos essenciais o anúncio da doutrina social da Igreja, a qual nos convida a reafirmar uma autêntica teologia da libertação.
- 232.** A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos na política e garante aos governados a possibilidade, quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de substituir os participantes, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado em favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos. A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política.
- 233.** No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias.
- 234.** No plano religioso, a atitude democrática comporta, ainda, respeito ao pluralismo e atitude ecumênica de diálogo.
- 235.** No plano cultural, essa mesma atitude democrática exige a defesa dos direitos das minorias étnicas, dos povos indígenas, dos negros, a promoção das culturas oprimidas, em que a Igreja hoje se mostra particularmente empenhada.
- 236.** A Igreja Católica, ciente de sua missão universal, testemunha também seu interesse ativo pela paz e solidariedade entre todos os povos e partilha, de forma significativa, a partir de sua pobreza, seus recursos humanos e materiais com as Igrejas de outros países, em apoio à missão 'ad gentes'.
- 237.** A Igreja no Brasil quer continuar seu ensino social e sua atuação específica na sociedade. Todavia, diante dos novos desafios e das rápidas mudanças na sociedade, é importante prever também novas iniciativas e tornar mais significativas, do ponto de vista da evangelização, as atividades da Igreja no campo social.
- 238.** A partir de uma atenta análise da realidade, a Igreja continuará a elaborar e desenvolver sua doutrina ou ética social, tornando-a mais acessível à compreensão da maioria do povo, de modo que possa inspirar uma efetiva ação de transformação da sociedade no sentido de maior justiça e solidariedade. Tal elaboração pode ser feita por pastores e leigos, com a colaboração de cientistas sociais e de todos os que possam contribuir para a mesma finalidade. Para superar a tendência de aceitar uma representação esquemática e simplificada da realidade social, é oportuno incentivar a pesquisa, o estudo da evolução da sociedade e o discernimento dos novos problemas e tendências.
- 239.** Na reflexão sobre a ética social, a Igreja no Brasil procurará não se limitar apenas às grandes orientações gerais, mas descer às situações concretas e às realidades específicas. Esse tipo de reflexão entra mais diretamente nos problemas que angustiam o povo. Sendo objeto de debate na opinião pública, tem chance de ser mais significativo e de obter mais repercussão, também em nível de comunicação de massa.
- 240.** Um ponto particular da ética social, que no atual contexto merece aprofundamento, é a crítica da ideologia liberal (ou neo-liberal) que, no fundo, apenas encobre sua incapacidade de subordinar a economia à política e à ética, segundo as exigências da democracia e da justiça. No contexto do capitalismo liberal e do consumismo, a Igreja se vê desafiada a desmascarar a idolatria do dinheiro e de um estilo de vida baseado sobre a acumulação da riqueza e, às vezes, o exibicionismo e o desperdício, tão mais graves e escandalosos em face da fome e da miséria de milhões de brasileiros.
- 241.** Além de propor uma ética social, a Igreja mostre a raiz de tal ética, isto é, a revelação de Deus, em Cristo. Neste sentido, é importante superar a dicotomia entre mística e política, entre individual e social.

**242.** A Igreja não apenas proclama uma doutrina social, mas também presta serviços concretos à sociedade. Sobretudo, deve ser coerente e viver efetivamente a evangélica opção preferencial pelos pobres. O Papa João Paulo II exorta os discípulos de Cristo, as comunidades cristãs desde as famílias às dioceses, das paróquias aos institutos religiosos, a fazerem uma revisão da própria vida na perspectiva da solidariedade com os pobres.

**243.** A Igreja não pode limitar-se à análise, à reflexão e à denúncia. Com as forças sociais e políticas e com os diversos movimentos que expressam o anseio do povo, especialmente dos mais pobres, a Igreja reivindica condições de saúde, alimentação, educação, moradia, trabalho, segurança a que todos têm direito. Ela deve também promover e incentivar a todos a fazer o que possam para aliviar os problemas dos necessitados, em particular dos mais abandonados (menores, doentes, idosos, marginalizados...). Deverá esforçar-se para que suas iniciativas apontem para a meta da 'construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança'.

**244.** Este empenho prioritário pelos mais necessitados e pela defesa dos direitos dos mais fracos não pode ser apenas uma expressão exterior da ação da Igreja, uma pastoral de tipo assistencialista. Deve levá-los a assumir o próprio destino, numa metodologia personalizante e de compromisso. Tal empenho penetre a vida e a ação eclesial, como opção evangélica, inspirando também a catequese e a liturgia. Este mesmo empenho deveria determinar as opções pastorais de paróquias, dioceses, a distribuição dos recursos humanos e materiais, tornando efetivamente visível a evangélica opção preferencial pelos pobres.

**245.** Diante das graves e urgentes necessidades do povo brasileiro, especialmente dos pobres, a Igreja sente-se chamada, muitas vezes, a exercer uma função de suplência no campo social, assumindo serviços que deveriam ser realizados pelo Estado ou outros organismos da sociedade.

**246.** Nesta mesma perspectiva, incentive-se a solidariedade com os outros países pobres, em especial, com os outros povos da América Latina, levando em conta as relações entre Norte e Sul.

**247.** No contexto da modernidade e da atual fase de economia brasileira, merecem atenção especial, por parte da Igreja, os problemas do trabalho e dos trabalhadores. A Campanha da Fraternidade de 1991 e as orientações pastorais referentes ao 'Mundo do Trabalho' do Doc. 40 da CNBB devem ser levados adiante por todas as forças vivas da Igreja no Brasil.

**248.** É urgente promover a atuação dos leigos nas diversas esferas da sociedade (política, ciências, técnica, artes, MCS) e nos vários campos profissionais. Por isso, é preciso valorizar e reforçar as organizações do laicato.

**249.** A influência atual dos Meios de Comunicação Social na opinião pública e na formação das consciências requer da Igreja uma atitude mais ativa. A Igreja contribua também para que, na própria opinião pública cresça a consciência crítica em face dos MCS. A própria Igreja empenhe-se para oferecer um tipo alternativo de comunicação, marcada pela transparência, pela capacidade de escutar, pelo esforço em dar a palavra a todos, especialmente aos que 'não têm voz na sociedade'. Finalmente, atualize e aprimore seus próprios meios de comunicação, colocando-os efetivamente a serviço da evangelização e prepare seu pessoal para torná-lo mais apto a comunicar melhor.

**250.** Diante dos conflitos na sociedade e na Igreja, busque-se, antes de tudo, aceitar as diferenças e aprofundar a reflexão sobre os modos de manter o diálogo e expressar a comunhão.

**251.** É preciso levar adiante o esforço de formação específica, preparando os cristãos para uma inserção ativa na sociedade, inclusive, despertando as Assembléias Litúrgicas para a dimensão social e política da caridade.

**252.** Para tornar mais claras as exigências do Evangelho e mais significativo o testemunho cristão na sociedade, procure-se a cooperação com outras Igrejas cristãs e com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

**253.** A pastoral da educação, tanto na escola católica quanto nas escolas públicas, seja estimulada e assumida com empenho nos diferentes níveis da Igreja no Brasil.

**254.** A presença pública da Igreja deve se manifestar em nível nacional. Isso exige reforçar iniciativas comuns, particularmente através da Conferência Episcopal e de outros organismos do povo de Deus, levando a Igreja a ser chama profética a serviço do Reino".

**Cnbb, Doc. 40, n. 268-273:** "268. Urge evangelizar a 'modernidade'. A Igreja não pode cruzar os braços esperando que passe essa 'moda', julgando a cultura da modernidade estruturalmente efêmera. Além de denunciar vigorosamente as idolatrias e mecanismos manipuladores da sociedade moderna, é necessário valorizar e assumir o que ela tem de positivo. Pois a racionalidade funcional no campo científico e técnico não vai parar de buscar sempre novos subsídios para o progresso da sociedade.

**269.** A visão científica deve ser enriquecida com a perspectiva antropológica global e sobretudo a visão ética. Há necessidade de diálogo interdisciplinar entre a teologia e as ciências profanas, aproveitando as chances atuais, uma vez que muitos cientistas já tendem a reconhecer seus limites e a sociedade já não espera a salvação dos tecnocratas.

**270.** Os cristãos, responsáveis perante o Senhor da história, encontram-se com todos os que têm senso de 'responsabilidade perante os irmãos e a história', mesmo que não tenham fé, para que possam juntos 'testemunhar o nascimento de um novo humanismo' e colaborar na construção de uma cultura e de uma civilização justa e fraterna.

**271.** Em face da tensão entre nossa cultura ancestral e a 'adveniente cultura' que irrompe em nosso meio, impõe-se a busca de novas sínteses, pela superação dos elementos opostos, conciliando a racionalidade da cultura do futuro com a cordialidade característica da nossa cultura do passado, como já optou Puebla.

**272.** A continuidade e a renovação da(s) cultura(s) depende, em grande parte, de seu sistema educacional. A Igreja deve renovar a sua presença no campo educacional da evangelização da juventude, enfrentando hoje duplo desafio da cultura moderna, que é rica e exigente no seu discurso racional, na transmissão de sempre novos conhecimentos científicos e técnicos (informática), mas pobre em seu discurso ético e simbólico (sentido da vida, relação com a transcendência, calor humano, cordialidade).

**273.** A Igreja, na formulação de sua doutrina (catequese, espiritualidade e teologias), de suas leis e de sua liturgia, apresenta aspectos próprios de cultura intelectual, ética, literária e artística. No entanto, a Igreja não visa criar uma cultura própria, paralela às outras, mas ser fermento em todas elas, também na cultura moderna".

**UC 45ss:** "45. A universidade católica deve tornar-se cada vez 'mais, atenta às culturas do mundo de hoje', como também, 'às várias tradições culturais existentes na Igreja', de maneira a promover um contínuo e proveitoso diálogo entre o Evangelho e a sociedade de hoje. Entre os critérios que distinguem o valor duma cultura, está em primeiro lugar, o sentido de pessoa humana, sua liberdade, sua dignidade, seu sentido de responsabilidade e sua abertura ao transcendente. Ao respeito da pessoa está unido o 'valor eminente da família', célula primária de toda a cultura humana.

As universidades católicas devem esforçar-se por discernir e avaliar bem as aspirações e contradições da 'cultura moderna', para torná-la mais apta ao desenvolvimento integral das pessoas e dos povos. De modo particular, recomenda-se aprofundar, com estudos apropriados, o impacto da tecnologia moderna, especialmente dos meios de comunicação social, sobre as pessoas, as famílias, as instituições e sobre o conjunto da cultura moderna. As culturas tradicionais devem ser definidas em sua identidade, ajudando-as a acolher os valores modernos, sem sacrificar o próprio patrimônio, que é riqueza para toda a família humana. As universidades, situadas em ambientes culturais tradicionais, devem procurar harmonizar as culturas locais com o contributo positivo das culturas modernas.

**46.** Um campo que interessa, de modo especial, a universidade católica é o 'diálogo entre pensamento cristão e ciências modernas'. Essa tarefa exige pessoas particularmente preparadas em cada disciplina, dotadas também de uma adequada formação teológica e capazes de enfrentar as questões epistemológicas, em nível das relações entre fé e razão. Tal diálogo refere-se tanto às ciências naturais como as ciências humanas, as quais apresentam novos e complexos problemas fisiológicos e éticos. O investigador cristão deve mostrar como a inteligência humana se enriquece da verdade superior, que deriva do Evangelho: 'A inteligência não fica nunca diminuída, pelo contrário, é estimulada e robustecida pela fonte interior de profunda compreensão - a Palavra de Deus - e pela hierarquia de valores que dela provém...'

De um modo único, a universidade católica contribui para manifestar a superioridade do espírito, que nunca pode, sem correr o risco de perder-se, consentir em colocar-se ao serviço de qualquer outra coisa que não seja a busca da verdade'.

**47.** Para além do diálogo cultural, a universidade católica, no respeito de suas finalidades específicas, tendo em conta os vários contextos religioso-culturais e seguindo as diretrizes propostas pela competente autoridade eclesial, pode oferecer um contributo ao diálogo ecumênico, com o fim de promover a busca da unidade de todos os cristãos, e ao diálogo inter-religioso, ajudando a discernir os valores espirituais, presentes nas várias religiões.

**48.** A missão primeira da Igreja é pregar o Evangelho, de modo a garantir a relação entre fé e vida, quer no indivíduo quer no contexto sócio-cultural em que as pessoas vivem, agem e comunicam entre si. Evangelizar significa levar a Boa-nova a todos os estratos da humanidade e, com seu influxo, transformar, a partir de dentro, tornar nova a própria humanidade... Não se trata só de pregar o Evangelho, em faixas geográficas cada vez mais vastas ou a populações cada vez mais numerosas, mas também de atingir e, como que, transformar, mediante a força do Evangelho, os critérios de juízo, os valores determinantes, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, contrastam com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação.

**49.** Consoante sua própria natureza, cada universidade católica oferece um importante contributo à Igreja, em sua obra de evangelização. Trata-se de um testemunho vital, de ordem institucional em favor de Cristo e de sua mensagem, tão importante e necessário nas culturas marcadas do secularismo ou onde Cristo e sua mensagem não são ainda, de fato, conhecidos. Além disso, todas as atividades fundamentais de uma universidade católica estão ligadas e harmonizadas com a missão evangelizadora da Igreja: a investigação conduzida à luz da mensagem cristã, que coloca as novas descobertas humanas ao serviço dos indivíduos e da sociedade; a formação atuada num contexto de fé, que prepare pessoas capazes de um juízo racional e crítico, pessoas conscientes da dignidade transcendente da pessoa humana; a formação profissional, que compreende os valores éticos e o sentido de serviço às pessoas e à sociedade; o diálogo com a cultura, que favorece uma compreensão melhor da fé; a investigação teológica, que ajuda a fé a exprimir-se numa linguagem moderna. A Igreja, precisamente porque está cada vez mais consciente de sua missão salvífica no mundo, quer sentir-se próxima destes centros, quer tê-los presentes e operantes, na difusão da mensagem autêntica de Cristo".

#### **Nota:23**

**João Paulo II, Oaxaca; cf. Paulo VI, Hom. na IX Sessão Pública do Vaticano II, 7/12/65.**

**Puebla 28:** "Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: "que se derrubem as barreiras da exploração. .. contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção" (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 AAS LXXI p. 209).

**João Paulo II, PDV 1992, n.7:** "Com estes e outros fatores positivos, encontram-se, porém, entrelaçados muitos elementos problemáticos ou negativos.

Apresenta-se ainda muito difundido o racionalismo que, em nome de uma concepção redutora da 'ciência', torna insensível a razão humana ao encontro com a Revelação e com a transcendência divina.

Regista-se uma defesa exasperada da 'subjetividade' da pessoa, que tende a fechá-la no individualismo, incapaz de verdadeiras relações humanas. Assim, muitos, sobretudo entre os adolescentes e os jovens, procuram compensar esta solidão com substitutos de vária natureza, através de formas mais ou menos agudas de hedonismo e de fuga às responsabilidades; prisioneiros do instante fugaz, procuram 'consumir' experiências individuais de forma mais forte e gratificante possível no plano das emoções e das sensações imediatas, encontrando-se, porém, inevitavelmente indiferentes e como que paralisados frente ao apelo de um projeto de vida que inclua uma dimensão espiritual e religiosa e um compromisso de solidariedade.

Além disso, difunde-se por toda a parte, mesmo depois da queda das ideologias que tinham feito do materialismo um dogma, e da recusa da religião um programa, uma espécie de ateísmo prático e existencial, que coincide com uma visão secularista da vida e do destino do homem. Este homem, 'todo voltado para si mesmo, que se considera não só centro de todo o interesse, mas ousa dizer-se princípio e razão de toda a realidade', encontra-se sempre mais empobrecido daquele 'suplemento de alma' que lhe é tanto mais

necessário quanto mais uma larga disponibilidade de bens materiais e de recursos o ilude na auto-suficiência. Já não é necessário combater Deus, pensa-se simplesmente poder prescindir dele.

Neste quadro, refira-se, em particular, a desagregação da realidade familiar e o obscurecimento ou a falsificação do verdadeiro sentido da sexualidade humana: são fenômenos que incidem, de modo fortemente negativo, sobre a educação dos jovens e sobre sua disponibilidade para toda e qualquer vocação religiosa. Além disso, deve-se notar o agravamento das injustiças sociais e a concentração das riquezas nas mãos de poucos, como fruto de um capitalismo desumano, que alarga cada vez mais a distância entre povos opulentos e povos indigentes: são deste modo introduzidas, na convivência humana, tensões e inquietações que perturbam profundamente a vida das pessoas e das comunidades.

Também no âmbito eclesial, registram-se fenômenos preocupantes e negativos que têm influência direta sobre a vida e o ministério dos sacerdotes. Assim, a ignorância religiosa que permanece em muitos crentes; a escassa incidência da catequese, sufocada pelas mais difusas e persuasivas mensagens dos meios de comunicação de massa; o pluralismo teológico, cultural e pastoral mal compreendido que, embora partindo muitas vezes de boas intenções, acaba por tornar difícil o diálogo ecumênico e por atentar contra a necessária unidade da fé; o persistir de um sentido de desconfiança e quase insensibilidade para com o magistério hierárquico; as iniciativas unilaterais e redutoras das riquezas da mensagem evangélica, que transformam o anúncio e o testemunho da fé num exclusivo fator de libertação humana e social ou num alienante refúgio na superstição e na religiosidade sem Deus.

Um fenômeno de grande relevo, ainda que relativamente recente em muitos países de antiga tradição cristã, é a presença de consistentes núcleos de raças e de religiões diferentes num mesmo território. Desenvolve-se, assim, cada vez mais, a sociedade multi-racial e multi-religiosa. Se isto, por um lado, pode ser ocasião para um exercício de diálogo mais freqüente e frutuoso, para uma abertura de mentalidade, para experiências de acolhimento e de justa tolerância, por outro pode ser causa de confusão e relativismo, sobretudo em pessoas e populações de fé menos amadurecida.

A estes fatores, e em estreita ligação com o crescimento do individualismo, acrescenta-se o fenômeno da subjetivização da fé. Com efeito, num crescente número de cristãos nota-se uma menor sensibilidade ao conjunto global e objetivo da doutrina da fé, em favor de uma adesão subjetiva ao que agrada, que corresponde à própria experiência, que não incomoda os próprios hábitos. Até o apelo à inviolabilidade da consciência individual, legítimo em si mesmo, não deixa de assumir, neste contexto, um perigoso caráter de ambigüidade.

Daqui deriva também o fenômeno de pertencas à Igreja cada vez mais parciais e condicionadas, que exercem influência negativa sobre o ressurgimento de novas vocações ao sacerdócio, sobre a própria autoconsciência do sacerdote e sobre o seu ministério na comunidade.

Enfim, em muitas realidades eclesiais, é, ainda hoje, a escassa presença e disponibilidade das forças sacerdotais a criar os problemas mais graves. Os fiéis estão abandonados, por vezes durante longos períodos, sem o adequado apoio pastoral: disso se vem a ressentir o crescimento da vida cristã no seu conjunto, e sobretudo a sua capacidade de se tornarem ulteriormente promotores de evangelização".

#### **Nota:24**

**Congregação para a Educação Católica:** Dimensão Religiosa da Educação na Escola Católica, 1988, n.7-16.

#### **Nota:25**

**CT, n.29:** "O mesmo Sumo Pontífice recordou, no terceiro capítulo da sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, o 'conteúdo essencial, a substância viva' da evangelização. É necessário, para a própria catequese, ter presentes cada um desses elementos bem como a síntese viva na qual eles se acham integrados.

Limitar-me-ei aqui a alguns simples apontamentos. A cada um de nós é fácil ver, por exemplo, quanto é importante fazer compreender às crianças e aos adolescentes e àqueles que progredem na fé 'o que de Deus se pode conhecer'; poder, em certo sentido, dizer-lhes: 'Aquele que vós adorais sem conhecer, eu vo-lo anuncio'; expor-lhes em poucas palavras o mistério do Verbo de Deus feito homem que realizou a salvação do homem pela sua Páscoa, ou seja, mediante sua morte e sua ressurreição, e também pela sua pregação, pelos sinais que ele realizou e pelos sacramentos de sua presença permanente no meio de nós. Os Padres do Sínodo demonstraram-se bem inspirados quando solicitaram que se evite de reduzir Cristo à sua humanidade e a sua mensagem a uma dimensão simplesmente terrena, mas que ele seja reconhecido como o Filho de Deus e o Mediador que nos proporciona livre acesso ao Pai, no Espírito.

Importa tornar patente aos olhos da inteligência, assim como aos olhos do coração, sob a luz da fé, este sacramento da presença de Cristo que é o Mistério da Igreja, assembléia de homens pecadores, mas ao mesmo tempo santificados e que constituem a família de Deus, reunida pelo Senhor sob a guia daqueles que 'o Espírito Santo... estabeleceu vigilantes para pastorearem a Igreja de Deus'.

É igualmente importante explicar que a história dos homens, com suas marcas de graça e de pecado, de grandeza e de miséria, é assumida por Deus em seu Filho Jesus Cristo e 'consegue apresentar já uma certa prefiguração do mundo que há de vir'.

Finalmente, importa apresentar sem rodeios as exigências, que consistem em renúncias, mas também em alegrias, daquilo que o Apóstolo São Paulo gostava de chamar 'vida nova, nova criatura', ser ou existir em Cristo, vida eterna em Jesus Cristo, e que não é outra coisa senão a vida no mundo, mas uma vida vivida segundo as bem-aventuranças e uma vida destinada a prolongar-se e a ser transfigurada para além da morte.

De tudo isto resulta a importância, na catequese, das exigências morais e pessoais em correspondência com o Evangelho, e das atitudes cristãs frente à vida e frente ao mundo, quer sejam heróicas quer sejam muito simples: nós costumamos chamar-lhes virtudes cristãs ou virtudes evangélicas. Daqui também o cuidado que se há de ter na catequese em não omitir, mas sim esclarecer como convém, no constante esforço de educação da fé, realidades como a ação do homem para sua libertação integral, o empenho na busca de uma sociedade mais solidária e mais fraternal e as lutas pela justiça e pela construção da paz.

Não é de se considerar que esta dimensão da catequese seja absolutamente nova. Já desde a época patrística, Santo Ambrósio e São João Crisóstomo por exemplo, para não citar outros, haviam posto em evidência as conseqüências sociais das exigências evangélicas e, em tempos mais próximos, o Catecismo de São Pio X citava explicitamente entre os pecados que bradam diante de Deus por punição o fato de oprimir os pobres, assim como o de privar os trabalhadores do seu justo salário. E especialmente depois da Encíclica *Rerum Novarum*, a

preocupação social acha-se ativamente presente no ensino catequético dos Papas e dos bispos. Numerosos Padres do Sínodo solicitaram, com legítima insistência, que o rico patrimônio do ensinamento social da Igreja tivesse seu lugar, com as formas apropriadas, na formação catequética comum dos fiéis”.

**EN 30-38:** “30. São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado ‘Terceiro Mundo’, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os Bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total.

**31.** Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar “que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a aprehoa.

**32.** Não devemos esconder, entretanto, que numerosos cristãos, generosos e sensíveis perante os problemas dramáticos que se apresentam quanto a este ponto da libertação, ao quererem atuar o empenho da Igreja no esforço de libertação, têm freqüentemente a tentação de reduzir a sua missão às dimensões de um projeto simplesmente temporal; os seus objetivos a uma visão antropocêntrica; a salvação, de que ela é mensageira e sacramento, a um bem-estar material; a sua atividade - esquecendo todas as preocupações espirituais e religiosas - a iniciativas de ordem política ou social. No entanto, se fosse assim, a Igreja perderia o seu significado próprio. A sua mensagem de libertação já não teria originalidade alguma e ficaria prestes a ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos. Ela já não teria autoridade para anunciar a libertação, como sendo da parte de Deus. Foi por tudo isso que nós quisemos acentuar bem na mesma alocução, quando da abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo, “a necessidade de ser reafirmada claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta última perderia a sua razão de ser se se apartasse do eixo religioso que a rege: o reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico”.

**33.** Acerca da libertação que a evangelização anuncia e se esforça por atuar, é necessário dizer antes o seguinte:

- ela não pode ser limitada à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural; mas deve ter em vista o homem todo, integralmente, com todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura para o absoluto, mesmo o absoluto de Deus;

- ela anda portanto coligada a uma determinada concepção do homem, a uma antropologia que ela jamais pode sacrificar às exigências de uma estratégia qualquer, ou de uma práxis ou, ainda, de uma eficácia a curto prazo.

**34.** Assim, ao pregar a libertação e ao associar-se àqueles que operam e sofrem com o sentido de a favorecer, a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem; mas reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual, ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma mesmo que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo.

**35.** A Igreja relaciona, mas nunca identifica a libertação humana com a salvação em Jesus Cristo, porque ela sabe por revelação, por experiência histórica e por reflexão de fé que nem todas as noções de libertação são forçosamente coerentes e compatíveis com uma visão evangélica do homem, das coisas e dos acontecimentos; e sabe que não basta instaurar a libertação, criar o bem-estar e impulsionar o desenvolvimento, para se poder dizer que o reino de Deus chegou.

Mais ainda: a Igreja tem a firme convicção de que toda a libertação temporal, toda a libertação política - mesmo que ela porventura se esforçasse por encontrar numa ou noutra página do Antigo ou do Novo Testamento a própria justificação, mesmo que ela reclamasse para os seus postulados ideológicos e para as suas normas de ação a autoridade dos dados e das conclusões teológicas e mesmo que ela pretendesse ser a teologia para os dias de hoje - encerra em si mesma o gérmen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe, por isso mesmo que as suas motivações profundas não são as da justiça na caridade, e porque o impulso que a arrasta não tem dimensão verdadeiramente espiritual e a sua última finalidade não é a salvação e a beatitude em Deus.

**36.** A Igreja tem certamente como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa, menos opressivas e menos escravizadoras; mas ela continua consciente de que ainda as melhores estruturas, ou os sistemas melhor idealizados depressa se tornam desumanos, se as tendências inumanas do coração do homem não se acharem purificadas, se não houver uma conversão do coração e do modo de encarar as coisas naqueles que vivem em tais estruturas ou que as comandam.

**37.** A Igreja não pode aceitar a violência, sobretudo a força das armas - de que se perde o domínio, uma vez desencadeada - e a morte de pessoas sem discriminação, como caminho para a libertação; ela sabe,



efetivamente, que a violência provoca sempre a violência e gera irresistivelmente novas formas de opressão e de escravidão, não raro bem mais pesadas do que aquelas que ela pretendia eliminar. Dizíamos quando da nossa viagem à Colômbia: “Exorta-mo-vos a não pôr a vossa confiança na violência, nem na revolução; tal atitude é contrária ao espírito cristão e pode também retardar, ao invés de favorecer, a elevação social pela qual legitimamente aspirais”. E ainda: “Nós devemos reafirmar que a violência não é nem cristã nem evangélica e que as mudanças bruscas ou violentas das estruturas seriam falazes e ineficazes em si mesmas e, por certo, não conformes à dignidade dos povos”.

**38.** Dito isto, nós nos alegramos de que a Igreja tome uma consciência cada dia mais viva do modo próprio, genuinamente evangélico, que ela tem para colaborar na libertação dos homens. E o que faz ela, então? Ela procura suscitar cada vez mais nos ânimos de numerosos cristãos a generosidade para se dedicarem à libertação dos outros. Ela dá a estes cristãos “libertadores” uma inspiração de fé e uma motivação de amor fraterno, uma doutrina social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve; tomar como base da própria prudência e da própria experiência, a fim de a traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compromisso. Tudo isso, sem se confundir com atitudes táticas nem com o serviço de um sistema político, deve caracterizar a coragem do cristão comprometido. A Igreja esforça-se por inserir sempre a luta cristã em favor da libertação do desígnio global da salvação, que ela própria anuncia.

O que acabamos de recordar aqui emerge por mais de uma vez dos debates do Sínodo. Nós próprio, aliás, também quisemos dedicar a este mesmo tema algumas palavras de esclarecimento na alocução que dirigimos aos Padres sinodais no final da Assembléia.

Todas estas considerações deveriam contribuir, ao menos é de esperar que assim suceda, para evitar a ambigüidade de que se reveste freqüentemente a palavra “libertação”, nas ideologias, nos sistemas ou nos grupos políticos. A libertação que a evangelização proclama e prepara é aquela mesma que o próprio Jesus Cristo anunciou e proporcionou aos homens pelo seu sacrifício”.

**SRS 36, 14:** “36. Por conseguinte, é preciso acentuar que um mundo dividido em blocos, mantidos por ideologias rígidas, onde, em lugar da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a ‘estruturas de pecado’. O conjunto dos fatores negativos, que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum universal e à exigência de o favorecer, dá a impressão de criar, nas pessoas e nas instituições, um obstáculo difícil de superar.

Se a situação atual se deve atribuir a dificuldades de índole diversa, não será fora de propósito falar de ‘estruturas de pecado’, as quais, como procurei mostrar na Exortação Apostólica ‘Reconciliatio et Paenitentia’, se radicam no pecado pessoal e, por conseqüência, estão sempre ligadas a atos concretos das pessoas, que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las. E, assim, elas reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens.

‘Pecado’ e ‘estruturas de pecado’ são categorias que não se vê com freqüência aplicar à situação do mundo contemporâneo. E, no entanto, não se chegará facilmente à compreensão profunda da realidade, conforme ela se apresenta aos nossos olhos, sem dar um nome à raiz dos males que nos afligem.

É certo que se pode falar de ‘egoísmo’ e de ‘vistas curtas’; pode-se fazer referência a ‘cálculos políticos errados’, a ‘decisões econômicas imprudentes’. E em cada uma destas avaliações nota-se que há um eco de natureza ético-moral. A condição do homem é tal que torna difícil uma análise mais profunda das ações e das omissões das pessoas, sem implicar, de uma maneira ou de outra, juízos ou referências de ordem ética.

Esta avaliação, por si, é positiva, sobretudo quando se torna inteiramente coerente e quando se fundamenta na fé em Deus e na sua lei que ordena o bem e proíbe o mal.

É nisto que consiste a diferença entre o tipo de análise sócio-política e a referência formal ao pecado e às estruturas de pecado. Segundo esta última maneira de ver, são tidas em consideração: a vontade de Deus três vezes Santo; o seu plano sobre os homens; a sua justiça e a sua misericórdia. Deus, rico em misericórdia, redentor do homem, Senhor e doador da vida, exige da parte dos homens atitudes precisas, que se exprimem também em ações ou omissões que concernem ao próximo. E isto está em relação com a segunda tábua dos dez mandamentos (cf. Ex 20,12-17; Dt 5,16-21): com a inobservância destes, ofende-se a Deus e prejudica-se o próximo, introduzindo no mundo condicionamentos e obstáculos, que vão muito além das ações de uma pessoa e do breve período da sua vida. Interfere-se igualmente no processo do desenvolvimento dos povos, cujo atraso ou cuja lentidão devem ser julgados também sob essa luz.

**14.** A primeira verificação negativa a fazer é a da persistência e, muitas vezes, a do alargamento, do fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento. Esta tecnologia geográfica tem apenas valor indicativo, porque não se pode ignorar que as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias sociedades, quer desenvolvidas, quer em vias de desenvolvimento. De fato, assim como existem desigualdades sociais até aos extremos da miséria em países ricos, assim, em contraposição, nos países menos desenvolvidos também se vêem, não raro, manifestações de egoísmo e de ostentação de riqueza, tão desconcertantes quanto escandalosas.

À abundância de bens e de serviços disponíveis nalgumas partes do mundo, sobretudo no Norte desenvolvido, corresponde um inadmissível atraso no Sul; e é precisamente nesta faixa geopolítica que vive a maior parte do género humano.

Quando se repara na gama dos diversos setores produção e distribuição dos víveres, higiene, saúde e habitação, disponibilidade de água potável, condições de trabalho, especialmente feminino, duração da vida e outros índices econômicos e sociais, o quadro, no seu conjunto, apresenta-se desolador, quer considerando-o em si mesmo, quer em relação aos dados correspondentes dos países mais desenvolvidos. A palavra ‘fosso’ volta espontaneamente aos lábios.

Talvez não seja este o termo mais apropriado para designar a verdadeira realidade, enquanto pode dar a impressão de um fenómeno estacionário. E não é assim. Na caminhada dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento verificou-se nestes anos uma diferente velocidade de aceleração, que contribuiu para aumentar as distâncias. Deste modo, os países em vias de desenvolvimento, especialmente os mais pobres, encontram-se hoje numa situação de gravíssimo atraso.

A isto há que acrescentar ainda as diferenças de cultura e dos sistemas de valores entre os vários grupos de população, que nem sempre coincidem com o grau de desenvolvimento econômico, mas que contribuem

também para criar distâncias. São estes os elementos e aspectos que tornam muito mais complexa a questão social, precisamente porque ela adquiriu uma dimensão universal.

Quando se olha para as várias partes do mundo, separadas pela crescente distância desse fosso, e quando se observa que cada uma delas parece seguir um rumo próprio, com as suas realizações particulares, compreende-se a razão por que, na linguagem corrente, se fala de mundos diferentes dentro do nosso único mundo: Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo e, algumas vezes, Quarto Mundo. Expressões como estas, que não pretendem, por certo, classificar de modo exaustivo todos os países, não deixam de ser significativas: são o sinal da sensação difundida de que a unidade do mundo, em outras palavras, a unidade do gênero humano está seriamente comprometida. Esta maneira de falar, além do seu valor mais ou menos objetivo, encobre sem dúvida um conteúdo moral, diante do qual a Igreja, que é 'sacramento ou sinal e instrumento... da unidade de todo o gênero humano', não pode ficar indiferente".

#### Nota:26

**EN 33:** "Acerca da libertação que a evangelização anuncia e se esforça por atuar, é necessário dizer antes o seguinte:

- ela não pode ser limitada à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural; mas deve ter em vista o homem todo, integralmente, com todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura para o absoluto, mesmo o absoluto de Deus;

- ela anda portanto coligada a uma determinada concepção do homem, a uma antropologia que ela jamais pode sacrificar às exigências de uma estratégia qualquer, ou de uma práxis ou, ainda, de uma eficácia a curto prazo".

#### Nota:27

"A dignidade do homem exige que ele possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, levado por uma convicção pessoal e não por força de um impulso interno e cego ou de baixo de coação externa" (GS, 17).

**GS 17:** "Não é possível fazer o bem sem liberdade. Hoje em dia dá-se grande valor à liberdade, que é por todos procurada com o maior empenho. O que é perfeitamente justo. É verdade que a liberdade é muitas vezes deturpada, como se consistisse na licença de fazer o que se quer, mesmo quando é o mal.

A verdadeira liberdade é a marca mais extraordinária da imagem de Deus no ser humano. Deus o entrega a si mesmo, para que busque espontaneamente seu criador e, encontrando-o, se auto-realize livremente. Faz parte da dignidade da pessoa humana agir por opção consciente e livre, induzida e movida pessoalmente, livre de toda coação externa e de qualquer pressão interna.

O ser humano deve, pois, se libertar do cativeiro das paixões e se realizar na liberdade, fazendo o bem e recorrendo eficaz e seguidamente aos apoios de que necessita. Enfraquecida pelo pecado, a liberdade precisa do auxílio da graça divina para efetivamente se afirmar, pois é diante do tribunal divino que todos hão de prestar contas de sua vida, do bem e do mal que fizeram".

#### Nota:28

"Os homens de ciência só ajudarão a humanidade se conservarem o sentido da transcendência do homem sobre o mundo e de Deus sobre o homem. (João Paulo II UNESCO, 02/07/80 n.22)".

#### Nota:29

**GS 53:** "O ser humano alcança plenamente sua humanidade pelo cultivo dos bens da natureza e dos valores. É a cultura. Natureza e cultura, pois, implicam-se mutuamente, sempre que se trata da vida humana.

Num sentido amplo, a palavra *cultura* indica tudo com que o ser humano desenvolve e aperfeiçoa os seus diferentes dons da alma e do corpo. Procura dominar a terra com seu conhecimento e seu trabalho. Procura tornar mais humana a vida social, tanto familiar como civil, com o progresso dos costumes e das instituições. Finalmente, exprime, comunica e conserva, através de suas obras, suas grandes experiências espirituais e seus desejos de todos os tempos, para o proveito de todo o gênero humano.

Daí o aspecto histórico e social da cultura, que leva a se entender a palavra num sentido sociológico ou etnológico.

Nesse sentido, fala-se de pluralidade de culturas. Das diversas maneiras de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de prestar culto religioso, de educar, de legislar e de organizar as instituições sociais, de progredir no saber e nas artes e de cultivar o belo, nascem a diversidade nas condições de vida e as várias formas de entender o que é bom para o ser humano. Dessa forma, os usos tradicionais passam a ser patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim uma esfera definida e histórica, em que se inserem os seres humanos de qualquer povo ou época e na qual vão haurir as expressões do progresso humano e civil".

#### Nota:30

**GS 10:** "Os contrastes do mundo moderno refletem um desequilíbrio radicado no mais íntimo do coração humano. Contradições inscritas no próprio ser humano: ele se vê, por um lado, como criatura limitada, por outro, sente o ilimitado em seus desejos, por ser chamado a uma vida superior. Cercado de atrativos, tem que escolher alguns e a muitos renunciar. Fraco e pecador, faz muitas vezes o que não quer e não consegue fazer o que quer. Está dividido em si mesmo e provoca assim as muitas discórdias que assolam a sociedade.

Muitos, professando um materialismo prático, ou oprimidos pela miséria, não percebem o que há de dramático nessa situação ou nem se dão conta dela.

Outros lutam por si mesmos para a plena libertação do gênero humano, convencidos de que o domínio do homem sobre a terra preencherá todas as aspirações do seu coração. Alguns até, desesperando de encontrar um sentido para a vida, admiram a ousadia daqueles para os quais, realmente, o único sentido há de vir de si mesmos e ser construído com suas próprias forças.

Mas, diante da evolução do mundo moderno, levantam-se questões cada vez mais numerosas e fundamentais, que se impõem com extrema acuidade: o que é o ser humano? Que sentido tem a dor, o mal e a morte, que resistem, apesar de tantos progressos? Que adiantaram as vitórias tão custosas conquistadas? Que a pessoa deve dar à sociedade ou esperar dela? Que acontece depois da morte?

A Igreja crê que Cristo morreu e ressuscitou por todos e, por seu Espírito, dá aos seres humanos luz e forças, para que possam corresponder à sua vocação suprema. Nenhum outro nome foi dado sob o céu, aos seres humanos, capaz de salvá-los.

Crê igualmente que a chave, o centro e o fim de toda a história humana estão no seu Senhor e Mestre. Afirma ainda que, em meio às mudanças todas, há algo de imutável, cujo fundamento último é Cristo, ontem, hoje e por todos os séculos.

À luz de Cristo, imagem de Deus invisível, primogênito dentre todas as criaturas, o Concílio quer falar a todos, para esclarecer o mistério do ser humano e cooperar na busca de uma solução para as principais questões do nosso tempo”.

**GS 13:** “Deus fez o ser humano bom, mas ele se deixou persuadir pelo maligno, desde o início de sua história. Abusou da liberdade e contrariou a Deus, ao procurar fora de Deus o seu bem. Embora conhecendo a Deus, não o glorificou como Deus. Seu coração leviano perdeu o rumo, e o fez preferir a criatura ao criador. Sabemo-lo por revelação divina, que aqui coincide, porém, perfeitamente com os dados de nossa experiência.

O coração humano é leviano. Dá-se conta de sua inclinação para o mal e de seu envolvimento numa verdadeira trama de más tendências, que certamente não podem provir do Criador, que é bom. Recusa-se muitas vezes a reconhecer a Deus, seu princípio, deixa de buscar o fim para o qual está destinado e viola os laços que o prendem a si mesmo, aos outros e a toda a criação.

O ser humano está dividido. Sua vida, pessoal e coletiva, se apresenta como uma luta, que chega a ser dramática, entre o bem e o mal, a luz e as trevas. Sente-se fraco, incapaz de rechaçar sozinho as investidas do mal, e fica com a impressão de estar preso, impedido de fazer o que quer.

Mas o próprio Senhor veio para o libertar e fortalecer, renovando-o interiormente e expulsando o príncipe desse mundo (Jo 12, 31), que o mantinha sob a escravidão do pecado. O pecado diminui as possibilidades do ser humano e o impede de sua plena realização.

A vocação sublime e a profunda miséria que os seres humanos experimentam e adquirem assim, à luz da revelação, como que uma plenitude de sentido”.

**Rm 7,15:** “Não consigo entender nem mesmo o que eu faço; pois não faço aquilo que eu quero, mas aquilo que mais detesto”.

**Nota:31**

**CNBB, Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, Doc. 38, n. 63:** “...Caracterizada como verdadeiro pecado social - pecado que brota do coração do homem, e se cristaliza nas estruturas, que por sua vez corrompem e pervertem os corações...”.

**Nota:32**

**Puebla, 30-50:** “30. Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da AL.

**31.** Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e interpela):

**32.** - feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família;

**33.** - feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação;

**34.** - feições de indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres.

**35.** - feições de camponeses, que, como grupo social vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram;

**36.** - feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos;

**37.** - feições de sub-empregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos;

**38.** - feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais;

**39.** - feições de anciãos cada dia mais numerosos, frequentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem das pessoas que não produzem.

**40.** Compartilhamos com nosso povo de outras angústias que brotam da falta de respeito à sua dignidade de ser humano, imagem e semelhança do Criador e a seus direitos inalienáveis de filhos de Deus.

**41.** Países como os nossos, onde com frequência não se respeitam os direitos humanos fundamentais vida, saúde, educação, moradia, trabalho... acham-se em situação de permanente violação da dignidade da pessoa humana.

**42.** Somam-se a isto as angústias produzidas pelo abuso do poder, típicas dos regimes de força. Angústias causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. Angústias em numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ordem judicial. Angústias ante uma justiça submissa ou manietada. A Igreja, como afirmam os Sumos Pontífices, ‘por força de um autêntico compromisso evangélico’, deve fazer ouvir a sua voz, denunciando e condenando estas situações, sobretudo quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos.

**43.** Angústias provocadas pela violência da guerrilha, do terrorismo e dos seqüestros, efetuados por extremistas de sinais diversos, que comprometem igualmente o convívio social.

44. Em muitos de nossos países, a falta de respeito à dignidade do homem se exprime também na ausência de participação social nos vários níveis. Referimo-nos de modo particular à sindicalização. A legislação trabalhista, em muitos lugares, aplica-se arbitrariamente ou não é levada em consideração. Sobretudo nos países onde há regimes de força, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-la. Este tipo de controle e limitação não acontece com os sindicatos patronais, que podem agir com todo o seu poder para assegurar os próprios interesses.

45. Em alguns casos a politização exasperada das cúpulas sindicais distorce a finalidade de sua organização.

46. Nos últimos anos, comprova-se, ainda, a deterioração do quadro político, com grave prejuízo da participação dos cidadãos na condução do seu próprio destino. Também aumenta, com freqüência, a injustiça que se pode chamar de institucionalizada. Além disso, grupos políticos extremistas, ao empregarem meios violentos, provocam novas repressões contra os setores populares.

47. A economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes a interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem estas formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos interesses dos setores populares majoritários.

48. As ideologias marxistas se têm difundido no mundo operário, estudantil e docente e em outros meios com a promessa de maior justiça social. Na prática, suas estratégias têm sacrificado muitos dos valores cristãos e, portanto, humanos ou caído em irrealismos utópicos, inspirando-se em políticas que, ao utilizar a força como instrumento fundamental, incrementam a espiral da violência.

49. As ideologias da Segurança Nacional têm contribuído para fortalecer, em muitas ocasiões, o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força e alimentado o abuso do poder e da violação dos direitos humanos. Há casos em que pretendem proteger suas atitudes com uma profissão de fé cristã, que é, contudo, subjetiva.

50. Os tempos de crise econômica que nossos países estão vivendo (não obstante a tendência para a modernização) com forte crescimento da economia, mas enfrentando menor ou maior dureza, aumentam as angústias de nossos povos. Entretanto uma tecnocracia gélida aplica modelos de desenvolvimento que exigem dos setores mais pobres um custo social realmente desumano, tanto mais injusto quanto não é compartilhado por todos".

**Nota:33**

**Puebla, 30:** "Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da AL".

**Nota:34**

"Livres e solidários, RH 16, empenhados na nobre luta pela justiça, LE 8; ICM, 161; numa solidariedade ativa e vivida, OA, 47; A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da justiça: uma e outra exigem o pleno reconhecimento efetivo dos direitos da pessoa (João Paulo II, CFL, n.42)".

**Nota:35**

**Puebla, 509:** "Essa violência é gerada e fomentada, tanto pela injustiça, que se pode chamar institucionalizada em diversos sistemas sociais, políticos e econômicos, quanto pelas ideologias que a transformam em meio para a conquista do poder".

**Nota:36**

**CNBB, Doc.45, Diretrizes, n.20-22:** "20. A edificação de uma sociedade justa e solidária depende de uma nova "cultura", de novos valores que inspirem a vida humana. Infelizmente, a cultura contemporânea, sob certos aspectos, pode ser denominada uma "cultura de morte" pelas múltiplas formas de sacrifício da vida humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, desde a concepção até as mais variadas formas de destruição. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios.

21. Diante de tantos sinais de morte, o evangelizador não pode perder a esperança. Esperança que não é apenas uma virtude humana, mas dom do Deus da vida. Num mundo dominado pelo temor e desespero, deve-se proclamar a esperança pascal. Cristo ressuscitado, vencedor da morte, é a certeza de vitória e de total libertação. "Sem esmorecer continuemos a afirmar a nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa". A esperança em Cristo é também compromisso para mudar as situações de pecado, existentes no mundo e na sociedade.

22. O anseio por uma sociedade mais justa, o ressurgimento das culturas oprimidas, a valorização dos direitos fundamentais da pessoa humana, a solidariedade entre os povos, o clamor contra as mais variadas formas de injustiça, a sensibilidade pelas situações de miséria e de fome, o crescente interesse pela ecologia: são aspirações do homem de hoje e alguns sinais dos tempos em que vivemos e que representam sementes de esperança".

Na alocução aos bispos do NE II e III (30/09/1985, n.4), o Papa distingue entre uma suposta conscientização que não passaria de condicionamento a uma determinada ideologia e uma conscientização autêntica que visa despertar a consciência da própria dignidade da pessoa com seus direitos e deveres.:

**Nota:37**

**CNBB, Igreja: Comunhão e Missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 184-190:** "184. A sociedade humana tem uma dimensão política enquanto se organiza e se dota dos meios necessários para que a vontade dos membros possa se expressar e alcançar fins coletivos. Do ponto de vista ético ou dos valores, a política é o conjunto de ações pelas quais os homens buscam uma forma de convivência entre os indivíduos, grupos, nações que ofereça condições para a realização do bem comum. Do ponto de vista dos meios ou da organização, a política é o exercício do poder e a luta para conquistá-lo. Enquanto abrange, de certo modo,

toda a sociedade e procura regular toda a vida social, a política se torna também expressão de uma concepção do homem e de projetos globais, e suscita tanto os mais nobres ideais quanto paixões e egoísmos.

**185.** A Igreja não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem. Nos últimos anos, a Igreja no Brasil tem-se preocupado mais explicitamente com a relação fé-política e tem incluído, nas suas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, uma atenção particular às transformações políticas da sociedade brasileira.

**186.** Ao longo de sua história, a Igreja experimentou momentos diferentes nessa relação com a política. Depois de ficar marginalizada durante séculos da vida política do Império Romano, pouco a pouco ela foi penetrando tanto na política que acabou tutelando, durante longo tempo, o Estado, exercendo diretamente o poder, de modo especial na Idade Média. O complexo movimento político-cultural da Modernidade levou a Igreja a reconhecer a legítima autonomia das realidades temporais e do mundo político e a distinguir melhor a sua missão própria, confiada por Cristo, que “não é de ordem política, econômica e social, pois a finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa”.

**187.** No entanto, ela está também consciente de que “pregando a verdade e iluminando todos os setores da atividade humana pela sua doutrina, pelo testemunho dos fiéis e cristãos, a Igreja respeita e promove também a liberdade política e a responsabilidade dos cristãos”. “Por isso mesmo faz parte da missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas”.

**188.** O fato da presença da Igreja no mundo da política é inevitável, mas a natureza e a qualidade dessa presença dependem de sua consciência evangélica e profética, do momento histórico e do próprio conceito de política. É a vocação evangélica que norteia seu modo de proceder na política. Ela é permanente e definitiva, mas suas implicações e conseqüências no plano político devem ser pensadas num determinado momento histórico. Nesse sentido, cabe sempre, de novo, refletir sobre a fé e a política, já que os eventos históricos nascem da novidade da liberdade humana no entrecchoque com as situações mutáveis.

**189.** Salta aos olhos de todos a extrema gravidade do momento que vivemos. A crise atravessa todas as dimensões da sociedade.

**190.** Em termos gerais, podemos dizer que vivemos há pouco num regime autoritário em que o planejamento sócio-econômico e sócio-político era pensado e decidido por tecnocratas sem a preocupação de atender às exigências, às necessidades, aos anseios populares e sem a devida participação dos segmentos da sociedade. No momento, decisões importantes no setor econômico e político vêm sendo, cada vez mais, tomadas por parte e por influência de políticos. Acontece, porém, que interesses clientelistas ou de poderosos grupos econômicos estão bem representados e ameaçam prevalecer sobre as aspirações, necessidades e interesses fundamentais relevantes da nação. Apesar da afirmação do propósito de colocar tais decisões em função do social, as condições do povo, das maiorias pobres se tornam, cada dia mais precárias, com nítida perda de poder aquisitivo. E as perspectivas de futuro não parecem melhores com a constante presença de surtos inflacionários”.

**Nota:38**

cf. **Cons. Dir. Hum.**, Arquidiocese de Belo Horizonte, 1992, p.20.

**Nota:39**

**ONU, Declaração Universal dos Direitos do Homem, n.26:** “Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, será baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelo direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”.

**Nota:40**

**Constituição Brasileira, 1988, Art. 206, II e III.:** “II. - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III.- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.”

**Nota:41**

O direito da criança e do adolescente à convivência familiar é reconhecido na Constituição Brasileira (Art. 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 4 e 19ss. da Lei 80-69).

**Constituição Brasileira, 1988, Art. 227:** “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

**Nota:42**

“Para serem importantes, vocês precisam de escolas onde todas, sem exceção, aprendam (João Paulo, II, Salvador BA, 20/10/91)”.

**Nota:43**

**Igreja e Democratização do Ensino, Cad. AEC, p. 90, n.25. A respeito do conceito de democracia social, cf. CA 44 e CNBB, Doc. 45, n.232-233.**

**CA, 44:** “Leão XIII não ignorava que uma sã teoria do Estado é necessária para assegurar o desenvolvimento normal das atividades humanas: tanto as espirituais, como as materiais, sendo ambas indispensáveis. Por isso, numa passagem da *Rerum novarum*, ele apresenta a organização da sociedade segundo três poderes legislativo, executivo e judicial o que constituía, naquele tempo, uma novidade no ensinamento da Igreja. Tal ordenamento reflete uma visão realista da natureza social do homem a qual exige uma legislação adequada para proteger a liberdade de todos. Para tal fim é preferível que cada poder seja equilibrado por outros poderes e outras esferas de competência que o mantenham no seu justo limite. Este é o princípio do Estado de direito, no qual é soberana a lei, e não a vontade arbitrária dos homens.



A esta concepção se opôs, nos tempos modernos, o totalitarismo, o qual, na forma marxista-leninista, defende que alguns homens, em virtude de um conhecimento mais profundo das leis do desenvolvimento da sociedade, ou de uma particular consciência de classe ou por um contato com as fontes mais profundas da consciência coletiva, estão isentos de erro e podem, por conseguinte, arrogar-se o exercício de um poder absoluto. Acrescente-se que o totalitarismo nasce da negação da verdade em sentido objetivo: se não existe uma verdade transcendente, na obediência à qual o homem adquire a sua plena identidade, então não há qualquer princípio seguro que garanta relações justas entre os homens. Com efeito, o seu interesse de classe, de grupo, de Nação, contrapõe-nos inevitavelmente uns aos outros. Se não se reconhece a verdade transcendente, triunfa a força do poder, e cada um tende a aproveitar-se ao máximo dos meios à sua disposição para impor o próprio interesse ou opinião, sem atender aos direitos do outro. Então o homem é respeitado apenas na medida em que for possível instrumentalizá-lo no sentido de uma afirmação egoísta. A raiz do totalitarismo moderno, portanto, deve ser individuada na negação da transcendente dignidade da pessoa humana, imagem visível de Deus invisível e, precisamente por isso, pela sua própria natureza, sujeito de direitos que ninguém pode violar: seja indivíduo, grupo, classe, Nação ou Estado. Nem tão pouco o pode fazer a maioria de um corpo social, lançando-se contra a minoria, marginalizando, oprimindo, explorando ou tentando destruí-la".

**CNBB, Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil (91-94), Doc. 45, 232-233:** "232. A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos na política e garante aos governados a possibilidade, quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de substituir os participantes, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado em favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos. A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política.

**233.** No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias".

**Nota:44**

**CNBB, Por uma nova ordem constitucional, Doc. 36, 136:** "Esse direito implica na liberdade que cabe aos pais ou responsáveis de escolherem a escola que mais se coaduna com seus princípios religiosos e valores de vida. Para que esse direito seja eficaz, é preciso:

- que seja reconhecido o direito de as comunidades e grupos culturais organizarem escolas próprias, em todos os níveis, a partir de seus valores e sua concepção de vida dentro das exigências da lei;
- que o acesso a estas escolas seja possível, nas mesmas condições que o acesso às escolas instituídas pelo Estado;
- que os recursos públicos destinados à sustentação destas escolas sejam suficientes e sua aplicação verificável pela comunidade e pelo Estado;
- que a sociedade tenha o controle da qualidade do ensino e dos princípios morais da escola".

**Nota:45**

**Jo 16,7-11:** "Entretanto, eu lhes digo a verdade: é melhor para vocês que eu vá embora, porque, se eu não for, o Advogado não virá para vocês. Mas se eu for, eu o enviarei. Quando o Advogado vier, ele vai desmascarar o mundo, mostrando quem é pecador, quem é o Justo e quem é o condenado. Quem é pecador? Aqueles que não acreditaram em mim. Quem é o Justo? Sou eu. Mas vocês não me verão mais, porque eu vou para o Pai. Quem é o condenado? É o príncipe deste mundo, que já foi condenado".

**Nota:46**

**Jo 1,14:** "E a Palavra se fez homem e habitou entre nós. E nós contemplamos a sua glória: glória do Filho único do Pai, cheio de amor e fidelidade".

**Nota:47**

**Gn 1,27:** "E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher".

**Nota:48**

**1Cr 5,18-19:** "As tribos de Rúben, de Gad e a meia-tribo de Manassés, que contavam com quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta guerreiros, entre soldados armados de escudo e espada, atiradores de flechas treinados para a guerra e prontos para a luta, entraram em combate contra os agarenos em Jetur, Nafis e Nodab".

**Cl 1,20-22:** "para, por meio dele, reconciliar consigo todas as coisas, tanto as terrestres como as celestes, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz. Antigamente vocês eram estrangeiros e inimigos de Deus, por causa das obras más que praticavam e pensavam. Agora, porém, com a morte que Cristo sofreu em seu corpo mortal, Deus reconciliou vocês, para torná-los santos, sem mancha e sem reprovação diante dele".

**Nota:49**

**Christifideles Laici, 61:** "Quais são os lugares e os meios da formação dos fiéis leigos? Quais as pessoas e as comunidades chamadas a desempenhar a tarefa da formação integral e unitária dos fiéis leigos?

Como a ação educativa humana está intimamente ligada à paternidade e à maternidade, assim a formação cristã encontra a sua raiz e força em Deus, o Pai que ama e que educa os seus filhos. Sim, Deus é o primeiro e o grande educador do seu Povo, como diz a maravilhosa passagem do Cântico de Moisés: Encontrou-o numa região deserta, nas solidões ululantes e selvagens; protegeu-o e velou por ele. Guardou-o como a menina dos seus olhos. Como a águia vela pela sua ninhada ou paira sobre os seus filhos, ele estendeu as suas asas para o recolher e levou-o sobre as suas asas. Só o Senhor o conduz e nenhum Deus estranho o ajuda (Dt 32,10-12; cf. 8,5).

A ação educativa de Deus revela-se e cumpre-se em Jesus, o Mestre, e atinge, por dentro, o coração de cada homem, graças à presença dinâmica do Espírito. A Igreja Mãe, tanto em si mesma como nas suas diversas articulações e expressões, é chamada a tomar parte da ação educativa divina. Assim, os fiéis leigos são formados pela Igreja e na Igreja, numa recíproca comunhão e colaboração de todos os seus membros: sacerdotes, religiosos e fiéis leigos. Desse modo, toda a comunidade eclesial, nos seus vários membros, recebe a fecundidade do Espírito e nela colabora ativamente. Nesse sentido, Metódio de Olimpo escrevia: Os imperfeitos... são levados e formados, como no seio de uma mãe, pelos mais perfeitos, a fim de serem gerados



e nascerem para a grandeza e para a beleza da virtude, como acontece com Paulo, trazido e introduzido na Igreja pelos perfeitos (na pessoa de Ananias) e tornando-se, depois, também ele perfeito e fecundo de tantos filhos.

Educadora e, antes de mais, a Igreja universal, na qual o Papa desempenha o papel de primeiro formador dos fiéis leigos. Cabe-lhe, como sucessor de Pedro, o ministério de confirmar na fé os irmãos, ensinando a todos os crentes os conteúdos essenciais da vocação e missão cristã e eclesial. Não só a sua palavra direta, mas também a sua palavra veiculada pelos documentos dos vários Dicasterios da Santa Sé deve ser recebida pelos fiéis leigos com docilidade e amor.

A Igreja una e universal está presente, nas várias partes do mundo, nas Igrejas particulares. Em cada uma delas, o bispo tem uma responsabilidade pessoal em relação aos fiéis leigos, que deve formar mediante o anúncio da Palavra, a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, a animação e a orientação da sua vida cristã.

Dentro da Igreja particular ou diocese, encontra-se e atua a paróquia, que tem um papel essencial na formação mais imediata e pessoal dos fiéis leigos. Efetivamente, com uma relação que pode atingir mais facilmente cada pessoa e cada grupo, a paróquia é chamada a educar os seus membros para a escuta da Palavra, para o diálogo litúrgico e pessoal com Deus, para a vida de caridade perfeita, permitindo-lhes compreender, de forma mais direta e concreta, o sentido da comunhão eclesial e da responsabilidade missionária.

Depois, no seio de algumas paróquias, sobretudo quando vastas e dispersas, as pequenas comunidades eclesiais existentes podem dar uma ajuda notável na formação dos cristãos, podendo tornar mais capilares e incisivas a consciência e a experiência da comunhão e da missão eclesial. Uma ajuda pode ser dada, como disseram os padres sinodais, também por uma catequese pós-batizmal, em forma de catecumenato, através de uma ulterior proposta de certos conteúdos do Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos, destinados a permitir uma maior compreensão e vivência das imensas e extraordinárias riquezas e da responsabilidade do Batismo recebido.

Na formação que os fiéis leigos recebem na diocese e na Paróquia, especialmente em ordem ao sentido da comunhão e da missão, tem particular importância a ajuda que os vários membros da Igreja se dão reciprocamente: é uma ajuda que revela e simultaneamente realiza o mistério da Igreja Mãe e Educadora. Os sacerdotes e os religiosos devem ajudar os fiéis leigos na sua formação. Neste sentido, os padres do Sínodo convidaram os presbíteros e os candidatos às Ordens a prepararem-se diligentemente para serem capazes de favorecer a vocação e a missão dos leigos. Por sua vez, os próprios fiéis leigos podem e devem ajudar os sacerdotes e os religiosos no seu caminho espiritual e pastoral”.

**Dt 32,10-12:** “Ele o encontrou numa terra árida, num deserto solitário e cheio de uivos. Cercou-o, cuidou dele e o guardou com carinho, como se fosse a menina de seus olhos. Como águia que cuida do seu ninho e revoa por cima dos filhotes, ele o tomou, estendendo suas asas, e o carregou em cima de suas penas. O único a conduzi-lo foi Javé. Nenhum deus estrangeiro o acompanhou”.

**Dt 5:** “Moisés convocou todo o Israel e disse: Ouça, Israel, os estatutos e normas que hoje eu proclamo aos seus ouvidos, para que os aprendam e cuidem de praticar: Javé nosso Deus fez uma aliança conosco no Horeb. Javé não fez essa aliança com nossos antepassados, mas conosco, que hoje aqui estamos, todos vivos. Javé falou com vocês, face a face, sobre a montanha, do meio do fogo. Eu estava entre Javé e vocês, para lhes anunciar a palavra de Javé, pois vocês ficaram com medo do fogo e não subiram à montanha. Javé então me falou: Eu sou Javé seu Deus, que o tirou da terra do Egito, da casa da escravidão. Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça ídolos para você, nenhuma representação do que existe no céu, na terra ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostre diante desses deuses, nem os sirva, porque eu, Javé seu Deus, sou um Deus ciumento: quando me odeiam, eu castigo a culpa dos pais em seus filhos, netos e bisnetos; e trato com amor, por mil gerações, quando me amam e guardam os meus mandamentos.

Não pronuncie em vão o nome de Javé seu Deus, porque Javé não deixará sem punição aquele que pronunciar o seu nome em vão.

Observe o dia de sábado, para santificá-lo, como ordenou Javé seu Deus. Trabalhe durante seis dias e faça todas as suas tarefas. O sétimo dia, porém, é o sábado de Javé seu Deus. Não faça trabalho nenhum, nem você, nem seu filho, nem sua filha, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu boi, nem seu jumento, nem qualquer um de seus animais, nem o imigrante que vive em suas cidades. Desse modo, seu escravo e sua escrava poderão repousar como você. Lembre-se: você foi escravo na terra do Egito, e Javé seu Deus o tirou de lá com mão forte e braço estendido. É por isso que Javé seu Deus ordenou que você guardasse o dia de sábado.

Honre seu pai e sua mãe, como Javé seu Deus lhe ordenou, para que sua vida se prolongue e tudo corra bem para você na terra que Javé seu Deus agora lhe dá.

Não mate.

Não cometa adultério.

Não roube.

Não dê falso testemunho contra seu próximo.

Não cobice a mulher do seu próximo, nem deseje para você a casa do seu próximo, nem o campo, nem o escravo, nem a escrava, nem o boi, nem o jumento, nem coisa alguma que pertença ao seu próximo.

Foram essas as palavras que Javé dirigiu em alta voz a toda a assembléia de vocês reunida no monte, do meio do fogo, em meio a trevas, nuvens e escuridão. Sem nada acrescentar, Javé as gravou sobre duas tábuas de pedra e as entregou a mim.

Quando vocês ouviram a voz que vinha do meio das trevas, enquanto a montanha ardia em fogo, vocês todos, chefes das tribos e anciãos, se aproximaram de mim e disseram: Javé nosso Deus mostrou-nos a sua glória e grandeza, e nós ouvimos a sua voz do meio do fogo. Hoje vimos que Deus pode falar ao homem, sem que este morra. E agora, por que iríamos morrer? Esse fogo pode nos devorar! Se continuarmos a ouvir a voz de Javé nosso Deus nós vamos morrer. De fato, qual é o mortal capaz de ouvir como nós a voz do Deus vivo falando do meio do fogo, e ainda continuar vivo? Aproxime-se você, e ouça tudo o que Javé nosso Deus vai dizer. Depois você nos comunicará tudo o que Javé nosso Deus falar a você: nós ouviremos e colocaremos em prática.

Javé ouviu o que vocês me falaram e me disse: Escutei o que esse povo falou a você. Ele tem razão. Tomara que conserve sempre essa atitude, para me temer e observar continuamente todos os meus mandamentos, de

modo que tudo corra bem para ele e seus filhos para sempre. Vá e diga-lhes: Voltem para suas tendas. Quanto a você, fique aqui comigo, para que eu lhe comunique todos os mandamentos, estatutos e normas que você ensinará a eles a fim de que os pratiquem na terra cuja posse eu lhes darei.

Portanto, procurem agir de acordo com todas as coisas que Javé seu Deus lhes manda. Não se desviem nem para a direita nem para a esquerda. Sigam o caminho que Javé seu Deus lhes ordenou, para que vivam, sejam felizes e prolonguem a vida na terra que irão ocupar”.

**Dt 8:** “Observem todos os mandamentos que hoje lhes ordeno cumprir, para que vivam e se multipliquem, entrem e tomem posse da terra que Javé prometeu com juramento a seus antepassados. Lembre-se, porém, de todo o caminho que Javé seu Deus fez você percorrer durante quarenta anos no deserto, a fim de o humilhar e o colocar à prova, para conhecer suas intenções: será que você iria observar os mandamentos dele ou não? Ele humilhou você, fez você sentir fome e o alimentou com o maná, que nem você nem seus antepassados conheciam, tudo para mostrar a você que o homem não vive só de pão, mas que o homem vive de tudo aquilo que sai da boca de Javé. As roupas que você usava não se gastaram, nem seu pé inchou durante esses quarenta anos. Portanto, reconheça em seu coração que Javé seu Deus educava você como o homem educa o próprio filho.

Observe os mandamentos de Javé seu Deus para você andar nos caminhos dele e o temer. Olhe! Javé seu Deus vai introduzir você numa terra boa: terra cheia de ribeirões de água e de fontes profundas que jorram no vale e na montanha; terra de trigo e cevada, de vinhas, figueiras e romãzeiras, terra de oliveiras, de azeite e de mel; terra onde você comerá pão sem escasses, pois nela nada lhe faltará; terra cujas pedras são de ferro, e de cujas montanhas você extrairá o cobre. Quando você comer e ficar satisfeito, bendiga a Javé seu Deus pela boa terra que lhe deu.

Contudo, preste atenção a si mesmo, para não se esquecer de Javé seu Deus e não deixar de cumprir seus mandamentos, normas e estatutos, que hoje eu ordeno a você. Não aconteça que, tendo comido e estando satisfeito, havendo construído casas boas e habitando nelas, tendo se multiplicado seus bois e aumentado suas ovelhas, e multiplicando-se também sua prata e seu ouro e tudo o que você possui, não aconteça que seu coração fique cheio de orgulho, e você se esqueça de Javé seu Deus, que o tirou do Egito, da casa da escravidão; que conduziu você através daquele grande e terrível deserto, cheio de serpentes venenosas, escorpiões e sede; que fez jorrar para você água da mais dura pedra, onde não havia água; que sustentava você no deserto com o maná, que seus antepassados não conheceram: tudo isso para humilhar e provar você, a fim de lhe fazer o bem no futuro.

Portanto, não vá pensar: Foi a minha força e o poder de minhas mãos que me conquistaram essas riquezas. Lembre-se de Javé seu Deus, pois é ele quem lhe dá força para se enriquecer, mantendo a aliança que jurou a seus antepassados, como hoje se vê. Todavia, se você esquecer completamente Javé seu Deus, seguindo, servindo e adorando outros deuses, hoje eu lhes garanto que vocês morrerão. Vocês perecerão exatamente como as nações que Javé destruirá diante de vocês, por não terem obedecido a Javé seu Deus”.

#### **Nota:50**

**Ex 3,14:** “Deus disse a Moisés: Eu sou aquele que sou. E continuou: Você falará assim aos filhos de Israel: Eu Sou me enviou até vocês”.

#### **Nota:51**

**Hb 12,5-8:** “e já se esqueceram da exortação que lhes foi dirigida como a filhos: Meu filho, não despreze a correção do Senhor e não perca o ânimo quando for repreendido por ele; pois o Senhor corrige a quem ele ama e castiga a quem aceita como filho. Em vista da educação é que vocês sofrem. Deus trata-os como filhos. E qual é o filho que não é corrigido pelo pai? Pelo contrário, se vocês não são corrigidos como acontece com todos, então vocês são bastardos e não filhos”.

#### **Nota:52**

CNBB, Estudos, n.41, pp. 97-104; cf. CNBB, Doc. 40, n.101; São Paulo indica a seus discípulos a imitação de Cristo (1Cor. 11, 1; 2Ts 3,7) para que tenham as mesmas atitudes de Jesus (Fl 2,5). **CNBB, Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n.101:** “O caminho da conversão ao Evangelho, que leva a assumir o “homem novo” é o caminho do seguimento de Jesus. Os próprios Evangelhos, trazendo-nos a pregação e a vida de Cristo, não se limitaram a fazer memória do passado, mas propuseram aos cristãos de todos os tempos um roteiro a ser percorrido novamente, que lhes possibilitasse seguir os passos de Jesus. O mesmo faz freqüentemente o apóstolo Paulo, que indica aos seus irmãos o caminho da imitação de Cristo, para que tenham as mesmas atitudes e os mesmos sentimentos de Jesus. Hoje, em nosso contexto latino-americano, muitos cristãos redescobrem a espiritualidade do seguimento de Jesus, na imitação de suas virtudes, no serviço dos irmãos pobres e sofredores, abraçando a cruz, doando a vida”.

#### **Nota:53**

**Mt 5,21-48:** “Vocês ouviram o que foi dito aos antigos: Não mate! Quem matar será condenado pelo tribunal. Eu, porém, lhes digo: todo aquele que fica com raiva do seu irmão, se torna réu perante o tribunal. Quem diz ao seu irmão: imbecil, se torna réu perante o Sinédrio; quem chama o irmão de idiota, merece o fogo do inferno. Portanto, se você for até o altar para levar a sua oferta, e aí se lembrar de que o seu irmão tem alguma coisa contra você, deixe a oferta aí diante do altar, e vá primeiro fazer as pazes com seu irmão; depois, volte para apresentar a oferta. Se alguém fez alguma acusação contra você, procure logo entrar em acordo com ele, enquanto estão a caminho do tribunal; senão o acusador entregará você ao juiz, o juiz o entregará ao guarda, e você irá para a prisão. Eu garanto: daí você não sairá, enquanto não pagar até o último centavo.

Vocês ouviram o que foi dito: Não cometa adultério. Eu, porém, lhes digo: todo aquele que olha para uma mulher e deseja possuí-la, já cometeu adultério com ela no coração.

Se o olho direito leva você a pecar, arranque-o e jogue-o fora! É melhor perder um membro, do que o seu corpo todo ser jogado no inferno. Se a mão direita leva você a pecar, corte-a e jogue-a fora! É melhor perder um membro do que o seu corpo todo ir para o inferno.

Também foi dito: Quem se divorciar de sua mulher, lhe dê uma certidão de divórcio. Eu, porém, lhes digo: todo aquele que se divorcia de sua mulher, a não ser por causa de fornicção, faz com que ela se torne adúltera; e quem se casa com a mulher divorciada, comete adultério.

Vocês ouviram também o que foi dito aos antigos: Não jure falso, mas cumpra os seus juramentos para com o Senhor. Eu, porém, lhes digo: não jurem de modo algum: nem pelo Céu, porque é o trono de Deus; nem pela

terra, porque é o suporte onde ele apóia os pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei. Não jure nem mesmo pela sua própria cabeça, porque você não pode fazer um só fio de cabelo ficar branco ou preto. Diga apenas sim, quando é sim; e não, quando é não. O que você disser além disso, vem do Maligno.

Vocês ouviram o que foi dito: Olho por olho e dente por dente! Eu, porém, lhes digo: não se vinguem de quem fez o mal a vocês. Pelo contrário: se alguém lhe dá um tapa na face direita, ofereça também a esquerda! Se alguém faz um processo para tomar de você a túnica, deixe também o manto! Se alguém obriga você a andar um quilômetro, caminhe dois quilômetros com ele! Dê a quem lhe pedir, e não vire as costas a quem lhe pedir emprestado.

Vocês ouviram o que foi dito: Ame o seu próximo, e odeie o seu inimigo! Eu, porém, lhes digo: amem os seus inimigos, e rezem por aqueles que perseguem vocês! Assim vocês se tornarão filhos do Pai que está no céu, porque ele faz o sol nascer sobre maus e bons, e a chuva cair sobre justos e injustos. Pois, se vocês amam somente aqueles que os amam, que recompensa vocês terão? Os cobradores de impostos não fazem a mesma coisa? E se vocês cumprimentam somente seus irmãos, o que é que vocês fazem de extraordinário? Os pagãos não fazem a mesma coisa? Portanto, sejam perfeitos como é perfeito o Pai de vocês que está no céu”.

#### Nota:54

**Lc 7,44-50:** “Então Jesus voltou-se para a mulher e disse a Simão: Está vendo esta mulher? Quando entrei em sua casa, você não me ofereceu água para lavar os pés; ela, porém, banhou meus pés com lágrimas, e os enxugou com os cabelos. Você não me deu o beijo de saudação; ela, porém, desde que entrei, não parou de beijar meus pés. Você não derramou óleo na minha cabeça; ela, porém, ungiu meus pés com perfume. Por essa razão, eu declaro a você: os muitos pecados que ela cometeu estão perdoados, porque ela demonstrou muito amor. Aquele a quem foi perdoado pouco, demonstra pouco amor. E Jesus disse à mulher: Seus pecados estão perdoados. Então os convidados começaram a pensar: Quem é esse que até perdoados? Mas Jesus disse à mulher: Sua fé salvou você. Vá em paz!”.

**Lc 1,35-51:** “O anjo respondeu: O Espírito Santo virá sobre você, e o poder do Altíssimo a cobrirá com sua sombra. Por isso, o Santo que vai nascer de você será chamado Filho de Deus. Olhe a sua parenta Isabel: apesar da sua velhice, ela concebeu um filho. Aquela que era considerada estéril, já faz seis meses que está grávida. Para Deus nada é impossível. Maria disse: Eis a escrava do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra. E o anjo a deixou.

Naqueles dias, Maria partiu para a região montanhosa, dirigindo-se, às pressas, a uma cidade da Judéia. Entrou na casa de Zacarias, e saudou Isabel. Quando Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança se agitou no seu ventre, e Isabel ficou cheia do Espírito Santo. Com um grande grito exclamou: Você é bendita entre as mulheres, e é bendito o fruto do seu ventre! Como posso merecer que a mãe do meu Senhor venha me visitar? Logo que a sua saudação chegou aos meus ouvidos, a criança saltou de alegria no meu ventre. Bem-aventurada aquela que acreditou, porque vai acontecer o que o Senhor lhe prometeu.

Então Maria disse: Minha alma proclama a grandeza do Senhor, meu espírito se alegra em Deus, meu salvador, porque olhou para a humilhação de sua serva. Doravante todas as gerações me felicitarão, porque o Todo-poderoso realizou

grandes obras em meu favor: seu nome é santo, e sua misericórdia chega aos que o temem, de geração em geração. Ele realiza proezas com seu braço: dispersa os soberbos de coração”.

**Lc 3,1-2:** “Fazia quinze anos que Tibério era imperador de Roma. Pôncio Pilatos era governador da Judéia; Herodes governava a Galiléia; seu irmão Filipe, a Ituréia e a Traconítide; e Lisânias, a Abilene. Anás e Caifás eram sumos sacerdotes. Foi nesse tempo que Deus enviou a sua palavra a João, filho de Zacarias, no deserto”.

#### Nota:55

**Mc 9,33-37:** “Quando chegaram à cidade de Cafarnaum e estavam em casa, Jesus perguntou aos discípulos: Sobre o que vocês estavam discutindo no caminho? Os discípulos ficaram calados, pois no caminho tinham discutido sobre qual deles era o maior. Então Jesus se sentou, chamou os Doze e disse: Se alguém quer ser o primeiro, deverá ser o último, e ser aquele que serve a todos. Depois Jesus pegou uma criança e colocou-a no meio deles. Abraçou a criança e disse: Quem receber em meu nome uma destas crianças, estará recebendo a mim. E quem me receber, não estará recebendo a mim, mas àquele que me enviou”.

**Mc 14,37-52:** “Depois Jesus voltou, encontrou os três discípulos dormindo, e disse a Pedro: Simão, você está dormindo? Você não pôde vigiar nem sequer uma hora? Vigiem e rezem, para não cair na tentação! Porque o espírito está pronto para resistir, mas a carne é fraca.

Jesus se afastou de novo e rezou, repetindo as mesmas palavras. Voltou novamente, e encontrou os discípulos dormindo, porque seus olhos estavam pesados de sono. E eles não sabiam o que dizer a Jesus. Então Jesus voltou pela terceira vez, e disse: Agora vocês podem dormir e descansar. Basta! Chegou a hora! Eis que o Filho do Homem vai ser entregue ao poder dos pecadores. Levantem-se! Vamos! Aquele que vai me trair já está chegando.

Logo mais, enquanto Jesus ainda falava, chegou Judas, um dos Doze, com uma multidão armada de espadas e paus. Iam da parte dos chefes dos sacerdotes, dos doutores da Lei e dos anciãos do povo. O traidor tinha combinado com eles um sinal, dizendo: Jesus é aquele que eu beijar. Prendam, e levem bem guardado. Judas logo se aproximou de Jesus, dizendo: Mestre! E o beijou. Então eles lançaram as mãos sobre Jesus, e o prenderam. Mas um dos presentes puxou a espada, e feriu o empregado do sumo sacerdote, cortando-lhe a orelha. Jesus perguntou: Vocês saíram com espadas e paus para me prender, como se eu fosse um bandido? Todos os dias eu estava com vocês no Templo, ensinando, e vocês não me prenderam. Mas, isso é para se cumprirem as Escrituras.

Então todos fugiram, abandonando Jesus. Um jovem, vestido só com um lençol, estava seguindo Jesus, e eles o prenderam. Mas o jovem largou o lençol, e fugiu nu”.

**Mc 10,35-45:** “Tiago e João, filhos de Zebedeu, foram a Jesus e lhe disseram: Mestre, queremos que faça por nós o que vamos te pedir. Jesus perguntou: O que vocês querem que eu lhes conceda? Eles responderam: Quando estiveres na glória, deixa-nos sentar um à tua direita e outro à tua esquerda. Jesus então lhes disse: Vocês não sabem o que estão pedindo. Por acaso vocês podem beber o cálice que eu vou beber? Podem ser batizados com o batismo com que eu vou ser batizado? Eles responderam: Podemos. Jesus então lhes disse: Vocês vão beber o cálice que eu vou beber, e vão ser batizados com o batismo com que eu vou ser batizado. Mas não depende de mim conceder o lugar à minha direita ou esquerda. É Deus quem dará esses lugares

àqueles, para os quais ele preparou. Quando os outros dez discípulos ouviram isso, começaram a ficar com raiva de Tiago e João. Jesus chamou-os e disse: Vocês sabem: aqueles que se dizem governadores das nações têm poder sobre elas, e os seus dirigentes têm autoridade sobre elas. Mas, entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês, e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se o servo de todos. Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

**Lc 6,27-32:** “Mas, eu digo a vocês que me escutam: amem os seus inimigos, e façam o bem aos que odeiam vocês. Desejem o bem aos que os amaldiçoam, e rezem por aqueles que caluniam vocês. Se alguém lhe dá um tapa numa face, ofereça também a outra; se alguém lhe toma o manto, deixe que leve também a túnica. Dê a quem lhe pede e, se alguém tira o que é de você, não peça que devolva. O que vocês desejam que os outros lhes façam, também vocês devem fazer a eles. Se vocês amam somente aqueles que os amam, que gratuidade é essa? Até mesmo os pecadores amam aqueles que os amam”.

**Nota:56**

**CNBB**, Estudos, n. 41, p.100.

**Nota:57**

**Jo 14,6:** “Jesus respondeu: Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim”.

**Nota:58**

**CNBB**, Estudos, n. 41, p.101.

**Nota:59**

**Jo 8,32:** “conhecerão a verdade, e a verdade libertará vocês”.

**Nota:60**

**CNBB, Doc. 28, n.3:** “Assim como Jesus Cristo, a Igreja faz da proclamação do Reino o centro de sua ação evangelizadora. Reino que se identifica com a própria salvação que o Pai, em seu Filho e por seu Espírito, oferece a todas as pessoas, como dom da sua graça e misericórdia. Reino que consiste na libertação de todas as misérias e opressões, cuja raiz última é o pecado. Reino que visa a instaurar uma nova ordem de vida e convivência na justiça, na fraternidade e na paz. Reino que se realiza na comunhão profunda das pessoas entre si e na participação aqui e agora na própria vida trinitária de Deus, cuja plenitude se alcançará na eternidade, onde Deus será tudo em todos”.

**Nota:61**

**Mt 13,1-23:** “Naquele dia, Jesus saiu de casa, e foi sentar-se às margens do mar da Galiléia. Numerosas multidões se reuniram em volta dele. Por isso, Jesus entrou numa barca e sentou-se, enquanto a multidão ficava de pé na praia. E Jesus falou para eles muita coisa com parábolas: O semeador saiu para semear. Enquanto semeava, algumas sementes caíram à beira do caminho, e os passarinhos foram e as comeram. Outras sementes caíram em terreno pedregoso, onde não havia muita terra. As sementes logo brotaram, porque a terra não era profunda. Porém, o sol saiu, queimou as plantas, e elas secaram, porque não tinham raiz. Outras sementes caíram no meio dos espinhos, e os espinhos cresceram e sufocaram as plantas. Outras sementes, porém, caíram em terra boa, e renderam cem, sessenta e trinta frutos por um. Quem tem ouvidos, ouça!

Os discípulos aproximaram-se, e perguntaram a Jesus: Por que usas parábolas para falar com eles? Jesus respondeu: Porque a vocês foi dado conhecer os mistérios do Reino do Céu, mas a eles não. Pois, a quem tem, será dado ainda mais, será dado em abundância; mas daquele que não tem, será tirado até o pouco que tem. É por isso que eu uso parábolas para falar com eles: assim eles olham e não vêem, ouvem e não escutam nem compreendem. Desse modo se cumpre para eles a profecia de Isaías: É certo que vocês ouvirão, porém nada compreenderão. É certo que vocês enxergarão, porém nada verão. Porque o coração desse povo se tornou insensível. Eles são duros de ouvido e fecharam os olhos, para não ver com os olhos, e não ouvir com os ouvidos, não compreender com o coração e não se converter. Assim eles não podem ser curados. Vocês, porém, são felizes, porque seus olhos vêem e seus ouvidos ouvem. Eu garanto a vocês: muitos profetas e justos desejaram ver o que vocês estão vendo, e não puderam ver; desejaram ouvir o que vocês estão ouvindo, e não puderam ouvir.

Ouçam, portanto, o que a parábola do semeador quer dizer: Todo aquele que ouve a Palavra do Reino e não a compreende, é como a semente que caiu à beira do caminho: vem o Maligno e rouba o que foi semeado no coração dele. A semente que caiu em terreno pedregoso é aquele que ouve a Palavra, e logo a recebe com alegria. Mas ele não tem raiz em si mesmo, é inconstante: quando chega uma tribulação ou perseguição por causa da Palavra, ele desiste logo. A semente que caiu no meio dos espinhos é aquele que ouve a Palavra, mas a preocupação do mundo e a ilusão da riqueza sufocam a Palavra, e ela fica sem dar fruto. A semente que caiu em terra boa é aquele que ouve a Palavra e a compreende. Esse com certeza produz fruto. Um dá cem, outro sessenta e outro trinta por um”.

**13,24-30:** “Jesus contou outra parábola à multidão: O Reino do Céu é como um homem que semeou boa semente no seu campo. Uma noite, quando todos dormiam, veio o inimigo dele, semeou joio no meio do trigo, e foi embora. Quando o trigo cresceu, e as espigas começaram a se formar, apareceu também o joio. Os empregados foram procurar o dono, e lhe disseram: Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? Onde veio então o joio? O dono respondeu: Foi algum inimigo que fez isso. Os empregados lhe perguntaram: Queres que arranquemos o joio? O dono respondeu: Não. Pode acontecer que, arrancando o joio, vocês arranquem também o trigo. Deixem crescer um e outro até à colheita. E no tempo da colheita direi aos ceifadores: arranquem primeiro o joio, e o amarrem em feixes para ser queimado. Depois recolham o trigo no meu celeiro!”.

**Nota:62**

**CNBB, Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, Doc. 28, n.74-75:** “74. A mensagem e ação evangelizadora da Igreja, discípula de Cristo, têm como centro a proclamação desse Reino de Deus comunhão profunda, perfeita e definitiva de Deus com os homens, dos homens com Deus e dos homens entre si -, o qual não coincide com nenhuma realização histórica concreta, nem tampouco é fruto do empenho puramente humano, mas se projeta para além do tempo e da história, como consumada salvação que, em Jesus Cristo e apenas nele, é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia de Deus.

**75.** A Igreja, porém, está igualmente convencida de que a construção do Reino se dá desde aqui e agora, também, através dos esforços humanos em vista de uma sociedade verdadeiramente justa, fraterna, solidária e livre. Nesses esforços ela reconhece a presença atuante do próprio Deus Salvador. Ela sabe, também, que o Reino passa através de mediações históricas que, não obstante sua parcialidade e ambigüidade, são sinais da obra definitiva de Deus, eterna e consumada. Assim, a missão da Igreja, que se realiza continuamente na perspectiva escatológica, é ao mesmo tempo plenamente histórica.”

**Cfl 8:** “A Bíblia emprega a imagem da vinha de muitas maneiras e com diversos significados: ela serve particularmente para exprimir o mistério do povo de Deus. Nesta perspectiva mais interior, os fiéis leigos não são simplesmente os agricultores que trabalham na vinha, mas são parte dessa mesma vinha: Eu sou a videira, vós os ramos, diz Jesus (Jo 15,5).

Já no Antigo Testamento os profetas recorriam à imagem da vinha para indicar o povo eleito. Israel é a vinha de Deus, a obra do Senhor, a alegria do seu coração: Eu tinha-te plantado como vinha predileta (Jr 2,21); A tua mãe era como uma videira plantada à beira das águas. Era fecundada e rica em sarmentos, graças à abundância de água (Ez 19,10); O meu amado possuía uma vinha numa colina fértil. Cavou-a, tirou-lhe as pedras, e plantou-a com varas escolhidas... (Is 5,2).

Jesus retoma o símbolo da vinha e dele se serve para revelar alguns aspectos do Reino de Deus: Um homem plantou uma vinha, cercou-a de uma sebe, cavou nela um lagar e edificou uma torre, depois arrendou-a a uns vinhateiros e partiu para longe (Mc 12,1; cf. Mt 21,28ss.).

O evangelista João convida-nos a penetrar em profundidade e introduz-nos na descoberta do mistério da vinha: esta é o símbolo e a figura, não só do povo de Deus, mas do próprio Jesus. Ele é a cepa e nós, os discípulos, somos os ramos; ele é a verdadeira videira, à qual estão vitalmente ligados os ramos (cf. Jo 15,1ss.).

O Concílio Vaticano II, referindo-se às várias imagens bíblicas que iluminam o mistério da Igreja, usa novamente a imagem da videira e das vides: Cristo é a videira verdadeira que dá vida e fecundidade às vides, isto é, a nós, que por meio da Igreja permanecemos nele e sem o qual nada podemos fazer (Jo 15,1-5). A própria Igreja é, portanto, a vinha evangélica. É mistério, porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo são o dom totalmente gratuito oferecido a todos aqueles que nasceram da água e do Espírito (cf. Jo 3,5), chamados a reviver a mesma comunhão de Deus e a manifestá-la e a comunicá-la na história (missão): Naquele dia diz Jesus conhecereis que eu estou no Pai e vós em mim e eu em vós (Jo 14,20).

Assim, só no interior do mistério da Igreja como mistério de comunhão se revela a identidade dos fiéis leigos, a sua original dignidade. E só no interior dessa dignidade se podem definir a sua vocação e a sua missão na Igreja e no mundo”.

#### **Nota:63**

**Puebla, 1013:** “Quando a Igreja evangeliza e consegue a conversão do homem, também o educa, pois a salvação (dom divino e gratuito) longe de desumanizar o homem, o aperfeiçoa e enobrece; faz com que cresça em humanidade. A evangelização é, neste sentido, educação. Todavia, a educação enquanto tal não pertence ao conteúdo essencial da evangelização, mas ao seu conteúdo integral”.

#### **Nota:64**

cf. **Leigo Católico, testemunha da Fé na Escola da Congregação para a Educação Católica, nn.25-37;** cf. **LG, 40,42.**

**LG 40, 42:** “40. O Senhor Jesus é mestre e exemplo de toda perfeição. Autor e realizador da santidade, ele mesmo manifestou suas exigências a todos e a cada um dos discípulos: “Sejam perfeitos como é perfeito seu Pai, que está nos céus” (Mt 5, 48). Enviou igualmente a todos o Espírito Santo, para movê-los interiormente ao amor de Deus de todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força (cf. Mc 12, 30) e para que se amem uns aos outros, como Cristo os amou (cf. Jo 13, 34; 15, 12).

Os seguidores de Cristo são santificados por Deus, não por suas obras, mas de acordo com o propósito e a graça daquele que os chamou e justificou no Senhor Jesus, tornando-os, pelo batismo da fé, verdadeiros filhos de Deus e participantes da natureza divina. Devem, pois, manter e aperfeiçoar na vida a santidade que lhes é dada por Deus. O apóstolo Paulo lhes recomenda que vivam “como convém aos santos” (Ef 5, 3): “como escolhidos de Deus, santos e amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão e paciência” (Cl 3, 12), trazendo os santos frutos do Espírito (cf. Gl 5, 22; Rm 6, 22). Como, porém, todos estamos sujeitos a muitas falhas (cf. Tg 3, 2) e precisamos a todo momento da misericórdia divina, devemos pedir diariamente “que nos perdoe as nossas ofensas (Mt 6, 12).

Fique bem claro que todos os fiéis, qualquer que seja sua posição na Igreja ou na sociedade, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. A santidade promove uma crescente humanização. Que todos, pois, se esforcem, na medida do dom de Cristo, para seguir seus passos, tornando-se conformes à sua imagem, obedecendo em tudo à vontade do Pai, consagrando-se de coração à glória de Deus e ao serviço do próximo. A história da Igreja mostra como a vida dos santos foi fecunda, manifestando abundantes frutos da santidade no povo de Deus.

**42.** “Deus é amor. Quem permanece no amor, permanece em Deus e Deus nele” (1Jo 4, 16). Deus derrama seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos é dado (cf. Rm 5, 5). O dom primordial, pois, e absolutamente necessário, é o amor com que amamos Deus sobre todas as coisas e o próximo por causa dele. Mas para que a caridade cresça e frutifique na alma, como boa semente, cada um deve estar pronto a ouvir a palavra de Deus, cumprir a sua vontade, com o auxílio da graça, participar freqüentemente dos sacramentos e do culto, especialmente da eucaristia, entregar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço fraterno e ao exercício da virtude. O amor é o vínculo da perfeição e a plenitude da lei (Cl 3, 14; Rm 13, 10). Orienta, dá forma e acabamento a todos os outros meios de santificação. Por isso o amor para com Deus e para com o próximo é o sinal do verdadeiro discípulo de Cristo.

Jesus, o Filho de Deus, manifestou seu amor dando sua vida por nós. Não há maior amor do que dar a vida por ele e por seus irmãos (cf. 1Jo 3, 16; Jo 15, 13). Desde os primeiros tempos até os dias de hoje, alguns cristãos foram chamados a dar esse testemunho supremo diante de todos, especialmente dos perseguidores. É o martírio, considerado pela Igreja dom supremo e prova máxima de amor, pois, ao aceitar livremente a morte pela salvação do mundo, o discípulo se assemelha ao mestre, igualando-o no derramamento do próprio sangue. Poucos recebem esse dom, mas todos devem estar preparados para confessar a Cristo diante dos homens e segui-lo no caminho da cruz, em meio às perseguições que nunca faltam à Igreja.



A santidade da Igreja se sustenta ainda de modo especial pela observância dos muitos conselhos que o Senhor propôs aos seus discípulos no Evangelho. Em primeiro lugar, o precioso dom da graça divina feito pelo Pai (cf. Mt 19, 11; 1Cor 7,7) àqueles que na virgindade e no celibato oferecem unicamente a Deus seu coração indiviso (cf. 1Cor 7, 32-34) e a ele se consagram totalmente. A Igreja sempre teve em grande conta esta prática da continência perfeita por causa do reino dos céus, considerando-a sinal e estímulo do amor, fonte espiritual particularmente fecunda para o mundo.

A Igreja medita na admoestação do apóstolo. Estimulando os fiéis ao amor, ele os exorta a terem os mesmos sentimentos do Cristo Jesus, que “se esvaziou a si mesmo, assumiu a condição de servo e se tornou obediente até a morte” (Fl 2, 7-8) “fazendo-se pobre” por nossa causa, “apesar de rico” (2Cor 8, 9). É indispensável que a Igreja como mãe dê em todo tempo o testemunho e o exemplo deste amor e desta humildade. Por isso, se alegra de contar em seu seio com homens e mulheres que seguem de perto o Senhor e claramente proclamam o aniquilamento do Salvador, abraçando a pobreza com a liberdade dos filhos de Deus e renunciando às suas próprias vontades. Submetem-se a outros, por causa de Deus, ultrapassando, na perfeição, a medida do preceito, para se tornarem mais próximos da obediência praticada por Cristo.

Todos os fiéis são chamados e obrigados a buscar a perfeição do próprio estado de vida. Cuidem, pois, de manter o coração no caminho reto, para que o uso das coisas terrestres e o apego às riquezas não seja obstáculo ao espírito evangélico de pobreza, nem à busca da perfeição do amor, conforme a admoestação do apóstolo: Os que usam deste mundo passageiro, a ele não se apeguem (cf. 1Cor 7, 31)”.

#### Nota:65

**Puebla 1027-1030, “A educação assume e completa a noção de educação liberadora...”; cf. Medellín, Ed. II,8.**

**Puebla 1027-1030:** “1027. a) Humanizar e personalizar o homem, para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa Nova: o desígnio salvífico do Pai em Cristo e na sua Igreja.

**1028.** b) Integrar-se no processo social latino-americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual, entretanto, coexistem valores e contravalores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente reevangelizada.

**1029.** c) Exercer a função crítica própria da verdadeira educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação, os princípios culturais e as normas de interação social que possibilitem a criação duma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna, em outras palavras, educação para justiça.

**1030.** d) Converter o educando em sujeito, não só seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço.

**Medellín, Educação, II, 8:** “Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propor uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos de educação libertadora, isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda servidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas a condições mais humanas, tendo-se em conta que o homem é o responsável e artífice principal de seu êxito ou de seu fracasso.

Para tanto, a educação em todos os seus níveis deve chegar a ser criadora, enquanto deve antecipar o novo tipo de sociedade que buscamos na América Latina; deve basear seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, favorecendo sua livre autodeterminação e promovendo seu sentido comunitário.

Deve ser aberta ao diálogo, para se enriquecer com os valores que a juventude intui e descobre como válidos para o futuro e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos. Isto permitirá aos jovens recolher o melhor do exemplo e dos ensinamentos de seus pais e mestres e formar a sociedade de amanhã.

A educação deve, além disso, afirmar, com sincero apreço, as peculiaridades locais e nacionais e integrá-las na unidade pluralista do continente e do mundo. Finalmente, deve capacitar as novas gerações para a mudança permanente e orgânica que o desenvolvimento supõe.

Esta é a educação libertadora de que a América Latina necessita para redimir-se das servidões injustas e, antes de tudo, do seu próprio egoísmo. Esta é a educação reclamada por nosso desenvolvimento integral”.

#### Nota:66

“A evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada sobre: os direitos e deveres de toda a pessoa humana... sobre a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre libertação... povos comprometidos... na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida .... a Igreja .... tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização. (EN n.29-30).

O labor pastoral saberá encontrar e suscitar amplas expressões de serviço aos irmãos, dentro da opção preferencial pelos pobres sigilada em Puebla como um compromisso dos pastores que estão na América Latina (João Paulo II, Visita ad limina NE I e II, 16/09/85, n.9)”.

#### Nota:67

**CNBB, Estudo, 41. Cap. III, pp. 39-40.**

#### Nota:68

**CNBB, Diretrizes Gerais da Ação pastoral da Igreja no Brasil (87-90), Doc. 38, n.52:** “Por outro lado, preferir os pobres significa também reconhecer que são eles, por designio de Deus e segundo a dinâmica do Reino, os protagonistas privilegiados de um futuro que já se vislumbra. Eles o fazem através de organizações e práticas sociais alternativas que vão inaugurando, sobretudo nas pequenas Comunidades Eclesiais de Base. Nelas se abrem espaços para vivenciar os valores evangélicos de solidariedade, disponibilidade, partilha, simplicidade e serviço, que prefiguram o projeto de Deus para todos os homens. As lutas solidárias dos pobres, longe de representarem os interesses de apenas uma classe social, significam seu serviço humilde, persistente e sofrido a todos os homens, em vista da renovação da humanidade e da sociedade, a exemplo do Servo Sofredor. Tudo isso faz do pobre o portador por excelência da ação evangelizadora”.

#### Nota:69



**João Paulo II, Sobre as Universidades Católicas, (UC) 1990, 14ss:** “14. À luz dessas quatro características, é evidente que, para além do ensino, da investigação e dos serviços comuns a todas as universidades, uma universidade católica, em virtude do empenho institucional, traz à sua missão a inspiração e a luz da mensagem cristã. Numa universidade católica, portanto, os ideais, as atitudes e os princípios católicos impregnam e modelam as atividades universitárias, de acordo com a natureza e a autonomia próprias de tais atividades. Numa palavra, sendo, ao mesmo tempo, universidade e católica, ela deve ser juntamente uma comunidade de estudiosos, que representam diversos campos do conhecimento humano, e uma instituição acadêmica, na qual o cristianismo está presente de um modo vital.

**15.** A universidade católica, portanto, é o lugar onde os estudiosos examinam, a fundo, a realidade, com os métodos próprios de cada disciplina acadêmica, e assim contribuem para o enriquecimento do tesouro dos conhecimentos humanos.

Cada disciplina é estudada de um modo sistemático. As várias disciplinas são, depois, conduzidas ao diálogo entre elas, para um enriquecimento recíproco.

Tal investigação, além de ajudar homens e mulheres na busca constante da verdade, proporciona um testemunho eficaz, hoje tão necessário, da confiança que a Igreja tem, no valor intrínseco da ciência e da investigação.

Numa universidade católica, a investigação compreende necessariamente: a) buscar uma integração do conhecimento; b) um diálogo entre a fé e a razão; c) uma preocupação ética; d) uma perspectiva teológica.

**16.** A integração do conhecimento é um processo susceptível de ser sempre aperfeiçoado. Além disso, o incremento do saber, em nosso tempo, ao qual se junta o fracionamento crescente do conhecimento, no seio de cada uma das disciplinas acadêmicas, torna tal tarefa cada vez mais difícil. Mas uma universidade, e especialmente uma universidade católica, deve ser uma unidade viva de organismos voltados para a investigação da verdade...

Por conseguinte, é preciso promover tal síntese superior do saber, a única que poderá apagar aquela sede de verdade profundamente inserida no coração do homem.

Guiados pelas contribuições específicas da Filosofia e da Teologia, os estudiosos universitários deverão empenhar-se num esforço constante, no sentido de determinar a relativa colocação e o significado de cada uma das diversas disciplinas, no quadro de uma visão da pessoa humana e do mundo, iluminada pelo Evangelho e, portanto, pela fé em Cristo, Logos, como centro da criação e da história humana.

**17.** Ao promover essa integração, a universidade católica deve empenhar-se, mais especificamente, no diálogo entre fé e razão, de modo a poder-se, ver mais profundamente, como fé e razão encontram-se na única verdade. Conservando, embora, cada disciplina acadêmica sua integridade e os próprios métodos, esse diálogo põe em evidência que a investigação metódica, em todo o campo do saber, se conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as leis morais, nunca pode encontrar-se em contraste objetivo com a fé. As coisas terrenas e as realidades da fé têm, com efeito, origem no mesmo Deus. A interação vital dos dois níveis distintos de conhecimento da única verdade conduz a um amor maior pela mesma verdade e contribui para uma compreensão mais ampla do significado da vida humana e do fim da criação.

**18.** Dado que o saber deve servir a pessoa humana, numa universidade católica a investigação sempre se faz com a preocupação das implicações éticas e morais, insitas tanto nos seus métodos como nas suas descobertas.

Embora inerente a toda a investigação, tal preocupação é particularmente urgente, no campo da investigação científica e tecnológica. É essencial convencer-nos da prioridade da ética sobre a técnica, do primado da pessoa sobre as coisas, da superioridade do espírito sobre a matéria. Servir-se-á a causa do homem somente se o conhecimento estiver unido à consciência. Os homens da ciência só ajudarão realmente a humanidade, se conservarem o sentido da transcendência do homem sobre o mundo e de Deus sobre o homem”.

#### **Nota:70**

GE 1,3,6; DH, 5; PT, 13 João Paulo II, México, 30/01/79; UC 34; CFL, 38; Puebla, 1036, 1038, 1015; CNBB, Doc.40, n.272; CNBB, Doc. 42, n.79. Essa situação só poderá ser superada mediante uma mudança radical de mentalidades... Só assumindo vigorosamente profundas reformas, entre as quais a da educação, o Brasil encontrará caminhos válidos para consolidar um processo de democratização política orientado ao pleno desenvolvimento humano... in Ed. no Brasil: uma urgência. Declaração da 28ª Ass. Ger. CNBB, 1990.

**GE 1,3,6:** “1. Todos os seres humanos, qualquer que seja sua raça, condição ou idade, participam da dignidade de pessoas. Gozam, portanto, do direito inviolável a uma educação que corresponda ao fim a que estão ordenados, à sua própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, aberta ao convívio fraterno entre os povos e favorável à unidade e à paz no mundo. A verdadeira educação busca a formação da pessoa em vista de seu fim último e do bem das sociedades a que pertencem os seres humanos e na qual são chamados a desempenhar seu papel quando adultos.

É preciso que se leve em conta os progressos das ciências psicológicas e pedagógicas e da didática, para ajudar as crianças e os adolescentes a crescerem harmoniosamente segundo seus dotes físicos, morais e intelectuais. Só assim irão adquirindo gradualmente um maior senso de responsabilidade, na prática de sua própria vida e num clima de verdadeira liberdade, em que se vão superando os obstáculos com muita coragem e constância. Sejam, além disso, preparados para participar da vida social e devidamente instruídos dos meios necessários e oportunos para se inserir ativamente nas diversas comunidades humanas, sempre abertos ao diálogo com os outros e alegremente empenhados na promoção do bem comum.

O concílio proclama o direito das crianças e adolescentes de serem estimulados a formar uma consciência reta, segundo os valores morais, a que devem pessoalmente aderir, e de crescer cada vez mais no conhecimento e no amor de Deus. Pede instantaneamente a todos que participam dos governos ou têm responsabilidades na educação, que respeitem esse direito e nunca permitam sua violação. Exorta os filhos da Igreja que trabalham generosamente no campo da educação a tudo fazer para que o bem da educação e da devida instrução possa rapidamente ser entendido a todos, no mundo em que vivemos.

**3.** Ao dar vida aos filhos, os pais assumem a obrigação de educá-los. Devem ser reconhecidos como primeiros e principais educadores. A função educativa dos pais é tão importante que, quando falta, dificilmente pode ser suprida. Os pais devem criar um ambiente familiar de amor e piedade para com Deus e para com os outros, favorável à educação integral, pessoal e social dos filhos. A família é a primeira escola das virtudes sociais, de

que tanta necessidade têm as sociedades. Especialmente na família cristã, dotada das graças e deveres do sacramento do matrimônio, os filhos, de acordo com a fé recebida no batismo, devem ser iniciados desde os primeiros anos na percepção e no culto de Deus e aprender a amar o próximo. Fazem-se também, na família, as primeiras experiências da vida na sociedade e na Igreja. Por intermédio da família, enfim, os filhos são pouco a pouco introduzidos no convívio civil da sociedade e do povo de Deus. Que os pais se dêem pois conta da importância da família verdadeiramente cristã para a vida e para o crescimento do próprio povo de Deus.

A família, a que compete em primeiro lugar a função educadora, deve ser auxiliada por toda a sociedade. Além dos pais e daqueles a quem confiam o papel educador de seus filhos, a sociedade tem também deveres e direitos em matéria de educação, decorrentes de seu papel de promoção do bem comum. Compete-lhe incentivar de todos os modos a educação da juventude, protegendo os direitos e deveres dos pais e de todos os que se incumbem da educação e proporcionando-lhes os auxílios necessários. De acordo com o princípio de subsidiariedade, apoiar as iniciativas dos pais e dos que se propõem a se ocupar da educação, vindo em suprimento de suas necessidades e até mesmo realizar o trabalho educacional, levando em conta o desejo dos pais, criando inclusive escolas e institutos públicos, quando o bem comum o exigir.

Por uma razão toda especial, a Igreja tem também o dever de educar. Deve ser reconhecida como uma sociedade humana, capaz de educar, mas, sobretudo, porque tem a função de anunciar a todos os seres humanos o caminho da salvação, deve comunicar aos fiéis a vida de Cristo e acompanhá-los de perto para que possam alcançar sua plenitude. Como mãe, a Igreja deve educar seus filhos, para imbuí-los, em toda a vida, do Espírito de Cristo, ao mesmo tempo que ajuda todos os povos a promoverem a perfeição integral da pessoa, o bem da cidade terrestre e a construção de um mundo mais humano.

**6.** O direito e o dever de educar cabe, em primeiro lugar, aos pais. Devem, portanto, poder escolher com toda a liberdade, a escola de seus filhos. Na sua função de proteger e defender a liberdade dos cidadãos, o poder público, deve tornar esta escolha efetivamente possível. Deve subsidiar a educação, na observância estrita da justiça distributiva.

Além disso, compete ao Estado proporcionar os meios para que todos os cidadãos tenham acesso aos bens culturais e sejam devidamente instruídos e formados para o exercício dos direitos e dos deveres civis. Daí o direito do Estado de estabelecer que as crianças recebam uma educação escolar adequada, preocupar-se com a devida capacitação dos mestres e sua formação acadêmica, cuidar da saúde infantil, enfim, promover a educação no seu conjunto, tendo presente o princípio da subsidiariedade, sem cair no monopólio escolar que feriria os direitos da pessoa e seria contrário ao desenvolvimento e divulgação da cultura, à paz entre os cidadãos e ao pluralismo que vigora hoje em inúmeras sociedades.

O concílio exorta os fiéis a prosseguirem seu trabalho nas pesquisas pedagógicas, na formação de professores e em tudo que diga respeito à educação, como na promoção de associações de pais, no ensino em geral e, particularmente, no que diz respeito à formação moral”.

**DH 5:** “A família, como sociedade primordial de direito próprio, deve poder orientar livremente sua vida doméstica, sob a conduta dos pais.

Compete-lhes o direito de determinar como se há de fazer a educação dos filhos, de acordo com sua convicção religiosa.

O poder civil deve reconhecer de fato, aos pais, o direito de escolher livremente, a escola e os demais meios de educação para os filhos, sem que por isso lhes advenham gastos especiais, direta ou indiretamente.

Violaria o direito dos pais a imposição aos alunos de seguir aulas contrárias às convicções religiosas familiares ou a adoção de um regime de educação único, de que fosse completamente excluída a formação religiosa”.

**PT 13:** “Aos pais, portanto, compete a prioridade de direito em questão de sustento e educação dos próprios filhos”.

**UC 34:** “O espírito cristão de serviço aos outros, para a *promoção da justiça social*, reveste particular importância para cada universidade católica, deve ser compartilhado pelos professores e desenvolvido entre os estudantes. A Igreja empenha-se, firmemente, no crescimento integral de cada homem e de cada mulher. O Evangelho, interpretado pela doutrina social da Igreja, convida, urgentemente, a promover o desenvolvimento dos povos que lutam para libertar-se do jugo da fome, da miséria, das doenças endêmicas, da ignorância; daqueles que procuram uma participação mais larga nos frutos da civilização e uma valorização mais ativa de suas qualidades humanas; que se movam com decisão em direção à meta de sua plena realização. Cada universidade católica deve sentir a responsabilidade de contribuir, concretamente, para o progresso da sociedade, na qual trabalha: poderá procurar, por exemplo, a maneira de tornar a educação universitária acessível a todos aqueles que dela possam tirar proveito, especialmente os pobres ou os membros dos grupos minoritários, que dela foram tradicionalmente privados. Além disso, ela tem a responsabilidade segundo os limites de suas possibilidades de ajudar a promoção das nações em vias de desenvolvimento”.

**CfL 38:** “O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e muito menos eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus.

Ora, a inviolabilidade da pessoa, reflexo da inviolabilidade absoluta do próprio Deus, tem a sua primeira e fundamental expressão na inviolabilidade da vida humana. É totalmente falsa e ilusória a comum defesa, que aliás justamente se faz, dos direitos humanos como por exemplo o direito à saúde, à casa, ao trabalho, à família e à cultura, se não se defende com a máxima energia o direito à vida como primeiro e fonte direito, condição de todos os outros direitos da pessoa.

A Igreja nunca se deu por vencida perante todas as violações que o direito à vida, que é próprio de cada ser humano, tem sofrido e continua a sofrer, tanto por parte dos indivíduos como mesmo até por parte das próprias autoridades. O titular desse direito é o ser humano, em todas as fases do seu desenvolvimento, desde a concepção até à morte natural, e em todas as suas condições, tanto de saúde como de doença, de perfeição ou de deficiência, de riqueza ou de miséria. O Concílio Vaticano II afirma abertamente: Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens; e também as

condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são, sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que as padecem, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador.

Ora, se a todos pertencem a missão e a responsabilidade de reconhecer a dignidade pessoal de cada ser humano e de defender o seu direito à vida, certos fiéis leigos são a isso chamados por um título particular: são os pais, os educadores, os agentes da saúde e todos os que detêm o poder econômico e político.

Ao aceitar amorosa e generosamente toda a vida humana, sobretudo se fraca e doente, a Igreja vive hoje um momento fundamental da sua missão, tanto mais necessária quanto mais avassaladora se tornou uma cultura de morte. De fato, a Igreja firmemente acredita que a vida humana, mesmo se fraca e sofredora, é sempre um dom maravilhoso do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo, que ensombram o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana ela consegue descobrir o esplendor daquele sim, daquele amém, que é o próprio Cristo (cf. 2Cor 1,19; Ap 3,14). Ao não que avassala e aflige o mundo, contrapõe-se esse vivo sim, defendendo dessa maneira o homem e o mundo daqueles que ameaçam e mortificam a vida. Pertence aos fiéis leigos, que mais diretamente ou por vocação ou por profissão se ocupam do acolhimento à vida, tornar concreto e eficaz o sim da Igreja à vida humana.

Nas fronteiras da vida humana abrem-se hoje novas possibilidades e responsabilidades com o enorme progresso das ciências biológicas e médicas, aliado ao surpreendente poder tecnológico: o homem, com efeito, é já capaz não só de observar, mas também de manipular a vida humana no seu início e nas primeiras fases de seu desenvolvimento.

A consciência moral da humanidade não pode ficar alheia ou indiferente perante os passos gigantescos dados por uma força tecnológica que consegue ter um domínio cada vez mais vasto e profundo sobre os dinamismos que presidem à procriação e às primeiras fases do desenvolvimento da vida humana. Talvez nunca como hoje e neste campo a sabedoria se revela como única âncora de salvação, para que o homem, na investigação científica e na aplicada, possa agir sempre com inteligência e com amor, isto é, no respeito, diria mesmo na veneração, da inviolável dignidade pessoal de todo ser humano, desde o primeiro instante da sua existência. Isso acontece quando, usando meios lícitos, a ciência e a técnica se empenham na defesa da vida e na cura da doença, desde os inícios, recusando, no entanto, pela própria dignidade da investigação, intervenções que se tornem perturbadoras do patrimônio genético do indivíduo e da geração humana.

Os fiéis leigos que, a qualquer título ou a qualquer nível, se empenham na ciência e na técnica, bem como na esfera médica, social, legislativa e econômica, devem corajosamente enfrentar os desafios que lhes lançam os novos problemas da bioética. Como disseram os padres sinodais, os cristãos devem exercer a sua responsabilidade como donos da ciência e da tecnologia, não como seus escravos... Em ordem a esses desafios morais, que estão para serem lançados pela nova e imensa força da tecnologia e que põem em perigo não só os direitos fundamentais dos homens, mas a própria essência biológica da espécie humana, é da máxima importância que os leigos cristãos com a ajuda de toda a Igreja tomem a peito o enquadramento da cultura nos princípios de um humanismo autêntico, de forma que a promoção e a defesa dos direitos do homem possam encontrar fundamento dinâmico e seguro na sua própria essência, aquela essência que a pregação evangélica revelou aos homens.

É urgente que todos, hoje, estejam alertados para o fenômeno da concentração do poder, e, em primeiro lugar, do poder tecnológico. Tal concentração tende, com efeito, a manipular não só a essência biológica, mas também os conteúdos da própria consciência dos homens e os seus padrões de vida, agravando, assim, a discriminação e a marginalização de povos inteiros”.

**Puebla, 1036, 1038, 1015:** “1036. A família é a primeira responsável pela educação. Toda tarefa educadora deve habilitá-la a que possa exercer esta missão.

**1038.** De acordo com os dois princípios anteriores, o Estado deveria distribuir equitativamente o seu orçamento com as outras organizações educativas não estatais, a fim de que os pais, que também são contribuintes, possam escolher livremente a educação para seus filhos.

**1015.** Em algumas nações, constitui situação problemática a presença de grupos aborígenes que, não obstante seus valores culturais (formas de organização social, sistemas simbólicos, costumes e celebrações comunitárias, artes e habilidades manuais), carecem de formas estruturadas de educação, de escrita e de certa sagacidade e hábitos mentais, circunstâncias estas que os marginalizam e mantêm numa situação desvantajosa. Para eles, as instituições educativas convencionais são, não só estranhas, mas também pouco funcionais, pois costumam operar como mecanismos de desenraizamento e evasão da comunidade.

**CNBB, Igreja: comunhão e Missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 272:** “A continuidade e a renovação da(s) cultura(s) depende, em grande parte, de seu sistema educacional. A Igreja deve renovar a sua presença no campo educacional da evangelização da juventude, enfrentando hoje duplo desafio da cultura moderna, que é rica e exigente no seu discurso racional, na transmissão de sempre novos conhecimentos científicos e técnicos (informática), mas pobre em seu discurso ético e simbólico (sentido da vida, relação com a transcendência, calor humano, cordialidade).”

**CNBB, Exigências éticas da ordem democrática, Doc. 42, n. 79:** “O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana”: direito à vida desde o instante de sua concepção, direito à liberdade, à igualdade, ao trabalho, à prática religiosa, à educação, à saúde, à segurança e aos demais meios necessários para uma vida digna”.

#### **Nota:71**

Conforme relatava o Texto Base da CF/87, p.36, em 900.000 famílias, as crianças são responsáveis únicas pelo sustento.

#### **Nota:72**

**Estatuto da criança e do adolescente**, ECA, cap. IV.

#### **Nota:73**

**GE, Proêmio, 5; CA n.46; PT 25, 31, 40, 63, 69. Declaração da 28ª Ass. Geral da CNBB, 1990.**

**GE 5:** “Dentre todos os recursos educativos a escola ocupa o primeiro lugar. Em virtude de sua missão, exercita de maneira assídua as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade crítica, introduz no patrimônio cultural das gerações passadas, promove a sensibilidade para com os valores, prepara para a vida profissional,

cria um convívio amigo e aproxima uns dos outros alunos de diversas índoles e condições, favorece o desenvolvimento da compreensão recíproca entre as pessoas. A escola constitui ainda uma espécie de centro de cujas atividades participam, com proveito de todos, famílias, professores, diversas associações de caráter cívico, cultural e religioso, a sociedade civil e, a seu modo, toda a comunidade humana.

Bela e de grande importância é a vocação daqueles que auxiliam os pais no cumprimento de sua missão e, em nome da comunidade humana, assumem a função de educar, na escola. É uma vocação que reclama especiais qualidades de espírito e de coração, diligente preparação, constante renovação e uma grande capacidade de adaptação”.

**CA 46:** “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idóneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionamentos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer”.

**PT 25, 31, 40, 63,69:** “25. Aos direitos naturais acima considerados vinculam-se, no mesmo sujeito jurídico que é a pessoa humana, os respectivos deveres. Direitos e deveres encontram na lei natural que os outorga ou impõe, o seu manancial, a sua consistência, a sua força inquebrantável.

Assim, por exemplo, o direito à existência liga-se ao dever de conservar-se em vida; o direito a um condigno teor da vida, à obrigação de viver dignamente; o direito de investigar livremente a verdade, ao dever de buscar um conhecimento da verdade cada vez mais vasto e profundo.

...Exige ademais a dignidade da pessoa humana um agir responsável e livre. Importa, pois, para o relacionamento social que o exercício dos próprios direitos, o cumprimento dos próprios deveres e a realização dessa múltipla colaboração derivem sobretudo de decisões pessoais, fruto da própria convicção, da própria iniciativa, do próprio senso de responsabilidade, mais que por coação, pressão, ou qualquer forma de imposição externa. Uma convivência baseada unicamente em relações de força nada tem de humano: nela vêem as pessoas reprimida a própria liberdade, quando, pelo contrário, deveriam ser postas em condição tal que se sentissem estimuladas a solicitar o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Convivência fundada sobre a verdade, a justiça, o amor, a liberdade

A convivência entre os seres humanos só poderá, pois, ser considerada bem constituída, fecunda e conforme à dignidade humana, quando fundada sobre a verdade, como adverte o Apóstolo: *Renunciai à mentira e falai a verdade cada um a seu próximo, pois somos membros uns dos outros.*

**31.** A autoridade não é força incontrolável; é sim faculdade de mandar segundo a sã razão. Sua capacidade de obrigar deriva, portanto, da ordem moral, a qual tem a Deus como princípio e fim. Razão pela qual adverte nosso predecessor, Pio XII, de feliz memória: *A ordem absoluta dos seres e o próprio fim do homem (ser livre, sujeito de deveres e de direitos invioláveis, origem e fim da sociedade humana) comportam também o estado como comunidade necessária e investida de autoridade, sem a qual não poderia existir nem medrar...Segundo a reta razão e, principalmente segundo a fé cristã, essa ordem de coisas só pode ter seu princípio num Deus pessoal, criador de todos. Por isso, a dignidade da autoridade política tem sua origem na participação da autoridade do próprio Deus.*

**40.** Acresce que, por sua mesma natureza, todos os membros da sociedade devem participar deste bem comum, embora em grau diverso, segundo as funções que cada cidadão desempenha, seus méritos e condições. Devem, pois, os poderes públicos promover o bem comum em vantagem de todos, sem preferência de pessoas ou grupos, como afirma nosso predecessor, de imortal memória, Leão XIII: *De modo nenhum se deve usar para vantagem de um ou de poucos a autoridade civil constituída para o bem comum de todos.*

**63.** As nações economicamente desenvolvidas que, de qualquer modo, auxiliam as mais pobres, devem portanto respeitar ao máximo as características de cada povo e as suas antigas tradições sociais, abstendo-se cuidadosamente de qualquer pretensão de domínio. Se assim procederem, *dar-se-á uma contribuição preciosa para a formação de uma comunidade mundial dos povos, na qual todos os membros sejam conscientes dos seus direitos e dos seus deveres e trabalhem em igualdade de condições para realização do bem comum universal.*

**69.** A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das

peçoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de peçoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, como a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus.

Bem poucos são na verdade, em comparação com a urgência da tarefa, os beneméritos que se consagram a esta restauração da vida social conforme os critérios aqui apontados. A eles chegue o nosso público apreço, o nosso fêrvido convite a perseverarem em sua obra com renovado ardor. Conforta-nos ao mesmo tempo a esperança de que a eles se aliem muitos outros, especialmente dentre os cristãos. É um imperativo do dever, é uma exigência do amor.

Cada cristão deve ser na sociedade humana uma centelha de luz, no foco de amor, um fermento para toda a massa. Tanto mais o será, quanto mais em sua intimidade viver unido com Deus.

Em última análise, só haverá paz na sociedade humana, se houver em cada um dos membros, se em cada um se instaurar a ordem querida por Deus. Assim interroga Santo Agostinho ao homem: *Deseja tua alma vencer tuas paixões? Submeta-se a quem está no alto e vencerá o que está em baixo. E haverá paz em ti, paz verdadeira, segura, ordenadíssima. Qual é a ordem dessa paz? Deus comandando a alma, a alma comandando o corpo. Nada mais ordenado*.

#### Nota:74

À dignidade da pessoa humana está ligado ao direito de participar ativamente da vida pública e de contribuir pessoalmente para o bem comum (PT, 26; cf. PP, 1; UC, 34; SRS, 42, Puebla 1134; CNBB, Doc.42, n.95).

A partir da alfabetização e educação básica... o homem conhece melhor seus direitos e deveres, sente o desejo de participar, pôr-se de pé, começa a realizar a própria libertação, não a que lhe querem impor, mas a que lhe convém. (João Paulo II, Visita ad limina, NE II e III, 30/09/85, n.4).

A educação deve preparar o cidadão para a participação na política, ou seja, na múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum. (CFL, n.42. Cf. Medellín, Educação, 7).

**PT 26:** "A dignidade da pessoa humana está ligado ao direito de participar ativamente da vida pública e de contribuir pessoalmente para o bem comum".

**PP 1:** "O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade".

**UC 34:** "O espírito cristão de serviço aos outros, para a *promoção da justiça social*, reveste particular importância para cada universidade católica, deve ser compartilhado pelos professores e desenvolvido entre os estudantes. A Igreja empenha-se, firmemente, no crescimento integral de cada homem e de cada mulher. O Evangelho, interpretado pela doutrina social da Igreja, convida, urgentemente, a promover o desenvolvimento dos povos que lutam para libertar-se do jugo da fome, da miséria, das doenças endêmicas, da ignorância; daqueles que procuram uma participação mais larga nos frutos da civilização e uma valorização mais ativa de suas qualidades humanas; que se movam com decisão em direção à meta de sua plena realização. Cada universidade católica deve sentir a responsabilidade de contribuir, concretamente, para o progresso da sociedade, na qual trabalha: poderá procurar, por exemplo, a maneira de tornar a educação universitária acessível a todos aqueles que dela possam tirar proveito, especialmente os pobres ou os membros dos grupos minoritários, que dela foram tradicionalmente privados. Além disso, ela tem a responsabilidade segundo os limites de suas possibilidades de ajudar a promoção das nações em vias de desenvolvimento".

**SRS 42:** "A doutrina social da Igreja hoje, mais do que no passado, tem o dever de se abrir para uma perspectiva internacional na linha do Concílio Vaticano II, das Encíclicas mais recentes e, em particular, daquela que estamos a comemorar. Não será supérfluo, portanto, reexaminar e aprofundar sob essa luz os temas e as orientações características, que foram repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos.

Desejo aqui recordar um deles: a opção ou amor preferencial pelos pobres. Trata-se de uma opção, ou de uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. Ela concerne à vida de cada cristão, enquanto deve ser imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas responsabilidades sociais e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar, coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens.

Mais ainda: hoje, dada a dimensão mundial que a questão social assumiu, esse amor preferencial com as decisões que ele nos inspira, não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos de mendigos, sem teto, sem assistência médica e sobretudo, sem esperança de um futuro melhor: não se pode deixar de levar em conta a existência dessas realidades. Ignorá-las significaria tornar-nos como o rico epulão, que fingia não conhecer o pobre Lázaro, que jazia ao seu portão (Lc 16,19-31).

A nossa vida quotidiana deve ser marcada por estas realidades, como também as nossas decisões em campo político e econômico. Os responsáveis pelas nações e pelos próprios organismos internacionais, igualmente, enquanto lhes incumbe a obrigação de terem sempre presente, como prioritária nos seus planos, a verdadeira dimensão humana, não devem esquecer-se de dar precedência ao fenômeno crescente da pobreza. Os pobres, infelizmente, em vez de diminuírem, multiplicam-se, não só nos países menos desenvolvidos, mas, o que parece não menos escandaloso também nos que estão mais desenvolvidos.

É necessário recordar mais uma vez o princípio típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são originariamente destinados a todos. O direito à propriedade privada é válido e necessário. mas não anula o valor de tal princípio. Sobre a propriedade, de fato, pesa uma hipoteca social, quer dizer, nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens. Nem se há de descuidar, neste empenho pelos pobres, aquela forma especial de pobreza que é a privação dos direitos fundamentais da pessoa, em particular do direito à liberdade religiosa e, ainda, do direito à iniciativa econômica".

**Puebla, 1134:** "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos

pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação”.

**CNBB, Exigências éticas da ordem democrática, Doc. 42, n. 95:** “Num mundo marcado por desigualdade, ódio e injustiça, os cristãos enfrentam oposição a seus ideais. Respondem com a prática, ainda mais radical, da nova lei. Amor ao próximo significa para os cristãos não apenas amar o irmão de fé, o vizinho, o conterrâneo, mas aquele que está marginalizado ou inferiorizado, e mesmo o adversário e o perseguidor. O cristão não se limita a amar o próximo. Faz-se próximo do outro (cf. Lc 10,36-37). O pequeno e o pobre tornam-se para ele o rosto do próprio Senhor (cf. Mt 25,31-45). Paradoxalmente, os rejeitados tornam-se privilegiados no “Reino de Deus” (cf. Mt 5,1-10; Lc 6,20-23)”.

**CfL, n.42:** “A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da justiça: uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efetivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições.

Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na política, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum. Como repetidamente afirmaram os padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difundida de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absenteísmo dos cristãos pela coisa pública.

Pelo contrário, é muito significativa a palavra do Concílio Vaticano II: A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, a serviço dos homens.

Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu critério de base na busca do bem comum, como bem de todos os homens e do homem todo, bem oferecido e garantido para ser livre e responsabilmente aceito pelas pessoas, tanto individualmente como em grupo: A comunidade política lemos na Constituição *Gaudium et spes* existe precisamente em vista do bem comum; nele ela encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.

Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua linha constante de ação na defesa e na promoção da justiça, entendida como virtude para a qual todos devem ser educados e como força moral que apoia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano.

No exercício do poder político é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar transparente ou limpa a atividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com miras de clientela, o uso de meios equivocados ou ilícitos para a todo custo conquistar, conservar e aumentar o poder.

Os fiéis leigos empenhados na política devem certamente respeitar a autonomia das realidades terrenas, retamente entendida, como lemos na Constituição *Gaudium et spes*: É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralista, que se tenha uma concepção exata das relações entre a comunidade política e a Igreja, e ainda que se distingam claramente as atividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo, desempenham em próprio nome como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que eles exercem em nome da Igreja e em união com os seus pastores. A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é, ao mesmo tempo, o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana. Simultaneamente e hoje sente-se com urgência e responsabilidade, os fiéis leigos devem dar testemunho daqueles valores humanos e evangélicos que estão intimamente ligados à própria atividade política, como a liberdade e a justiça, a solidariedade, a dedicação fiel e desinteressada ao bem de todos, o estilo simples de vida, o amor preferencial pelos pobres e pelos últimos. Isso exige que os fiéis leigos sejam cada vez mais animados por uma real participação na vida da Igreja e iluminados pela sua doutrina social. Para isso poder-lhes-á ser de apoio e de ajuda a familiaridade com as comunidades cristãs e com os seus pastores.

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a solidariedade: esta pede a participação ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, a solidariedade não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.

A solidariedade política deve hoje realizar-se num horizonte que, superando uma simples nação ou um simples bloco de nações, assuma uma dimensão mais propriamente continental e mundial.

O fruto da atividade política solidária, a que todos tanto aspiram, e, todavia, sempre tão imperfeito, é a paz. Os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos e indolentes diante de tudo o que negue ou comprometa a paz: violência e guerra, tortura e terrorismo, campos de concentração, militarização da política, corrida armamentista, ameaça nuclear. Antes, como discípulos de Cristo Príncipe da paz (Is 9,5) e nossa Paz (Ef 2,14), os fiéis leigos devem assumir o dever de serem construtores da paz (Mt 5,9), tanto com a conversão do coração, como com a ação em favor da verdade, da liberdade, da justiça e da caridade que são os fundamentos irrenunciáveis da paz.

Colaborando com todos aqueles que procuram verdadeiramente a paz e servindo-se dos específicos organismos e instituições nacionais e internacionais, os fiéis leigos deverão promover uma capilar ação educativa destinada a neutralizar a dominante cultura do egoísmo, do ódio, da vingança e da inimizade e a desenvolver a cultura da solidariedade em todos os níveis. Tal solidariedade, com efeito, é caminho para a paz e simultaneamente para o



progresso. Nesta ordem de idéias, os padres sinodais convidaram todos os cristãos a recusar formas inaceitáveis de violência, a promover comportamentos de diálogo e de paz e a empenhar-se na instauração de uma ordem social e internacional justa.”

**Medellín, Educação, 7:** “A educação latino-americana, numa palavra, é chamada a dar uma resposta ao desafio do presente e do futuro em nosso continente. Somente assim será capaz de libertar nossos homens das servidões culturais, sociais, econômicas e políticas que se opõem ao nosso desenvolvimento. Quando falamos assim, não perdemos de vista a dimensão sobrenatural que se inscreve no próprio desenvolvimento e que condiciona a plenitude da vida cristã.”

**Nota: 75**

O diálogo das culturas exige, de um lado, uma profunda fidelidade ao Evangelho e à autêntica tradição da Igreja e, por outro, um profundo conhecimento e, sobretudo, um profundo respeito pela cultura das pessoas ou grupos sociais com os quais se dialoga, (EN, 63, 65; GS, 53, 58; EN, 40; CT, 53; Rmi, 44; 52ss; UC, 43ss; CNBB, Doc.36, n.138, 143-144; CNBB, Doc. 40, n.228ss).

**EN 63, 65:** “63. As Igrejas particulares profundamente amalgamadas não apenas com as pessoas, como também com as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo, que caracterizam este ou aquele aglomerado humano, têm o papel de assimilar o essencial da mensagem evangélica, de a transpor, sem a mínima traição à sua verdade essencial, para a linguagem que esses homens compreendam e, em seguida, de a anunciar nessa mesma linguagem.

Uma tal transposição há de ser feita com o discernimento, a seriedade, o respeito e a competência que a matéria exige, no campo das expressões litúrgicas, como de igual modo no que se refere à catequese, à formulação teológica, às estruturas eclesiais secundárias e aos ministérios. E aqui linguagem deve ser entendida menos no aspecto semântico ou literário do que naquele aspecto que se pode chamar antropológico e cultural.

O problema é sem dúvida delicado. A evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia se, porventura, não tomasse em consideração o povo concreto a que se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos; depois, não responderia também aos problemas que esse povo apresenta, nem atingiria a sua vida real. De outro lado, a evangelização correria o risco de perder a sua força e de se desvanecer se fosse despojada ou fosse deturpada quanto ao seu conteúdo, sob o pretexto de a traduzir melhor; o mesmo sucederia, se ao querer adaptar uma realidade universal a um espaço determinado, se sacrificasse essa realidade ou se destruísse a unidade, sem a qual já não subsiste a universalidade. Ora, sendo assim, só uma Igreja que conserva a consciência da sua universalidade e demonstra de fato ser universal, pode ter uma mensagem capaz de ser entendida por todos, passando por cima de demarcações regionais.

Uma legítima atenção para com as Igrejas particulares não pode senão vir a enriquecer a Igreja. Tal atenção, aliás, é indispensável e urgente. Ela corresponde às aspirações mais profundas dos povos e das comunidades humanas, a descobrirem cada vez mais a sua fisionomia própria.

**65.** Neste sentido, precisamente, havemos por bem dizer uma palavra clara e repassada de afeto paterno, na altura do encerramento das sessões do Sinodo, insistindo sobre a função do sucessor de São Pedro como princípio visível, vivo e dinâmico da unidade entre as Igrejas e, por conseguinte, da universalidade da única Igreja. Insistíamos também na mesma ocasião na grave responsabilidade que sobre nós incumbe, mas que nós compartilhamos com os nossos Irmãos no Episcopado, de manter inalterável o conteúdo da fé católica que o Senhor confiou aos Apóstolos: traduzido em todas as linguagens, este conteúdo nunca há de sofrer amputações ou ser mutilado; mas sim, revestido pelos símbolos próprios de cada povo, explicitado com as expressões teológicas que têm em conta os meios culturais, sociais e até mesmo raciais diversos, ele deve permanecer o conteúdo da fé católica tal como o magistério eclesial o recebeu e o transmite”.

**GS 53, 58:** “53. O ser humano alcança plenamente sua humanidade pelo cultivo dos bens da natureza e dos valores. É a cultura. Natureza e cultura, pois, implicam-se mutuamente, sempre que se trata da vida humana.

Num sentido amplo, a palavra *cultura* indica tudo com que o ser humano desenvolve e aperfeiçoa os seus diferentes dons da alma e do corpo. Procura dominar a terra com seu conhecimento e seu trabalho. Procura tornar mais humana a vida social, tanto familiar como civil, com o progresso dos costumes e das instituições. Finalmente, exprime, comunica e conserva, através de suas obras, suas grandes experiências espirituais e seus desejos de todos os tempos, para o proveito de todo o gênero humano.

Daí o aspecto histórico e social da cultura, que leva a se entender a palavra num sentido sociológico ou etnológico.

Nesse sentido, fala-se de pluralidade de culturas. Das diversas maneiras de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de prestar culto religioso, de educar, de legislar e de organizar as instituições sociais, de progredir no saber e nas artes e de cultivar o belo, nascem a diversidade nas condições de vida e as várias formas de entender o que é bom para o ser humano. Dessa forma, os usos tradicionais passam a ser patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim uma esfera definida e histórica, em que se inserem os seres humanos de qualquer povo ou época e na qual vão haurir as expressões do progresso humano e civil.

58. Há muitas relações entre o Evangelho e a cultura. Revelando-se a seu povo, Deus falou de acordo com a cultura de cada época, até a sua plena manifestação no Filho encarnado.

Vivendo em condições diversas através dos tempos, a Igreja também utilizou elementos de diversas culturas para difundir e manifestar o Evangelho de Cristo, pregá-lo a todos os povos, melhor compreendê-lo e mais profundamente exprimi-lo, nas variadas formas da vida dos fiéis, através das celebrações litúrgicas.

Enviada aos povos todos, de todas as idades e latitudes, a Igreja não está ligada exclusiva e necessariamente a nenhuma raça ou nação, a nenhum sistema particular de costumes, nem a nenhuma tradição nova ou antiga. Aderindo à sua própria tradição e, ao mesmo tempo, consciente de sua missão universal, quer entrar em comunhão com todas as formas de cultura, para enriquecimento recíproco, tanto da Igreja, como das culturas.

A boa nova de Cristo renova incessantemente a vida e a cultura do ser humano sujeito ao pecado. Combate e anula os erros e os males provenientes da ameaça constante do pecado. Purifica e eleva os costumes dos povos. Fecunda, fortifica, completa e restaura em Cristo, com os bens do alto e como que do interior, as qualidades e os dotes espirituais de todos os povos e idades. Dessa forma, no cumprimento de seu próprio papel, a Igreja contribui e favorece a cultura humana e civil, conduzindo o homem à liberdade interior, inclusive pela liturgia”.

**EN 40:** “A evidente importância do conteúdo da evangelização não deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização.

Este problema do “como evangelizar” apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e, por isso mesmo, lançam, de certo modo, um desafio a nossa capacidade de descobrir e de adaptar.

A nós especialmente, Pastores da Igreja, incumbe o cuidado de remodelar com ousadia e com prudência e numa fidelidade total ao seu conteúdo, os processos, tornando-os o mais possível adaptados e eficazes, para comunicar a mensagem evangélica aos homens do nosso tempo. Limitar-nos-emos, nesta reflexão, a recordar algumas vias que, por um motivo ou por outro, se revestem de uma importância fundamental”.

**CT 53:** “E passo agora a tocar um outro problema. Como já tive ocasião de dizer recentemente aos membros da Comissão Bíblica, o termo aculturação, ou inculturação, apesar de ser um neologismo, exprime muito bem uma das componentes do grande mistério da Encarnação.

Nós podemos dizer da catequese, como da evangelização em geral, que ela é chamada a levar a força do Evangelho ao coração da cultura e das culturas. Para isso, a catequese tem de procurar conhecer essas culturas e as suas componentes essenciais; ela deve apreender as suas expressões mais significativas; e deve também saber respeitar os seus valores e riquezas próprias. É deste modo que ela poderá propor a tais culturas o conhecimento do mistério escondido e ajudá-las a que façam surgir da sua própria tradição viva expressões originais de vida, de celebração e de pensamento cristãos. É preciso recordar, entretanto, duas coisas:

- por um lado, a Mensagem evangélica não é isolável pura e simplesmente da cultura em que ela primeiramente se inseriu (o mundo bíblico e mais concretamente o meio cultural onde viveu Jesus de Nazaré), nem mesmo, sem perdas graves, das culturas em que ela já se exprimiu ao longo dos séculos; ela não surge de maneira espontânea de nenhum humo cultural; depois transmite-se sempre através de um diálogo apostólico que se achará inevitavelmente inserido num certo diálogo de culturas;

- por outro lado, a força do Evangelho por toda a parte é transformadora e regeneradora. Quando ela penetra numa cultura determinada, quem se maravilhará de que ela aí aperfeiçoe muitos elementos? Deixaria de haver catequese se o Evangelho tivesse que alterar-se no contacto com as culturas.

Se sucedesse esquecer estas coisas, chegar-se-ia simplesmente àquilo que São Paulo chama, com uma expressão muito forte, desvirtuar a Cruz de Cristo.

Algo bem diferente é a diligência que parte, com prudência e com discernimento, de elementos religiosos ou de outro gênero que fazem parte do patrimônio cultural de um grupo humano, com o intento de ajudar as pessoas a compreenderem melhor a integridade do mistério cristão. Os catequetas autênticos sabem bem que a catequese deve encarnar-se nas diferentes culturas e nos diferentes meios: basta pensar nos povos tão diversos, nos jovens do nosso tempo e nas circunstâncias tão variadas em que se encontram os homens de hoje; estes, apesar de tudo, não aceitam que a catequese se empobreça, por abdução ou por uma atenuação da luz da sua mensagem e por adaptações, mesmo de linguagem, que porventura comprometessem o bom depósito da fé, ou ainda por concessões em matéria de fé ou de moral; eles estão persuadidos de que a verdadeira catequese deve acabar por enriquecer essas culturas, ajudando-as a superar os aspectos deficientes ou até mesmo inumanos que nelas existam e comunicando aos valores lídimos das mesmas a plenitude de Cristo”.

**RMI 44:** “44. O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização contera sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa-Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai”.

**UC 43ss:** “43. Por sua mesma natureza, a universidade promove a cultura, mediante sua atividade de investigação, ajuda a transmitir a cultura local às gerações sucessivas, mediante seu ensino, favorece as iniciativas culturais, com os próprios serviços educativos. Ela está aberta a toda a experiência humana, disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura. A universidade católica participa deste processo, oferecendo a rica experiência cultural da Igreja. Além disso, consciente de que a cultura humana está aberta à Revelação e à transcendência, a universidade católica é lugar primeiro e privilegiado para um frutuoso diálogo entre Evangelho e cultura.

**44.** Ela assiste a Igreja, precisamente mediante tal diálogo, ajudando-a a obter um melhor conhecimento das diversas culturas, a discernir seus aspectos positivos e negativos, a acolher seus contributos autenticamente humanos e a desenvolver os meios, com os quais possa tornar a fé mais compreensível aos homens de uma determinada cultura. Se é verdade que o Evangelho não pode ser identificado com a cultura, mas, ao contrário, transcende todas as culturas, é também verdade que o Reino, anunciado pelo Evangelho, é vivido por homens que estão profundamente ligados a uma cultura, e a construção do reino não pode deixar de recorrer aos elementos da cultura ou das culturas humanas. Uma fé que se colocasse à margem daquilo que é humano, portanto, do que é cultura, seria uma fé que não reflete a plenitude daquilo que a Palavra de Deus manifesta e revela, uma fé mutilada, pior ainda, uma fé em processo de auto-destruição.

**45.** A universidade católica deve tornar-se cada vez mais, atenta às culturas do mundo de hoje, como também, às várias tradições culturais existentes na Igreja, de maneira a promover um contínuo e proveitoso diálogo entre o Evangelho e a sociedade de hoje. Entre os critérios que distinguem o valor duma cultura, está em primeiro lugar, o sentido de pessoa humana, sua liberdade, sua dignidade, seu sentido de responsabilidade e sua abertura ao transcendente. Ao respeito da pessoa está unido o valor eminente da família, célula primária de toda a cultura humana.

As universidades católicas devem esforçar-se por discernir e avaliar bem as aspirações e contradições da cultura moderna, para torná-la mais apta ao desenvolvimento integral das pessoas e dos povos. De modo particular, recomenda-se aprofundar, com estudos apropriados, o impacto da tecnologia moderna, especialmente dos meios de comunicação social, sobre as pessoas, as famílias, as instituições e sobre o conjunto da cultura moderna. As culturas tradicionais devem ser definidas em sua identidade, ajudando-as a acolher os valores modernos, sem sacrificar o próprio patrimônio, que é riqueza para toda a família humana. As universidades, situadas em ambientes culturais tradicionais, devem procurar harmonizar as culturas locais com o contributo positivo das culturas modernas.

**46.** Um campo que interessa, de modo especial, a universidade católica é o diálogo entre pensamento cristão e ciências modernas. Essa tarefa exige pessoas particularmente preparadas em cada disciplina, dotadas também de uma adequada formação teológica e capazes de enfrentar as questões epistemológicas, em nível das relações entre fé e razão. Tal diálogo refere-se tanto às ciências naturais como as ciências humanas, as quais apresentam novos e complexos problemas fisiológicos e éticos. O investigador cristão deve mostrar como a inteligência humana se enriquece da verdade superior, que deriva do Evangelho: A inteligência não fica nunca diminuída, pelo contrário, é estimulada e robustecida pela fonte interior de profunda compreensão a Palavra de Deus e pela hierarquia de valores que dela provém...

De um modo único, a universidade católica contribui para manifestar a superioridade do espírito, que nunca pode, sem correr o risco de perder-se, consentir em colocar-se ao serviço de qualquer outra coisa que não seja a busca da verdade.

**47.** Para além do diálogo cultural, a universidade católica, no respeito de suas finalidades específicas, tendo em conta os vários contextos religioso-culturais e seguindo as diretrizes propostas pela competente autoridade eclesial, pode oferecer um contributo ao diálogo ecumênico, com o fim de promover a busca da unidade de todos os cristãos, e ao diálogo inter-religioso, ajudando a discernir os valores espirituais, presentes nas várias religiões.

**48.** A missão primeira da Igreja é pregar o Evangelho, de modo a garantir a relação entre fé e vida, quer no indivíduo quer no contexto sócio-cultural em que as pessoas vivem, agem e comunicam entre si. Evangelizar significa levar a Boa-nova a todos os estratos da humanidade e, com seu influxo, transformar, a partir de dentro, tornar nova a própria humanidade... Não se trata só de pregar o Evangelho, em faixas geográficas cada vez mais vastas ou a populações cada vez mais numerosas, mas também de atingir e, como que, transformar, mediante a força do Evangelho, os critérios de juízo, os valores determinantes, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, contrastam com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação.

**49.** Consoante sua própria natureza, cada universidade católica oferece um importante contributo à Igreja, em sua obra de evangelização. Trata-se de um testemunho vital, de ordem institucional em favor de Cristo e de sua mensagem, tão importante e necessário nas culturas marcadas do secularismo ou onde Cristo e sua mensagem não são ainda, de fato, conhecidos. Além disso, todas as atividades fundamentais de uma universidade católica estão ligadas e harmonizadas com a missão evangelizadora da Igreja: a investigação conduzida à luz da mensagem cristã, que coloca as novas descobertas humanas ao serviço dos indivíduos e da sociedade; a formação atuada num contexto de fé, que prepare pessoas capazes de um juízo racional e crítico, pessoas conscientes da dignidade transcendente da pessoa humana; a formação profissional, que compreende os valores éticos e o sentido de serviço às pessoas e à sociedade; o diálogo com a cultura, que favorece uma compreensão melhor da fé; a investigação teológica, que ajuda a fé a exprimir-se numa linguagem moderna. A Igreja, precisamente porque está cada vez mais consciente de sua missão salvífica no mundo, quer sentir-se próxima destes centros, quer tê-los presentes e operantes, na difusão da mensagem autêntica de Cristo."

**CNBB, Por uma nova ordem constitucional, Doc. 36, 138, 143-144:** "138. Em todas as escolas, da rede estatal ou não,

- deve-se garantir a característica democrática dos conteúdos ministrados;
- deve-se favorecer dentro da instituição uma participação responsável;
- deve-se promover o respeito à liberdade de opinião e de consciência e à preservação da filosofia e da proposta pedagógica próprias de cada escola.

Tanto a escola pública como a particular devem estar integradas na comunidade local que, de algum modo, deve exercer controle sobre elas.

**143.** Na educação, na promoção da cultura e no uso dos meios de comunicação social, deverão ser prestigiados os valores culturais regionais e nacionais.

**144.** As tradições populares e as iniciativas comunitárias de criatividade cultural e de lazer devem ser incentivadas e protegidas pelo Estado".

**CNBB, Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 228ss:** "228. A mensagem evangélica precisa sempre ser transmitida no contexto de um "diálogo de culturas" que exige, de um lado, uma profunda fidelidade ao Evangelho e à autêntica tradição da Igreja e, por outro, um profundo conhecimento e, sobretudo, um profundo respeito pela cultura das pessoas ou grupos sociais com os quais se dialoga. Se não houver plena fidelidade ao Evangelho e à Tradição estaremos deturpando o tesouro de que somos portadores. Se não houver um profundo conhecimento da cultura que se evangeliza e respeito por ela, estaremos impondo em nome do Evangelho, nossos próprios valores e nossa perspectiva cultural; estaremos falando numa linguagem e em códigos ininteligíveis, falando no vazio, falando para nós mesmos.

**229.** Como em tempos passados, também hoje esse dilema coloca problemas graves para toda a ação pastoral da Igreja. Como garantir a fidelidade ao "bom depósito da fé" e, ao mesmo tempo, "encarnar" a mensagem evangélica nas diferentes culturas?

**230.** Assumimos o termo “cultura” no seu aspecto globalizante, como processo de humanização decorrente da natureza livre e racional da pessoa humana, como maneira peculiar através da qual, dentro de um povo, os homens cultivam as suas relações com a natureza, entre si e com Deus, como “estilo de vida” comum desse povo, conseqüência do seu caráter social. Portanto, “pela maneira diversa de utilizar as coisas, de trabalhar e de exprimir, de praticar a religião e formar os costumes, de estabelecer as leis e as instituições jurídicas, de favorecer as artes e de cultivar o belo, surgem diversas condições de vida em comum e formas diversas de dispor os bens da vida. Assim, com estes costumes recebidos, constrói-se o patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se, assim, um meio definido e histórico, no qual é inserido o homem de qualquer nação ou tempo”.

**231.** Sendo a cultura uma realidade abrangente, cumpre destacar o lugar decisivo que nela exerce a religião, por ser esta a que mais profundamente pode penetrar no coração das culturas, isto é, no núcleo dos seus valores fundamentais. Se, de uma parte, as culturas proporcionam ao Evangelho categorias mentais, linguagem e símbolos com que comunicar a mensagem salvadora de Cristo; por outra parte, o Evangelho fecunda por dentro e eleva as culturas, revelando-lhes o sentido último da realidade do homem e do mundo”.

**Nota:76**

**EN 19:** “Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação”.

**UC 43, 46:** “43. Por sua mesma natureza, a universidade promove a cultura, mediante sua atividade de investigação, ajuda a transmitir a cultura local às gerações sucessivas, mediante seu ensino, favorece as iniciativas culturais, com os próprios serviços educativos. Ela está aberta a toda a experiência humana, disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura. A universidade católica participa deste processo, oferecendo a rica experiência cultural da Igreja. Além disso, consciente de que a cultura humana está aberta à Revelação e à transcendência, a universidade católica é lugar primeiro e privilegiado para um frutuoso diálogo entre Evangelho e cultura.

**46.** Um campo que interessa, de modo especial, a universidade católica é o diálogo entre pensamento cristão e ciências modernas. Essa tarefa exige pessoas particularmente preparadas em cada disciplina, dotadas também de uma adequada formação teológica e capazes de enfrentar as questões epistemológicas, em nível das relações entre fé e razão. Tal diálogo refere-se tanto às ciências naturais como as ciências humanas, as quais apresentam novos e complexos problemas fisiológicos e éticos. O investigador cristão deve mostrar como a inteligência humana se enriquece da verdade superior, que deriva do Evangelho: A inteligência não fica nunca diminuída, pelo contrário, é estimulada e robustecida pela fonte interior de profunda compreensão a Palavra de Deus e pela hierarquia de valores que dela provém...

De um modo único, a universidade católica contribui para manifestar a superioridade do espírito, que nunca pode, sem correr o risco de perder-se, consentir em colocar-se ao serviço de qualquer outra coisa que não seja a busca da verdade”.

**CNBB, Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 239:** “A missão da Igreja no Brasil enfrenta hoje o grande desafio de atingir pela força do Evangelho os critérios, os valores, os centros de interesse e as próprias pessoas imbuídas dessa CULTURA URBANA CONTEMPORÂNEA, que alguns denominam como cultura da “modernidade ou mesmo da pós-modernidade”.

**Nota:77**

**PT, n.12:** “É direito da pessoa escolher o estado de vida, de acordo com suas preferências; e, portanto, de constituir família, na base da paridade de direitos e deveres entre homem e mulher; ou então, de seguir a vocação ao sacerdócio ou à vida religiosa”.

**Puebla, 1063-1095:** “1063. A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação: portanto, a comunicação social deve ser levada em conta em todos os aspectos da transmissão da Boa Nova.

**1064.** A comunicação, como ato social vital, nasce com o próprio homem e tem sido potencializada na época moderna mediante poderosos recursos tecnológicos. Por conseguinte, a evangelização não pode prescindir, hoje em dia, dos meios de comunicação.

**1065.** A comunicação social surge como dimensão ampla e profunda do relacionamento humano, mediante o qual o homem, individual e coletivamente, à medida que se inter-relaciona no mundo, expõe-se ao influxo da civilização audiovisual e à contaminação da “poluição sonora”.

**1066.** Devido à diversidade de meios existentes (rádio, televisão, cinema, imprensa, teatro, etc.) que atuam de maneira simultânea e maciça, a comunicação social incide em toda a vida do homem e sobre ele exerce de maneira consciente ou subliminar, uma influência decisiva.

**1067.** A comunicação social está condicionada pela realidade sociocultural de nossos países e constitui, por sua vez, um dos fatores determinantes que mantêm esta realidade.

**1068.** Reconhecemos que os meios de comunicação social são fatores de comunhão e contribuem para a integração latino-americana, bem como para a expansão e democratização da cultura; contribuem outrossim para o lazer, especialmente das pessoas que vivem fora dos centros urbanos; aumentam as capacidades perceptivas pelo estímulo visual auditivo, de penetração sensorial.

**1069.** Não obstante os aspectos positivos assinalados, devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o statu quo e até em criar uma ordem nova de dependência-dominação ou, pelo contrário, em subverter esta ordem para criar outra de sinal contrário. A exploração das paixões, dos sentimentos, da violência e do sexo, com objetivos consumistas, constituem uma flagrante violação dos direitos individuais. Igual violação aparece na indiscriminação das mensagens, repetitivas ou subliminares, com respeito à pessoa e principalmente à família.

**1070.** Os jornalistas nem sempre se mostram objetivos e honestos na transmissão de notícias, de forma que são eles mesmos os que às vezes manipulam a informação, calando, alterando ou inventando o conteúdo da mesma, com grande desorientação da opinião pública.

**1071.** O monopólio da informação, tanto por parte do governo como de interesses privados, permite o uso arbitrário dos meios de informação e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas e interesses transnacionais fazem a respeito de nossos países ou com destino a eles.

**1072.** A programação, em grande parte estrangeira, produz transculturação não participativa e mesmo destruidora de valores autóctones; o sistema publicitário, tal como se apresenta, e o uso abusivo do esporte, enquanto elemento de evasão, os transformam em fatores de alienação; seu impacto massificante e compulsivo pode levar ao isolamento e até à desintegração da comunidade familiar.

**1073.** Os meios de comunicação social têm-se convertido muitas vezes em veículo de propaganda do materialismo reinante, pragmático e consumista, e criam em nosso povo falsas expectativas, necessidades fictícias, graves frustrações e um doentio afã competitivo.

**1074.** Existe na Igreja da América Latina certa percepção da importância da comunicação social, porém, não como realidade global, que afeta todas as relações humanas e a própria pastoral, bem como da linguagem específica dos meios.

**1075.** A Igreja tem sido explícita quanto à doutrina referente aos meios de comunicação social, publicando numerosos documentos sobre a matéria, embora tenha havido delongas em levar estes ensinamentos à prática.

**1076.** Há insuficiente aproveitamento das ocasiões de comunicação que se oferecem à Igreja por parte dos meios estranhos e incompleta utilização dos seus próprios meios ou daqueles que são por ela influenciados; além disso, os meios próprios não estão integrados entre si, nem na pastoral de conjunto.

**1077.** Salvo raras exceções ainda não existe na Igreja da América Latina uma verdadeira preocupação por formar o Povo de Deus na comunicação social; capacitá-lo para assumir uma atitude crítica frente ao bombardeio dos mass media e para opor-se ao impacto de suas mensagens alienantes, ideológicas, culturais e publicitárias. Situação que se agrava pelo pouco uso que se faz dos cursos organizados nesta área, escasso orçamento que se destina aos meios de comunicação social em função evangelizadora e descuido da atenção devida a proprietários e técnicos desses meios.

**1078.** Deve-se mencionar aqui como fenômeno altamente positivo o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação grupal (MCG) e dos pequenos meios, com uma produção sempre crescente de material para a evangelização e com um emprego cada dia maior desses meios pelos agentes de pastoral, propiciando-se assim um acertado crescimento da capacidade de diálogo e de contato.

**1079.** A Igreja da América Latina tem feito nos últimos anos muitos esforços em favor duma comunicação maior em seu interior. Todavia, em muitos casos, o que se realizou até agora não corresponde plenamente às exigências do momento. O fluxo de experiências e opiniões legítimas, como expressão pública de pareceres no interior da Igreja, reduz-se a manifestações esporádicas e, portanto, insuficientes, que têm pouca influência na totalidade da comunidade eclesial.

**1080.** a) Integrar a comunicação na pastoral de conjunto.

**1081.** b) Dentre as tarefas por realizar neste campo, dar prioridade à formação na comunicação social, tanto do público em geral, como dos agentes de pastoral em todos os níveis.

**1082.** c) Respeitar e favorecer a liberdade de expressão e a correlativa informação, pressupostos essenciais da comunicação social e de sua função na sociedade dentro da ética profissional, conforme a Exortação *Communio et Progressio*.

A luz da problemática latino-americana e levando em conta o fenômeno da comunicação social e suas implicações na evangelização, cabe formular as seguintes propostas pastorais:

**1083.** a) Urge que a hierarquia e os agentes pastorais em geral conheçam, compreendam e experimentem mais a fundo o fenômeno da comunicação social, a fim de que se adaptem às respostas pastorais a esta nova realidade e se integre a comunicação na pastoral de conjunto.

**1084.** b) Para que a articulação da pastoral da comunicação com a pastoral orgânica seja efetiva, é preciso criar, onde não existe, e potencializar, onde existe, um departamento ou organismo específico (nacional e diocesano) para a comunicação social e incorporá-lo nas atividades de todas as áreas pastorais.

**1085.** c) A tarefa de formação no campo da comunicação é uma ação prioritária. Portanto, urge formar neste campo todos os agentes da evangelização:

Para os aspirantes ao sacerdócio e à vida religiosa, é necessário que esta formação se integre nos programas de estudos e formação pastoral.

Para os sacerdotes, religiosos, religiosas, agentes de pastoral e para os próprios responsáveis pelos organismos nacionais e diocesanos de pastoral de comunicação social, é mister programar sistemas de formação permanente.

Especial atenção merecem os profissionais da comunicação e a formação mais adequada dos que cobrem a área da informação religiosa.

**1086.** d) Dentro das normas litúrgicas, cada Igreja particular providencie a forma mais adequada para introduzir na liturgia, que é em si mesma comunicação, os recursos de som e imagem, os símbolos e formas de expressão mais aptos para representar a relação com Deus, de sorte que se faculte uma participação maior e mais adequada nos atos litúrgicos.

**1087.** Recomenda-se utilização esmerada dos aparelhos de som nos lugares de culto.

**1088.** e) Educar o público receptor para que tenha uma atitude crítica perante o impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias que nos bombardeiam continuamente, com o fim de neutralizar os efeitos negativos da manipulação e massificação.

**1089.** Recomenda-se aos organismos eclesiais que operam em escala continental (UNDA, OCIC, UCLAP) dediquem uma especial atenção à formação do público receptor, assim como das pessoas acima mencionadas.

**1090.** f) Sem descuidar a necessária e urgente presença dos meios de comunicação de massa, urge intensificar o uso dos meios de comunicação de grupo (MCG) que, além de serem menos custosos e de mais fácil utilização, oferecem a possibilidade de diálogo e são mais aptos para uma evangelização de pessoa para pessoa que suscite adesão e compromissos verdadeiramente pessoais.

**1091.** g) Para maior eficácia na transmissão da mensagem, a Igreja deve lançar mão duma linguagem atualizada, concreta, direta, clara e ao mesmo tempo caprichada. Esta linguagem deve ficar próxima da

realidade que o povo enfrenta, de sua mentalidade e religiosidade, de tal sorte que possa ser facilmente captada; para isso, é preciso levar em conta os sistema e recursos da linguagem audiovisual própria do homem hodierno.

**1092.** h) Com o objetivo de iluminar pelo Evangelho os acontecimentos cotidianos e acompanhar o homem latino-americano com base no conhecimento de seus afazeres diários e dos fatos que influem sobre ele, a Igreja deve preocupar-se com possuir canais próprios de informação e de notícias que assegurem a intercomunicação e o diálogo com o mundo. Isto é tanto mais urgente quanto à experiência mostra as contínuas distorções do pensamento e dos fatos de Igreja por parte das agências.

**1093.** A presença da Igreja no mundo da comunicação social exige importantes recursos que devem ser providenciados pela comunidade cristã.

**1094.** i) Conhecida a situação de pobreza, marginalização e injustiça em que estão imersas grandes massas latino-americanas e de violação dos direitos humanos, a Igreja, no uso de seus meios próprios, deve ser cada dia mais a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isto implica.

**1095.** j) As limitações que temos encontrado no Continente nos forcem a ratificar o direito social à informação, com suas obrigações correlativas, dentro dos limites éticos que impõem o respeito à privacidade das pessoas e à verdade. Maior validade ainda têm esses princípios no interior da Igreja”.

**Puebla, 1197:** “Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado”.

#### **Nota:78**

**CNBB, Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 228, 255-257:** “228. A mensagem evangélica precisa sempre ser transmitida no contexto de um “diálogo de culturas” que exige, de um lado, uma profunda fidelidade ao Evangelho e à autêntica tradição da Igreja e, por outro, um profundo conhecimento e, sobretudo, um profundo respeito pela cultura das pessoas ou grupos sociais com os quais se dialoga. Se não houver plena fidelidade ao Evangelho e à Tradição estaremos deturpando o tesouro de que somos portadores. Se não houver um profundo conhecimento da cultura que se evangeliza e respeito por ela, estaremos impondo em nome do Evangelho, nossos próprios valores e nossa perspectiva cultural; estaremos falando numa linguagem e em códigos ininteligíveis, falando no vazio, falando para nós mesmos.

**255.** A missão evangelizadora entre os indígenas está diante do desafio de anunciar a novidade de Cristo e a conservação da cultura indígena, buscando com paciência histórica a assimilação das “sementes do Verbo”, já existentes na religião dos povos indígenas. Para isto, é preciso, em primeiro lugar, conhecer a língua, pesquisar os valores culturais e interpretá-los corretamente.

**256.** Diante de certas pressões integracionistas, a Igreja do Brasil é convocada para a defesa da cultura e, com isso, da sobrevivência dos povos indígenas que sucumbiriam ao contato rápido com a poderosa cultura dominante.

**257.** Proclame-se e defenda-se o direito dos povos indígenas de serem sujeitos de sua história e do ritmo de seu acesso à cultura vigente no Brasil”.

#### **Nota:79**

“A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subnutrido. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional é adquirir confiança em si mesmo e descobrir que é possível progredir junto com os outros. (PP, n.35; SRS, 15; Puebla 1045ss.) Não existe possibilidade... de autêntica libertação se não se começa por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base, cultura. Facilitar a alfabetização e a educação básica é um serviço fundamental que se presta a uma multidão de marginalizados (João Paulo II, Visita as limina, NE II e III, 30/09/85, n.4)”.

**PP 35:** “Pode mesmo afirmar-se que o crescimento econômico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso a educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar com os outros. Como dizíamos na nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, em Teerã no ano de 1965, a alfabetização é para o homem fator primordial de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, instrumento privilegiado de progresso econômico e desenvolvimento. Por isso nos alegramos do trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, pelos poderes públicos e organizações internacionais: são os primeiros obreiros do desenvolvimento, porque tornam o homem apto a empreendê-lo.”

**SRS 15:** “O quadro que acaba de se ser traçado ficaria porém incompleto se aos índices econômicos e sociais do subdesenvolvimento não se juntassem outros índices, igualmente negativos e até mesmo mais preocupantes, a começar pelos do plano cultural. Tais são: o analfabetismo, a dificuldade ou impossibilidade de ter acesso aos níveis superiores de instrução, a incapacidade de participar da construção da própria comunidade nacional, as diversas formas de exploração e de opressão econômicas, sociais, políticas e também religiosas da pessoa humana e dos seus direitos, as discriminações de todos os tipos, especialmente aquela que é mais odiosa, a fundada na diferença de raça. Se é de lamentar alguma destas pragas em áreas do Norte mais desenvolvido, elas são sem dúvida mais frequentes, mais duradouras e mais difíceis de eliminar nos países em vias de desenvolvimento e menos progredidos.

E é forçoso aqui notar que, no mundo de hoje, entre outros direitos, é com freqüência sufocado o direito de iniciativa econômica. E, no entanto, trata-se de um direito importante, não só para os indivíduos singularmente, mas de igual modo para o bem comum. A experiência demonstra-nos que a negação deste direito ou a sua limitação, em nome de uma pretensa igualdade de todos na sociedade, é algo que reduz, se é que não chega mesmo a destruir de fato, o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criadora do cidadão. Como resultado surge, deste jeito, não tanto uma verdadeira igualdade, quanto um nivelamento para baixo. No lugar da iniciativa criadora prevalecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático que, como único órgão disponente e decisional se não mesmo possessor da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta, que é semelhante à tradicional dependência do operário-proletário do capitalismo. Ora, isto gera um sentimento de frustração ou desespero e predispõe para o desinteresse pela vida nacional, impelindo muitas pessoas para a emigração e favorecendo em todo o caso uma espécie de emigração psicológica.



Uma situação assim tem as suas consequências também sob o ponto de vista dos direitos das nações singulares. Com efeito, acontece com frequência que uma nação é privada da sua subjetividade, ou seja, da soberania que lhe compete, no sentido econômico e mesmo político-social e, de certo modo, cultural, porque adstrita a uma comunidade nacional onde todas estas dimensões da vida estão ligadas entre si.

É preciso recordar sempre, além disto, que nenhum grupo social, por exemplo um partido, tem o direito de usurpar o papel de guia único, porque isso comporta a destruição da verdadeira subjetividade da sociedade e dos cidadãos, como acontece em todo gênero de totalitarismo. Nesta situação, o homem e o povo tornam-se objeto, apesar de todas as declarações contrárias e das garantias verbais.

Aqui, é conveniente acrescentar que, no mundo de hoje, há muitas outras formas de pobreza. Realmente, certas carências ou privações não merecem porventura este qualificativo? A negação ou a limitação dos direitos humanos como, por exemplo, o direito à liberdade religiosa, o direito a participar da construção da sociedade, a liberdade de associação, ou de constituir sindicatos, ou de tomar iniciativas em campo econômico não empobrecem a pessoa humana, talvez tanto se não mais quanto a privação dos bens materiais? E um desenvolvimento que não leve em conta o pleno reconhecimento destes direitos será realmente um desenvolvimento de dimensões humanas?

Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano, como já há vinte anos evidenciava a Encíclica *Populorum Progressio*. De modo que, chegados a este ponto, é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma concepção demasiado limitada, ou seja, predominantemente econômica, do desenvolvimento".

**Puebla, 1045ss:** "1045. Acompanhar a alfabetização dos grupos marginalizados com atividades educacionais que os ajudem a comunicar-se eficazmente; a se darem conta dos seus deveres e direitos; a compreenderem a situação em que vivem e a discernirem suas causas: a se habilitarem para organizar-se no campo civil, trabalhista e político, e assim poder participar plenamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito.

**1046.** Sem descuidar os atuais compromissos educacionais escolares, urge responder com generosidade e imaginação aos desafios que a Igreja da América Latina hoje enfrenta e no futuro enfrentará. Essas novas formas de ação educativa não podem ser fruto da veleidade ou improvisação, mas requerem suficiente capacitação de seus promotores e uma fundamentação em diagnósticos objetivos das necessidades, bem como o inventário e avaliação dos próprios recursos. Aconselhável seria recorrer ao uso de métodos participativos.

**1047.** Promover a educação popular (educação informal) para revitalizar a nossa cultura popular, incentivando tentativas que, por meio da imagem e do som, ponham criativamente em destaque os valores e símbolos profundamente cristãos da cultura latino-americana.

**1048.** Estimular a comunidade civil em todos os seus setores. Para isso, é necessário instaurar um diálogo franco e receptivo, a fim de que ela assuma suas responsabilidades educativas e consiga transformar-se, junto com suas instituições e recursos, numa autêntica "cidade educativa".

**1049.** Promover a coordenação de tarefas, agentes e instituições educativas na ação pastoral da Igreja particular, por meio de um organismo competente, vinculado ao bispo, a cujo encargo estarão as funções de planejamento e avaliação. Faz-se mister uma avaliação objetiva de atividades, obras e situações, que possa levar à melhor utilização dos recursos, modificando, suprimindo ou criando instituições ou programas.

**1050.** Elaborar, sobretudo em nível de comissões episcopais, a doutrina ou teoria educativa cristã, baseada nos ensinamentos da Igreja e na experiência pastoral. Isto dará ensejo a examinar, à luz da referida doutrina, os princípios objetivos e métodos dos sistemas educativos vigentes, para interpretá-los adequadamente e avaliar criticamente seus resultados. Partindo desta teoria, urge a elaboração dum projeto educativo cristão em nível nacional ou continental, no qual desde logo se inspirarão os ideários concretos das diversas instituições educacionais".

#### **Nota:80**

À família estão ligados os valores fundamentais que não se podem violar sem incalculáveis prejuízos...É necessário defender esses valores fundamentais com tenacidade e com firmeza... É decisivo o papel da família, é fácil destruir os valores essenciais, e é muito difícil reconstruí-los. (João Paulo II, 31/12/1978, na Igreja do Gesù; GS, 47, 52; GE, 8; DH, 5 e 13...). PT, 17: Aos pais cabe, em primeiro lugar o direito de garantir a educação dos filhos, (RH, 17; FC, 30, 46; CA, 45). O futuro da humanidade passa através da família (FC, n.118).

**GS 47, 52:** "47. A salvação da pessoa e da sociedade, tanto humana como cristã, está intimamente relacionada com o bem estar do casal e da família. Como todos os que têm consciência da importância do casamento, os cristãos apreciam e contam muito com os diferentes recursos que hoje favorecem a constituição desta comunidade de amor e lhe facilitam a vida, ajudando-os no desempenho de um de seus principais papéis. Mas a instituição matrimonial nem sempre é respeitada. Contrariam-na, em muitos lugares, a poligamia, o divórcio, o amor livre e várias outras deformações. O amor nupcial é freqüentemente profanado pelo egoísmo, pelo hedonismo e pelas práticas ilícitas contra a fecundidade. Além disso, as condições econômicas, psicossociais e políticas do mundo moderno trazem inúmeras perturbações para a família. Em certas regiões da terra o problema demográfico causa enormes preocupações. As consciências sofrem com tudo isso. No entanto, a força e a consistência da instituição matrimonial se manifestam pela resistência que ela continua oferecendo a todas essas dificuldades, apesar das profundas modificações que a vida social sofre.

Lembrando alguns aspectos da doutrina da Igreja, o concílio procura esclarecer e confortar os cristãos e todos os humanos a se esforçarem para defender e promover a dignidade natural do casamento.

**52.** A família é a escola em que cada um aprende a se tornar humano. Para que possa atingir a plenitude de sua vida e de sua missão é preciso que haja entre os cônjuges uma comunhão de afeto e de maneiras de ver, assim como efetiva cooperação na educação dos filhos.

A presença do pai é muito valiosa para a formação, mas o cuidado doméstico da mãe, especialmente com as crianças mais pequenas, deve ser sempre preservado, sem que se desconheçam as exigências da promoção da mulher.

A educação dos filhos deve permitir que, quando maiores, sejam livres para seguirem uma vocação, inclusive a religiosa, ou eclesial, e de escolher seu estado de vida. Casando-se, têm direito de constituir a própria família em condições morais, sociais e econômicas favoráveis.

Os pais ou tutores devem orientar os jovens na fundação de sua família com conselhos que sejam bem acolhidos, evitando, porém, toda coação direta ou indireta que os force ao casamento ou à escolha do cônjuge. A família constitui o fundamento da sociedade. Nela se reúnem e colaboram diversas gerações, que crescem em sabedoria e aprendem a compatibilizar os direitos das pessoas, com as exigências da vida social.

Todos os que têm influência nas comunidades e nos grupos sociais devem contribuir eficazmente para a promoção do matrimônio e da família.

O poder civil deve considerar sagrada sua função de reconhecer a natureza própria da família, protegê-la e promovê-la, preservando a moralidade pública e favorecendo a prosperidade doméstica.

Os fiéis, resgatando o tempo presente e distinguindo o que é eterno de suas formas mutáveis, sejam promotores diligentes dos bens do matrimônio e da família, tanto pelo testemunho de sua própria vida como pela ação, em conjunto com todos os homens de boa vontade. Vencendo as dificuldades, procurem prover às necessidades da família e obter-lhe todas as facilidades próprias do nosso tempo. Para a consecução desses objetivos contribuam igualmente o senso cristão dos fiéis, a consciência moral dos homens e sua sabedoria, assim como a ciência daqueles que são versados nas disciplinas sagradas.

Os que praticam as ciências biológicas, médicas, sociais e psicológicas podem prestar um grande serviço ao bem do matrimônio e da família e à pacificação das consciências, desde que se esforcem em seus estudos para elucidar o melhor possível as diversas condições favoráveis no que respeita ao controle da natalidade.

Os sacerdotes devem receber a necessária instrução sobre o que diz respeito à família. Coloquem a serviço da vocação dos cônjuges, da vida conjugal e familiar, os diversos meios pastorais de que dispõem, como a pregação da palavra de Deus, o culto litúrgico e outros recursos espirituais, procurem encorajá-los nas dificuldades com compreensão e paciência e confortá-los com amor.

Confirmem na doutrina e assistam na ação os diversos movimentos e associações familiares, de jovens e de casais, especialmente jovens casais, dando apoio à sua vida familiar, social e apostólica.

Finalmente os próprios cônjuges, feitos à imagem do Deus vivo, estejam unidos no afeto, no modo de pensar e na santidade e sigam a Cristo, princípio da vida, nas alegrias e nas dificuldades de sua vocação, tornando-se, por seu amor fiel, testemunhas do mistério do amor, que o Senhor revelou ao mundo, pela sua morte e ressurreição”.

**GE 8:** “A escola católica constitui uma marca da Igreja no setor da educação. Seu objetivo, como o das outras escolas, é de ordem cultural e pedagógica. Visa à formação humana dos jovens. O que têm de próprio é que busca criar um ambiente escolar caracterizado pelo espírito evangélico de liberdade e de amor para ajudar os educandos a crescerem juntos, desenvolvendo a própria personalidade em continuidade com a nova criatura que são, pelo batismo, e a colocarem toda a cultura humana na perspectiva do anúncio da salvação, a fim de que o conhecimento que vão adquirindo do mundo, da vida e do ser humano seja iluminado pela fé. A escola católica deve pois evoluir de acordo com seu tempo. Só assim poderá preparar seus alunos para cumprir seu papel na sociedade, a serviço do reino de Deus, de tal sorte que, pelo exercício exemplar da vida apostólica se tornem fermento salutar na comunidade humana em desenvolvimento.

Grande, portanto, é a importância da escola católica nos dias de hoje. Contribui decisivamente para o cumprimento da missão do povo de Deus e para o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, em benefício de ambas. Por isso o concílio reafirma o direito da Igreja de fundar escolas de todos os níveis, como já foi abundantemente declarado em inúmeros documentos do magistério. Lembra que este direito se funda no exercício da liberdade de consciência, no direito dos pais e na contribuição que a Igreja sempre deu para o desenvolvimento da cultura.

Lembrem-se os professores de que, para alcançar seus objetivos e pôr em prática seus propósitos, a escola católica depende principalmente deles. Sejam, por conseguinte, preparados com todo cuidado. Adquiram o necessário saber tanto nas matérias profanas como nas religiosas, obtendo os respectivos títulos acadêmicos. Sejam devidamente iniciados na pedagogia moderna. Amando-se uns aos outros e aos alunos, imbuídos do espírito apostólico, dêem testemunho de Jesus Cristo, único mestre, tanto pela vida como pela doutrina. Trabalhem em colaboração com os pais. Adotem juntamente com eles a atitude pedagógica que melhor convém aos alunos, de acordo com a idade, o sexo, as exigências da vida familiar e social. Procurem despertar a participação pessoal dos alunos e, além de seguir o currículo escolar, acompanhem-nos com conselhos, manifestação de carinho e amizade, criando associações de jovens e levando-os a adquirirem um verdadeiro espírito eclesial. O trabalho dos professores é um apostolado, ao mesmo tempo que é um serviço utilíssimo prestado à sociedade. O concílio o declara especialmente necessário na nossa época, e até indispensável. Lembra aos pais católicos o dever de sustentarem a escola católica, confiarem-lhe seus filhos, na medida do possível, colaborando assim para o seu bem”.

**DH 5 e 13:** “5. A família, como sociedade primordial de direito próprio, deve poder orientar livremente sua vida doméstica, sob a conduta dos pais.

Compete-lhes o direito de determinar como se há de fazer a educação dos filhos, de acordo com sua convicção religiosa.

O poder civil deve reconhecer de fato, aos pais, o direito de escolher livremente, a escola e os demais meios de educação para os filhos, sem que por isso lhes advenham gastos especiais, direta ou indiretamente.

Violaria o direito dos pais a imposição aos alunos de seguir aulas contrárias às convicções religiosas familiares ou a adoção de um regime de educação único, de que fosse completamente excluída a formação religiosa.”

**13.** O bem da Igreja, melhor ainda, de toda a sociedade aqui na terra, tem como exigência principal o reconhecimento da liberdade de agir da Igreja, segundo as necessidades da salvação de todos os seres humanos, sempre e em todos os países. Liberdade sagrada, de que o Filho de Deus unigênito quis dotar a Igreja, conquistada com o seu sangue. Os que a violam lutam contra a vontade expressa de Deus. A liberdade da Igreja é princípio fundamental em suas relações com os poderes públicos e para toda a ordem civil.

Na sociedade humana e diante de todos os poderes públicos, a Igreja reivindica a liberdade, como autoridade espiritual constituída por Cristo Nosso Senhor, de que recebeu o mandato divino de ir a todo o mundo e pregar o Evangelho a toda a criatura. Reivindica também a liberdade como sociedade de pessoas que têm o direito de viver na sociedade civil de acordo com as prescrições da fé cristã.

Quando reina um clima de liberdade religiosa, não apenas declarada ou reconhecida legalmente, mas efetivamente vivida na prática social, a Igreja alcança de direito e de fato as condições de independência

necessárias ao cumprimento de sua missão divina, que as autoridades eclesiástica sempre reivindicaram, com a maior intensidade. Como todos os outros homens e mulheres, também os cristãos têm o direito civil de viver de acordo com a sua consciência. Há pois uma equivalência entre a liberdade da Igreja e a liberdade religiosa que deve ser reconhecida a todos os seres humanos, sustentada e protegida pela lei”.

**PT 17:** “Aos pais cabe, em primeiro lugar o direito de garantir a educação dos filhos”.

**RH 17:** “O nosso século tem sido até agora um século de grandes calamidades para o homem, de grandes devastações, não só materiais, mas também morais ou melhor, talvez sobretudo morais. Não é fácil, certamente, comparar épocas e séculos sob este aspecto, uma vez que isso depende também dos critérios históricos que mudam. Não obstante, prescindindo muito embora de tais comparações, importa verificar que até agora este século foi um tempo em que os homens prepararam para si mesmos muitas injustiças e sofrimentos. Este processo terá sido decididamente entravado? Em qualquer hipótese, não se pode deixar de recordar aqui, com apreço e com profunda esperança para o futuro, o esforço magnífico realizado para dar vida à Organização das Nações Unidas, um esforço que tende para definir e estabelecer os objetivos e invioláveis direitos do homem, obrigando-se os estados-membros reciprocamente a uma observância rigorosa dos mesmos. Este compromisso foi aceito e ratificado por quase todos os estados do nosso tempo; isto deveria constituir uma garantia para que os direitos do homem se tornassem, em todo o mundo, o princípio fundamental do empenho em prol do bem do mesmo homem.

A Igreja não precisa de confirmar quanto este problema está intimamente ligado com a sua missão no mundo contemporâneo. Ele está, com efeito, nas mesmas bases da paz social e internacional, como declararam a este propósito João XXIII, o Concílio Vaticano II e depois Paulo VI, com documentos pormenorizados. Em última análise, a paz reduz-se ao respeito dos direitos invioláveis do homem efeito da justiça será a paz ao passo que a guerra nasce da violação destes direitos e acarreta consigo ainda mais graves violações dos mesmos. Se os direitos do homem são violados em tempo de paz, isso torna-se particularmente doloroso e, sob o ponto de vista do progresso, representa um incompreensível fenómeno de luta contra o homem, que não pode de maneira alguma pôr-se de acordo com qualquer programa que se autodefinia humanístico. E qual seria o programa social, económico, político e cultural que poderia renunciar a esta definição? Nós nutrimos a convicção profunda de que não há no mundo de hoje nenhum programa em que, até mesmo sobre a plataforma de ideologias opostas quanto à concepção do mundo, não seja posto sempre em primeiro lugar o homem.

Ora, se apesar de tais premissas, os direitos do homem são violados de diversas maneiras, se na prática somos testemunhas dos campos de concentração, da violência, da tortura, do terrorismo e de múltiplas discriminações, isto deve de ser uma consequência de outras premissas que minam, ou muitas vezes quase anulam a eficácia das premissas humanísticas daqueles programas e sistemas modernos. Então impõe-se necessariamente o dever de submeter os mesmos programas a uma contínua revisão sob o ponto de vista dos objetivos e invioláveis direitos do homem.

A Declaração destes direitos, juntamente com a instituição da Organização das Nações Unidas, não tinham certamente apenas a finalidade de nos afastar das horríveis experiências da última guerra mundial, mas também a finalidade de criar uma base para uma contínua revisão dos programas, dos sistemas e dos regimes, precisamente sob este fundamental ponto de vista, que é o bem do homem digamos, da pessoa na comunidade e que, qual fator fundamental do bem comum, deve constituir o critério essencial de todos os programas, sistemas e regimes. Caso contrário, a vida humana, mesmo em tempo de paz, está condenada a vários sofrimentos; e, ao mesmo tempo, junto com tais sofrimentos, desenvolvem-se várias formas de dominação de totalitarismo, de neocolonialismo e de imperialismo, as quais ameaçam mesmo a convivência entre as nações. Na verdade, é um fato significativo e confirmado por mais de uma vez pelas experiências da história, que a violação dos direitos do homem caminha juntamente com a violação dos direitos da nação, com a qual o homem está unido por ligames orgânicos, como a uma família maior.

Já desde a primeira metade deste século, no período em que se estavam desenvolvendo vários totalitarismos de estado, os quais como se sabe levaram à horrível catástrofe bélica, a Igreja havia claramente delineado a sua posição defronte a estes regimes, que aparentemente agiam por um bem superior, qual é o bem do estado, enquanto que a história haveria de demonstrar que, pelo contrário, aquilo era apenas o bem de um determinado partido, que se tinha identificado com o estado. Esses regimes, na realidade, haviam coarctado os direitos dos cidadãos, negando-lhes o reconhecimento daqueles direitos invioláveis do homem que, pelos meados do nosso século, obtiveram a sua formulação no plano internacional. Ao compartilhar a alegria de tal conquista com todos os homens de boa vontade, com todos os homens que amam verdadeiramente a justiça e a paz, a Igreja, consciente de que a letra somente pode matar, ao passo que só o espírito vivifica, deve, juntamente com estes homens de boa vontade, continuamente perguntar se a Declaração dos direitos do homem e a aceitação da sua letra significam em toda parte também a realização do seu espírito. Surgem, efetivamente, receios fundados de que muito frequentemente estamos ainda longe de uma tal realização, e de que por vezes o espírito da vida social e pública se acha em dolorosa oposição com a declarada letra dos direitos do homem. Este estado de coisas, gravoso para as respectivas sociedades, tornaria aqueles que contribuem para o determinar particularmente responsáveis, perante essas sociedades e perante a história do homem.

O sentido essencial do estado, como comunidade política, consiste nisto: a sociedade e, quem a compõe, o povo, é soberano do próprio destino. Tal sentido não se torna realidade, se, em lugar do exercício do poder com a participação moral da sociedade ou do povo, tivermos de assistir à imposição do poder por parte de um determinado grupo a todos os outros membros da mesma sociedade. Estas coisas são essenciais na nossa época, em que tem crescido enormemente a consciência social dos homens e, juntamente com ela, a necessidade de uma correta participação dos cidadãos na vida política da comunidade, tendo em conta as reais condições de cada povo e o necessário vigor da autoridade pública. Estes são, pois, os problemas de primeira importância sob o ponto de vista do progresso do mesmo homem e do desenvolvimento global da sua humanidade.

A Igreja sempre tem ensinado o dever de agir pelo bem comum; e, procedendo assim, também educou bons cidadãos para cada um dos estados. Além disso, ela sempre ensinou que o dever fundamental do poder é a solicitude pelo bem comum da sociedade; daqui dimanam os seus direitos fundamentais. Em nome

precisamente destas premissas, referentes à ordem ética objetiva, os direitos do poder não podem ser entendidos de outro modo que não seja sobre a base do respeito pelos direitos objetivos e invioláveis do homem. Aquele bem comum que a autoridade serve no Estado, será plenamente realizado somente quando todos os cidadãos estiverem seguros dos seus direitos. Sem isto, chega-se ao descalabro da sociedade, à oposição dos cidadãos contra a autoridade, ou então a uma situação de opressão, de intimidação, de violência, ou de terrorismo, de que nos forneceram numerosos exemplos os totalitarismos do nosso século. É assim que o princípio dos direitos do homem afeta profundamente o setor da justiça social e se torna padrão para a sua fundamental verificação na vida dos Organismos políticos.

Entre estes direitos insere-se, e justamente, o direito à liberdade religiosa ao lado do direito da liberdade de consciência. O Concílio Vaticano II considerou particularmente necessário elaborar uma mais ampla Declaração sobre este tema. É o Documento que se intitula *Dignitatis Humanae*, no qual foi expressa, não somente a concepção teológica do problema, mas também a concepção sob o ponto de vista do direito natural, ou seja, da posição puramente humana, em base àquelas premissas ditadas pela própria experiência do homem, pela razão e pelo sentido da sua dignidade. Certamente, a limitação da liberdade religiosa das pessoas e das comunidades não é apenas uma sua dolorosa experiência, mas atinge antes de mais nada a própria dignidade do homem, independentemente da religião professada ou da concepção que elas tenham do mundo. A limitação da liberdade religiosa e a sua violação estão em contraste com a dignidade do homem e com os seus direitos objetivos. O documento conciliar acima referido diz com bastante clareza o que seja tal limitação e violação da liberdade religiosa. Encontramo-nos em tal caso, sem dúvida alguma, perante uma injustiça radical em relação àquilo que é particularmente profundo no homem e em relação àquilo que é autenticamente humano. Com efeito, até mesmo os fenômenos da incredulidade, da a-religiosidade e do ateísmo, como fenômenos humanos, compreendem-se somente em relação com o fenômeno de religião e da fé. É difícil, portanto, mesmo de um ponto de vista puramente humano, aceitar uma posição segundo a qual só o ateísmo tem direito de cidadania na vida pública e social, enquanto os homens crentes, quase por princípio, são apenas tolerados, ou então tratados como cidadãos de segunda categoria, e até mesmo o que já tem sucedido são totalmente privados dos direitos de cidadania.

É necessário, embora com brevidade, tratar também deste tema, porque ele realmente faz parte do complexo das situações do homem no mundo atual, e porque ele também testemunha quanto esta situação está profundamente marcada por preconceitos e por injustiças de vários gêneros. Se me abstenho de entrar em pormenores neste campo precisamente, no qual me assistiria um especial direito e dever para o fazer, isso é sobretudo porque, juntamente com todos aqueles que sofrem os tormentos da discriminação e da perseguição por causa do nome de Deus, sou guiado pela fé na força redentora da cruz de Cristo. Desejo, no entanto, em virtude de meu *múnus*, em nome de todos os homens crentes do mundo inteiro, dirigir-me àqueles de quem, de alguma maneira, depende a organização da vida social e pública, pedindo-lhes ardentemente para respeitarem os direitos da religião e da atividade da Igreja. Não se pede nenhum privilégio, mas o respeito de um direito elementar. A atuação deste direito é um dos fundamentais meios para se verificar o autêntico progresso do homem em todos os regimes, em todas as sociedades e em todos os sistemas ou ambientes".

**FC 30, 46:** "A doutrina da Igreja coloca-se hoje numa situação social e cultural que a torna mais difícil de ser compreendida e ao mesmo tempo mais urgente e insubstituível para promover o verdadeiro bem do homem e da mulher.

De fato, o progresso científico-técnico que o homem contemporâneo amplia continuamente no domínio sobre a natureza, não só desenvolve a esperança de criar uma humanidade nova e melhor, mas gera também uma sempre mais profunda angústia sobre o futuro. Alguns perguntam-se se viver é bom ou se não teria sido melhor nem sequer ter nascido. Duvidam, portanto, da liceidade de chamar outros à vida, que talvez amaldiçoarão a sua existência num mundo cruel, cujos terrores nem sequer são previsíveis. Outros pensam que são os únicos destinatários das vantagens da técnica e excluem os demais, impondo-lhes meios contraceptivos ou técnicos ainda piores. Outros ainda, manietados como estão pela mentalidade consumística e com a única preocupação de um aumento contínuo dos bens materiais, acabam por não chegar a compreender e, portanto, por rejeitar a riqueza espiritual de uma nova vida humana. A razão última destas mentalidades é a ausência de Deus do coração dos homens, cujo amor só por si é mais forte do que todos os possíveis medos do mundo e tem o poder de os vencer.

Nasceu assim uma mentalidade contra a vida (*anti-life mentality*), como emerge de muitas questões atuais: pense se, por exemplo, num certo pânico derivado dos estudos dos ecólogos e dos futurólogos sobre a demografia, que exageram, às vezes, o perigo do incremento demográfico para a qualidade da vida.

Mas a Igreja crê firmemente que a vida humana, mesmo se débil e com sofrimento, é sempre um esplêndido dom do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo que obscurecem o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana sabe descobrir o esplendor daquele "Sim", daquele "Amém" que é o próprio Cristo. Ao "não" que invade e aflige o mundo, contrapõe este "Sim" vivente, defendendo deste modo o homem e o mundo de quantos insidiam e mortificam a vida.

A Igreja é chamada a manifestar novamente a todos, com uma firme e mais clara convicção, a vontade de promover, com todos os meios, e de defender contra todas as insídias a vida humana, em qualquer condição e estado de desenvolvimento em que se encontre.

Por tudo isto, a Igreja condena como ofensa grave à dignidade humana e à justiça todas aquelas atividades dos governos ou de outras autoridades públicas, que tentam limitar por qualquer modo a liberdade dos cônjuges na decisão sobre os filhos. Conseqüentemente, qualquer violência exercida por tais autoridades em favor da contracepção e até da esterilização e do aborto procurado, é absolutamente de condenar e de rejeitar com firmeza. Do mesmo modo é de reprovar como gravemente injusto o fato de nas relações internacionais, a ajuda econômica concedida para a promoção dos povos ser condicionada a programas de contracepção, esterilização e aborto procurado.

**46.** O ideal de uma ação recíproca de auxílio e de desenvolvimento entre a família e a sociedade encontra-se muitas vezes, e em termos bastante graves, com a realidade de uma separação, mais que de uma contraposição.

Com efeito, como continuamente denunciou o Sínodo, a situação que numerosas famílias encontram em diversos países é muito problemática, e até decididamente negativa: instituições e leis que desconhecem

injustamente os direitos invioláveis da família e da mesma pessoa humana, e a sociedade, longe de se colocar ao serviço da família, agride-a com violência nos seus valores e nas suas exigências fundamentais. Assim a família que, segundo o desígnio de Deus, é a célula base da sociedade, sujeito de direitos e deveres antes do Estado e de qualquer outra comunidade, encontra-se como vítima da sociedade, dos atrasos e da lentidão das suas intervenções e ainda mais das suas patentes injustiças.

Por tudo isto a Igreja defende aberta e fortemente os direitos da família contra as intoleráveis usurpações da sociedade e do Estado. De modo particular, os Padres Sinodais recordam, entre outros, os seguintes direitos da família:

- o direito de existir e progredir como família, isto é, o direito de cada homem, mesmo o pobre, a fundar uma família e a ter os meios adequados para a sustentar;
- o direito de exercer as suas responsabilidades no âmbito de transmitir a vida e de educar os filhos;
- o direito à intimidade da vida conjugal e familiar;
- o direito à estabilidade do vínculo e da instituição matrimonial;
- o direito de crer e de professar a própria fé e de a difundir;
- o direito de educar os filhos segundo as próprias tradições e valores religiosos e culturais, com os instrumentos, os meios e as instituições necessárias;
- o direito de obter a segurança física, social, política, econômica, especialmente tratando-se de pobres e de enfermos;
- o direito de ter uma habitação digna a conduzir convenientemente a vida familiar;
- o direito de expressão e representação diante das autoridades públicas, econômicas, sociais e culturais e outras inferiores, quer diretamente quer através de associações;
- o direito de criar associações com outras famílias e instituições, para um desempenho de modo adequado e solícito do próprio dever;
- o direito de proteger os menores de medicamentos prejudiciais, da pornografia, do alcoolismo, etc.; mediante instituições e legislações adequadas;
- o direito à distração honesta que favoreça também os valores da família;
- o direito das pessoas de idade a viver e morrer dignamente;
- o direito de imigrar como família para encontrar vida melhor.

A Santa Sé, acolhendo o pedido explícito do Sínodo, terá o cuidado de aprofundar tais sugestões, elaborando uma "Carta dos direitos da família" a propor aos ambientes e às Autoridades interessadas".

**CA 45:** "A cultura e a práxis do totalitarismo comportam também a negação da Igreja. O Estado, ou então o partido, que pretende poder realizar na história o bem absoluto e se arvora por cima de todos os valores, não pode tolerar que seja afirmado um critério objetivo do bem e do mal, para além da vontade dos governantes, o qual, em determinadas circunstâncias, pode servir para julgar o seu comportamento. Isto explica porquê o totalitarismo procura destruir a Igreja ou, pelo menos, subjugar-la, fazendo-a instrumento do próprio aparelho ideológico.

O Estado totalitário tende, ainda, a absorver em si próprio a Nação, a sociedade, a família, as comunidades religiosas e as próprias pessoas. Defendendo a própria liberdade, a Igreja defende a pessoa, que deve obedecer antes a Deus que aos homens (cf. At 5,29), a família, as diversas organizações sociais e as Nações, realidades essas que gozam de uma específica esfera de autonomia e soberania".

**Nota:81**

"A pastoral da família, longe de ter perdido o seu carácter prioritário, revela-se hoje mais urgente... (JP II, Homilia em Puebla, n. 2; P. 570ss). - É urgente realizar uma ação vasta... destinada a assegurar à família a sua função de ser o lugar primário de humanização da pessoa e da sociedade... (A família) deverá exigir de todos, a começar pelas autoridades públicas, o respeito por aqueles direitos que, salvando a família, salvam a mesma humanidade (CFL, n. 40)."

**Nota:82**

**Puebla, 606ss:** "606. f ) Promover, como parte importante da educação progressiva no amor, a educação sexual, que deve ser oportuna e integral e que fará descobrir a beleza do amor e o valor humano do sexo.

**607. g)** Acompanhar os esposos, para ajudá-los a crescer na fé e aprofundar-se no mistério do matrimônio cristão. Assim, serão ajudados a ser felizes, ensinando-se-lhes a cultivar o amor, a entrar em diálogo, a trocar delicadezas e atenções, a centrar no lar todos os interesses da vida.

**608. h)** Atenda-se, numa atitude pastoral profundamente evangélica e com profundo senso de compreensiva prudência, ao doloroso problema das uniões matrimoniais de fato e das famílias incompletas.

**609. i)** Eduquem-se de preferência os esposos para uma paternidade responsável que os capacite não só para uma honesta regulação da fecundidade e para incrementar o gozo de sua complementariedade, mas também para fazer deles bons formadores de seus filhos.

**610. j)** Frente às campanhas antinatalistas, de origem governamental ou promovidas por outros países, proporcionem-se às famílias conhecimentos suficientes sobre os múltiplos efeitos negativos das técnicas imperantes nas filosofias neomaltusianas e proceda-se à aplicação integral das normas éticas clara e repetidamente enunciadas pelo magistério.

**611.** Para conseguir uma honesta regulação da fecundidade, requer-se promover a existência de centros onde se ensinem cientificamente os métodos naturais, por meio de pessoal qualificado. Esta alternativa humanista evita os inconvenientes éticos e sociais da anticoncepção e da esterilização, que foram, historicamente passos prévios à legalização do aborto.

**612.** A pastoral do respeito ao direito básico à vida não deve ser circunscrita ao crime abominável do aborto, mas estender-se à defesa da integridade e saúde nos demais períodos e circunstâncias da existência humana.

**613. l)** Siga-se fielmente esta recomendação: "Em defesa da família... a Igreja se compromete a prestar sua ajuda e convida os governos a que estabeleçam como ponto-chave de sua ação uma política sócio familiar inteligente, audaz, perseverante, reconhecendo que nisto se cifra indubitavelmente o porvir a esperança do Continente" (João Paulo II, Homilia Puebla, 3AAS, LXXI, p.185).

**614. m)** Tanto nos seminários como nos institutos religiosos e outros centros, ministrar uma suficiente formação em pastoral familiar e, posteriormente, na formação permanente dos sacerdotes e demais agentes da evangelização.

**615.** n) Promovam-se e consolidem-se os movimentos e outras formas do apostolado familiar, respeitando seus próprios carismas dentro da pastoral de conjunto.

**616.** o) Para assegurar o bom êxito dessas linhas de ação, criem-se ou dinamizem-se centros de coordenação diocesana, nacional e latino-americana, para a pastoral familiar, com participação dos pais de família”.

**CNBB, Em Favor d a família, Doc. 3, n. 48-57:** “48. A Igreja e, em particular, seus movimentos leigos na área familiar, empenhar-se-ão na elaboração de uma pastoral familiar realmente eficaz, concreta e objetiva, que ajude a construir a indissolubilidade, através do amadurecimento do vínculo conjugal e da superação ou neutralização das causas de desagregação familiar. Os programas devem tender a oferecer à família os meios para que ela seja uma comunidade realmente personalizante, pela formação e promoção daqueles que a integram, e possa desempenhar sua missão de evangelizadora e de promotora de um desenvolvimento humano e integral.

**49.** Inicialmente, é urgente a elaboração de uma ação pastoral eficiente de educação para o amor, que deve começar nas famílias, nas atividades catequéticas orientadas para as crianças e pré-adolescentes, nos programas de formação de jovens e adolescentes realizados por movimentos especializados nessas áreas.

**50.** Os cursos de preparação ao casamento, se bem realizados, podem se constituir em preparação imediata extremamente eficaz, por encontrarem terreno particularmente fértil e receptivo, nessa fase pré-matrimonial. Mas a realização destes cursos não deve fazer esquecer a necessidade de uma preparação remota, que deverá ser ministrada através dos movimentos de jovens, nas aulas de religião dos últimos anos do curso, e em outras ocasiões, dentro de uma visão vocacional.

**51.** Programas concretos de apoio à família deverão ser desenvolvidos, de modo especial, logo após o casamento.

Para tanto, deverão ser aproveitadas todas as oportunidades naturais de encontro da Igreja com as famílias que dela se aproximam. Oportunidade válida e adequada para tanto deveriam ser os encontros realizados com pais e padrinhos de crianças que vão se batizar.

As atividades catequéticas paroquiais costumam incluir contatos sistemáticos com os pais. É esta uma oportunidade insubstituível para o aprofundamento do estudo das realidades da família para que enfrentem, com maiores possibilidades de êxito, as causas da desagregação familiar.

Tais encontros se prestam a debates sérios sobre os problemas familiares; ao desenvolvimento do espírito crítico que prepare a família para a sua função de síntese das influências externas; à melhor compreensão dos pais em relação às funções essenciais da família num mundo em transformação, especialmente as funções afetivas e formadoras de pessoas; à coerência entre a fé que procuram transmitir aos filhos e os compromissos éticos que a fé supõe.

**52.** Outras oportunidades de contato deverão ser incentivadas, através da realização de encontros de casais, cursos, ciclos de debates, com recursos a técnicas modernas de comunicação, que motivem a participação ativa das famílias num processo de crescimento e maturação com abertura crescente para a realidade social em que estão mergulhadas.

**53.** Uma pastoral que se dirigisse somente às famílias consideradas cristãs, marcadas pelo vínculo sacramental, seria uma pastoral imperfeita, desvinculada da realidade.

Grande número de famílias brasileiras não podem ser consideradas “famílias-cristãs”, no sentido estrito da expressão, mas grupos familiares nem sempre completos, aos quais faltam muitas vezes o vínculo jurídico ou sacramental. São grupos que preenchem os requisitos oficiais necessários, mas lhes falta o amor como base do inter-relacionamento pessoal .

Todas essas famílias, quaisquer que sejam suas imperfeições e deficiências, deverão ser atingidas pela ação pastoral da Igreja, levando-se em conta carências, limitações e necessidades.

**54.** Um dos recursos para que sejam atingidas todas as famílias será a presença atuante da Igreja e seus agentes de pastoral, nos meios de comunicação social, especialmente na TV, no rádio e no cinema.

**55.** Por outro lado, devem ser incentivados e apoiados os institutos familiares e centros de orientação, dedicados ao aconselhamento conjugal e familiar, e a terapia psicológica, nos casos que o exijam.

**56.** A complexidade da vida moderna e a diversidade de pressões internas e externas a que está sujeita a família, gerando tensões, torna cada vez mais necessária esta forma de apoio.

**57.** Quanto aos recursos humanos, sempre escassos, cabe à Igreja e, em particular, aos seus movimentos familiares leigos, descobrir novas formas de engajamento apostólico, através da compreensão crescente, por todos os cristãos, de que a fé supõe o compromisso com a justiça e o amor ao próximo, que se consubstancia pelo serviço.”

**Nota:83**

**CNBB, Por uma nova ordem constitucional, Doc. 36, n. 139-140:** “139. O ensino religioso, entendido como educação religiosa e parte integrante da educação, é direito de todo cidadão e será garantido pelo Estado nas escolas.

**140.** A escola deve tornar possível o ensino religioso escolar de acordo com a confissão religiosa dos pais e dos alunos.

- Constitui tal ensino disciplina dos horários normais das escolas oficiais de 1º e 2º grau dos cursos supletivos.

- O credenciamento dos professores de ensino religioso deverá ser feito pela autoridade religiosa respectiva, escolhidos preferentemente os professores, entre os da rede oficial de ensino”.

**Nota:84**

João Paulo II, 05/03/81; cf. João Paulo II, 15/04/91; cf. Paulo VI 31/05/1969: “O ensino religioso é próprio da escola em geral, desde que esta pretenda formar o homem nas suas dimensões fundamentais entre as quais se encontra a dimensão religiosa... O ensino da religião, distinto da catequese propriamente dita e a ela complementar, deveria ser ministrado em todas as escolas”. (LC, n. 56; cf. CT, n. 66).

**Nota:85**

O Ensino Religioso Escolar, in Dimensão Religiosa da Educação... Congregação para a Educação Católica, 07/04/1988, n. 70; cf. ibid. nn. 66-73.

**Nota:86**

**Educação no Brasil, uma urgência.** Constituição Brasileira, 1988, Art. 213, I.



**UC 37:** “No serviço à sociedade, o interlocutor privilegiado será naturalmente o mundo acadêmico, cultural e científico da região em que atual a universidade católica. São de se encorajar formas originais de diálogo e de colaboração entre as universidades católicas e as outras universidades da nação, em favor do desenvolvimento, da compreensão entre as culturas, da defesa da natureza, com uma consciência ecológica internacional.

Em união com as outras instituições privadas e públicas, as universidades católicas servem, mediante a educação superior e a investigação, o interesse comum; representam um entre os vários tipos de instituições necessárias para a livre expressão da diversidade cultural, e empenham-se em promover o sentido da solidariedade, na sociedade e no mundo. Portanto, elas têm todo o direito a esperar, da parte da sociedade civil e das autoridades públicas, o reconhecimento e a defesa de sua autonomia institucional e de sua liberdade acadêmica. Além disso, têm o mesmo direito, no que diz respeito ao sustentamento econômico, necessário para que a existência e o desenvolvimento das mesmas sejam assegurados”.

**CNBB,** Por uma nova ordem constitucional, Doc. 36, n.136: “Esse direito implica na liberdade que cabe aos pais ou responsáveis de escolherem a escola que mais se coaduna com seus princípios religiosos e valores de vida. Para que esse direito seja eficaz, é preciso:

- que seja reconhecido o direito de as comunidades e grupos culturais organizarem escolas próprias, em todos os níveis, a partir de seus valores e sua concepção de vida dentro das exigências da lei;
- que o acesso a estas escolas seja possível, nas mesmas condições que o acesso às escolas instituídas pelo Estado;
- que os recursos públicos destinados à sustentação destas escolas sejam suficientes e sua aplicação verificável pela comunidade e pelo Estado;
- que a sociedade tenha o controle da qualidade do ensino e dos princípios morais da escola”.

#### **Nota:87**

A Congregação para a Educação Católica fala da necessidade de compor a legítima defesa dos próprios interesses e a generosidade de quem contribui para a construção e renovação da sociedade e para evangelização do mundo (LC, 1982, n. 37).

**GE 8:** “A escola católica constitui uma marca da Igreja no setor da educação. Seu objetivo, como o das outras escolas, é de ordem cultural e pedagógica. Visa à formação humana dos jovens. O que têm de próprio é que busca criar um ambiente escolar caracterizado pelo espírito evangélico de liberdade e de amor para ajudar os educandos a crescerem juntos, desenvolvendo a própria personalidade em continuidade com a nova criatura que são, pelo batismo, e a colocarem toda a cultura humana na perspectiva do anúncio da salvação, a fim de que o conhecimento que vão adquirindo do mundo, da vida e do ser humano seja iluminado pela fé. A escola católica deve pois evoluir de acordo com seu tempo. Só assim poderá preparar seus alunos para cumprir seu papel na sociedade, a serviço do reino de Deus, de tal sorte que, pelo exercício exemplar da vida apostólica se tornem fermento salutar na comunidade humana em desenvolvimento.

Grande, portanto, é a importância da escola católica nos dias de hoje. Contribui decisivamente para o cumprimento da missão do povo de Deus e para o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, em benefício de ambas. Por isso o concílio reafirma o direito da Igreja de fundar escolas de todos os níveis, como já foi abundantemente declarado em inúmeros documentos do magistério. Lembra que este direito se funda no exercício da liberdade de consciência, no direito dos pais e na contribuição que a Igreja sempre deu para o desenvolvimento da cultura.

Lembrem-se os professores de que, para alcançar seus objetivos e pôr em prática seus propósitos, a escola católica depende principalmente deles. Sejam, por conseguinte, preparados com todo cuidado. Adquiram o necessário saber tanto nas matérias profanas como nas religiosas, obtendo os respectivos títulos acadêmicos. Sejam devidamente iniciados na pedagogia moderna. Amando-se uns aos outros e aos alunos, imbuídos do espírito apostólico, dêem testemunho de Jesus Cristo, único mestre, tanto pela vida como pela doutrina. Trabalhem em colaboração com os pais. Adotem juntamente com eles a atitude pedagógica que melhor convém aos alunos, de acordo com a idade, o sexo, as exigências da vida familiar e social. Procurem despertar a participação pessoal dos alunos e, além de seguir o currículo escolar, acompanhem-nos com conselhos, manifestação de carinho e amizade, criando associações de jovens e levando-os a adquirirem um verdadeiro espírito eclesial. O trabalho dos professores é um apostolado, ao mesmo tempo que é um serviço utilíssimo prestado à sociedade. O concílio o declara especialmente necessário na nossa época, e até indispensável. Lembra aos pais católicos o dever de sustentarem a escola católica, confiarem-lhe seus filhos, na medida do possível, colaborando assim para o seu bem”.

**Puebla 1042:** “Promover o educador cristão, especialmente o leigo, para que assuma a sua pertença e posição na Igreja, como chamado a participar da sua missão evangelizadora no campo da educação”.

**CNBB, Doc. 36, 134:** “O direito de todos a uma educação de igual qualidade deverá ser garantido na Constituição, através de:

- determinação de obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todos, comprometendo-se o Estado a oferecer as condições e os meios necessários para isto;
- fixação do percentual mínimo do orçamento federal, estadual e municipal a ser destinado à educação escolar;
- garantia de salário profissional condigno para aqueles que exercem funções nos vários níveis e sistemas de escola: federal, estadual e municipal e em outras atividades educacionais;
- constante aperfeiçoamento do professorado, sobretudo nos níveis inferiores; contratação ou nomeação de professores feita tendo em vista o interesse legítimo da educação, isenta portanto de influências político-partidárias”.

#### **Nota:88**

Uma atitude profissional é essencial para guardes vossos alunos ...na aventura do estudo (João Paulo II, 28/01/89, in Oss. Rom. 19/02/89).

**GE 8:** “A escola católica constitui uma marca da Igreja no setor da educação. Seu objetivo, como o das outras escolas, é de ordem cultural e pedagógica. Visa à formação humana dos jovens. O que têm de próprio é que busca criar um ambiente escolar caracterizado pelo espírito evangélico de liberdade e de amor para ajudar os educandos a crescerem juntos, desenvolvendo a própria personalidade em continuidade com a nova criatura que são, pelo batismo, e a colocarem toda a cultura humana na perspectiva do anúncio da salvação, a fim de que o conhecimento que vão adquirindo do mundo, da vida e do ser humano seja iluminado pela fé. A escola

católica deve pois evoluir de acordo com seu tempo. Só assim poderá preparar seus alunos para cumprir seu papel na sociedade, a serviço do reino de Deus, de tal sorte que, pelo exercício exemplar da vida apostólica se tornem fermento salutar na comunidade humana em desenvolvimento.

Grande, portanto, é a importância da escola católica nos dias de hoje. Contribui decisivamente para o cumprimento da missão do povo de Deus e para o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, em benefício de ambas. Por isso o concílio reafirma o direito da Igreja de fundar escolas de todos os níveis, como já foi abundantemente declarado em inúmeros documentos do magistério. Lembra que este direito se funda no exercício da liberdade de consciência, no direito dos pais e na contribuição que a Igreja sempre deu para o desenvolvimento da cultura.

Lembrem-se os professores de que, para alcançar seus objetivos e pôr em prática seus propósitos, a escola católica depende principalmente deles. Sejam, por conseguinte, preparados com todo cuidado. Adquiram o necessário saber tanto nas matérias profanas como nas religiosas, obtendo os respectivos títulos acadêmicos. Sejam devidamente iniciados na pedagogia moderna. Amando-se uns aos outros e aos alunos, imbuídos do espírito apostólico, dêem testemunho de Jesus Cristo, único mestre, tanto pela vida como pela doutrina. Trabalhem em colaboração com os pais. Adotem juntamente com eles a atitude pedagógica que melhor convém aos alunos, de acordo com a idade, o sexo, as exigências da vida familiar e social. Procurem despertar a participação pessoal dos alunos e, além de seguir o currículo escolar, acompanhem-nos com conselhos, manifestação de carinho e amizade, criando associações de jovens e levando-os a adquirirem um verdadeiro espírito eclesial. O trabalho dos professores é um apostolado, ao mesmo tempo que é um serviço utilíssimo prestado à sociedade. O concílio o declara especialmente necessário na nossa época, e até indispensável. Lembra aos pais católicos o dever de sustentarem a escola católica, confiarem-lhe seus filhos, na medida do possível, colaborando assim para o seu bem”.

**UC 22:** “Os professores universitários esforçam-se sempre por melhorar a própria competência e por enquadrar o conteúdo, os objetivos, os métodos e os resultados da investigação de cada disciplina, no contexto de uma coerente visão do mundo. Os professores cristãos são chamados a ser testemunhas e educadores de uma autêntica vida cristã, a qual manifeste a integração conseguida entre fé e cultura, entre competência profissional e sabedoria cristã. Todos os professores devem inspirar-se nos ideais acadêmicos e nos princípios de uma vida autenticamente humana”.

**Nota:89**

... o chamado da Igreja a estar presentes, guiados pela coragem e pela criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são a educação, Escola e Universidade (CFL, 479). O testemunho de uma vida empenhada na educação abrirá os vossos alunos... ao dom do serviço. (João Paulo II, 29/01/89. Cf. LC, nn. 29-33).

**CfL 44:** “O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da criação e transmissão da cultura, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. À luz do Concílio, entendemos por cultura todos aqueles meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história. Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do Evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula a ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a litúrgia, educa o homem para a liberdade interior.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação Evangelii nuntiandi de Paulo VI: A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes a cultura e as culturas do homem... A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas.

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos instrumentos da comunicação social. Também o mundo dos mass-media, na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva”.

**Nota:90**

**Puebla, 1040:** “Reafirmar eficazmente, sem esquecer outras responsabilidades da Igreja no campo educacional, a importância da escola católica em todos os níveis, favorecendo sua democratização e transformando-a, conforme as orientações do Documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, em:

- Instância efetiva de assimilação crítica, sistemática e integradora do saber e da cultura geral.
- Lugar mais apto para o diálogo entre a fé e a ciência.
- Ambiente privilegiado que favoreça e estimule o crescimento na fé, coisa que não depende só dos cursos de religião programados.
- Alternativa válida para o pluralismo educacional”.

**Nota:91**

Vosso difícil trabalho quotidiano, cada vez mais importante, urgente e necessário para a causa da evangelização, para o futuro da cultura e das culturas... (UC, Conclusão; GE, 5ss; EC, 9, 15...). Puebla, 1040: ... reafirma... a importância da escola católica em todos os níveis, favorecendo sua democratização...

**UC, Conclusão:** “... Caríssimos Irmãos, meu encorajamento e minha confiança vos acompanham em vosso difícil trabalho cotidiano, cada vez mais importante, urgente e necessário para a causa da evangelização, para o futuro da cultura e das culturas. A Igreja e o mundo tem grande necessidade de vosso testemunho e de vosso contributo, competente, livre e responsável”.

**GE 5ss:** “5. Dentre todos os recursos educativos a escola ocupa o primeiro lugar. Em virtude de sua missão, exercita de maneira assídua as facultades intelectuais, desenvolve a capacidade crítica, introduz no patrimônio cultural das gerações passadas, promove a sensibilidade para com os valores, prepara para a vida profissional, cria um convívio amigo e aproxima uns dos outros alunos de diversas índoles e condições, favorece o desenvolvimento da compreensão recíproca entre as pessoas. A escola constitui ainda uma espécie de centro de cujas atividades participam, com proveito de todos, famílias, professores, diversas associações de caráter cívico, cultural e religioso, a sociedade civil e, a seu modo, toda a comunidade humana.

Bela e de grande importância é a vocação daqueles que auxiliam os pais no cumprimento de sua missão e, em nome da comunidade humana, assumem a função de educar, na escola. É uma vocação que reclama especiais qualidades de espírito e de coração, diligente preparação, constante renovação e uma grande capacidade de adaptação.

**6.** O direito e o dever de educar cabe, em primeiro lugar, aos pais. Devem, portanto, poder escolher com toda a liberdade, a escola de seus filhos. Na sua função de proteger e defender a liberdade dos cidadãos, o poder público, deve tornar esta escolha efetivamente possível. Deve subsidiar a educação, na observância estrita da justiça distributiva.

Além disso, compete ao Estado proporcionar os meios para que todos os cidadãos tenham acesso aos bens culturais e sejam devidamente instruídos e formados para o exercício dos direitos e dos deveres civis. Daí o direito do Estado de estabelecer que as crianças recebam uma educação escolar adequada, preocupar-se com a devida capacitação dos mestres e sua formação acadêmica, cuidar da saúde infantil, enfim, promover a educação no seu conjunto, tendo presente o princípio da subsidiariedade, sem cair no monopólio escolar que feriria os direitos da pessoa e seria contrário ao desenvolvimento e divulgação da cultura, à paz entre os cidadãos e ao pluralismo que vigora hoje em inúmeras sociedades.

O concílio exorta os fiéis a prosseguirem seu trabalho nas pesquisas pedagógicas, na formação de professores e em tudo que diga respeito à educação, como na promoção de associações de pais, no ensino em geral e, particularmente, no que diz respeito à formação moral.

**7.** No cumprimento de seu dever, é preciso que a Igreja dê especial atenção e apoio à educação moral e religiosa dos que frequentam escolas não-católicas. Vão neste sentido o testemunho de vida dos que nelas ensinam e a atividade apostólica dos colegas cristãos. Mas é sobretudo de primordial importância o ensino da doutrina da salvação, feito por sacerdotes ou leigos. Deve-se levar em conta a idade dos alunos e as circunstâncias em que é ministrado. Tomem-se as iniciativas que forem necessárias para que esse ensino venha a constituir, para os alunos, um autêntico auxílio espiritual.

O concílio lembra aos pais o grave dever de se organizarem de maneira a exigir que seus filhos usufruam desse ensino, para se desenvolverem cristãmente em harmonia com o progresso nos conhecimentos profanos. Por sua vez a Igreja louva as autoridades civis e as sociedades que, diante do pluralismo atual, respeitando a liberdade religiosa, ajudam as famílias a educarem moral e religiosamente seus filhos segundo seus próprios princípios, qualquer que seja a escola.

**8.** A escola católica constitui uma marca da Igreja no setor da educação. Seu objetivo, como o das outras escolas, é de ordem cultural e pedagógica. Visa à formação humana dos jovens. O que têm de próprio é que busca criar um ambiente escolar caracterizado pelo espírito evangélico de liberdade e de amor para ajudar os educandos a crescerem juntos, desenvolvendo a própria personalidade em continuidade com a nova criatura que são, pelo batismo, e a colocarem toda a cultura humana na perspectiva do anúncio da salvação, a fim de que o conhecimento que vão adquirindo do mundo, da vida e do ser humano seja iluminado pela fé. A escola católica deve pois evoluir de acordo com seu tempo. Só assim poderá preparar seus alunos para cumprir seu

papel na sociedade, a serviço do reino de Deus, de tal sorte que, pelo exercício exemplar da vida apostólica se tornem fermento salutar na comunidade humana em desenvolvimento.

Grande, portanto, é a importância da escola católica nos dias de hoje. Contribui decisivamente para o cumprimento da missão do povo de Deus e para o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, em benefício de ambas. Por isso o concílio reafirma o direito da Igreja de fundar escolas de todos os níveis, como já foi abundantemente declarado em inúmeros documentos do magistério. Lembra que este direito se funda no exercício da liberdade de consciência, no direito dos pais e na contribuição que a Igreja sempre deu para o desenvolvimento da cultura.

Lembrem-se os professores de que, para alcançar seus objetivos e pôr em prática seus propósitos, a escola católica depende principalmente deles. Sejam, por conseguinte, preparados com todo cuidado. Adquiram o necessário saber tanto nas matérias profanas como nas religiosas, obtendo os respectivos títulos acadêmicos. Sejam devidamente iniciados na pedagogia moderna. Amando-se uns aos outros e aos alunos, imbuídos do espírito apostólico, dêem testemunho de Jesus Cristo, único mestre, tanto pela vida como pela doutrina. Trabalhem em colaboração com os pais. Adotem juntamente com eles a atitude pedagógica que melhor convém aos alunos, de acordo com a idade, o sexo, as exigências da vida familiar e social. Procurem despertar a participação pessoal dos alunos e, além de seguir o currículo escolar, acompanhem-nos com conselhos, manifestação de carinho e amizade, criando associações de jovens e levando-os a adquirirem um verdadeiro espírito eclesial. O trabalho dos professores é um apostolado, ao mesmo tempo que é um serviço utilíssimo prestado à sociedade. O concílio o declara especialmente necessário na nossa época, e até indispensável. Lembra aos pais católicos o dever de sustentarem a escola católica, confiarem-lhe seus filhos, na medida do possível, colaborando assim para o seu bem.

**9.** Todas as escolas que dependem da Igreja devem refletir esse conceito de escola católica, embora assumam formas muito diversas, de acordo com situações locais de cada país ou região. A Igreja tem em grande conta as escolas católicas em território não cristão, freqüentadas por alunos não-católicos.

Além disso, na fundação e organização das escolas católicas, deve-se levar em conta as exigências pedagógicas mais modernas. Conservem-se as escolas de grau inferior ou médio, de ensino fundamental, mas se abram igualmente escolas técnicas, como necessárias nos dias de hoje para a formação profissional; cursos de alfabetização de adultos, escolas com objetivo social, de educação de deficientes físicos e, finalmente, escolas normais, em que se preparam professores tanto para a educação religiosa como para o ensino de outras disciplinas.

O concílio exorta os pastores e todos os fiéis a não medirem sacrifícios para ajudar as escolas católicas, a fim de que cumpram sempre melhor seu papel, especialmente em favor dos pobres, das famílias privadas de auxílio material ou de apoio afetivo e, finalmente, em favor dos que ainda não receberam o dom da fé.

**10.** Pelas mesmas razões, a Igreja cuida das escolas superiores, faculdades e universidades. No que dela depende, procura organizar o ensino de acordo com os princípios próprios de cada disciplina, seu método e a liberdade de que deve gozar para investigar no seu campo, em vista do desenvolvimento do saber, do avanço nas questões novas e do aprofundamento das pesquisas, seguindo os passos dos doutores da Igreja, especialmente de Tomás de Aquino, o que permitirá ver melhor de que modo a fé e a ciência caminham na mesma direção. Desse modo o pensamento cristão estará universalmente presente de maneira pública e estável nos meios em que se promove a cultura e as universidades católicas formarão pessoas intelectualmente capazes de assumir os mais altos encargos na sociedade e dar ao mundo o testemunho da fé.

Nas universidades católicas em que não há faculdade de Teologia, funde-se um instituto ou departamento de Teologia, para seu ensino de maneira adaptada aos leigos. Como a ciência progride sobretudo por intermédio da pesquisa, esta deve ser privilegiada nas universidades e faculdades católicas.

O concílio recomenda que as universidades e faculdades católicas se distribuam convenientemente pelas diversas regiões do planeta e venham a se tornar ilustres, não pelo número, mas pela qualidade do ensino e da pesquisa. Facilitem a admissão dos alunos de maior futuro e dos mais pobres, especialmente vindos das nações mais recentes.

O futuro da sociedade e da própria Igreja depende dos jovens que prosseguem os estudos superiores. Por isso os pastores devem cuidar da vida espiritual não só dos alunos que freqüentam as universidades católicas, como de todos os jovens. Associem-se os bispos uns aos outros para criar pensionatos e centros universitários católicos em todas as universidades, mesmo não católicas, em que trabalhem sacerdotes, religiosos e leigos especialmente escolhidos e preparados para dar uma assistência espiritual e intelectual permanente à juventude universitária. Os jovens mais capazes, qualquer que seja a universidade a que pertençam, devem merecer especial atenção, ser orientados para o ensino e para a pesquisa e promovidos ao magistério.

**11.** A Igreja tem muito a ver com a atividade das faculdades em que se ensinam as ciências sagradas. Desempenham o importante papel de preparar os alunos não só para o ministério sacerdotal, mas, principalmente, para o exercício do magistério nos estudos eclesiásticos, o desenvolvimento das disciplinas sagradas e as duras funções apostólicas a serem exercidas nos meios intelectuais. Essas faculdades devem promover a pesquisa em torno dos grandes problemas de sua área, para que se compreenda cada vez melhor a revelação, desenvolva-se o patrimônio da sabedoria cristã herdada dos antigos, promova-se o diálogo com os irmãos separados e com os membros de outras religiões e se respondam às questões levantadas pelo progresso do saber.

As faculdades eclesiásticas, fiéis à legislação que as regulamenta, e que deve ser oportunamente revista, promovam com empenho as ciências sagradas, recorrendo aos métodos e recursos mais recentes para desenvolver a pesquisa de maneira cada vez mais profunda e ampla.

**12.** A cooperação, que se torna cada dia mais necessária e intensa nas esferas diocesana, nacional e internacional, é especialmente indispensável no que diz respeito à educação. Envidam-se todos os esforços para favorecer a coordenação entre as escolas católicas, encontrando formas de cooperação que beneficiem o conjunto da comunidade humana.

A coordenação entre os institutos acadêmicos alcança extraordinários resultados. Nas universidades, pois, as faculdades se auxiliem mutuamente. As próprias universidades se dêem as mãos, promovendo sessões internacionais, distribuindo entre si pesquisas científicas, comunicando descobertas e intercambiando professores, tudo para facilitar a cooperação entre elas".

**Puebla, 1040:** “Reafirmar eficazmente, sem esquecer outras responsabilidades da Igreja no campo educacional, a importância da escola católica em todos os níveis, favorecendo sua democratização e transformando-a, conforme as orientações do Documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, em:

- Instância efetiva de assimilação crítica, sistemática e integradora do saber e da cultura geral.
- Lugar mais apto para o diálogo entre a fé e a ciência.
- Ambiente privilegiado que favoreça e estimule o crescimento na fé, coisa que não depende só dos cursos de religião programados.
- Alternativa válida para o pluralismo educacional”.

**Nota:92**

**UC 10:** “Além das universidades católicas, dirijo-me também às numerosas instituições católicas de estudos superiores. Segundo a sua natureza e as próprias finalidades, elas têm em comum algumas ou todas as características de uma universidade e oferecem um contributo próprio à Igreja e à sociedade, quer mediante a investigação, quer mediante a educação ou preparação profissional. Embora este documento refira-se, especificamente, à universidade católica, ele entende atingir todas as instituições católicas de ensino superior, empenhadas a imprimir a mensagem do Evangelho de Cristo nos espíritos e nas culturas.

É, portanto, com grande confiança e esperança que convido todas as universidades católicas a continuarem sua missão insubstituível, que aparece, cada vez mais necessária, para o encontro da Igreja com o progresso das ciências e com as culturas do nosso tempo.

Juntamente com todos os irmãos bispos que partilham comigo o encargo pastoral, desejo comunicar-vos a profunda convicção de que a universidade católica é, sem dúvida alguma, um dos melhores instrumentos que a Igreja oferece à nossa época, em busca de certeza e de sabedoria. Tendo a missão de levar a Boa-nova a todos os homens, a Igreja nunca deve deixar de interessar-se por essa instituição. Com efeito, as universidades católicas, mediante a investigação e o ensino, ajudam-na a encontrar, de maneira adequada aos tempos modernos, os tesouros antigos e novos da cultura, nova et vetera, segundo a palavra de Jesus”.

**Nota:93**

**GE 10:** “Pelas mesmas razões, a Igreja cuida das escolas superiores, faculdades e universidades. No que dela depende, procura organizar o ensino de acordo com os princípios próprios de cada disciplina, seu método e a liberdade de que deve gozar para investigar no seu campo, em vista do desenvolvimento do saber, do avanço nas questões novas e do aprofundamento das pesquisas, seguindo os passos dos doutores da Igreja, especialmente de Tomás de Aquino, o que permitirá ver melhor de que modo a fé e a ciência caminham na mesma direção. Desse modo o pensamento cristão estará universalmente presente de maneira pública e estável nos meios em que se promove a cultura e as universidades católicas formarão pessoas intelectualmente capazes de assumir os mais altos encargos na sociedade e dar ao mundo o testemunho da fé.

Nas universidades católicas em que não há faculdade de Teologia, funde-se um instituto ou departamento de Teologia, para seu ensino de maneira adaptada aos leigos. Como a ciência progride sobretudo por intermédio da pesquisa, esta deve ser privilegiada nas universidades e faculdades católicas.

O concílio recomenda que as universidades e faculdades católicas se distribuam convenientemente pelas diversas regiões do planeta e venham a se tornar ilustres, não pelo número, mas pela qualidade do ensino e da pesquisa. Facilitem a admissão dos alunos de maior futuro e dos mais pobres, especialmente vindos das nações mais recentes.

O futuro da sociedade e da própria Igreja depende dos jovens que prosseguem os estudos superiores. Por isso os pastores devem cuidar da vida espiritual não só dos alunos que freqüentam as universidades católicas, como de todos os jovens. Associe-se os bispos uns aos outros para criar pensionatos e centros universitários católicos em todas as universidades, mesmo não católicas, em que trabalhem sacerdotes, religiosos e leigos especialmente escolhidos e preparados para dar uma assistência espiritual e intelectual permanente à juventude universitária. Os jovens mais capazes, qualquer que seja a universidade a que pertençam, devem merecer especial atenção, ser orientados para o ensino e para a pesquisa e promovidos ao magistério”.

**UC 3ss:** “3. Desde o início do pontificado, empenhei-me em comunicar essa idéia e esses sentimentos aos meus mais chegados colaboradores os cardeais -, com a Congregação para a Educação Católica, bem como as mulheres e os homens de cultura de todo o mundo. Com efeito, o diálogo da Igreja com as culturas do nosso tempo é o setor vital no qual joga-se o destino da Igreja e do mundo, neste final do século XX. Não existe senão uma cultura: a do homem, que provém do homem e é para o homem. E a Igreja, perita em humanidade, segundo a expressão de meu predecessor, Paulo VI na ONU, investiga, graças às suas universidades católicas e ao seu patrimônio humanístico e científico, os mistérios do homem e do mundo, esclarecendo-os, à luz que a Revelação lhe dá.

**4.** É uma honra e uma responsabilidade da universidade católica consagrar-se, sem reservas, à causa da verdade. Esta é sua maneira de servir, ao mesmo tempo, a dignidade do homem e a causa da Igreja, a qual tem a íntima convicção de que a verdade é a sua verdadeira aliada... e de que o conhecimento e a razão são ministros fiéis da fé. Sem, de modo algum, desprezar a aquisição de conhecimento”.

**Puebla, 1051ss:** “1051. Observou-se nos últimos dez anos uma enorme demanda de ensino superior, com o ingresso em massa dos jovens latino-americanos nas universidades, motivado em grande parte pelo acelerado desenvolvimento de nossos países. Tal fato fez surgir o grave problema da incapacidade do sistema educativo e social para poder satisfazer a todas as demandas; esta incapacidade deixa frustrados a milhares de jovens, porque muitos não entram na universidade, e porque muitos que delas saem não encontram emprego.

**1052.** A secularização da cultura e os progressos da tecnologia e dos estudos antropológicos e sociais levantam uma série de interrogações a respeito do homem, de Deus e do mundo. Isto causa confrontações entre ciência e fé, entre a técnica e o homem, de modo especial para os crentes.

**1053.** As ideologias em voga sabem que as universidades são um campo propício para sua infiltração e para conseguir o domínio da cultura e da sociedade.

**1054.** A universidade deve formar verdadeiros líderes, construtores duma nova sociedade, e isto implica, por parte da Igreja, dar a conhecer a mensagem do Evangelho neste meio e fazê-lo com eficácia, respeitando a liberdade acadêmica, inspirando-lhe a função criativa, tornando-se presente à educação política e social de seus membros, iluminando a pesquisa científica.



**1055.** Segue-se daí a atenção que todos devemos dar ao ambiente intelectual e universitário. Pode-se afirmar que se trata duma opção-chave capital e funcional da evangelização, pois do contrário perder-se-ia uma posição decisiva para iluminar as mudanças de estruturas.

**1056.** Como os resultados não se podem medir a curto prazo, poderia ficar-nos a impressão de fracasso e ineficiência. Contudo, isto não deve diminuir a esperança e o empenho dos cristãos que trabalham no campo universitário, pois apesar das dificuldades, eles estão colaborando na missão evangelizadora da Igreja.

**1057.** Importante é a evangelização do mundo universitário (professores, pesquisadores e estudantes) mediante contatos e serviços de animação pastoral oportunos em instituições não eclesiais de educação superior.

**1058.** Deve-se insistir mui especialmente em que a universidade católica, vanguardeira da mensagem cristã no mundo universitário é chamada a prestar um serviço relevante à Igreja e à sociedade.

**1059.** Num mundo pluralista, não lhe é fácil manter a própria identidade. Ela cumprirá sua função, enquanto católica, descobrindo "o seu significado último e profundo em Cristo, na sua mensagem salvífica que abarca o homem em sua totalidade" (João Paulo II, *Alocução Universitários 2AAS*, LXXI, p.236). Enquanto universidade, procurará sobressair pela honestidade científica, pelo compromisso com a verdade, pela preparação de profissionais competentes para o mundo do trabalho e pela pesquisa de soluções para os problemas mais angustiantes da América Latina.

**1060.** Sua missão educadora primordial será promover uma cultura integral capaz de formar pessoas que sobressaiam pelos profundos conhecimentos científicos e humanísticos; pelo "testemunho de fé perante o mundo" (GE 10); pela prática sincera da moral cristã e pelo compromisso na criação duma nova América Latina mais justa e fraterna. Desta forma, contribuirá ativa e eficazmente para a criação e renovação da nossa cultura, transformada pela força do Evangelho, na qual o nacional, o humano e o cristão consigam harmonizar-se da melhor maneira.

**1061.** Além do diálogo das diversas disciplinas entre si e especialmente com a teologia, da pesquisa da verdade como empresa comum entre professores e estudantes, da integração e participação de todos na vida e ocupações universitárias, cada qual segundo a própria competência, deve a mesma universidade católica ser um exemplo de cristianismo vivo e operante. Em seu âmbito, todos os membros dos diversos níveis mesmo aqueles que, embora não sejam católicos, aceitam e respeitam esses ideais devem formar uma "família universitária" (João Paulo II, *Alocução Universitários 3 AAS*, LXXI, p. 237).

**1062.** Nesta missão de serviço, a universidade católica deverá viver em contínua auto-análise e tornar sua estrutura operacional flexível para responder ao desafio da própria região ou nação, mediante a oferta de breves cursos especializados, educação continuada para adultos, extensão universitária com oferta de oportunidade e serviços para marginalizados e pobres".

#### Nota:94

**GS 59:** "Baseada nesses princípios, a Igreja lembra a todos que a cultura está a serviço da integridade da pessoa humana, do bem da comunidade e de toda a sociedade. Deve-se pois cultivar o espírito pelo desenvolvimento da capacidade de admiração e da percepção interior, da contemplação e da elaboração de um juízo pessoal, do sentido religioso, moral e social.

Decorrência imediata da natureza humana, racional e social, a cultura requer sempre uma justa liberdade para se exprimir e uma legítima autonomia, segundo seus próprios princípios. Requer respeito e goza de certa imunidade, de acordo com os direitos da pessoa e da comunidade, tanto particular como universal, dentro dos limites do bem comum.

Recordando o que foi dito pelo Concílio Vaticano I, *há duas ordens de conhecimento*, distintas entre si, a da fé e a da razão. Nada impede que a Igreja use no seu âmbito próprio os princípios e os métodos das artes e disciplinas da cultura humana, sem que, porém, deixe de lhes reconhecer uma justa liberdade, afirmando, pois, a legítima autonomia da cultura humana, especialmente das ciências.

Para tanto, é preciso que se respeitem as exigências da ordem moral e da utilidade comum, que haja liberdade de pesquisa e de opinião, que se possa divulgar e cultivar toda espécie de expressão artística, a começar pela informação objetiva sobre tudo que acontece.

Não compete à autoridade pública determinar a forma das expressões culturais, mas criar condições de apoio às atividades culturais, inclusive das minorias. É importante insistir que a cultura não seja desviada de seu fim, e colocada a serviço do poder político ou económico".

**GE 10:** "Pelas mesmas razões, a Igreja cuida das escolas superiores, faculdades e universidades. No que dela depende, procura organizar o ensino de acordo com os princípios próprios de cada disciplina, seu método e a liberdade de que deve gozar para investigar no seu campo, em vista do desenvolvimento do saber, do avanço nas questões novas e do aprofundamento das pesquisas, seguindo os passos dos doutores da Igreja, especialmente de Tomás de Aquino, o que permitirá ver melhor de que modo a fé e a ciência caminham na mesma direção. Desse modo o pensamento cristão estará universalmente presente de maneira pública e estável nos meios em que se promove a cultura e as universidades católicas formarão pessoas intelectualmente capazes de assumir os mais altos encargos na sociedade e dar ao mundo o testemunho da fé.

Nas universidades católicas em que não há faculdade de Teologia, funde-se um instituto ou departamento de Teologia, para seu ensino de maneira adaptada aos leigos. Como a ciência progride sobretudo por intermédio da pesquisa, esta deve ser privilegiada nas universidades e faculdades católicas.

O concílio recomenda que as universidades e faculdades católicas se distribuam convenientemente pelas diversas regiões do planeta e venham a se tornar ilustres, não pelo número, mas pela qualidade do ensino e da pesquisa. Facilitem a admissão dos alunos de maior futuro e dos mais pobres, especialmente vindos das nações mais recentes.

O futuro da sociedade e da própria Igreja depende dos jovens que prosseguem os estudos superiores. Por isso os pastores devem cuidar da vida espiritual não só dos alunos que freqüentam as universidades católicas, como de todos os jovens. Associe-se os bispos uns aos outros para criar pensionatos e centros universitários católicos em todas as universidades, mesmo não católicas, em que trabalhem sacerdotes, religiosos e leigos especialmente escolhidos e preparados para dar uma assistência espiritual e intelectual permanente à juventude universitária. Os jovens mais capazes, qualquer que seja a universidade a que pertençam, devem merecer especial atenção, ser orientados para o ensino e para a pesquisa e promovidos ao magistério".



**DH 2:** “O concílio declara que a pessoa tem direito à liberdade religiosa. Tal liberdade consiste em que nenhum ser humano deve estar sujeito à coerção de outros indivíduos, nem da sociedade e ou de qualquer poder humano. Em matéria religiosa ninguém seja levado a agir contra a consciência, nem, desde que se mantenha dentro dos devidos limites, impedido de agir segundo sua consciência, em público ou de forma privada. Declara igualmente que o direito à liberdade religiosa se baseia na dignidade da pessoa, reconhecida pela razão e manifestada pela palavra de Deus revelada.

O direito da pessoa à liberdade religiosa deve ainda ser reconhecido pelo ordenamento jurídico da sociedade, para que se torne um direito civil.

Todos os seres humanos são dotados de razão e de vontade livre. Têm acesso à responsabilidade. Ser pessoa faz parte da dignidade da natureza humana, que, por conseguinte, está moralmente obrigada a buscar a verdade, começando pela verdade religiosa. É igualmente obrigada a aderir à verdade e submeter toda a vida às suas exigências. Os seres humanos devem cumprir este seu dever humanamente, para o que se requer a plena liberdade psicológica e a ausência de toda coerção externa.

O direito à liberdade religiosa tem por fundamento, pois, a própria natureza do ser humano, independentemente das condições subjetivas de cada um. Por conseguinte, o direito permanece intacto, mesmo naqueles que não cumprem a obrigação de buscar a verdade ou de lhe aderir na medida em que vai sendo encontrada. O exercício desse direito só pode ser impedido por uma justa exigência da ordem pública”.

**PT 12:** “É direito da pessoa escolher o estado de vida, de acordo com suas preferências; e, portanto, de constituir família, na base da paridade de direitos e deveres entre homem e mulher; ou então, de seguir a vocação ao sacerdócio ou à vida religiosa”.

**UC 4, 12, 27:** “4. É uma honra e uma responsabilidade da universidade católica consagrar-se, sem reservas, à causa da verdade. Esta é sua maneira de servir, ao mesmo tempo, a dignidade do homem e a causa da Igreja, a qual tem a íntima convicção de que a verdade é a sua verdadeira aliada... e de que o conhecimento e a razão são ministros fiéis da fé. Sem, de modo algum, desprezar a aquisição de conhecimento.

**12.** Toda universidade católica, enquanto universidade, é uma comunidade acadêmica que, de modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e o desenvolvimento da dignidade humana, como também, para a herança cultural, mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. Ela goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir, eficazmente, suas funções, e garante, aos seus membros, a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade, no âmbito das exigências da verdade e do bem comum.

**27.** Afirmando-se como universidade, cada universidade católica mantém com a Igreja uma relação que é essencial à sua identidade institucional. Como tal, ela participa mais diretamente da vida da Igreja particular na qual tem sede. Mas, ao mesmo tempo e sendo inserida como instituição acadêmica, pertence à comunidade internacional do saber e da investigação, participa e contribui para a vida da Igreja universal, assumindo, portanto, uma ligação particular com a Santa Sé, em virtude do serviço de unidade, que é chamada a realizar, em favor de toda a Igreja. Dessa sua relação essencial com a Igreja derivam, conseqüentemente, a fidelidade da universidade, como instituição, à mensagem cristã, o reconhecimento e a adesão à autoridade magisterial da Igreja, em matéria de fé e de moral. Por sua vez, os membros católicos da comunidade universitária são também chamados a uma fidelidade pessoal à Igreja, com tudo o que isto comporta. Enfim, dos membros não católicos da instituição na qual prestam serviço, e a universidade, por sua vez, respeitará a sua liberdade religiosa”.

**CNBB, Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, Doc. 40, n. 268-272:** “268. Urge evangelizar a “modernidade”. A Igreja não pode cruzar os braços esperando que passe essa “moda”, julgando a cultura da modernidade estruturalmente efêmera. Além de denunciar vigorosamente as idolatrias e mecanismos manipuladores da sociedade moderna, é necessário valorizar e assumir o que ela tem de positivo. Pois a racionalidade funcional no campo científico e técnico não vai parar de buscar sempre novos subsídios para o progresso da sociedade.

**269.** A visão científica deve ser enriquecida com a perspectiva antropológica global e sobretudo a visão ética. Há necessidade de diálogo interdisciplinar entre a teologia e as ciências profanas, aproveitando as chances atuais, uma vez que muitos cientistas já tendem a reconhecer seus limites e a sociedade já não espera a salvação dos tecnocratas.

**270.** Os cristãos, responsáveis perante o Senhor da história, encontram-se com todos os que têm senso de “responsabilidade perante os irmãos e a história”, mesmo que não tenham fé, para que possam juntos “testemunhar o nascimento de um novo humanismo” e colaborar na construção de uma cultura e de uma civilização justa e fraterna.

**271.** Em face da tensão entre nossa cultura ancestral e a “adveniente cultura” que irrompe em nosso meio, impõe-se a busca de novas sínteses, pela superação dos elementos opostos, conciliando a racionalidade da cultura do futuro com a cordialidade característica da nossa cultura do passado, como já optou Puebla.

**272.** A continuidade e a renovação da(s) cultura(s) depende, em grande parte, de seu sistema educacional. A Igreja deve renovar a sua presença no campo educacional da evangelização da juventude, enfrentando hoje duplo desafio da cultura moderna, que é rica e exigente no seu discurso racional, na transmissão de sempre novos conhecimentos científicos e técnicos (informática), mas pobre em seu discurso ético e simbólico (sentido da vida, relação com a transcendência, calor humano, cordialidade)”.

#### **Nota:95**

**UC, 7, 20:** “7. No mundo de hoje, caracterizado por um desenvolvimento tão rápido da ciência e da tecnologia, as tarefas da universidade católica assumem uma importância e uma urgência cada vez maiores. Com efeito, as descobertas científicas e tecnológicas, se por um lado comportam um enorme crescimento econômico e industrial, por outro, exigem, evidentemente, a necessária e correspondente procura do significado, a fim de garantir que as novas descobertas sejam usadas para o bem autêntico dos indivíduos e da sociedade humana, no seu conjunto. Se é da responsabilidade de cada universidade procurar um tal significado, a universidade católica é chamada, de modo especial, a responder a essa exigência: sua inspiração cristã consente-lhe incluir a dimensão moral, espiritual e religiosa na sua investigação e avaliar as conquistas da ciência e da técnica, na perspectiva da totalidade da pessoa humana.

Neste contexto, as universidades católicas são chamadas a uma contínua renovação, enquanto universidades e enquanto católicas. Com efeito, está em causa o significado da investigação científica e da tecnologia, da convivência social, da cultura. Porém, mais profundamente ainda, está em causa o próprio significado do homem. Tal renovação exige a clara consciência de que, em virtude de seu caráter católico, a universidade é mais capaz de fazer a investigação desinteressada da verdade investigação, portanto, que não está subordinada nem condicionada por interesses de qualquer gênero.

**20.** Dada a relação íntima entre investigação e ensino, convém que as exigências da investigação, acima indicadas, influam sobre todo o ensino.

Enquanto cada disciplina é ensinada de modo sistemático e de acordo com métodos próprios, a interdisciplinaridade, sustentada pelo contributo da Filosofia e da Teologia, ajuda os estudantes a adquirirem uma visão orgânica da realidade e a desenvolverem um desejo incessante de progresso intelectual. Ademais, na comunicação do saber ressalta-se o fato de a razão humana, em sua reflexão, abrir-se a interrogações cada vez mais vastas e de a resposta completa a elas provir do Alto, mediante a fé. Além disso, as implicações morais, inerentes a cada disciplina, são examinadas como parte integrante do ensino da mesma disciplina. Isto para que todo o processo educativo seja, definitivamente, dirigido, para o progresso integral da pessoa. Enfim, a Teologia católica, ensinada em plena fidelidade à Escritura, à Tradição e ao Magistério da Igreja, proporcionará um claro conhecimento dos princípios do Evangelho, o qual enriquecerá o significado da vida humana e lhe conferirá uma dignidade nova.

Mediante a investigação e o ensino, os estudantes sejam formados nas várias disciplinas de maneira a tornarem-se verdadeiramente competentes no setor específico em que se dedicarão, para servir a sociedade e a Igreja. Mas, ao mesmo tempo, sejam também preparados para testemunhar sua fé perante o mundo”.

#### **Nota:96**

**UC 2:** “Durante longos anos, eu mesmo fiz uma experiência benéfica, que me enriqueceu interiormente, do que é próprio da vida universitária: a ardente procura da verdade e sua transmissão abnegada aos jovens e a todos aqueles que aprendem a raciocinar com rigor, para agir com retidão e para servir melhor a sociedade humana.

Desejo, por isso, compartilhar com todos minha profunda estima pela universidade católica, e exprimir o vivo apreço pelo esforço que nela se faz, nos vários âmbitos do conhecimento. De modo particular, desejo manifestar minha alegria pelos múltiplos encontros que Deus me concedeu ter, durante as viagens apostólicas, com as comunidades universitárias católicas dos diversos continentes. Elas são, para mim, o sinal vivo e promissor da fecundidade da inteligência cristã, no coração de cada cultura. Elas me dão a fundamentada esperança de um novo florescimento da cultura cristã, no contexto múltiplo e rico do nosso tempo de mudança, o qual, sem dúvida, encontra-se diante de graves desafios, mas é também portador de muitas promessas, sob a ação do Espírito de verdade e de amor.

Desejo também exprimir apreço e gratidão aos numerosíssimos professores católicos empenhados em universidades não católicas. Sua missão de académicos e cientistas, vivida à luz da fé cristã, deve considerar-se preciosa para o bem das universidades onde ensinam. Com efeito, sua presença é um contínuo estímulo à procura abnegada da verdade e da sabedoria que vem do Alto”.

**EN 41-48:** “41. E antes de mais nada - sem querermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas.” São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento”. Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade.

**42.** Não será nunca demasiado acentuar, além disso, o alcance e a necessidade da pregação. “Como hão de crer naquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar dele, se não houver quem pregue? ... A fé, portanto, vem da pregação, e a pregação é feita por mandato de Cristo”. Esta lei, estabelecida outrora pelo Apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor.

Sim: a pregação, a proclamação verbal de uma mensagem, permanece sempre como algo indispensável. Nós sabemos bem que o homem moderno, saturado de discursos, se demonstra muitas vezes cansado de ouvir e, pior ainda, como que imunizado contra a palavra. Conhecemos também as opiniões de numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil; e estar vivendo, hoje em dia, na civilização da imagem. Estes fatos deveriam levar-nos, como é óbvio, a pôr em prática na transmissão da mensagem evangélica os meios modernos criados por esta civilização. Já foram feitos, de resto, esforços muito válidos neste sentido. Nós não temos senão que louvar as iniciativas tomadas e encorajá-las para que se desenvolvam ainda mais. O cansaço que hoje provocam tantos discursos ociosos, e a atualidade de muitas outras formas de comunicação não devem no entanto diminuir a permanente validade da palavra, nem levar a perder a confiança nela. A palavra continua a ser sempre atual, sobretudo quando ela for portadora da força divina. É por este motivo que permanece também com atualidade o axioma de São Paulo: “A fé vem da pregação”: é a Palavra ouvida que leva a acreditar.

**43.** Tal pregação evangelizadora poderá revestir-se de numerosas formas que o zelo inspirará serem recriadas quase até ao infinito. São inumeráveis, realmente, os acontecimentos da vida e as situações humanas que proporcionam a ocasião para um anúncio, discreto mas incisivo, daquilo que o Senhor tem a dizer nessas circunstâncias. Basta ter uma verdadeira sensibilidade espiritual para saber ler nos acontecimentos a mensagem de Deus. Além disso, pelo grande valor que a liturgia renovada pelo último Concílio atribuiu à Liturgia da Palavra, seria um erro não ver na homilia um instrumento valioso e muito adaptado para a evangelização. É preciso, naturalmente, conhecer as exigências e tirar vantagem das possibilidades da homilia, a fim de ela alcançar toda a sua eficácia pastoral. E é sobretudo necessário estar convencido e dedicar-se à mesma homilia com amor.

Esta pregação, singularmente inserida na celebração eucarística, da qual recebe força e vigor particulares, tem certamente um papel especial na evangelização, na medida em que ela exprime a fé profunda do ministro sagrado e em que ela estiver impregnada de amor. Os fiéis congregados para formar uma Igreja pascal, a celebrar a festa do Senhor presente no meio deles, esperam muito desta pregação e dela poderão tirar fruto abundante, contanto que ela seja simples, clara, direta, adaptada, profundamente aderente ao ensinamento evangélico e fiel ao magistério da Igreja, animada por um ardor apostólico equilibrado que lhe advém do seu caráter próprio, cheia de esperança, nutriente para a fé geradora de paz e de unidade. Muitas comunidades paroquiais ou de outro tipo vivem e consolidam-se graças à homilia de cada domingo, quando ela tem as qualidades apontadas.

Acrescentamos ainda que, graças à mesma renovação da liturgia, a celebração eucarística não é o único momento apropriado para a homilia. Esta tem o seu valor e não deve ser descurada na celebração de todos os sacramentos, como também no decorrer das paraliturgias, ou ainda por ocasião de certas assembléias de fiéis. Ela será sempre uma oportunidade privilegiada para comunicar a Palavra do Senhor.

**44.** Um dos aspectos que não deve ser descuidado na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência especialmente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. É fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos Bispos. Os métodos, obviamente, não de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas - catequistas paroquiais, mestres e pais - que se demonstrem cuidadosos em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso. Além disso, sem minimamente negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar.

**45.** No nosso século tão marcado pelos "mass media" ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios conforme já tivemos ocasião de acentuar.

Postos a serviço do Evangelho, tais meios são suscetíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela "apregoa sobre os telhados", a mensagem de que é depositária. Neles ela encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões.

Entretanto, o uso dos meios de comunicação social para a evangelização comporta uma exigência a ser atendida: é que a mensagem evangélica, através deles, deverá chegar sim às multidões de homens; mas com a capacidade de penetrar na consciência de cada um desses homens, de se depositar nos corações de cada um deles, como se cada um fosse de fato o único, com tudo aquilo que tem de mais singular e pessoal, a atingir com tal mensagem e do qual obter para esta uma adesão, um compromisso realmente pessoal.

**46.** E é por isso que, ao lado da proclamação geral para todos do Evangelho, uma outra forma da sua transmissão, de pessoa a pessoa, continua a ser válida e importante. O mesmo Senhor a pôs em prática muitas vezes - por exemplo as conversas com Nicodemos, com Zaqueu, com a Samaritana, com Simão, o fariseu, e com outros, o atestam - assim como os apóstolos. E observando bem as coisas, haveria uma outra forma melhor de transmitir o Evangelho, para além da que consiste em comunicar a outrem a sua própria experiência de fé? Importaria, pois, que a urgência de anunciar a Boa Nova às multidões de homens, nunca fizesse esquecer esta forma de anúncio, pela qual a consciência pessoal de um homem é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária que ele recebe de outro. Nós não poderíamos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, se demonstram dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho, a ajudá-las a se firmarem nos seus esforços, a auxiliá-las a reerguerem-se se porventura caíram, enfim, a assisti-las continuamente, com discernimento e disponibilidade.

**47.** Depois, nunca será demasiado insistir no fato de a evangelização não se esgotar com a pregação ou com o ensino de uma doutrina. A evangelização deve atingir a vida: a vida natural, a que ela confere um sentido novo, graças às perspectivas evangélicas que lhe abre; e a vida sobrenatural, que não é a negação, mas sim a purificação e a elevação da vida natural. Esta vida sobrenatural encontra a expressão viva nos sete sacramentos e na admirável irradiação de graça e de santidade de que eles são fonte.

A evangelização exprime assim toda a sua riqueza, quando ela realiza uma ligação a mais íntima possível, e melhor ainda, uma intercomunicação que nunca se interrompe, entre a Palavra e os sacramentos. Em certo sentido há um equívoco em contrapor, como já algumas vezes se fez, a evangelização à sacramentalização. É bem verdade que uma certa maneira de administrar os sacramentos, sem um apoio sólido na catequese destes mesmos sacramentos e numa catequese global, acabaria por privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta depois leve cada um dos cristãos a viver - e a não se limitar a receber passivamente, ou a suportar - os sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé.

**48.** Neste ponto, tocamos um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com frequência vai sendo designada nos nossos dias, com os termos religiosidade popular.

É um fato que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada, há séculos, quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé.

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta. Os Bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que merecem destaque.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se freqüentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com freqüência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si tal sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes a terem expressões de generosidade e predispõe-nas ao sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam em outros casos no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção etc. Em virtude desses aspectos, nós a chamamos de bom grado "piedade popular", no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo".

#### **Nota:97**

LG, 9; AG, 2; RMI, 48; CNBB, Diretrizes 1991-1994, Doc. 45, n. 46, 54ss. As maneiras de evangelizar variam, em conformidade com as circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura e lançam, por isso mesmo, um desafio à nossa capacidade de descobrir e de adaptar... A nós cabe o cuidado de remodelar com ousadia e com prudência e uma fidelidade total ao seu conteúdo, os processos tornando-os adaptados e eficazes... (EN, 40).

**LG 9:** "Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10)".

**AG 2:** "A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo.

Tal desígnio flui do "amor original" ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, *tudo em todos* (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos".

**RMI 48:** "A conversão e o batismo inserem na Igreja, onde ela já existe, ou então implicam a constituição de novas comunidades, que confessem Jesus Senhor e Salvador. Isto faz parte do desígnio de Deus, a quem aprouve chamar os homens a participar de sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade.

A missão ad gentes tem este objetivo: fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até sua completa maturação. Esta é uma meta central e qualificativa da atividade missionária, de tal modo que esta não se pode considerar verdadeiramente concluída, enquanto não tiver conseguido edificar uma nova Igreja particular, atuando normalmente no ambiente local. Disto fala amplamente o Decreto Ad Gentes, e, já depois do Concílio, se consolidou a linha teológica que defende que todo o mistério da Igreja está contido em cada uma das Igrejas particulares, desde que esta não se isole, mas permaneça em comunhão com a Igreja universal e, por sua vez, se faça também missionária. Trata-se de um grande e longo trabalho, onde é difícil indicar as etapas em que cessa a ação propriamente missionária para se passar à atividade pastoral. Mas alguns pontos devem ficar claros".

**CNBB, Diretrizes 1991-1994, Doc. 45, n. 46, 54ss:** "46. A comunhão sustenta e impulsiona a missão, também na hora da perseguição e da denúncia profética. Quando necessário, a Igreja deve assumir posição corajosa e profética em face do poder político ou econômico e dirigir-se aos novos areópagos para proclamar, como Paulo, a força transformadora do Evangelho.

54. Para exercer sua missão na história humana e nela distinguir sementes e sinais do Reino, a Igreja deve, antes de tudo, tornar-se solidária com as alegrias e esperanças, tristezas e angústias da humanidade. Por isso ela procura:

- descobrir e ajudar a promover o valor inviolável da pessoa humana

- solidarizar-se com a situação do outro, de modo especial dos mais pobres, pela promoção da justiça e do desenvolvimento integral da pessoa humana;
- testemunhar os valores evangélicos da gratuidade e das bem-aventuranças, vivendo em comunhão existencial com os pequenos e os que sofrem
- partilhar a experiência religiosa com todos os que buscam a Deus, no respeito à diversidade e na procura da verdade.

**55.** Estas e outras iniciativas deverão de abrir caminho para que se conheça o único Deus verdadeiro e aquele que por ele foi enviado, Jesus Cristo. Assim, o Espírito abrirá os corações para que todos possam acreditar no Senhor e confessá-lo. Dessa forma, a Boa Nova, proclamada pelo testemunho e expressa pela palavra, leva a acolher a pessoa e a mensagem de Jesus de Nazaré, o Filho de Deus.

**56.** Surgem muitas oportunidades para lançar sementes de evangelização. A sensibilidade do evangelizador saberá descobri-las e concretizá-las. Paulo, diante do areópago, serve-se de uma inscrição no monumento ao deus desconhecido, para pregar sobre o culto ao verdadeiro Deus. Filipe entra em diálogo com o funcionário da rainha Candace, que lhe pede explicações sobre trechos da Bíblia. É a pastoral ambiental a exigir a descoberta de melhores meios e estratégias de evangelização nas situações, as mais variadas, e com interlocutores, os mais diversos”.

**EN 40:** “A evidente importância do conteúdo da evangelização não deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização.

Este problema do ‘como evangelizar’ apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e, por isso mesmo, lançam, de certo modo, um desafio a nossa capacidade de descobrir e de adaptar.

A nós especialmente, Pastores da Igreja, incumbe o cuidado de remodelar com ousadia e com prudência e numa fidelidade total ao seu conteúdo, os processos, tornando-os o mais possível adaptados e eficazes, para comunicar a mensagem evangélica aos homens do nosso tempo. Limitar-nos-emos, nesta reflexão, a recordar algumas vias que, por um motivo ou por outro, se revestem de uma importância fundamental”.

**Nota:98**

**Puebla, 1049-1050; 1307...CNBB, Estudos, n. 41, principalmente os cap. III e IV: “1049.** Promover a coordenação de tarefas, agentes e instituições educativas na ação pastoral da Igreja particular, por meio de um organismo competente, vinculado ao bispo, a cujo encargo estarão as funções de planejamento e avaliação. Faz-se mister uma avaliação objetiva de atividades, obras e situações, que possa levar à melhor utilização dos recursos, modificando, suprimindo ou criando instituições ou programas.

**1050.** Elaborar, sobretudo em nível de comissões episcopais, a doutrina ou teoria educativa cristã, baseada nos ensinamentos da Igreja e na experiência pastoral. Isto dará ensejo a examinar, à luz da referida doutrina, os princípios objetivos e métodos dos sistemas educativos vigentes, para interpretá-los adequadamente e avaliar criticamente seus resultados. Partindo desta teoria, urge a elaboração dum projeto educativo cristão em nível nacional ou continental, no qual desde logo se inspirarão os ideários concretos das diversas instituições educacionais.

**1307.** A ação pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização. Deverá realizar-se num processo de participação em todos os níveis das comunidades e pessoas interessadas, educando-as numa metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora”.

**Nota:99**

cf. **João Paulo II**, Aos Educadores dos Países Baixos, in: Oss. Rom. 19/5/85, 237, 5.Cf. UC, n. 2; cf. **EN n.41-48:** “41. E antes de mais nada - sem querermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas.” São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento”. Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade.

**42.** Não será nunca demasiado acentuar, além disso, o alcance e a necessidade da pregação. “Como hão de crer naquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar dele, se não houver quem pregue? ... A fé, portanto, vem da pregação, e a pregação é feita por mandato de Cristo”. Esta lei, estabelecida outrora pelo Apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor.

Sim: a pregação, a proclamação verbal de uma mensagem, permanece sempre como algo indispensável. Nós sabemos bem que o homem moderno, saturado de discursos, se demonstra muitas vezes cansado de ouvir e, pior ainda, como que imunizado contra a palavra. Conhecemos também as opiniões de numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil; e estar vivendo, hoje em dia, na civilização da imagem. Estes fatos deveriam levar-nos, como é óbvio, a pôr em prática na transmissão da mensagem evangélica os meios modernos criados por esta civilização. Já foram feitos, de resto, esforços muito válidos neste sentido. Nós não temos senão que louvar as iniciativas tomadas e encorajá-las para que se desenvolvam ainda mais. O cansaço que hoje provocam tantos discursos ociosos, e a atualidade de muitas outras formas de comunicação não devem no entanto diminuir a permanente validade da palavra, nem levar a perder a confiança nela. A palavra continua a ser sempre atual, sobretudo quando ela for portadora da força divina. É por este motivo que permanece também com atualidade o axioma de São Paulo: “A fé vem da pregação”: é a Palavra ouvida que leva a acreditar.

**43.** Tal pregação evangelizadora poderá revestir-se de numerosas formas que o zelo inspirará serem recriadas quase até ao infinito. São inumeráveis, realmente, os acontecimentos da vida e as situações humanas que



proporcionam a ocasião para um anúncio, discreto mas incisivo, daquilo que o Senhor tem a dizer nessas circunstâncias. Basta ter uma verdadeira sensibilidade espiritual para saber ler nos acontecimentos a mensagem de Deus. Além disso, pelo grande valor que a liturgia renovada pelo último Concílio atribuiu à Liturgia da Palavra, seria um erro não ver na homilia um instrumento valioso e muito adaptado para a evangelização. É preciso, naturalmente, conhecer as exigências e tirar vantagem das possibilidades da homilia, a fim de ela alcançar toda a sua eficácia pastoral. E é sobretudo necessário estar convencido e dedicar-se à mesma homilia com amor.

Esta pregação, singularmente inserida na celebração eucarística, da qual recebe força e vigor particulares, tem certamente um papel especial na evangelização, na medida em que ela exprime a fé profunda do ministro sagrado e em que ela estiver impregnada de amor. Os fiéis congregados para formar uma Igreja pascal, a celebrar a festa do Senhor presente no meio deles, esperam muito desta pregação e dela poderão tirar fruto abundante, contanto que ela seja simples, clara, direta, adaptada, profundamente aderente ao ensinamento evangélico e fiel ao magistério da Igreja, animada por um ardor apostólico equilibrado que lhe advém do seu caráter próprio, cheia de esperança, nutriente para a fé geradora de paz e de unidade. Muitas comunidades paroquiais ou de outro tipo vivem e consolidam-se graças à homilia de cada domingo, quando ela tem as qualidades apontadas.

Acrescentamos ainda que, graças à mesma renovação da liturgia, a celebração eucarística não é o único momento apropriado para a homilia. Esta tem o seu valor e não deve ser descurada na celebração de todos os sacramentos, como também no decorrer das paraliturgias, ou ainda por ocasião de certas assembléias de fiéis. Ela será sempre uma oportunidade privilegiada para comunicar a Palavra do Senhor.

**44.** Um dos aspectos que não deve ser descuidado na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência especialmente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. É fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos Bispos. Os métodos, obviamente, não de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas - catequistas paroquiais, mestres e pais - que se demonstrem cuidadosos em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso. Além disso, sem minimamente negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar.

**45.** No nosso século tão marcado pelos "mass media" ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios conforme já tivemos ocasião de acentuar.

Postos a serviço do Evangelho, tais meios são suscetíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela "apregoa sobre os telhados", a mensagem de que é depositária. Neles ela encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões.

Entretanto, o uso dos meios de comunicação social para a evangelização comporta uma exigência a ser atendida: é que a mensagem evangélica, através deles, deverá chegar sim às multidões de homens; mas com a capacidade de penetrar na consciência de cada um desses homens, de se depositar nos corações de cada um deles, como se cada um fosse de fato o único, com tudo aquilo que tem de mais singular e pessoal, a atingir com tal mensagem e do qual obter para esta uma adesão, um compromisso realmente pessoal.

**46.** E é por isso que, ao lado da proclamação geral para todos do Evangelho, uma outra forma da sua transmissão, de pessoa a pessoa, continua a ser válida e importante. O mesmo Senhor a pôs em prática muitas vezes - por exemplo as conversas com Nicodemos, com Zaqueu, com a Samaritana, com Simão, o fariseu, e com outros, o atestam - assim como os apóstolos. E observando bem as coisas, haveria uma outra forma melhor de transmitir o Evangelho, para além da que consiste em comunicar a outrem a sua própria experiência de fé? Importaria, pois, que a urgência de anunciar a Boa Nova às multidões de homens, nunca fizesse esquecer esta forma de anúncio, pela qual a consciência pessoal de um homem é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária que ele recebe de outro. Nós não poderíamos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, se demonstram dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho, a ajudá-las a se firmarem nos seus esforços, a auxiliá-las a reerguerem-se se porventura caíram, enfim, a assisti-las continuamente, com discernimento e disponibilidade.

**47.** Depois, nunca será demasiado insistir no fato de a evangelização não se esgotar com a pregação ou com o ensino de uma doutrina. A evangelização deve atingir a vida: a vida natural, a que ela confere um sentido novo, graças às perspectivas evangélicas que lhe abre; e a vida sobrenatural, que não é a negação, mas sim a purificação e a elevação da vida natural. Esta vida sobrenatural encontra a expressão viva nos sete sacramentos e na admirável irradiação de graça e de santidade de que eles são fonte.

A evangelização exprime assim toda a sua riqueza, quando ela realiza uma ligação a mais íntima possível, e melhor ainda, uma intercomunicação que nunca se interrompe, entre a Palavra e os sacramentos. Em certo sentido há um equívoco em contrapor, como já algumas vezes se fez, a evangelização à sacramentalização. É bem verdade que uma certa maneira de administrar os sacramentos, sem um apoio sólido na catequese destes mesmos sacramentos e numa catequese global, acabaria por privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta depois leve cada um dos



cristãos a viver - e a não se limitar a receber passivamente, ou a suportar - os sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé.

**48.** Neste ponto, tocamos um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com frequência vai sendo designada nos nossos dias, com os termos religiosidade popular.

É um fato que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada, há séculos, quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé.

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta. Os Bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que merecem destaque.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se frequentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com frequência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si tal sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes a terem expressões de generosidade e predispõe-nas ao sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam em outros casos no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção etc. Em virtude desses aspectos, nós a chamamos de bom grado "piedade popular", no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo".